



**Camila Leite da Silva**

**A Vila Olímpica Clara Nunes e os Impasses e Possibilidades  
das Políticas Públicas de Esporte e Lazer Voltadas para  
Juventude de Áreas Pobres da Cidade do Rio de Janeiro**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-graduação em Serviço Social da PUC-  
Rio como requisito parcial para obtenção do  
grau de Mestre em Serviço Social.

Prof. Rafael Soares Gonçalves

Rio de Janeiro  
Julho de 2015



**Camila Leite da Silva**

**A Vila Olímpica Clara Nunes e os impasses e possibilidades  
das Políticas Públicas de Esporte e Lazer voltadas para  
juventude de áreas pobres da Cidade do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada como requisito  
parcial para obtenção do grau de Mestre  
pelo Programa de Pós-graduação em  
Serviço Social da PUC-Rio. Aprovada pela  
Comissão Examinadora abaixo assinada.

**Prof. Rafael Soares Gonçalves**

Orientador

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Valeria Pereira Bastos**

Departamento de Serviço Social – PUC-Rio

**Profa. Letícia de Luna Freire**

Departamento de CS e Educação - UERJ

**Profa. Mônica Herz**

Vice-Decana de Pós-Graduação do  
CCS – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2015

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da autora, do orientador e da universidade.

### **Camila Leite da Silva**

Graduou-se em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em 2013. Coursou o curso superior de complementação de estudos em Gestão e Avaliação de Políticas Públicas na PUC-Rio em 2013. Estagiou na Vila Olímpica Clara Nunes, no Corpo de Bombeiro Militar do Rio de Janeiro e no Escritório Modelo de Advocacia da PUC-Rio. Desenvolveu como bolsista PIBIC a pesquisa intitulada: A União dos Trabalhadores Favelados (UTF): a construção da Cidadania na Favela do Borel. Participou de diversos seminários na área de Serviço Social. Atualmente é Assistente Social do Projeto Vila Olímpica Clara Nunes.

### Ficha Catalográfica

Silva, Camila Leite da

A Vila Olímpica Clara Nunes e os impasses e possibilidades das políticas públicas de esporte e lazer voltadas para juventude de áreas pobres da cidade do Rio de Janeiro / Camila Leite da Silva ; orientador: Rafael Soares Gonçalves. – 2015.

259 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2015 .

Inclui bibliografia.

CDD: 361

Dedico esta dissertação aos meus pais, Alípio e Maria José, pelo incentivo e apoio em todas as minhas escolhas e decisões. Dedico também a meu esposo, Diego, pelo apoio incondicional e constante incentivo.

## Agradecimentos

Primeiramente a Deus, por ter me dado força através de sua luz, bênção, proteção durante o caminho até aqui percorrido.

Aos meus pais, que com toda simplicidade e carinho, me ensinaram valores e princípios éticos e humanos para chegar até aqui, e, sobretudo me fizeram acreditar que sou capaz de conquistar.

A minha irmã Valéria Leite, que agora fisicamente distante de mim, sempre se mostrou presente através de seu carinho e incentivo.

Aos meus amigos Carlos e Néia, que muito me ajudaram através das idas a PUC para solicitar livros e materiais para a pesquisa.

A todos os amigos da PUC-Rio que me ajudaram na difícil caminhada para chegar até aqui, em especial a Luciana Queiroz, Vilma Tavares e o meu amigo de turma da pós-graduação Nelson Felix.

Aos profissionais da Vila Olímpica Clara Nunes, em especial a Equipe do setor socioeducacional, que durante meu período de pesquisa, se mostraram solícitos e dispostos a colaborar com o desenvolvimento desse trabalho.

A professora Luiza Helena que muito contribuiu para minha inserção na Vila Olímpica Clara Nunes.

Aos usuários da Vila Olímpica Clara Nunes que me acolheram e muito contribuíram para a concretização desse trabalho.

Aos professores do Departamento de Serviço Social que muito incentivaram a minha trajetória, e com muita dedicação me auxiliaram no que foi necessário.

Ao professor e amigo Marcelo Vieira pelo incentivo, dedicação e atenção durante o desenvolvimento da pesquisa.

O professor Rafael Soares Gonçalves, meu orientador, pelos dias dedicados e investidos para me auxiliar na realização deste trabalho.

Ao CNPq e a PUC-Rio pela oportunidade concedida, que sem dúvida foi o grande sustentáculo de minha permanência no Mestrado desta Universidade.

E a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade.

E por fim, ao meu esposo, amigo e companheiro de todas as horas pelo carinho, amor, ajuda e compreensão dedicados a mim. Que me auxiliou nas madrugadas em claro e que me deu forças para continuar. Meu muito obrigado!!

## Resumo

Silva, Camila Leite; Gonçalves, Rafael Soares (Orientador); **A Vila Olímpica Clara Nunes e os impasses e possibilidades das Políticas Públicas de Esporte e Lazer voltadas para juventude de áreas pobres da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2015. 259 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente dissertação tem por objetivo analisar a trajetória recente das políticas públicas de esporte e lazer voltadas para a população pobre da cidade do Rio de Janeiro. Neste caso, o estudo centraliza sua análise na formulação do projeto socioesportivo Vila Olímpica Clara Nunes (VOCN) localizado em Acari, e procurará conhecer as possibilidades e os desafios para implementação dessa política na garantia dos direitos da população, sobretudo o segmento infanto-juvenil de um dos bairros mais pobres da cidade do Rio de Janeiro. O trabalho procura discutir como o esporte foi apropriado como objeto de política pública para a juventude pobre por parte do Estado. Nessa perspectiva, o esporte foi utilizado como uma estratégia para afastar os jovens da “sedução do crime”. Legitimando a “ideologia” salvacionista do esporte, enquanto portadora de um projeto político. Tais projetos foram formulados, sobretudo a partir da prática pedagógica do esporte para combater o problema da violência no Rio de Janeiro. Assim, neste trabalho, analisaremos como o esporte se tornou “ferramenta de inclusão” e uma estratégia de ação da Prefeitura municipal enquanto política social pública. Refletiremos, também, sobre a situação desse equipamento na divulgação da prática desportiva como direito de todos em um cenário de preparação para os jogos Olímpicos de 2016. A análise do material obtido possibilitou perceber que o equipamento se apresenta como uma real possibilidade de inserção social para os moradores de umas das áreas mais pobres da cidade, mesmo que, para isso, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

## Palavras-chave

Política pública; esporte; juventude; Vila Olímpica; cidadania.

## Abstract

Silva, Camila Leite; Gonçalves, Rafael Soares (advisor); **The Olympic Village Clara Nunes and impasses and possibilities of Leisure and Sport Public Policy aimed at young people from poor areas of the city of Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2015, 259p. MSc. Dissertation - Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis aims to analyze the recent trend of public policy sports and leisure aimed at the poor population of the city of Rio de Janeiro. In this case, the study focuses its analysis in the formulation of project social sports Olympic Village Clara Nunes (VOCN) located in Acari, and seek to know the possibilities and challenges for implementation of this policy in ensuring the people's rights, especially the children's segment, one of the poorest neighborhoods in the city of Rio de Janeiro. The paper discusses how the sport was recognized as a public policy object for poor youth from the state. From this perspective, the sport was used as a strategy to divert young people from crime seduction. Legitimizing the "ideology" Salvationist sport while carrying a political project. These projects were formulated mainly from the teaching of sport to combat the problem of violence in Rio de Janeiro city. So, in this work we will analyze how the sport has become "inclusion tool" and an action strategy of the municipal of Rio City Hall as a public social policy. Also will reflect the situation of the equipment in the promotion of sport as a right of all in a preparation stage for the Olympics in 2016. The analysis of the material made it possible to realize that the equipment is presented as a real possibility of social inclusion for residents of one of the poorest areas of the city, however, there is still a long way to go.

## Keywords

Public policy; sport; youth; Olympic Village; citizenship.



## Sumário

1. Introdução .....	16
2. Esporte e política: breves reflexões sobre o uso político do esporte .....	25
2.1. Breve histórico do desenvolvimento do esporte .....	27
2.2. A Relação Estado e políticas públicas sociais: o setor de esportes.....	36
2.2.1. O desenvolvimento da política social no Brasil .....	44
2.3. A Trajetória da política pública de esporte no Brasil .....	53
3. O esporte como “antídoto” social .....	67
3.1. O cenário desigual do Rio de Janeiro: seus reflexos para os segmentos mais pobres da cidade .....	69
3.2. A Violência urbana no cenário carioca: A juventude como alvo da política pública na área esportiva .....	79
3.3. O esporte visto como política pública para os jovens pobres na cidade do Rio de Janeiro .....	89
3.4. Resgatando a juventude: o projeto socioesportivo Vila Olímpica .....	95
4. O esporte como setor de políticas sociais: o caso da vila olímpica clara nunes .....	118
4.1. A Vila Olímpica Clara Nunes .....	118
4.2. A população usuária e o lugar que ela ocupa na Cidade .....	142
4.3. Os equipamentos públicos de esporte e lazer (Vilas Olímpicas), diante de um cenário de megaeventos esportivos na cidade: avanços ou retrocessos? .....	169
5. A vila olímpica clara nunes a partir de outra ótica .....	185
5.1. Perfil dos usuários entrevistados.....	185
5.2. O VOCN pelas lentes dos próprios usuários .....	203
5.3. O que dizem os usuários e profissionais do projeto Clara Nunes .....	215
6. Considerações finais .....	231
7. Referências bibliográficas .....	239
8. Apêndice .....	247
9. Anexos .....	255

## Lista de gráficos

Gráfico 1- Motivos de insatisfação dos usuários com o bairro .....	157
Gráfico 2- Distribuição dos usuários por sexo.....	186
Gráfico 3- Faixa etária dos usuários entrevistados .....	188
Gráfico 4- Distribuição dos usuários quanto a cor declarada .....	190
Gráfico 5- Distribuição dos usuários quanto à participação em entidade religiosa ou associação.....	191
Gráfico 6- Distribuição dos usuários quanto à renda .....	192
Gráfico 7- Distribuição dos usuários quanto o local de moradia .....	192
Gráfico 8- Distribuição do tipo de lazer mais popular na região .....	200
Gráfico 9- Distribuição da classificação da área de esporte e lazer existentes no bairro .....	201
Gráfico 10- Opinião dos usuários quanto a quantidade de áreas de esporte e lazer .....	202
Gráfico 11- Distribuição das dificuldades apontadas pelos usuários para frequentar a VOCN .....	204
Gráfico 12- Distribuição da classificação da VOCN pelos usuários .....	205
Gráfico 13- Distribuição quanto ao que deve melhorar na VOCN segundo os usuários .....	205
Gráfico 14- Distribuição quanto à responsabilidade de promover espaços de esporte e lazer .....	211
Gráfico 15- Distribuição quanto à classificação do atendimento aos usuários .....	212
Gráfico 16- Distribuição quanto à classificação das atividades oferecidas na VOCN .....	213

## Lista de figuras

Figura 1- Representação gráfica das instalações de uma Vila Olímpica .....	110
Figura 2- Cronologia das Vilas Olímpicas e Parques da SMEL .....	111
Figura 3- Raio “X” dos Equipamentos Esportivos .....	113
Figura 4- Organograma das Vilas Olímpicas .....	114
Figura 5- Vila Olímpica Clara Nunes .....	123
Figura 6- Organograma de funcionamento da VOCN .....	133
Figura 7- Distribuição dos usuários da VOCN por bairro .....	155
Figura 8- Mapa da área da VOCN .....	158
Figura 9- Imagem aérea do bairro da Fazenda Botafogo e do bairro de Acari .....	159
Figura 10- Imagem aérea do bairro de Costa Barros .....	160
Figura 11- Desenho de aluno da VOCN .....	194
Figura 12- Desenho de aluno da VOCN .....	194
Figura 13- Desenho de aluno da VOCN .....	195
Figura 14- Desenho de Aluno da VOCN.....	196
Figura 15- Atividades com PCD desenvolvidas na piscina.....	207
Figura 16- Atividades com idosos desenvolvidas na piscina.....	207
Figura 17- Reportagem Jornal das Vilas.....	208
Figura 18- Imagens dos aparelhos da VOCN.....	214
Figura 19- Antes.....	219
Figura 20- Depois .....	219
Figura 21- Imagens da invasão da piscina de uma Vila Olímpica .....	225

**Lista de tabelas**

Tabela 1- Mortalidade da população jovem de 15 a 24 anos no  
ano de 1998 .....83

## Lista de acrogramas

ABEU	Associação Brasileira de Ensino Universitário
ADA	Amigos dos Amigos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BPM	Batalhão da Polícia Militar
CIEP	Centros Integrados de Educação Pública
CLT	Consolidação da Lei do Trabalho
CND	Conselho Nacional de Desportos
COI	Comitê Olímpico Internacional
COOMPS	Cooperativa Múltipla de Serviços LTD
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CV	Comando Vermelho
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPT	Esporte Para Todos
ESF	Estratégia de Saúde da Família
FEPERJ	Federação de Esportes de Praia do Estado do Rio de Janeiro
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
G.R.E.S	Grêmio Recreativo Escola de Samba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPP	Instituto Pereira Passos
ISP	Instituto de Segurança Pública
JEB	Jogos Escolares Brasileiros

LOMRJ	Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro
PCD	Pessoa Com Deficiência
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRIESP	Programa de Iniciação Esportiva
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RA	Região Administrativa
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMEL	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
TC	Terceiro Comando
UAGP	Unidade Ativa de Grande Porte
VOCN	Vila Olímpica Clara Nunes

*Já que não tenho o dom de modificar uma  
pessoa, vou modificar aquilo que eu posso: o  
meu jeito de olhar para ela!"*

Pe. Fábio de Melo

## Introdução

A presente dissertação pretende analisar a trajetória recente das políticas públicas de esporte e lazer voltadas para a população pobre da cidade do Rio de Janeiro. Esse estudo centraliza sua análise na formulação da política pública de esporte e lazer, que instituiu as Vilas Olímpicas, mais especificamente o projeto Vila Olímpica Clara Nunes (VOCN). Pretende-se conhecer as contribuições e as implicações para implementação dessa política na garantia dos direitos da população, sobretudo, do segmento infanto-juvenil, de um dos bairros mais pobres da cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, tal estudo não visa o encerramento da discussão, ao contrário, objetiva-se ampliá-la, de modo a apresentar os desafios e as possibilidades do referido projeto.

Diante do exposto, o estudo objetiva analisar até que ponto os direitos sociais estão sendo garantidos nos espaços mais empobrecidos da cidade, a partir da elaboração da política pública que implementa a Vila Olímpica Clara Nunes, considerando que grande parte da população usuária deste equipamento está cerceada de direitos básicos, como saúde, educação e segurança pública. Pretende-se, ainda, analisar de que forma esse equipamento é estruturado para atender a demanda da população.

As Vilas Olímpicas são um projeto do Governo Municipal do Rio de Janeiro, com a proposta de oferecer atividades esportivas e de lazer para a população de bairros populares. São espaços esportivos voltados para o atendimento prioritário de crianças e adolescentes. Entretanto nesse equipamento também há oferta de atividades para os adultos, idosos e pessoas com deficiência. O projeto tem como proposta apresentar uma opção extracurricular, de complemento à atividade escolar aos alunos da rede pública Municipal. As Vilas Olímpicas, inicialmente, tinham o objetivo de atenuar alguns problemas sociais, preenchendo o tempo livre das crianças e dos adolescentes através da prática do esporte. Nesse projeto, o esporte, enquanto um influenciador positivo, foi utilizado para a formação dos jovens através do discurso da cidadania.

Diante do exposto, o trabalho procura discutir como o esporte foi apropriado como objeto de política pública para os bairros pobres da cidade do Rio de Janeiro



por parte do Estado. Nessa perspectiva, o esporte foi utilizado como uma estratégia para afastar as crianças e os jovens da sedução do crime. Legitimando a “ideologia” salvacionista do esporte, enquanto portadora de um projeto político no qual a intenção era, não só de inclusão, mas também de controle social. Tais projetos foram formulados, sobretudo, a partir da prática pedagógica do esporte para combater o problema da violência na cidade carioca. Assim, neste trabalho, analisaremos como o esporte se tornou “ferramenta de inclusão” e uma estratégia de ação da Prefeitura municipal enquanto política social pública.

Diante disso, o esporte passa a ser instrumento de “civildade” para trabalhar comportamentos e utilizado nesse contexto como objeto de política pública. Atualmente, os espaços de esporte e lazer têm características diferenciadas nos distintos espaços da cidade, como, por exemplo, em academias populares para terceira idade, vinculados a qualidade de vida, bem-estar, integração, socialização, etc. Entretanto, é importante questionar a noção atual do esporte como direito social, e o seu emprego como instrumento de controle da classe pobre pelo Estado.

Portanto, buscamos compreender, a partir desse estudo, como se deu a criação e implementação desta política através da instalação do equipamento Vila Olímpica Clara Nunes. Assim, o foco do estudo será a atuação do Projeto Social VOCN como espaço de integração e socialização pelo esporte, especificamente no atendimento aos moradores do Complexo de Favelas de Acari e Costa Barros, ambos considerados um dos bairros mais pobres da cidade e com grande ingerência de violência. De acordo com o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), essas regiões são consideradas uma das localidades com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade do Rio de Janeiro, Costa Barros 0,713, ocupando a posição 125º no ranking, e Acari, 0,720, a 124º colocada.

Estas informações reforçaram o interesse acadêmico em estudar as questões que perpassam o funcionamento do equipamento Vila Olímpica Clara Nunes na região. A realização desse estudo no referido campo foi algo desafiador para a pesquisadora, que, além do fato de ter sido moradora da região, exerce, atualmente, a função de assistente social no referido equipamento, depois de ter sido estagiária entre os anos de 2010 e 2011. Apesar de reconhecer a necessidade de certo distanciamento reflexivo do campo de pesquisa, a atuação na instituição nos

colocou em uma situação privilegiada para analisar a Vila Olímpica Clara Nunes, pois nos permitiu amplas possibilidades de acesso a dados, informações e fontes documentais, o que, em boa medida, contribuiu para que este estudo fosse realizado.

O interesse em estudar a política pública de esporte e lazer que implementa as Vilas Olímpicas, sobretudo, o equipamento localizado em Acari (VOCN), surge de uma inquietação pessoal, que nos impulsionou a compreender as implicações desse equipamento público de esporte e lazer na região. Procuramos analisar como o esporte foi instrumentalizado como política pública para ser um tipo de “propiciador da cidadania” nas áreas pobres da cidade do Rio Janeiro. O esporte era concebido como uma maneira de solucionar as contradições e as demandas desses espaços.

No decorrer da pesquisa, não encontramos estudos sobre a VOCN e a implicação de suas funções no atendimento aos moradores da região. Este aspecto ganha importância se pensarmos que se trata de um equipamento público localizado na região com um dos piores IDH da cidade do Rio de Janeiro e com alto índice de violência. Localidade que não conta, além da VOCN, com nenhum outro equipamento público voltado ao desenvolvimento do esporte e lazer.

Esse estudo tem, portanto, a intenção de apreender como essa realidade se desenha em um contexto de muitos desafios, tanto no que diz respeito às questões trazidas pelas transformações no âmbito da sociedade, no que se refere ao reordenamento urbano, quanto pela implementação das políticas sociais, que se apresentam de forma focalizada e fragmentada. O desafio posto ao profissional de Serviço Social nesse contexto se dá na capacidade de compreensão e avaliação das políticas públicas formuladas para atender a população em situação de “extrema pobreza”.

O presente trabalho pretende investigar a atuação desse projeto social, compreendendo até que ponto ele garante a inserção e o acesso da população pobre ao esporte e lazer como direito social. Pretende-se, ainda, compreender como tal equipamento contribui para o “resgate ou fortalecimento da cidadania” na região do Complexo de Favelas de Costa Barros/ Acari? Com base nesta perspectiva analítica, estabelecemos as seguintes hipóteses para nossa pesquisa: O projeto VOCN não atinge de forma integral a população pobre que reside na localidade para o qual foi

proposto, bem como não há uma reflexão de como dispor de tais equipamentos no espaço urbano a fim de garantir o acesso de todos.

Refletiremos, portanto, as implicações desse equipamento no acesso a prática desportiva como direito de todos. Na busca pela compreensão do objeto de estudo, o método de pesquisa utilizado foi de cunho qualitativo, com os usuários do projeto Vila Olímpica Clara Nunes que fazem atividades regulares no equipamento. Segundo Minayo (2010, p. 22), a abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados, e de acordo com a referida autora, essa realidade não é visível, mas ela precisa primeiramente ser exposta e interpretada pelos próprios pesquisados.

Inicialmente, a pesquisa consistiu numa fase exploratória, durante a qual realizamos um levantamento bibliográfico em torno da temática. Disso resultou basicamente uma análise da literatura existente sobre esporte e lazer, políticas públicas sociais de esporte, projetos sociais direcionadas aos jovens pobres e violência urbana. Ainda nessa fase, pesquisamos diversos documentos (jornais, relatórios, dossiês, projetos, materiais de divulgação, etc.) referente à implementação do projeto Vila Olímpica, como, por exemplo, o Manual da Vila Olímpica, resoluções e documentos institucionais elaborados pela Prefeitura do Rio, especificamente pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SMEL). O nosso objetivo era obter informações que auxiliassem na compreensão do processo de implementação, da história, organização, implantação e funcionamento do programa. Parte da análise desse material encontra-se no segundo e terceiro capítulos desta dissertação.

Posteriormente, ao pensarmos no meio para obtenção dos dados que subsidiariam nosso estudo, buscamos alguns métodos que objetivavam não apenas a leitura quantitativa, mas também qualitativa da dinâmica social. Nesse sentido, o estudo compreendeu três fases distintas com utilização de diferentes abordagens metodológicas. Na primeira fase, objetivou-se a compreensão do funcionamento do projeto e das peculiaridades da região, utilizando como recurso metodológico a observação participante, quando se objetivou compreender a relação e a integração dos usuários no equipamento, os usos que são feitos e a relação dos profissionais com os usuários. Na segunda fase, o procedimento utilizado para coleta de dados foram as entrevistas individuais e semiestruturadas a partir de um roteiro

previamente elaborado, com a finalidade de escutar os diferentes atores que participaram desse processo. Foram entrevistados: O ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro responsável pela implementação do programa, dois gestores da política municipal de esporte e lazer e ex-secretários da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer; dois funcionários da Secretária Municipal de Esporte e Lazer; a gestora do Projeto Vila Olímpica Clara Nunes; seis usuários da VOCN e, por fim, 8 funcionários da VOCN.

Antes da realização das entrevistas, todos os participantes receberam e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A maioria das entrevistas foi realizada na Vila Olímpica Clara Nunes, apenas as entrevistas com os gestores foram feitas em outros locais. Para a pesquisa, todos os áudios das entrevistas conduzidas foram gravados em formato digital, após a devida autorização de cada um dos participantes envolvidos. Este procedimento permitiu o melhor registro das entrevistas realizadas. Após as realizações das entrevistas, todo o material foi transcrito para posterior análise.

Já na terceira fase, o instrumento empregado constitui-se de um questionário semiestruturado, formado por 35 perguntas, visando à construção de um perfil básico dos usuários atendidos na Vila Olímpica Clara Nunes. No que tange a parte qualitativa, optamos pela inclusão de cinco perguntas diretas e abertas que nos permitiram conhecer a opinião desses usuários. Desta forma, o instrumento objetivou identificar o perfil e a opinião dos usuários do referido projeto socioesportivo.

O processo de coleta de dados foi executado integralmente nos espaços da Vila Olímpica Clara Nunes. O questionário foi entregue a 100 alunos da faixa etária adulta da VOCN, incluídos na delimitação do estudo e que concordaram em responder o instrumento e terem suas respostas utilizadas no estudo. O recolhimento do instrumento ocorreu após o término do preenchimento. Todos os participantes que apresentaram dificuldade na leitura receberam auxílio, e todos foram devidamente esclarecidos do objetivo do estudo. No entanto, apenas 74 retornaram preenchidos. A pesquisa foi realizada durante os anos de 2013 e 2014.

Outro importante recurso metodológico adotado nesse estudo pela pesquisadora foi a interpretação e análise dos desenhos dos alunos da faixa etária

infantil que frequentam o equipamento. O que nos permitiu uma melhor compreensão da realidade social apresentada a partir de outro olhar. Tal recurso procurou valorizar as representações do espaço das crianças como um importante elemento que constitui a realidade estudada.

É importante destacar que a questão do consentimento para a realização de pesquisas com crianças é um dos grandes obstáculos que temos que superar para a pesquisa e produção de conhecimento. Nesse sentido, é importante ressaltar que não foi feita nenhuma entrevista com crianças. Apenas foram desenvolvidas atividades no contexto da própria dinâmica institucional. Durante o desenvolvimento de uma atividade na Vila que presenciamos, foi solicitado que as crianças desenhasssem em um papel o trajeto que elas realizam de sua casa até a VOCN. Após a realização e entrega dos desenhos dos alunos foi feita uma interpretação dos mesmos a partir dos olhares e falas das crianças. A referida atividade contribuiu para um importante estranhamento da realidade apresentada e nos permitiu novos questionamentos.

A análise dos dados coletados foi realizada através do método da análise de conteúdo, que nos permitiu ir além dos conteúdos explicitados pelos atores participantes do estudo e identificar elementos que estão por de trás do que foi verbalizado. Nesse sentido, Minayo (2006, p. 307), aponta que:

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequência das falas e palavras como critérios de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda.

Portanto, foi a partir dessa perspectiva que trabalhamos a análise do conteúdo desse estudo. Tal análise nos permitiu encontrar respostas às questões formuladas, bem como confirmar, ou refutar as hipóteses levantadas antes da investigação de campo. A análise do material obtido possibilitou perceber que o equipamento se apresenta, para os usuários e profissionais entrevistados, como uma possibilidade de mobilidade e inclusão social para os moradores de umas das áreas mais pobres da cidade, e com um alto índice de criminalidade, que se encontra invisibilizada pelo poder público. Porém, constatamos que o atual serviço, no que

se refere à estrutura oferecida a população, parece evidenciar na prática uma realidade totalmente diferente da que é vendida pelos representantes do poder público municipal. Constatamos, a partir da observação de campo e dos relatos dos profissionais e usuários, que são vários os problemas que precarizam o funcionamento do equipamento, comprometendo a qualidade do serviço oferecido a população. O que merece um grande destaque, já que estamos na véspera de sediarmos na cidade um evento mundialmente conhecido na área esportiva.

Esse achado dificulta ainda mais a compreensão do esporte como um direito social (previsto na Constituição Federal de 1988), pois o mesmo não ocupa, na hierarquia das políticas públicas o mesmo grau de importância dos outros direitos sociais, como a saúde e a educação. Tal fato acaba por deslegitimar o direito ao esporte, fazendo com que a população não o reconheça como demanda para a política pública e direito do cidadão. Nesse sentido, fica claro o interesse em realizar este estudo, tendo em vista que ainda é tão “comum” notar que os espaços destinados para o esporte e o lazer efetivamente não se configuram como prioridade nas ações do Estado e nas políticas públicas planejadas na cidade do Rio de Janeiro. Algo ainda mais surpreendente diante do cenário atual de preparação da cidade para os grandes eventos esportivos.

No que diz respeito à estrutura do estudo, o processo de exposição presente nesta dissertação está organizado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, analisamos as diferentes dimensões e os aspectos motivadores, relativos à implementação das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e sua compreensão como direito social. Destacamos o seu desenvolvimento nos diferentes contextos históricos, os principais agentes envolvidos e a sua utilização enquanto instrumento e recurso do Estado para atenuar os conflitos. Refletimos, também, sobre o desenvolvimento do esporte na trajetória da política pública brasileira. Os fenômenos esportivos no Brasil passaram a ter maior visibilidade a partir da década de 1970-80, sobretudo, como forma de controle social, no intuito de atuar na diminuição da criminalidade, de modo especial, em espaços considerados socialmente vulneráveis. De modo a “adequar a civilização e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade” (Gramsci, 2001, p. 23).

No segundo capítulo, abordaremos a discussão de como o esporte se tornou “ferramenta de inclusão” e uma estratégia de ação apropriada pelo Estado enquanto política pública. Com o objetivo de resgatar o jovem pobre (através do discurso da boa utilização do tempo livre), e de afastá-lo do envolvimento com o crime, reduzindo, assim, os índices de violência no Rio de Janeiro. Faremos uma breve contextualização dos fatores que fizeram com que a cidade do Rio de Janeiro passasse a ser considerada uma cidade violenta, e de que forma a violência urbana, sobretudo a desencadeada a partir da década de 90, atingiu diretamente a juventude, fazendo dela sua principal vítima. Foi a partir dos índices alarmantes de violência na cidade, que, mais uma vez, os jovens se tornaram alvo privilegiado da ação do Estado.

Nesse mesmo capítulo, realizamos uma reflexão de como o esporte passou a ser visto como objeto de política pública para a juventude. Nessa perspectiva, o esporte foi utilizado como uma estratégia para afastar os jovens da criminalidade. Analisamos o projeto social esportivo Vila Olímpica como uma estratégia adotada pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro para “resgatar a juventude” através da prática esportiva de cunho educacional.

No terceiro capítulo, realizamos uma rigorosa pesquisa documental, onde tivemos a oportunidade de revisar documentos como, relatórios, dossiês, projetos e pesquisas. Neste capítulo, apresentamos a trajetória da Vila Olímpica Clara Nunes (VOCN), desde seu surgimento, consolidação e funcionamento enquanto equipamento esportivo. Bem como apresentamos as peculiaridades dos bairros que fazem parte da área de cobertura de atendimento da Vila, a população usuária e o lugar que a mesma ocupa na cidade do Rio de Janeiro. Com a finalidade de apreender suas particularidades e os dilemas enfrentados pelo equipamento, que se encontra em uma região extremamente pobre, dividida em territórios controlados por diferentes facções criminosas. A violência acaba por transformar a rotina e a vida dos sujeitos que lá residem, interferindo na sociabilidade e dificultando a mobilidade e o acesso aos diferentes serviços públicos existentes. E, por fim, neste capítulo, analisamos a realidade desses equipamentos esportivos e de lazer, considerando que falta apenas um ano para a realização de um megaevento esportivo, os Jogos Olímpicos de 2016.

No quarto capítulo, buscou-se apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada através das entrevistas individuais com os usuários e profissionais da Vila Olímpica Clara Nunes. Este capítulo procurou expor os principais resultados encontrados na pesquisa de campo, sobretudo os dados recolhidos nos questionários aplicados. Também está presente neste capítulo o perfil, as percepções dos usuários, bem como os depoimentos dos profissionais da VOCN. As falas e os depoimentos daqueles que, de fato, são alvos ou estão diretamente envolvidos na aplicação da política pública de esporte e lazer, embasam a nossa reflexão.



## 2

### **Esporte e política: breves reflexões sobre o uso político do esporte**

O fenômeno esportivo nas últimas décadas se destacou e tornou-se alvo de diferentes interesses, tanto enquanto objeto de política pública pelo Estado, quanto de pesquisas acadêmicas a partir de sua adequação como mercadoria, e inclusão no mercado mundial para a realização de grandes eventos. Durante o processo de desenvolvimento e expansão da prática esportiva no mundo, o esporte sempre foi permeado pelas transformações e ingerências relativas aos diferentes contextos socioeconômicos e políticos no qual estava inserido.

O esporte no decorrer da história foi utilizado como meio para atingir diferentes fins, o mesmo foi instrumento de controle social, de poder sobre socialização dos corpos, instrumento de “civilidade” para trabalhar comportamentos e como objeto de política pública. Somente no século XX o esporte juntamente com o lazer pôde ser considerado e reconhecido como direito do cidadão. O esporte e o lazer a partir da Constituição Federal de 1988 passaram a ser direitos de todos os cidadãos no Brasil, sendo estes também assegurados por legislação estadual e leis orgânicas dos diferentes municípios que compõe a federação. Entretanto, o esporte e o lazer ainda não ocupam, na hierarquia das políticas públicas, o mesmo grau de importância dos outros direitos sociais, como por exemplo, a saúde e a educação. Para isso, ainda há um longo caminho a percorrer.

Por isso, pensar o esporte como direito social e objeto de política pública pressupõe a compreensão dos elementos históricos relativos ao seu processo de expansão e institucionalização na sociedade moderna, sobretudo em uma sociedade extremamente desigual como a brasileira. Nesse sentido, analisaremos no presente capítulo as diferentes dimensões e os aspectos motivadores, relativos à implementação das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil e sua compreensão como direito social. Destacando o seu desenvolvimento nos diferentes contextos históricos, os principais agentes envolvidos e a sua utilização enquanto instrumento e recurso do Estado para atenuar os conflitos.

Um importante elemento para essa análise é a compreensão de que a opção por uma determinada política, bem como a maneira como a mesma é praticada, nunca se dá de forma neutra e desinteressada. Nesse sentido, é fundamental que se leve em conta a conjuntura política no momento em que essas políticas são gestadas e a sociedade para qual ela foi determinada. De modo que seja possível perceber as condições concretas, históricas, e os objetivos conjunturais a que certa política responde em um dado momento.

A produção científica na área de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil tem uma história recente. Assim, para refletirmos sobre o esporte na trajetória da política pública brasileira, realizaremos, inicialmente, uma explanação sobre o desenvolvimento do esporte a partir da rica contribuição de estudiosos do tema, tais como: Manhães (1986), Linhales (1996), Marcellino (1990, 2001), Melo (2005), Tubino (1993), Bracht (2005) e Maia (2006), para assim entendermos como este se tornou um direito de todos os cidadãos brasileiros e alvo de política pública no país com o objetivo de “fortalecer a cidadania”.

Na atualidade, o esporte, cada vez mais, tem ganhado prestígio e visibilidade. Para Tubino (1993, p. 7), ele tem se tornado “um dos fenômenos socioculturais mais importantes neste final do século”. Tal fato deve-se ao aumento considerado do número de modalidades e de adeptos a prática esportiva, bem como pela reivindicação da própria população por espaços e equipamentos para a prática de esporte. Nesse aspecto, a realização de grandes eventos na área esportiva também tem sido um grande trunfo para a visibilidade do esporte, contribuindo para o destaque e mobilização de adeptos no mundo todo.

Portanto, o esporte no cenário atual tem se tornado alvo constante de interesse do Estado, seja na implementação de políticas sociais de “inclusão social”, seja para investimento na área de oferta de serviços pautado no discurso de bem estar e saúde. Dessa forma, o esporte se manifesta diretamente relacionado com outras políticas como saúde, educação, turismo e lazer. Nesse sentido, o esporte tem movimentado à economia nacional e internacional, sobretudo com a realização de grandes eventos na área esportiva com o intuito de propagar a imagem da cidade.

## 2.1.

### Breve histórico do desenvolvimento do esporte

Existem várias terminologias e significados que se referem ao conceito do esporte. A expressão ‘esporte’, apesar de muito conhecida, não é um conceito de simples definição, pois diferentes áreas do conhecimento o definem a partir de suas visões e perspectivas, por isso não há um conceito único. Manhães (1986, p. 15) define o esporte como “jogos e provas envolvendo competições baseadas em exercícios físico-intelectuais”. Já para Tubino (1993, p. 9), o esporte “é uma manifestação da cultura física”, que pode compreender diversas atividades, e se fundamenta na Educação Física. O termo esporte, segundo o referido autor (Tubino, 1993, p. 8), “vem do século XIV, quando os marinheiros usavam as expressões “fazer esportes”, deportar-se ou “sair do porto” para explicar seus passatempos que envolviam habilidades físicas”.

Segundo o dicionário Der Sport<sup>1</sup> (1987 apud Böhme, 2003, p. 97-103), a palavra esporte tem origem do “inglês sport, que significa passatempo/jogo”. Já na língua portuguesa, segundo o dicionário Aurélio, o termo esporte se refere a divertimento, recreio, desenvolvimento físico, ou até mesmo qualquer exercício corporal ao ar livre<sup>2</sup>.

No Brasil, conforme corrobora Tubino (1993), há um desacordo entre os termos desporto e esporte. Entretanto, na maioria das vezes, o conceito desporto tem o mesmo significado que o termo esporte. De acordo com Tubino (1993), no Brasil e em Portugal, usava-se a palavra desporto. No caso do Brasil, essa escolha que se consolidou a partir de 1941 foi muito influenciada pela figura de João Lyra filho, responsável e autor da primeira legislação na área de esporte no Brasil, que, tempos depois, culminou na institucionalização do esporte. Então a terminologia desporto passou a ser utilizada como referência legal, e constar nos textos legais, já que o legislador optou por fazer uso da mesma, como pode ser observado na Constituição Federal de 1988. No entanto, pela repercussão e influência da ideologia internacional, na qual, segundo Tubino (1993, p. 10), “relacionava a teoria esportiva a uma ciência do esporte”, o termo esporte foi o que mais se

<sup>1</sup>SCHÜLER DUDEN. Der Sport. Mannheim, Meyers Lexikonverlag, 1987.

<sup>2</sup> Definição retirada do dicionário Aurélio online. Disponível em: <[www.dicionariodoaurelio.com](http://www.dicionariodoaurelio.com)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

destacou e se difundiu entre a população, fazendo com que muitos indivíduos preferiram a terminologia esporte.

O esporte está e sempre esteve vinculado a cultura humana. Por isso, cada cultura tem atividades que a considera como esporte. De acordo com Tubino (1993, p. 11) para compreender a “origem do esporte é fundamental vinculá-lo ao jogo, e a competição”. Por isso, Manhães (1986, p. 15) o define como uma atividade que envolve jogos e competições.

Os primeiros relatos de atividades desenvolvidas como jogos entre homens datam da pré-história, que são os jogos e as manifestações dos povos gregos. Neste período ainda não havia regras, mas as formas de jogos desenvolvidos figuravam como auxílio à manutenção da vida e da própria sobrevivência, através de ações bem simples do cotidiano, como a caça e os diferentes movimentos do corpo. A prática desportiva deriva, portanto, de atividades humanas comuns a partir de determinados interesses, como pesca, caça e entre outros mecânicos de sobrevivência. Para João Lyra Filho (Manhães, 1986, p. 19), “o exercício físico confunde-se com a própria vida, em suas múltiplas manifestações de atividades quotidianas. O desporto é uma atividade interessada”.

O desporto como qualquer outra atividade reflete a organização de cada sociedade. Logo, sendo a sociedade grega baseada na desigualdade entre escravos e os considerados “cidadãos”, o desporto só era garantido aos grupos dominantes. As atividades físicas serviam de forma utilitária aos cidadãos gregos.

Há registros que os gregos também se exercitavam tanto com o objetivo estético para o corpo como para o fortalecimento da resistência física para as batalhas e guerras. Alguns historiadores afirmam que também o futebol vem da Grécia e Roma, criado pelos gregos por volta do século I A.C. Na Grécia, Sigole (2004) ressalta que as atividades atléticas e ginásticas faziam parte do ideal de formação integral do homem. Além de possuir valores morais e pedagógicos para os cidadãos como um todo, o esporte era utilizado também na escola, como preparação para os jovens. Surge então a partir daí a prática desportiva com a finalidade de busca de resultados, o desporto de caráter seletivo, no qual o resultado era mais importante do que a prática em si.

Na história de Roma, os jogos eram grandes espetáculos, realizados em espaços abertos e próprios para a presença de público, como circos e anfiteatros. No Império Romano, “os jogos foram utilizados na “Política do Pão e Circo” para alienar a população diante das ações antipopulares do Imperador” (Grifi, 1989 apud Sigole, 2004, p. 112). O uso do esporte como espetáculo público foi um modo encontrado (como ferramenta política) pelo governo para desviar a atenção dos cidadãos comuns dos assuntos de interesse político. Para Sigole (2004, p. 113), esse exemplo “é análogo à instrumentalização sofrida pelo esporte na era contemporânea, quando a mídia bombardeia os espectadores com notícias esportivas, causando um desvio na atenção e consciência das pessoas para assuntos importantes da política e do cotidiano”.

Para Manhães (1986, p. 15), “do mesmo modo que o homem é a totalidade de relações humanas, o esporte é a totalidade de manifestações que o forjou ao longo da história”. Nessa mesma linha, Tubino (1992, p. 13) destaca que “ele é um fenômeno profundamente humano, de visível relevância social na história da humanidade e intimamente ligado ao processo cultural de cada época”. Por isso, em diversos contextos, o esporte foi inserido como recurso ideológico na condução de diferentes interesses na sociedade. Podendo objetivar a participação ou a seleção de talentos, o seu livre exercício ou a dominação e controle de classe, como uma maneira de aproveitamento do tempo livre no sentido da educação, da saúde, etc, ou como disciplinamento do corpo.

As manifestações esportivas com maior representatividade também emergiram na Grécia Antiga, com os denominados Jogos Gregos, que anos depois culminaram por originar os Jogos Olímpicos da Era Moderna. Os jogos desenvolvidos pelos Gregos representam uma importante marca na história do esporte, e este “legado histórico deixado para a humanidade pelos gregos é muito rico”, afirma Tubino (1993, p. 16), endossando que “qualquer relato sobre a história do esporte terá de começar pelos Jogos Gregos” (Tubino, 1993, p. 16).

Já os esportes modernos, segundo Bracht (2005, p. 13), “refere-se a uma atividade corporal de movimento com caráter competitivo surgida no âmbito da cultura europeia por volta do século XVIII, e que, com esta, expandiu-se para o resto do mundo”. Para o referido autor, estas atividades são resultado das transformações ocorridas nos elementos de expressão do corpo, que foram com o

passar do tempo sendo introduzidas nas classes mais populares, e acrescidas de suas características acabaram por popularizar tais expressões, e as tornaram formas de esporte.

Com o passar do tempo, essas expressões populares passaram a ser reprimidas pela classe dominante, que tinha medo de perder o controle sobre a população. E assim esta impulsionou uma mudança de hábito na classe dominada, a partir da discriminação de certas atividades. E paulatinamente certas expressões foram ficando fora de uso, perdendo força, já que o processo de “industrialização e urbanização impulsionou a mudança de hábitos, e novos padrões de vida, com os quais expressões populares e jogos culturais já não eram mais compatíveis” (Dunning, 1979, p. 42 apud Bracht, 2005, p. 14). Como foi o caso da capoeira na cultura brasileira, que conforme afirma Bracht (2005), sofreu uma perseguição violenta das autoridades nas décadas de 1910 a 1930.

Diante do exposto, a prática esportiva é considerada uma instituição capaz de influenciar e modificar as relações e valores no âmbito da vida privada e social de diferentes sociedades. Assim, para Linhares (2001, p. 34), o processo de inclusão da instituição esportiva em diferentes contextos históricos e sociais caracteriza-se como um movimento de troca, capaz de comportar ações recíprocas e, por vezes, até contraditórias.

O desenvolvimento e expansão do esporte moderno nos séculos XIX e XX teve muito destaque na Inglaterra durante o processo de Revolução Industrial, tendo este um caráter utilitarista. Esse período foi de intensa modernização e industrialização, com a inserção da tecnologia nos meios de produção, impactando diretamente a vida da população, que diante dos avanços tecnológicos na área do trabalho, nos meios de transporte e na vida social como um todo, passaram a dispor de algum tempo livre. Esses aspectos, inseridos em um processo de racionalização da sociedade como um todo, impactou diretamente a vida dos indivíduos e o desenvolvimento do esporte. O esporte moderno se desenvolveu paralelamente a esse movimento de industrialização, “herdando dele a racionalização, sistematização e a orientação ao resultado” (Sigole, 2004, p. 114). Por isso, segundo

Rigauer<sup>3</sup> (1981 apud Bracht, 1989, p. 9-10), o esporte assumiu características correlatas ao trabalho industrial.

O esporte nesse período estava relacionado aos jogos e recreações populares com o intuito de aproveitamento do tempo livre da classe operária. E com esse objetivo, as modalidades esportivas foram concebidas pela regulamentação destas práticas, conforme afirma Sigole (2004, p. 114), sobretudo nas escolas públicas. E essa prática se desenvolveu a partir das “ideias de Thomas Arnol, fortemente influenciado por Charles Darwin, que vai relacionar o esporte como meio de evolução do homem” (Tubino, 1993, p. 17). O esporte então seria um “auxiliar do corpo” (Tubino, 1993, p. 18). Nesse contexto, o esporte foi instrumentalizado como meio de disciplina e forma de manutenção da força de trabalho para o aumento da produção.

Thomas Arnol inseriu o esporte no processo de educação no âmbito da escola. Esta reforma, conforme corrobora Tubino (1993), teve destaque no colégio de Rugby em 1828 com a inclusão de regras para as atividades e jogos, com o intuito de reduzir a violência e atribuir valores educacionais as práticas esportivas. E posteriormente foi ampliado para a sociedade inglesa.

O esporte foi usado pela classe dominante na manutenção e alienação da força de trabalho. A burguesia utilizou o discurso do poder educativo do esporte para incutir nos trabalhadores disciplina, exercendo certo controle social. Passaram a ser “instituídas nas fábricas atividades físicas regulamentadas que visavam manter a saúde dos trabalhadores, aumentando a produção e diminuindo as faltas” (González, 1993 apud Sigole, 2004). Portanto, “a obrigatoriedade à prática de esportes, mas que mera medida era parte de esforço de negação do conflito social em prol de “bem coletivo”” (Manhães, 1986, p. 33).

Com o discurso de bem-estar e saúde, a burguesia utilizou do esporte para atingir seus objetivos e controlar a vida social da classe trabalhadora, pois um trabalhador saudável e com mais disposição para o trabalho seria mais produtivo. Nesse contexto de burocratização ou organização, segundo Bracht (2005, p. 99), “vão surgir, na Inglaterra, principalmente, organizações que congregam grupos de clubes, as federações, com futebol, que promovem competições em nível regional”.

---

<sup>3</sup> RIGAUER, B. *Sport und Arbeit*. Münster: Lit Verlag, 1981 (P edição, Suhrkamp, 1969).

“As fábricas fundaram diversas equipes constituídas por seus operários. A disputa esportiva entre as empresas gerou a ideia de fidelidade entre o trabalhador e a fábrica através dos laços de afetividade proporcionados pela tensão emocional provocada nos embates esportivos” (Sigole, 2004, p. 115).

A partir desse trecho, é possível fazer uma analogia ao pensamento de Foucault (1979) de que o poder tem como alvo fundamental o corpo do homem. Ele vai moldar os seus comportamentos, atitudes e discursos, com o objetivo de formatar o modo de vida social dos homens. Retirando dele o máximo possível de sua produtividade e potencialidade para aperfeiçoá-lo como força de trabalho de modo a ser útil para o capital.

Também no século XIX, a partir da ideia de Arnold, Tubino (1993, p. 18) destaca que o humanista francês Piérre de Coubertin, percebendo as dificuldades de preservação da paz no mundo, “achou que o esporte seria uma arma poderosa contra os conflitos internacionais”. E assim, o mesmo resgatou os Jogos Olímpicos como importante meio para esse fim. E a partir daí, o esporte foi usado como um importante recurso para a sociabilidade humana.

O projeto de Coubertin desejava estabelecer e resgatar as ideias dos jogos Olímpicos propostos pelos Gregos. O mesmo denominou essa formulação com base no pensamento de Arnold de ideário olímpico (ou mais conhecido como Olimpismo) ao qual pregava e idealizava uma realização das atividades de esporte sem interesse.

O Ideário Olímpico lançou em 1896 a carta olímpica, que tinha por principais objetivos segundo Binder<sup>4</sup> (2001 apud Sigole, 2004):

1. Promover o desenvolvimento das qualidades físicas e morais que são à base do esporte;
2. Educar a juventude através do espírito esportivo para um melhor entendimento e amizade entre os povos, ajudando a construir um mundo melhor e mais pacífico;
3. Espalhar os princípios olímpicos pelo mundo, criando a amizade internacional;
4. Unir os atletas do mundo a cada quatro anos em um grande festival esportivo, Os Jogos Olímpicos.

---

<sup>4</sup> BINDER, D. “*Olimpism*” Revisited as context for global education: Implications for Physical Education. *Quest*, 53, 14-34, 2001.



O Olimpismo, concebido por Pierre de Coubertin, se deu a partir da realização do Congresso Atlético Internacional em Paris em 1894. A partir das propostas levantadas nesse encontro foi criado o Comité Olímpico Internacional. E, em 1896, é elaborada a Carta Olímpica que estabeleceu as diretrizes relacionadas ao Comité, às regras para realização dos Jogos Olímpicos e os princípios Fundamentais do Olimpismo e, que são, a saber:

1. O Olimpismo é uma filosofia de vida que exalta e combina de forma equilibrada as qualidades do corpo, da vontade e da mente. Aliando o desporto à cultura e educação, o Olimpismo procura ser criador de um estilo de vida fundado no prazer do esforço, no valor educativo do bom exemplo, na responsabilidade social e no respeito pelos princípios éticos fundamentais universais.
2. O objetivo do Olimpismo é o de colocar o desporto ao serviço do desenvolvimento harmonioso da pessoa humana em vista de promover uma sociedade pacífica preocupada com a preservação da dignidade humana.
3. O Movimento Olímpico é a ação, concertada, organizada, universal e permanente, de todos os indivíduos e entidades que são inspirados pelos valores do Olimpismo, sob a autoridade suprema do COI. Estende-se aos cinco continentes. Atinge o seu auge com a reunião de atletas de todo o mundo no grande festival desportivo que são os Jogos Olímpicos. O seu símbolo é constituído por cinco anéis entrelaçados.
4. A prática do desporto é um direito do homem. Todo e qualquer indivíduo deve ter a possibilidade de praticar desporto, sem qualquer forma de discriminação e de acordo com o espírito Olímpico, que requer entendimento mútuo, com espírito de amizade, solidariedade e fair-play.[...] (COI, 2011).

Na modernidade, o esporte também sofreu influência e intervenção por parte do Estado, incorporando, assim, para além dos aspectos educativos, o rendimento. Para Sigole (2004, p. 112), o “esporte e a Educação Física tiveram em diversos momentos da história uma função ligada aos interesses políticos e estratégicos das instituições sociais e dos Estados”, que, por sua vez, utilizavam dos ideais contidos no Olimpismo para usar o esporte como parte do processo de construção da categoria nação, derivando daí uma forte politização do esporte:

Rapidamente o Olimpismo fez difundir a ideia de que o rendimento esportivo objetivamente mensurado simbolizava também o poder de uma nação. Esta vinculação atraiu o interesse do poder público, dos governos no fomento do esporte e na melhoria da *performance* de suas representações esportivas (Brach, 2005, p. 108).

E esse argumento, que o esporte poderia representar o poder e força de uma nação, foi bem utilizado pela classe dominante. Como exemplo emblemático do uso político do esporte, podemos destacar a Olimpíada de Berlim em 1936. Tubino

(1993, p. 20) afirma que “foi Hitler que, na década de 30, percebeu que o esporte poderia, pelo seu grande apelo popular, tornar-se um poderoso instrumento de propaganda política”. E a partir daí, o mesmo passou a utilizá-lo como recurso na formação dos jovens, e como controle das massas na Alemanha nazista. A partir dessa ideologia, e aproveitando a realização dos jogos em Berlim no ano de 1936, Hitler tentou se valer desse evento para demonstrar seu ideário de supremacia da “raça ariana”, mas não obteve êxito.

Essa ideia também repercutiu com a II Guerra Mundial, na qual o esporte também foi instrumento de competição política e de poder, utilizado como meio de disputa de força entre os blocos capitalista e socialista. A disputa ideológica e política com o uso do esporte, iniciada a partir de 1950, pode ser comprovada por três fatos marcantes, conforme destaca Tubino (1993, p. 22): o ingresso da União Soviética nos Jogos Olímpicos de Helsinque, em 1952, os altos investimentos efetuados na área do esporte de rendimento pelos EUA, e as fortes estruturas esportivas montadas nos países socialistas, onde havia uma qualidade e excelência do esporte.

Neste contexto, o esporte foi usado como instrumento ideológico e de propaganda considerando a realização dos Jogos Olímpicos. As tensões geradas pela Guerra Fria se refletiram na disputa entre os membros das federações de cada país. O esporte, como afirma Sigole (2004, p. 117), se tornou uma “arma simbólica entre os blocos opostos transformando piscinas, ginásios e estádios em campos de batalha. As vitórias esportivas foram usadas para reafirmar o prestígio político e a soberania de cada regime”.

Todos esses fatores implicaram em um grande investimento no esporte de alto rendimento, deixando de lado o esporte como expressão cultural e prática livre, tornando-se restrito a poucos. Essa realidade culminou em um manifesto do desporto, de 1959, por Philip Noël-Baker, no qual, pela primeira vez no mundo, segundo Tubino (1993, p. 25), um “documento reconheceu a existência de outras manifestações esportivas além do esporte de rendimento”. O referido documento também reconhecia a existência de um ‘esporte escolar’ e de um ‘esporte do homem comum’, permitindo, assim, que as pessoas comuns, sem grandes talentos pudessem praticá-lo.

A ampliação do esporte ocorre efetivamente, pelo menos formalmente, quando, em 1978, a UNESCO publicou a *Carta Internacional de Educação Física e Esporte*, na qual, segundo Tubino (1993, p. 26), deixa explícito “que a atividade física ou prática esportiva era um direito de todos, assim como a educação e a saúde”. E esse documento serviu como base para todos os países do mundo, e implicou em mudanças no aparelho estatal com relação ao esporte.

A partir desse movimento, o esporte passou a integrar e serem inseridos nos textos constitucionais. A partir dessa carta percebe-se que era necessário que todas as pessoas tivessem acesso ao esporte, e, com isso, a prática ganhou uma abrangência significativa, no sentido de massificá-lo. Esse movimento ganhou força, e houve grandes incentivos ao esporte por meio de propagandas no mundo todo. Entretanto, percebeu-se também com esse movimento, que o uso do esporte não era mero instrumento educativo, mas uma forma de adequação e controle da massa. E o mesmo aconteceu no Brasil.

Por isso, Linhales (1996, p. 18) afirma que o esporte encontra-se “politicizado”, tanto pelo Estado quanto por parte da sociedade civil, pois é uma instituição na qual convivem interesses diversos e opostos. E a própria trajetória do esporte deixa claro essa relação, já que a mesma é marcada por conflitos de diferentes atores e diferentes interesses.

Portanto, é possível perceber que, motivado por diversos interesses, o Estado na modernidade incorporou o esporte às suas ações para alcançar diferentes objetivos. Linhales (2001, p. 40) atribui que essa “pluralidade de interesses constitui-se como força propulsora do movimento de institucionalização e universalização do esporte”, mas, por outro lado, esse mesmo movimento contribuiu para a distorção do verdadeiro sentido esportivo, reduzindo-o, muitas vezes, “a mero instrumento para a realização de fins externos a ele, comprometendo sua própria existência”. Nos próximos itens, veremos com mais detalhes como se deu a inclusão do esporte no rol dos direitos sociais que fazem parte da cidadania, e enquanto ação de política pública. Analisando que a sua incorporação resultou em amplas possibilidades para o seu desenvolvimento, mas também em inúmeros limites para sua compreensão enquanto expressão humana.

## 2.2.

### A Relação Estado e políticas públicas sociais: o setor de esportes

A política social surge com o advento do mundo capitalista no século XIX, no contexto da 2ª Revolução Industrial. Seu desenvolvimento é associado à passagem do capitalismo concorrencial à fase monopolista do mercado, quando ele alcança sua fase madura, e o Estado passa a assumir algumas funções antes não postas a ele. A política social está diretamente vinculada à política econômica a partir do capitalismo. Estas foram gestadas a partir da emergência do capitalismo e dos movimentos da classe operária no cenário político (reivindicado melhores condições de vida e de trabalho), e da intervenção do Estado no intuito de conter um possível conflito, sobretudo, na Europa Ocidental, depois da II Guerra Mundial.

A Revolução Industrial acabou modificando as condições de vida da população, gerando novos problemas sociais e apresentando novas questões, cuja solução iria depender também da intervenção do Estado. A crescente urbanização e industrialização passou a trazer novas exigências no âmbito do trabalho e da vida social. O novo tipo de trabalhador precisava ser formatado para se adequar a condição de trabalho, e para atenuar os efeitos dessas transformações foi necessário que o Estado chamasse para si a realização de alguns serviços fundamentais para a manutenção do trabalhador. O Estado nesse contexto passou a fornecer alguns benefícios para o proletariado com a intenção de manter a ordem social (não como forma de garantir direito e o bem comum), e o desenvolvimento do capital. As ações eram de cunho assistencial e filantrópico, e estas passaram a ser promotoras das políticas sociais. Como exemplo, tem-se a Lei dos Pobres, entre os anos de 1531 e 1601, que tinha como objetivo manter a ordem de classe e controlar a força de trabalho.

O trabalho sempre foi de extrema relevância para o indivíduo na sociedade. No entanto, na sociedade capitalista no século XIX, marcado pelo predomínio do liberalismo, o “trabalho perdeu seu sentido como processo de humanização, sendo incorporado como atividade natural de produção para troca”, como afirma Behring & Boschetti (2011, p. 50). Com o capitalismo, ele passou a ser tratado enquanto mercadoria, sujeitando a força de trabalho do homem ao valor de uso e de troca.

Nesse sentido, a transformação do trabalho em mercadoria exacerbou a exploração do capital sobre o mesmo. Subjugando o trabalho e o trabalhador às relações de ordem do capital, gerando graves impactos na vida social, favorecendo o surgimento da questão social. As políticas sociais, portanto, serão resultados de um mínimo de proteção para o enfrentamento das expressões da questão social a partir do capitalismo.

A partir do século XIX, a classe operária começa a reagir à exploração sofrida por parte do capital, que extraia do trabalhador o máximo possível de seu esforço, com longas jornadas de trabalho desgastantes e em condições insalubres (submetendo a essas condições de exploração as crianças, os idosos e as mulheres). Diante desse cenário, funda-se a questão social e a emergência da classe operária, reivindicando por melhores condições de vida e de trabalho e exigindo a redução da jornada e o reconhecimento do valor de seu trabalho. A solução encontrada pela burguesia para responder a pressão dos trabalhadores será o oferecimento de benefícios pontuais (para contê-los) e repressão por parte do aparelho do Estado. O Estado tratava a questão social como caso de repressão, reprimia as manifestações dos trabalhadores, colocando-se em uma posição de defesa do capital. Entretanto, para mantê-los (classe operária) sobre controle, ele também realizou algumas regulamentações sobre a esfera da produção.

Com a inserção das máquinas ao processo de produção, passou-se a pensar na redução da jornada de trabalho proposta pelos trabalhadores, tendo em vista o custo de depreciação da mão de obra devido às condições precárias enfrentadas por esses no início da Revolução Industrial. Nessa fase, havia o predomínio das ideias liberais, que pregava a livre regulação das relações sociais ao mercado e a não intervenção do Estado na economia. Ao Estado, cabia somente às funções de proteger a propriedade privada, a defesa da vida, e atuação em situações emergenciais.

Os ideais liberais de Adam Smith asseguravam que a livre regulação do mercado garantiria o interesse do indivíduo e o bem-estar coletivo. No liberalismo, o mercado seria o regulador das relações econômicas e sociais e, ao Estado, caberia prover a base legal para que o mercado pudesse atuar para “maximizar os benefícios aos homens” (Behring & Boschetti, 2011, p. 56).

O Estado nessa perspectiva era considerado um mal necessário, já que havia a necessidade de elaboração de leis que garantisse liberdade ao mercado. Nesse sentido, o Estado deveria ter uma atuação mínima. Para Adam Smith, o mercado era um tipo de mecanismo quase natural de regulação das relações sociais na sociedade, e ele faria com que os homens promovessem seu próprio bem-estar. O foco estava no indivíduo como sujeito de direito e não no coletivo (não foi por acaso que os direitos civis foram os primeiros a serem reconhecidos), era necessário atender ao interesse do indivíduo para que o mesmo buscasse o bem-estar de sua família.

A responsabilização da condição de pobreza era do próprio indivíduo e não do Estado, por isso não era sua obrigação garantir serviços a todos os indivíduos, ao contrário, eles que deveriam por meios próprios, prover suas necessidades. Era reconhecida uma suposta liberdade de que todo indivíduo teria para conquistar seu melhor interesse e bem-estar. Nesse sentido, a situação de pobreza era um problema individual e moral, e não da condição de desigualdade existente.

Os liberais acreditavam que todas as necessidades não deveriam ser satisfeitas pelo Estado, para que o homem não se acomodasse a sua condição (ou fosse desencorajado ao trabalho), e prejudicasse o desenvolvimento do mercado. De acordo com os liberais, o Estado deveria ser “neutro” no seu papel de legislador, e por isso ele não deveria atender todas as necessidades, nem garantir as políticas sociais. Suas ações deveriam ter um caráter mínimo, paliativo e complementar as ações do mercado, congregando apenas algumas demandas dos trabalhadores, a partir de pequenas regulamentações trabalhistas para minimizar os efeitos na vida dos trabalhadores e garantir o controle (sem atender de fato o centro da questão social).

As reformas sociais ocorridas depois da Segunda Guerra não conseguiram alterar essa realidade. Assim, as primeiras ações identificadas como políticas sociais vão acontecer na passagem do Estado liberal para o Estado social, com a incorporação de orientações socialdemocratas em um novo contexto socioeconômico e da luta de classes, estabelecendo uma visão mais social e, como resultado, investimentos em políticas sociais (Behring & Boschetti, 2011, p. 63).

Com a organização da classe operária, o Estado passou a assumir outro caráter, além da repressão, possibilitando alguns benefícios sociais para não comprometer o desenvolvimento do capitalismo. O esporte foi um desses recursos utilizados para diminuir o impacto do modelo capitalista na vida dos indivíduos.

As manifestações e mobilizações dos trabalhadores foram extremamente importantes para a mudança da natureza do Estado. A classe trabalhadora, a partir de sua mobilização, conseguiu garantir relevantes conquistas para afirmação dos direitos sociais, que vão possibilitar também importantes conquistas para os direitos políticos. Portanto, a garantia e a ampliação dos direitos foram frutos da luta e da organização da classe trabalhadora que, a partir de sua mobilização, conseguiu interferir no papel do Estado a partir do século XIX.

Esse momento é marcado pelas transformações no processo de produção, com a introdução de inovações tecnológicas e máquinas ao processo produtivo, que contribuíram para o agravamento de algumas questões. O aumento do desemprego indicava que os pressupostos do modelo liberal não estavam respondendo as questões daquele momento, e que o mercado enquanto regulador não estava contribuindo para a harmonia social e o bem-estar. E, com essas mudanças, as funções do Estado passaram por algumas modificações.

Os argumentos liberais começaram a ser questionados. E há um enfraquecimento de suas bases com o crescimento do movimento da classe operária, que passou a se mobilizar exigindo da burguesia o reconhecimento de alguns direitos. Nesse momento também há concentração do capital, impedindo a liberdade do indivíduo de lutar por melhores condições. Este arranjo provocou uma grave crise econômica, estimulada pelo aumento do desemprego a partir da diminuição do trabalho vivo (devido à inserção da tecnologia), e pela alta da produção que não conseguiu ser absorvida, reduzindo o lucro. Todos esses acontecimentos em meio ao processo de organização do trabalhador exigiu um novo posicionamento do Estado para preservar e expandir a reprodução social do capital.

Foi a partir da crise econômica que a intervenção do Estado na economia se deu de forma efetiva. A crise desencadeada no ano de 1929 foi um grande divisor de águas, ela fez com que fosse possível perceber os limites do mercado. Após esse

grande período de depressão, no qual uma grande crise econômica atingiu todo mundo capitalista, o modelo passou a ser substituído.

Com a crise se passou a questionar os pressupostos defendidos pelos liberais. E com a intenção de sair da crise, as conjecturas de intervenção do Estado (para melhorar a produção), defendido por Keynes, começaram a ser consideradas como um possível caminho. Tratava-se de um distanciamento da lógica de neutralidade do modelo anterior, que pregava a ausência do Estado. Pretendia-se, assim, uma nova posição do Estado, que passaria a ser regulador e produtor.

O Estado passou a ter um papel efetivo na administração dos recursos, na economia e nas relações sociais ao propor políticas sociais com o objetivo de amortecer as crises. Para estimular o aumento da produção e incentivar a demanda efetiva, o Estado se articulou com o modelo fordista de produção, caracterizado por introduzir um padrão de linha de montagem em série e produção em massa. Tratava-se de uma nova forma de reprodução do trabalho e regulação da relação social. O próprio Estado deveria criar condições e investimentos para controlar a economia. Ele deveria equilibrar a economia, através de ações como política fiscal e investimentos, para evitar possíveis crises e promover o pleno emprego e uma maior igualdade social através do oferecimento de serviços públicos (política social).

Com a transformação no modo de produção fordismo/keynesianismo, foi exigido mais produtividade do trabalhador, num processo de racionalização, no qual este deveria produzir mais no menor tempo de trabalho. Houve também um maior controle do trabalho e da vida do indivíduo em seu tempo de não trabalho, exigindo mais do homem nesse processo. Era necessário um homem mais ágil para a produção capitalista. O esporte foi um grande recurso para a orientação de como aproveitar melhor o tempo livre de uma maneira saudável, ao invés de prejudicial como era o uso demasiado do álcool (que repercutia diretamente na produção).

Com a associação do keynesianismo ao fordismo, houve um processo de acumulação do capital e da demanda, aumentando a produção de bens de consumo duráveis, o que contribuiu para um processo de expansão do capital, junto ao aumento da exploração do trabalhador. Diante disso, para o capital manter suas taxas de lucro com a produção, eram necessários acordos e concessões para amenizar os reflexos dessa exploração no corpo do trabalhador.



E como resultado foi estabelecido algumas melhorias na condição de vida da classe trabalhadora, com a garantia de alguns direitos sociais. A classe trabalhadora teve mais acesso a bens de consumo, ao emprego e também ao tempo de livre para desfrutar do lazer, o que não era possível antes. Esse período contou com uma grande expansão de direitos sociais e com forte cooptação de lideranças operárias através do oferecimento de demandas imediatas.

Alguns acordos foram realizados e permitiram a aprovação de uma legislação social. Houve o estabelecimento de políticas mais abrangentes e universais com base na cidadania e na expansão de benefícios sociais, e um amplo sistema de bem-estar. Trata-se, assim, da origem do *welfare state*, que marcou a idade de ouro das políticas sociais, com o crescimento do orçamento e investimentos com gastos com a população e o surgimento de programas sociais nos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos. A partir dessa lógica que se desenvolveu o movimento do Esporte Para Todos, com o objetivo de promover hábitos saudáveis e o acesso ao esporte, fazendo as políticas sociais se destacarem como um elemento central e inseparável da cidadania.

As ideias formuladas por T H Marshall é muito relevante para entender como que nesse momento a política social ganhou outro papel e relevância, associado à cidadania. Marshall (1967) apresenta um problema central na sua discussão, que é a questão da igualdade social. Para ele, o problema não é “se todos os homens são iguais”, pois ele sabe que “não o são”. A cidadania, posta por Marshall, deve reconhecer a igualdade dos indivíduos, mesmo estando estes em uma sociedade de classes desiguais, havendo, assim, um princípio de igualdade entre todos os cidadãos.

Marshall olhou para a Inglaterra do século XX, com uma visão sociológica da evolução dos direitos, na qual, segundo ele, o processo histórico de surgimento dos direitos seguiu uma lógica: primeiro com os direitos individuais, o homem poderia assim se organizar e dar um segundo passo para reivindicar participação política e seus direitos sociais. Portanto, para Marshall (1967), a cidadania é composta de direitos civis, políticos (direitos de primeira geração) e direitos sociais (direitos de segunda geração).

Tais direitos não foram alcançados simultaneamente, conforme destacou o autor (Marshall, 1967), eles obedeceram a uma determinada ordem. Os direitos civis foram os primeiros a serem conquistados, em meados do século XVIII. São direitos civis todos aqueles que asseguram a vida, a liberdade de expressão, de pensamento e de manifestação. Em segundo lugar, conquistaram-se os direitos políticos, que possibilitam a participação no poder político, no governo e suas decisões, e estes foram alcançados no século XIX. Por fim, emergem os direitos sociais, que, para Marshall, é o poder de o cidadão usufruir dos serviços sociais garantidos pelo Estado, quando o próprio indivíduo não puder garanti-los.

Portanto, de acordo com a concepção de Marshall (1967, p. 76), a cidadania é então “um status concedido àqueles cidadãos membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem status são iguais com respeito aos direitos”. Ele parte do princípio que todos deveriam ser tratados de forma igual. O cidadão, portanto, deveria ser um sujeito de direitos sociais, e que por sua vez deveria ter um tratamento igualdade perante as políticas sociais existentes.

Norberto Bobbio (2004) ressalta a historicidade e a questão da universalidade dos direitos, segundo ele os direitos surgem em determinados momentos e em certas circunstâncias, por isso eles devem ser revistos e contextualizados com o passar do tempo. Logo, Bobbio (2004), acompanha e se aproxima do pensamento de Marshall na definição historiográfica e gradual dos direitos, bem como na defesa da ideia de que para além da proclamação dos direitos do homem, são necessários mecanismos para que os mesmos se tornem alcançáveis.

Bobbio (2004), como, concebe o direito como uma construção (histórica), um artefato humano fruto da política, artefato este que é pensado e transformado em função das necessidades coletivas. Na mesma linha de pensamento, Celso Lafer (1991) aponta que os direitos humanos possui certa relatividade histórica, ou seja, eles vão se transformando segundo as mudanças e as condições históricas de cada sociedade.

Nessa concepção de cidadania o Estado era como um protetor dos riscos, por isso, ele deveria promover o bem-estar, e acreditava que e assim poderiam minimizar as desigualdades sociais e econômicas geradas pelo mercado. A cidadania era percebida como uma condição que o Estado poderia oferecer, com o

fim de almejar uma coesão social, e não com a pretensão de acabar com a desigualdade. A partir dessa ideia se ampliou as funções não só econômicas como as sociais do Estado, passando este a assumir gastos na área social. Essas transformações do Estado devem-se muito à força do movimento operário.

O desenvolvimento do capitalismo maduro começou a dar sinais de esgotamento no final dos anos 60. Este trouxe grandes impactos para vida do trabalhador no século XX, interferindo no crescimento e no pleno emprego. As taxas de crescimento e a oferta de trabalho não eram mais as mesmas, e as dívidas estavam aumentando, destruindo o sonho do pleno emprego. Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 103), estes “foram sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à política social havia terminado no capitalismo central e estava comprometido na periferia do capital, onde nunca se realizou efetivamente”.

Segundo Ellison (2011, p.283) Marshall concebeu “o Estado não apenas como o avalista dos direitos sociais, mas como foco de uma ordem social inclusiva e paternalista”. No entanto, este modelo de Estado como a fonte dos direitos foi ameaçado, pois as mudanças na administração do Estado com o modelo moderno (pós keynesianismo) fez com que o mesmo perdesse sua capacidade de sustentar a tal coesão social idealizada por Marshall, e não consiga prover mais os direitos.

A década de 1970, portanto, iniciou-se com o desafio de enfrentar o declínio do modelo de bem-estar social, já que devido à crise econômica houve o aumento do desemprego. O incremento da tecnologia acelerou a produção e contribuiu para o aumento do desemprego, tornando-o socialmente estrutural em um contexto de reduzidos índices de crescimento e altas taxas de inflação.

Diante disso, o Estado perdeu seu poder de ação, pressionado pelas demandas da classe trabalhadora e pelas demandas capitalistas com a queda dos lucros. E “para o capital, a regulação estatal só faria sentido quando pudesse gerar um aumento da taxa de lucro” (Behring & Boschetti, 2011, p. 91).

Nos anos 70, houve uma reação da burguesia à crise do capital, que culminou na redefinição do papel do Estado, e na alteração de alguns elementos que influenciarão a política dos anos 80 e 90, sobretudo na área da política social. Diante disso, os argumentos neoliberais emergiram com força, incentivando uma mínima

regulamentação para conter a crise, destituindo direitos anteriormente conquistados.

O movimento dos trabalhadores perde força de organização e inicia um período de redução dos direitos antes conquistados. Esse novo modelo ambicionou ser uma resposta ao keynesianismo, no entanto “a retomada das taxas de lucro desvinculou-se do crescimento e do pleno emprego que sustentavam o pacto dos anos anteriores, inaugurando um período regressivo para os trabalhadores, do ponto político e da luta de classe” (Behring & Boschetti, 2011, p. 124).

Portanto, as direções tomadas a partir do modelo neoliberal rompem com os direitos assegurados aos trabalhadores, e com a lógica da cidadania existente nas políticas sociais. Por isso, os rebatimentos do neoliberalismo nas políticas sociais em todo mundo serão desastrosos, impactando principalmente os países mais periféricos do mundo, como é caso do Brasil, que sofrerá com o desmonte das políticas sociais básicas, aumento da desigualdade e a criminalização da pobreza.

### **2.2.1.**

#### **O desenvolvimento da política social no Brasil**

Para pensar a política social no Brasil é necessário entender como se deu o desenvolvimento do capitalismo no país. Afinal, nós realizamos uma revolução industrial tardia comparada à realizada nos países europeus, e as relações inerentes ao sistema capitalista se desenvolveram aqui no Brasil de uma forma bem diferente. Se considerarmos que no nosso país a economia era principalmente de base agrária voltada para exportação e que sobre nossa história carregávamos um longo processo de escravidão. Portanto, a nossa adaptação ao capitalismo se deu a partir da substituição lenta do trabalho escravo pelo trabalho livre nas grandes unidades agrárias, numa complexa articulação de progresso ao capitalismo e conservação da antiga ordem (Behring & Boschetti, 2011, p. 72).

O modelo capitalista no Brasil inferiu na divisão do trabalho de forma diferente da estabelecida nos países centrais, aqui não se teve nenhum compromisso com a garantia de direitos ao trabalhador. Todos esses fatores impactaram a nossa relação e organização do trabalho, e contribuíram para a fragilização da classe

trabalhadora no processo de construção política no Brasil, se comparados as dos outros países.

O liberalismo proposto no século XIX foi absorvido aqui de uma maneira própria, privilegiando a emancipação das elites e garantindo a centralização de poder, sem incorporar as demandas das massas. Havia uma tensa relação entre os ideais do liberalismo, que pregava o livre mercado e a liberdade dos indivíduos, numa sociedade ainda marcada pelo trabalho escravo e pelo o não reconhecimento da liberdade individual. Essa tensão provocou uma grande distorção dos ideais liberais em prol dos benefícios e dos privilégios de uma classe por parte do Estado e mascarou a exploração e a violação do trabalho existente no Brasil. Esses elementos vão marcar profundamente nossa formação social pela “heteronomia e dependência”, afirma Behring & Boschetti (2011, p. 73).

O que aconteceu no surgimento do Estado no Brasil foi uma forte confusão entre os fundamentos do liberalismo, proposto por Adam Smith na Europa, e a prática patrimonialista existente aqui. Houve uma contradição baseada na experiência desse modelo na Europa e a prática existente no Brasil, pois seria inviável o liberalismo que prega a liberdade do indivíduo de lutar pelo seu próprio bem-estar em uma sociedade que existia o trabalho escravo. “Trata-se de uma situação estrutural, que retardou a consciência e a ação política dos trabalhadores no Brasil”, destaca Behring & Boschetti (2011, p. 77).

O surgimento das políticas sociais foi gradual e distinta nos diferentes países e dependeu da organização e mobilização de sua classe trabalhadora, e das correlações de forças no interior do Estado. Por isso, o desenvolvimento da política social brasileira não acompanha o mesmo momento histórico dos países centrais, ela tem uma característica particular à nossa formação cultural e social. “Nosso liberalismo a brasileira não comportava a questão dos direitos sociais, que foram incorporados sob pressão dos trabalhadores e com fortes dificuldades para sua implementação e garantia efetiva” (Behring & Boschetti, 2011, p. 81).

Por isso, a política social no Brasil desde seu surgimento é marcada pela instabilidade, e pelo caráter restrito e seletivo de suas ações. O cenário para o desenvolvimento das lutas em prol da garantia dos direitos sociais no Brasil não foi

muito favorável, e o trabalho no país carregou fortes marcas do patrimonialismo, da exploração e da desigualdade.

O processo de expansão do capital, também impactou os acontecimentos no Brasil no século XX. Nesse período, o capitalismo estava se ampliando no país, interferindo nas classes sociais e na atuação do Estado. “As expressões da questão social num Brasil recém-saído do escravismo começam a ser enfrentadas na forma de greve e mobilizações” (Behring & Boschetti, 2011, p. 104).

As políticas sociais brasileiras estavam diretamente relacionadas às condições políticas e econômicas estabelecidas nos outros países. Por isso, a crise desencadeada no ano de 1929, que gerou um período de grande depressão em todo o mundo capitalista, atingiu também o Brasil e interferiu nas correlações de forças existentes no seio da classe dominante e na classe trabalhadora, culminando na revolução de 30.

A política varguista, ao mesmo tempo em que reprimia o trabalhador, regulamentava as relações do trabalho por meio de uma política de antecipação das demandas, que transformava os operários em colaboradores para auxiliar o desenvolvimento do país e do Estado. Essa regulação na relação de trabalho por Vargas no período de 30 introduz a política social no Brasil.

Wanderley Guilherme dos Santos (1987) aponta que o conceito de cidadania é um elemento importante para entender a política econômica e social de um país. Sobretudo, no Brasil (pós 30), no qual a noção de cidadania como prática política implícita na ação do governo, se diferenciou do modelo inglês proposto por Marshall. A prática da cidadania aqui (com base na política a partir de 30) contribuiu para o reforço de dependência e pouca mobilização política da população.

Getúlio Vargas, amparado pelo regime de recessão, coibia o exercício dos direitos políticos e civis dos cidadãos e em contra partida introduzia os direitos sociais para apaziguar os ânimos da população. Entretanto, somente aqueles que tinham os direitos formais relacionados ao trabalho gozavam dos direitos sociais assegurados. Houve várias legislações trabalhistas e previdenciárias, que deixavam claro quem não era possuidor de tais direitos, e quem era cidadão.

De acordo com Murilo de Carvalho (2006), no Brasil, é inviável a aplicação do modelo inglês da construção da cidadania sequencial proposto por Marshall: direitos civis, políticos e sociais, pois, no país há duas diferenças importantes. “A primeira refere-se à maior ênfase em um dos direitos, o social, em detrimento dos outros. A segunda refere-se à alteração na sequência em que os direitos foram adquiridos entre nós, o social precedeu os outros” (Carvalho, 2006, p. 11).

No Brasil, segundo corrobora o citado autor, houve a inversão na ordem e surgimento dos direitos, onde neste houve o predomínio dos direitos sociais, tidos como forma de privilégios e benemerência, e não como forma de luta. E em detrimento desses “privilégios” tem-se uma tradição cívica fraca e pouco encorajadora, o que fez com que a população não desenvolvesse uma cultura de participação no processo decisório.

O país teve e ainda tem que concorrer com uma herança, na qual há uma tradição cívica pouco encorajadora. A participação da população com relação aos assuntos da administração pública sempre foi muito limitada, como ilustra a clássica e conhecida frase de Aristides Lobo, na qual o mesmo apresenta seu desapontamento. Para Aristides Lobo o “povo que deveria ter sido o protagonista dos acontecimentos assistira a tudo bestializado” (Carvalho, 1991).

O Rio de Janeiro por ser o centro político e administrativo do país deveria ser o melhor lugar para o desenvolvimento da cidadania, pois o comportamento político de sua população refletiria no resto do país como um todo. Para Carvalho (1991), a cidade foi tradicionalmente o lugar clássico do desenvolvimento da cidadania, e o Cidadão etimologicamente era aquele habitante da cidade. Por isso, o comportamento do povo brasileiro frente à proclamação da república estava sendo questionado, pois o modelo de cidadania e de cidadão que estavam buscando era o europeu.

Entretanto, é importante ressaltar que neste período a condicionalidade para participar da vida política era muito restrita, ou seja, excluía o homem pobre, além das mulheres, mendigos e entre outros da participação política. Não é de se estranhar que o número de eleitores era extremamente baixo. O cidadão era só aquele que votava (que nesse período era só 2% da população), os que não participavam desse processo era visto como outra coisa, mas não como cidadão.

O povo brasileiro muitas vezes é representado como desprovido de tradição cívica e de envolvimento na participação política do país, mas o que de fato não se reconheceu no percurso da história foram os meios de incentivar a participação efetiva da população no processo decisório. Essa herança interferiu diretamente na ação e na prática da cidadania até os dias de hoje. Diante desse impasse, a condição de cidadão e a cidadania na sociedade brasileira sempre foram adjetivadas no decurso da história. Ela foi passiva, ativa, regulada, entre outras.

O período do Estado Novo foi um período de grandes conquistas para a população. Para Carvalho (2006, p. 110), o período de 1930 a 1954 foi o grande momento da legislação social, mas foi uma legislação introduzida em um ambiente de baixa ou nula participação política e de precária vigência de direitos civis. Este pecado de origem e a maneira como foram distribuídos os benefícios sociais tornaram duvidosas sua definição como conquista democrática e comprometeram, em parte, a sua compreensão como direitos.

Este período deixou como herança a ideia de cidadania relacionada ao trabalho, pois inaugurou o cidadão-trabalhador. Nestas condições, a cidadania era regulada pela carteira de trabalho e os direitos de cidadania tinham fortes vínculos com aquele que tivesse a mesma assinada. Segundo Santos (1987), a cidadania regulada não estava forjada em um código de valores políticos, mas em um sistema ocupacional definido por norma legal. Em outras palavras, passaram a ser considerados “cidadãos todos aqueles membros de uma comunidade que se encontravam localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei” (Santos, 1987, p. 68).

A cidadania neste período estava restrita e vinculada diretamente à profissão, e os direitos do cidadão estavam relacionados ao lugar que o mesmo ocupava no processo produtivo. Portanto, tornaram-se “pré-cidadãos” todos os outros indivíduos cuja ocupação não era reconhecida por lei. Os direitos dos cidadãos dependiam da profissão e da regulamentação do Estado, e como corrobora Santos (1987), a carteira de trabalho passou a ser uma “certidão de nascimento cívico”.

O Brasil seguiu o modelo dos países desenvolvidos na regulação do trabalho, com base na “cobertura de riscos”. Introduzindo algumas conquistas como



seguro de acidente de trabalho, aposentadoria, auxílio maternidade e doença. A partir de 30 é possível perceber alguns avanços da legislação com a criação de alguns órgãos, e o desenvolvimento de uma maior gestão de serviços por parte do Estado, bem como o estabelecimento das políticas sociais.

Diferentes artifícios, através de ações assistencialistas e filantrópicas, passaram a ser moeda de troca e instrumento utilizado pelo Estado para amenizar os reflexos da questão social. Como forma de recompensar as desigualdades existentes, o Estado brasileiro passou a instituir políticas públicas voltadas para a população pobre para amenizar as mazelas da exploração da força de trabalho. Tais políticas apareceram no cenário brasileiro com o objetivo de controlar possíveis conflitos resultantes da pauperização e da espoliação dos trabalhadores. Essas políticas se estabeleceram então sob o discurso do favor e da ajuda para solução de problemas sociais.

Durante o período de 30, o esporte e a educação serviram como importantes instrumentos de controle social e civilidade para a população no Brasil. As ações do Presidente Vargas na época visavam um maior controle estatal sobre a população no país, levando em consideração o discurso nacionalista e a disciplina muito presente no seu modo de fazer política.

O esporte foi utilizado como política pública, sobretudo, para através do seu poder civilizador estabelecer a subordinação de classe. Ele servia como uma distração para retirar a atenção da população de assuntos ligados a política. O Estado passou a aumentar sua oferta de serviço na área social face às condições de vida e as reivindicações dos trabalhadores, estabelecendo assim uma relação de controle visando à diminuição de conflito de classe. Com base na Consolidação da Lei do Trabalho (CLT) no Brasil, esses direitos também foram reconhecidos a partir de uma lógica corporativa, que caracterizava a “cidadania regulada”. A forma como se deu a distribuição dos direitos entre nós marcou a expansão fragmentada e seletiva da política social brasileira.

Em 1945, o Brasil já tinha realizado pequenos avanços, com mais indústrias e com um processo de urbanização. Nesse momento, há a formação do movimento de trabalhadores mais maduro, e com uma pauta de demandas maior. O período que segue foi marcado pela transformação do modelo para desenvolvimentista. O

Estado brasileiro passou a intervir mais na área social, de modo a regular as relações do capital com o trabalho para incentivar o desenvolvimento industrial e alavancar o crescimento do país. Nesse contexto, as políticas sociais absorveram, junto à cultura patrimonialista já existente, também o corporativismo, que com o estabelecimento da ditadura militar absorvera elementos burocráticos.

No Brasil a expansão da política social se deu de forma conservadora e tecnocrática, o que demarcou o desenvolvimento dos direitos sociais em detrimento da restrição dos direitos civis e políticos. Com o golpe militar em 1964, os direitos individuais, coletivos e políticos foram limitados com a ditadura, de modo a silenciar a classe trabalhadora.

O salto econômico do Brasil nesse período tem a ver com o projeto de intensa internacionalização da economia. O Brasil saiu da ditadura militar com uma estrutura social mais complexa do que a existente anteriormente. Junto ao processo de urbanização, industrialização e expansão consolidados a partir da lógica desenvolvimentista, surgiram novos atores político no cenário questionando a situação de desigualdade existente e reivindicando por melhores condições de vida.

O esporte foi um recurso que os militares utilizaram para legitimar a ampliação das políticas sociais, sobretudo como meio de recuperação da força de trabalho. Nesse contexto, os serviços disponibilizados pela iniciativa privada serviram para acentuar ainda mais a desigualdade no acesso a serviços, separando a população entre os que podiam pagar e os que não podiam.

A partir da década de 1960, esse cenário sofreu grandes modificações. Há uma maior demanda de participação política da sociedade civil, que passou a lutar para ter mais espaço na arena pública para reivindicar seus direitos, exigindo mais do Estado. Esse momento foi extremamente importante para desestabilizar o modelo historicamente constituído, acarretando assim mudanças nos parâmetros estabelecidos para cidadania no Brasil.

Os conflitos gerados pelo “autoritarismo social” ao longo da trajetória histórica brasileira, de desigualdade, discriminação e limitação dos direitos, fizeram com que houvesse a emergência de diferentes frentes de lutas pela sociedade civil no interesse de pleitear novos direitos no campo social. Nas décadas seguintes

diante da mudança do cenário político do país diversas demandas passaram a fazer parte do discurso e foram postas pela população.

Nos anos 70, o modelo tecnocrático do regime militar começou a dar sinais de desgaste devido os impactos da economia internacional. A década de 80, portanto, começa com uma abertura lenta e gradual do regime, marcada pelos percalços do período anterior. A transição para a democracia ficou atrelada a aceitação das orientações do modelo neoliberal que já estava em curso nos outros países. Devido essa mudança na área produtiva, os países periféricos sofreram com os altos índices inflacionários e com o grande impacto nas políticas sociais, no qual os benefícios ficaram concentrados nas grandes economias mundiais e os ônus foram pagos pela crise do Estado nos países pobres.

Na década de 80, identificada como década perdida devido ao pouco avanço na economia, houve um grande endividamento do país, aumento da pobreza, do desemprego, dos trabalhos precários e a redução dos serviços oferecidos à população. Tal período também é lembrado como o momento da democratização política do país, expansão dos direitos de cidadania e da política. Por isso, Telles (1991) afirma que “há uma dramatização da questão social” no Brasil, já que é um país no qual as transformações econômicas, tecnológicas, entre outras são extremamente aceleradas (e não se traduzem em melhores condições de vida para a população), sem que se tenha conquistado patamares mínimos de igualdade civil e social.

O Brasil chega à década de 90 marcado pela alta inflação e pela dívida externa. O avanço da tecnologia, o reordenamento urbano e as mudanças no mercado produziram um novo tipo de exclusão social, em que há uma integração precária dos indivíduos na vida social. Verifica-se uma flexibilização e uma precarização do trabalho e um desrespeito aos direitos humanos com o aumento do desemprego e a redução das oportunidades para os jovens. Tudo isso somado a expressiva redução de gastos na área das políticas de saúde e educação, a alta concentração de riquezas e a divisão desigual dos recursos existentes. Conforme afirma Netto (1996, p. 100), “[...] a desqualificação do Estado tem sido, como se sabe, a pedra de toque do privatismo da ideologia neoliberal: a defesa do ‘Estado Mínimo’ pretende fundamentalmente o ‘Estado Máximo’ para o Capital”.

Portanto, o século XXI começa com uma mudança significativa na organização do trabalho e na oferta das políticas públicas sociais. Segundo Behring (1993), é “interessante notar, com o recrudescimento da barbárie, a cidadania foi se deslocando da pauta socialdemocrata marshalliana, sendo cada vez mais apropriada e reconceituada”. Por isso, os movimentos sociais iniciados na década 70 passaram a ter importância no processo de luta pelos direitos de cidadania. Como corrobora Pinto (2012), foi a partir da iniciativa da sociedade civil, que ocupou os espaços públicos, que foi possível a construção de um espaço comum.

E foi a partir do protagonismo dos movimentos sociais, com a reinserção de diversos atores no cenário reivindicando por direitos, que foi possível vislumbrar alguns avanços na legislação brasileira no que diz respeito aos direitos sociais. Em 1988, como consequência dessas lutas, ocorreu um marco no campo dos direitos sociais, com a promulgação da Constituição Federal. Houve, assim, pela primeira vez na história brasileira, o reconhecimento da política social na Constituição, e a ampliação dos direitos e de instituições que buscam garantir e zelar pelos direitos de cidadania, consolidando conquistas e promovendo política pública nos diferentes campos do direito.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (Brasil, 1988)<sup>5</sup>.

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um (Brasil, 1988).

Os movimentos sociais foram extremamente importantes nesse processo, lutando não apenas pela garantia, mas também pela afirmação dos direitos na Lei. Por isso, a cidadania, neste contexto, possuía uma articulação entre a cultura e a política. “Incorporando, de um lado, características da sociedade (subjetividades), a emergência de novos atores sociais e de novos direitos, e de outro as características da sociedade brasileira marcada pelo autoritarismo social” (Dagnino, 1994, p. 13).

Entretanto, os anos 90 foram de reformas no interior do Estado, retirando do mesmo algumas responsabilidades públicas, sobretudo na área social, que passou a

---

<sup>5</sup> BRASIL. Constituição (1988). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 out. 2012.

ser focalizada e limitada. Essa nova arquitetura fez com que cada vez mais o Estado repassasse para outros setores a execução de serviços sociais, se eximindo da responsabilidade da qualidade dos serviços prestado para a população.

Portanto, é necessário problematizar a questão dos direitos, porque embora a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2001) preconize a saúde, educação, esporte e o lazer como direitos do cidadão e dever do Estado, é possível notar que estes não se materializaram efetivamente para a população. Há ainda um hiato constitucional entre os direitos consignados na Constituição Federal e as Políticas Sociais em desenvolvimento a ser superado. As políticas se tornaram objeto de barganha política, como poderemos perceber no decorrer desse trabalho através do que ocorreu com as políticas de esporte. Cada vez essas políticas gestadas pelo Estado, são repassadas para organizações sociais e diferentes instituições não pertencentes ao Estado, que focalizam e delimitam o perfil de atendimento e colocam em cheque os princípios de universalidade dos direitos, o que para nós representa um grande retrocesso.

### **2.3.**

#### **A Trajetória da política pública de esporte no Brasil**

O esporte no Brasil, como prática e expressão corporal, também foi utilizado pelo “Estado como estratégia e como suporte no processo de ordenamento da sociedade nos moldes de seu projeto político-ideológico”, conforme corrobora Linhales (1996, p. 76). No Brasil, todas as medidas definidoras da política no campo do esporte tem sua formação no Estado Novo, com o objetivo de disciplinar e controlar a população para prevenção de possíveis conflitos, tendo esse modelo gerado reflexos e impactos que perpetuam na área esportiva até os dias atuais. O projeto estado-novista associava a “ideia de nação a uma totalidade orgânica, harmoniosa, capaz de superar as contradições e conflitos que porventura existissem entre suas partes” (Linhales, 1996, p. 76), e o esporte, a partir dessa perspectiva se tornou um grande aliado.

O período do Estado Novo, conforme sustenta Melo (2005, p. 73), passou a ser a gênese da relação sistemática entre o aparelho do Estado e o esporte. Nessa mesma linha, Linhales (1996) afirma que a intervenção do Estado brasileiro no setor

esportivo, nesse período, guarda estreita relação com o processo de construção de uma nova ordem política e social. As ações do Presidente Vargas na época visavam um maior controle estatal sobre o funcionamento dos clubes no país, levando em consideração o discurso nacionalista e a disciplina muito presente no seu modo de fazer política. Por isso, “as políticas esportivas deveriam ter o caráter moral e cívico, valendo do potencial educativo do esporte, objetivando uma educação sadia para a juventude brasileira” (Melo, 2005, p. 73).

O desenvolvimento do esporte brasileiro inicialmente foi incentivado por entidades de direito privado, voltadas para o desporto seletivo, como os clubes, restringindo a prática a pessoas com aptidões físicas e talento (excluindo aqueles que não se enquadravam no perfil de atleta). Os clubes limitavam-se aos que para além de aptidão dispusesse de recursos para pagar as taxas, em alguns casos o Estado arcava com os custos, mas não o fazia de forma desinteressada. Para Vargas, era necessário dar uma organização mais adequada ao desporto, de modo a “imprimir disciplina para a correta prática esportiva, conveniente desenvolvimento e útil a influência na formação espiritual e física da juventude” (Manhães, 1986, p. 27).

Neste período, através da Lei nº 378 de 13/03/37, foi criada uma Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura, que tendo sua base arraigada dos valores morais e cívicos do contexto, teve em seu corpo diretor a presença de membros da área militar. Vargas almejava disciplinar o desporto, sobretudo a prática com cunho profissional. Desejava sistematizar e intensificar as ações do poder público junto às organizações desportivas, de maneira a garantir e obrigar que as entidades desportivas do país adotassem as regras vigentes para competir com outros países.

Entretanto, o que estava em jogo era um projeto de ordem societária com base na perspectiva autoritária e disciplinaria do Estado para com a sociedade. A ação tinha como parâmetro o projeto de uma sociedade corporativa, que implicava a intervenção do aparelho estatal na vida social submetendo o público ao privado através do discurso de coesão e harmonia social. Na qual, segundo Manhães (1896) a “base era a não legiminidade do conflito”.

Como destaca Linhales (1996, p. 75), o “significado político-ideológico atribuído ao esporte no período de 1930 a 1945 influenciou, de forma decisiva, sua consolidação e permanência como prática social e como esfera de atuação do poder público”. Foi a partir desse período que o Estado efetivamente passou a intervir no esporte e a promover investimentos na área no Brasil.

Tais ideias de incentivo a prática tomam corpo motivadas e influenciadas pelos ideais propostos por Adolf Hitler no uso do esporte como forma de controle das massas. Impregnado dos ideais do ditador alemão, o presidente Getúlio Vargas utilizou o esporte com a mesma finalidade. Nesse sentido, Linhales afirma que “o projeto de eugenia da raça brasileira ganha força como um projeto político-social [...] na construção de que deveria ser o povo brasileiro, base para a construção de uma Nação coesa, harmônica e orientada, fundamentalmente, para a causa nacional” (1997, p. 77, grifo meu).

Para Luís Werneck Vianna (1978 apud Manhães, 1986, p. 29), “a absorção do indivíduo pelo Estado, com a subsequente negação da legitimidade do conflito como forma de convivência necessária no jogo democrático, pressupunha o despojamento das classes de sua consciência de si”. Vargas nesse período se valia do discurso do melhor interesse da coletividade para não reconhecer o interesse e o direito do indivíduo, tão pouco da organização de classe, com a afirmação de que os “direitos pertenciam à coletividade e não ao indivíduo” (Manhães, 1986, p. 30).

A disciplina justificava a intervenção do Estado nas relações sociais, em nome da harmonia e funcionamento do todo. Para Manhães (1986, p. 32), “a disciplina se explicita em tornar dominantes os pressupostos referentes ao projeto de sociedade hegemônica”, inviabilizando assim o conflito. A partir do pensamento de Foucault (1979), é com base na disciplina dos corpos que o exercício do poder vai se manifestar e produzir seus efeitos sobre os corpos dos indivíduos (o que Foucault denominou de poder disciplinar). Segundo o referido autor, “o poder não existe, existem sim práticas ou relações de poder” (Foucault, 1979, p. 14).

De acordo com Foucault (1979), o poder pode ser utilizado como uma técnica, um dispositivo ou um mecanismo de disciplina e controle do indivíduo para torná-lo dócil e útil ao interesse de quem o exerce. E essa influência que o poder exerce sobre os corpos assegura a sujeição da força do homem e produz os

comportamentos desejados. Com o objetivo de produzir um tipo de homem ideal e necessário para a manutenção e funcionamento da sociedade capitalista, incapaz de subverter a ordem. E esse era o tipo de homem que Vargas desejava produzir para o desenvolvimento do país.

Persegue-se obstinadamente não somente a configuração de um tipo físico único para o brasileiro; ambiciona-se também a definição de um só perfil racial, a ponto de ser estabelecida uma relação simples entre raça e Nação constituída. A importância do trato do corpo é crucial para uma sociedade que se vê somatizada, a saúde, a força do corpo é a sua saúde e sua força estimadas (Lenharo, 1986 apud Linhares, 1996, p. 77)<sup>6</sup>.

O grau de resultados e as qualidades dos atletas nesse período, a partir da perspectiva de Vargas, deviam-se as características biológicas da raça e do espírito do povo brasileiro. Como se o desporto fosse algum tipo de qualidade nata da cultura nacional. Entretanto nem todos tinham acesso, para uns era reservado o direito a prática, e para outros cabiam o prazer de ser espectador. Diante do exposto, a organização do desporto no Brasil foi mediada pelos interesses das classes hegemônicas, que com base no desporto seletivo, deixou parcela considerável da população sem acesso ao esporte, já que o mesmo era voltado ao alto rendimento e ao resultado.

As primeiras intervenções do Estado brasileiro no âmbito do esporte datam da década de 1940, quando a partir de mecanismos legais (especialmente a lei 3199/413), o poder público passou a reconhecer e controlar as manifestações do esporte no interior da sociedade brasileira. O desporto deveria ser uma alta expressão da cultura e da energia nacional. Era um meio de educação cívica e moral.

A principal lei referente ao esporte se deu no ano de 1941, com a criação do Decreto-Lei nº 3.199 que estabeleceu a criação do Ministério da Educação e Saúde e do Conselho Nacional de Desportos – CND. De acordo com Manhães (1986), é possível destacar três elementos básicos que nortearam essa legislação, que são, a saber: a disciplina, o nacionalismo e a moral. O decreto 3.199 tornou-se, assim, o documento basilar desse período e da política do desporto no estado-novista, sendo esta a primeira tentativa de formulação de uma política.

---

<sup>6</sup> LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papyrus, 1986. 218 p.



A partir do referido documento é possível observar a ênfase dada à categoria disciplina, elemento este que justificava o interesse em legislar sobre o esporte. Outro objetivo expresso no decreto do CND era o de “tornar o desporto um eficiente processo de educação física e espiritual para a juventude” (Manhães, 1986, p. 77). Havia uma grande identificação entre o desporto e o processo educativo. Já, nesse contexto, o esporte era visto como um relevante instrumento para a educação dos jovens, considerando-o “como um elemento do sistema de educação do país” (Manhães, 1986, p. 77).

A relação do desporto no processo educativo está diretamente relacionada com a ideia de moralidade, no intuito de dirimir conflitos e fortalecer a sociabilidade e solidariedade entre os indivíduos. Por isso, o desporto se tornou um instrumento de educação cívica, capaz de favorecer o respeito às regras e moldar comportamentos sociais de acordo com o *status quo*.

Como ilustra Manhães (1986), foi a partir dos discursos, da disciplina, do nacionalismo e da moral que o Estado justificou o processo de estatização do esporte no Brasil. E esse processo se deu como um favor do Estado para com a população ao ofertar práticas de desenvolvimento sadio ao corpo (comprometendo definitivamente a noção do esporte enquanto direito no percurso da história).

Se, no momento de sua emergência, o esporte brasileiro apresentava-se como prática social incipiente, com baixos níveis de conflito e de demandas, ausência de interesses secundários e pequena intervenção por parte do Estado, no decorrer de sua trajetória, tais condições se alteram significativamente durante a década de 1930, os motivos para sua intervenção. Em nome dos “interesses nacionais”, o Estado Novo realizou a primeira normatização geral no setor esportivo, por meio do *Decreto Lei nº 3.199/41* (Linhaes, 1996, p. 204).

Portanto, durante certo período, o esporte e a educação serviram como importantes instrumentos de controle social da população no Brasil. Como corrobora Melo (2005, p. 74), tal fato “fica claro na criação dos chamados Parques Proletários, que incluíam o esporte e Educação Física na educação de adultos e crianças”, o que funcionou como um meio de “recuperação e manutenção da força de trabalho ou da minimização dos efeitos da vida urbana”.

A construção de um país mais desenvolvido, sobretudo com o processo de industrialização requiritava ações para melhorar o empenho e educar os indivíduos. Considerando que a “disciplina dos gestos seria um elemento que contribuiria para

a produtividade do trabalho, o esporte ganha uma nova função junto ao operariado fabril” (Linhaes, 1996, p. 85). E nesse sentido, “a prática esportiva é colocada no mesmo plano dos benefícios trabalhistas que o governo vinha gradativamente concedendo” (Lenharo apud Linhaes, 1996, p. 85). O esporte, a partir desse momento, deixou de ser uma prática somente das elites, para ser incorporada pelo Estado, de maneira interessada, ora como recurso no processo de disciplinamento da classe trabalhadora, ora como benefício.

É importante destacar que todos os decretos e portarias que surgiram até o final dos anos 50 não modificaram essa lógica, que estava presente na lei de 1941 (Maia, 2006, p. 7). Só a partir do advento da década de 60, que ocorrerá uma mudança significativa no esporte, sendo esta, de acordo com Maia (2006, p. 07), fruto de uma intensa movimentação no exterior. A partir da década de sessenta, será possível perceber uma nova compreensão sobre o esporte por parte do Estado no sentido de torná-lo uma prática universal. A partir deste momento conforme afirma Maia (2006, p. 1), “o esporte ganha um viés socioeducativo”, passando a ser absorvido pelas políticas públicas “como fenômeno promotor da socialização dos jovens” (Maia, 2006, p. 1).

Pós 1964, a visão e a utilização do esporte como forma de controle passaram por algumas mudanças significativas, pois a política de esporte passou a ter outra funcionalidade. Percebendo que o esporte tinha muita adesão da população, os militares na época passaram a reconhecê-lo como importante recurso para obtenção do consenso popular, e, por isso, segundo Melo (2005), os militares se apropriaram disso. Neste período, então, o esporte passou a ser popularizado “como meio de dar mais oportunidade as massas, com a finalidade de surgir novos talentos”. E, assim, “a ampliação do acesso ao esporte é reconhecida pelos militares como direito social, e claro que esse reconhecimento se dá a partir das possibilidades “pedagógicas” dos esportes” (Melo, 2005, p. 75).

A motivação dessa mudança de visão deve-se, segundo Maia (2006, p. 7-8), a uma formulação do conselho da Europa da ideia de ‘Esporte Para Todos’ no ano de 1966, que culminou no incentivo e na formulação de diversas campanhas em vários países do mundo com o intuito de estimular e propagar o esporte como atividade educativa, saudável e cultural para a sociedade como um todo, sem discriminação da prática.

Sendo este ideário devidamente expresso na Carta Europeia do *Esporte Para Todos* (EPT), elaborada pelo referido Conselho da Europa. Com a divulgação desta carta, o esporte passou a ganhar mais importância, colocado no mesmo patamar de relevância da saúde e da educação, tornando-o uma prática também voltada para a massa. “Não se trata mais do esporte espontâneo praticado pelos jovens como, por exemplo, as peladas em várzeas difundidas em todo o país ao qual se atribuía um caráter de massificação, mas sim do uso do esporte como instrumento educativo”, afirma Maia (2006, p. 1).

Segundo Teixeira (2009, p. 9), “o objetivo principal do EPT era incrementar a rede de fiscalização do regime militar, potencializando-a através de afirmações sobre a sua penetração nas comunidades, promovendo um espírito de solidariedade”. Para outros autores, essa campanha realmente ajudou na disseminação da prática do esporte, como, por exemplo, a realização dos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) em 1969, com o intuito de incentivar o esporte nas escolas. Outro aspecto importante com a elaboração desse documento foi à ênfase dada à necessidade de investimentos e recursos por parte do poder público para a promoção e acesso ao esporte, “incluindo o mesmo nas agendas das políticas públicas do país”, como destaca Maia (2006, p. 2).

No ano de 1970, a Divisão de Educação Física se tornou o Departamento de Educação Física e Desportos. Já no ano de 1978, este departamento passou a ser uma secretaria, ficando diretamente ligada ao Ministério da Educação<sup>7</sup>. Nesse período, ainda havia um forte movimento com a intenção de promover e democratizar o acesso à prática esportiva no país, fruto de uma campanha que resultou da mencionada Carta do *EPT*. No Brasil, essa campanha foi decorrência de um acordo entre o Departamento de Educação Física e Desporto e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que contou com um forte apoio da mídia, como bem destaca o trecho a seguir.

[...] promovida pela Rede Globo de Televisão em 1975, a campanha denominada *Mexa-se*, inaugura uma tendência que logo em seguida se incorporará nas políticas e coincidiu com a elaboração do Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNDE, 1976) como objetivos principais de aprimorar a aptidão física da população, elevar o nível do desporto em todas as áreas, intensificando a sua prática

---

<sup>7</sup> No entanto, no ano de 1990, o então presidente Fernando Collor extinguiu a referida Secretaria, criando a Secretaria de Desportos da Presidência da República. Com a sua saída, o esporte volta a ser vinculado ao Ministério da Educação.

às massas, ampliar o nível técnico das representações nacionais e difundir as atividades esportivas como forma de utilização do tempo de lazer (Teixeira, 2009, p. 2).

A partir da campanha do programa Esporte Para Todos (EPT) houve um maior incentivo à prática esportiva no Brasil, tomando por modelo as campanhas de incentivo realizadas nos países europeus como “incremento da atividade física como promotora de saúde” (Brandão apud Linhales, 1996).

*A Campanha do Esporte Para Todos* atribuiu aos municípios à responsabilidade da execução das propostas ali contidas. Aos poucos, vai ganhando maior dimensão a ideia de que o esporte deveria ser acessível a todos os indivíduos das mais diversas partes do país, devendo essa oferta atender às especificidades de cada região (Maia, 2006, p. 7).

Essas campanhas também incentivaram a participação da população como voluntários, privilegiando a participação da comunidade para a realização de ações, visando à solução dos problemas sociais. Como bem ilustra a citação a seguir:

Baseada no trabalho voluntário, em ações esporádicas e no princípio da participação comunitária, a Campanha EPT apresentou-se como o braço esportivo/recreativo que o Governo Federal utilizou para o enfrentamento das questões sociais (Linhales, 1996, p. 158).

No entanto, essa campanha no Brasil não teve os mesmos impactos produzidos no exterior, já que, como corrobora Linhales (1996, p. 157), nossas condições políticas, socioeconômicas e culturais eram bastante distintas daquelas que o *Welfare State* havia construído nos países que criaram o Esporte Para Todos. Logo essa campanha na sociedade brasileira não conseguiu efetivamente fornecer o acesso igualitário ao esporte. De um lado essas ações acabaram por controlar (por parte do governo) os indivíduos em seus tempos livres, os ensinando como deveriam desfrutá-lo, e por outro também se apresentou como uma “possibilidade de ação alternativa - e até de resistência - à forte tendência do esporte de alto nível, seletivo e excludente” como alerta Linhales (1996, p. 159).

Também há a emergência na década de 70 de inúmeras diretrizes e projetos elaborados pelo Estado voltados para o esporte, como exemplos têm-se a Lei Federal nº 6.251/75 e o Decreto-Lei nº 80.228/77, que estabeleceram a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto. Entretanto como bem destaca Manhães (2002), estas propostas poucas mudanças produziram no esporte brasileiro, de acordo com Starepravo (2011) trata-se de “uma política

continuísta, caracterizada por reparos formais e periféricos em relação à legislação da década de 1940”.

Para Linhales (1991, p. 151), essa legislação “propõe apenas algumas modificações da estrutura do Sistema Esportivo Nacional. Já Manhães (1986, p. 90), foi mais enfático e afirmou que “tratava-se, então, da modernização do já existente”. Nesse sentido, essa legislação apenas se diferenciou na medida em que reconheceu quatro formas de organização do esporte: comunitária, estudantil, militar e classista”, mas continuou priorizando o alto rendimento.

A partir da leitura da obra de Manhães (1986), foi possível apreender que essa diferenciação servia apenas de base para indicar os segmentos sociais responsáveis pelas entidades esportivas. Por isso, pouco influenciou mudanças na política do esporte, que continuou focada no alto rendimento, e não no esporte enquanto direito social. Todos esses elementos acabaram gerando na população um sentimento de descontentamento com as políticas e as condições de acesso ao esporte existente, e estes por sua vez passaram a questionar o modelo esportivo vigente.

Nesse contexto há emergência no espaço público de diferentes movimentos sociais a fim de reivindicar por diferentes direitos no país, e estas manifestações também compreenderam a área do esporte. Diferentes grupos da sociedade civil se uniram para demandar direitos por parte do Estado, questionando também suas ações. Conforme corrobora Linhales (1996, p. 160), “o lento processo de abertura democrática, com suas idas e vindas, atinge também o setor esportivo nacional”. E no início da década de 80, o modelo seletivo do esporte brasileiro passa a ser questionado também pela população, e “identificado em diversos níveis e por diferentes atores como um mal a ser suprimido” (Linhales, 1996, p. 160).

Na década de 1980, diante das mudanças no cenário político do país diversas demandas passaram a fazer parte do discurso e foram postas pela população. No entanto, o início da década de 80 representou também o fim do ciclo de expansão vivido nos anos 70, a economia do país já não era mais a mesma. Herdamos os endividamentos do período de desenvolvimento anterior e muitas dificuldades passaram a ser enfrentadas pelo povo brasileiro com o aumento da inflação. O Estado passou a cortar custos e aumentar impostos. Essas mudanças interferiram

diretamente nas pequenas conquistas da população, que passou a estar atrelada a relação de mercado.

Diante do exposto, o esporte também seguiu as diretrizes das políticas consolidadas na década de 80, e conforme afirma Sigole (2004, p. 9), o esporte foi inserido, definitivamente, no sistema econômico mundial e passou a ser um mecanismo financeiro sob influência das corporações transnacionais. O crescimento dos meios de comunicação também contribuiu para essa inclusão do esporte no mercado, através da difusão das competições esportivas enquanto espetáculo que poderia ser vendido como um produto a ser oferecido. Segundo Tubino (1993, p. 29), essa percepção fez “com que os investidores voltassem suas atenções para os eventos esportivos”.

A década de setenta serviu como laboratório para a inclusão do esporte no mercado mundial. Naquela época as grandes confederações esportivas internacionais, tais como a FIFA (Federação Internacional de Futebol) e o COI (Comitê Olímpico Internacional), perceberam o crescente valor do esporte para a mídia e passaram a negociar cifras cada vez maiores sobre os direitos de transmissão televisiva dos campeonatos internacionais e dos Jogos Olímpicos (Simson, 1992<sup>8</sup> apud Sigole, 2004, p. 9).

Os negócios na área do esporte passaram a ser rentáveis, e, nesse contexto, empresas voltadas para o esporte começaram a surgir. Esse processo de mercantilização limitou a percepção do esporte como direito. Pois, com “o surgimento do aspecto comercial do esporte, o maior problema passou a ser a predominância do mercantilismo sobre a antiga ética esportiva construída no tempo do esporte essencialmente olímpico” (Tubino, 1993, p. 32).

No entanto, o esporte começou a ser também uma demanda de uma sociedade democrática, que lutava pelos reconhecimentos dos seus direitos de cidadania para uma vida melhor. Diversas organizações passaram a questionar sua prática, e com a Educação Física não foi diferente. Segundo Linhales (1996, p. 1966), durante esse período, seu interior “foi marcado por significativa problematização de sua função social e de seu caráter alienante, autoritário e hierarquizado”.

Adaptar-se aos novos ventos democráticos parecia ser a condição estrategicamente necessária àqueles que pretendiam a manutenção de suas posições de poder. Os

---

<sup>8</sup> SIMSON, V.; JENNINGS, A. *Os senhores dos anéis* – Poder, dinheiro e drogas nas Olimpíadas Modernas. São Paulo: Best Seller, 1992.

militares não abandonaram facilmente o setor esportivo e quando começaram a fazê-lo, já na segunda metade de década de 80, deixaram como substitutos muitos de seus seguidores (civis ou à paisana) (Linhaes, 1996, p. 160).

Na passagem dos anos 80 e 90, as políticas públicas de esporte passaram a fazer parte do rol de direitos, o que garantia que a população deveria ter acesso a prática esportiva. Afinal, o esporte também precisava se adequar aos padrões da nova ordem democrática que estava se pondo. As escolas se tornaram fundamentais nesse processo, o esporte ficou atrelado com a educação, sendo sua prática padrão no âmbito escolar.

Como consequência das lutas desse período, o esporte e o lazer passaram a fazer parte dos direitos sociais contidos na Constituição Federal de 1988. A Constituição em seu artigo 217 assegurou a prática esportiva como o direito de cada cidadão, indiferente de sua classe social, condição física ou talento. Rompendo assim, com as ações de tutela do Estado sobre a sociedade em relação à área esportiva que vinha se perpetuando por décadas.

Art. 217 - É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (Brasil, 1988).

Portanto, a partir desse interstício dos anos 80 para os anos 90, mudanças começaram a acontecer na relação do esporte com Estado, atingindo positivamente a sociedade no Brasil. Surgiram iniciativas de implementação de políticas sociais na área do esporte, rompendo com as estruturantes preexistentes. O esporte passou a ser considerado como direito de todos. E como um direito de todos, passou ser entendido como demanda da sociedade. Compreendido “pela abrangência das suas três manifestações: o *esporte- educação*, o *esporte-participação* e o *esporte performance*”, que, como define Tubino (1993, p. 26), “essas manifestações representam as dimensões sociais do esporte”.

A primeira manifestação, também conhecida como *esporte educacional*, trata do esporte como parte do processo educativo para as crianças e jovens, relacionado diretamente com a cidadania (não ficando restrita a escola).

O *esporte-educação* tem um caráter formativo. Por isso, ele deve ser desenvolvido na infância e na adolescência, na escola e fora dela, com a participação de todos, evitando a seletividade e a competição acirrada (Tubino, 1993, p. 27).

A segunda manifestação denominada *esporte-participação*, ou esporte popular, está diretamente relacionada com o prazer que a prática pode oferecer, com o lúdico e com lazer. É a “utilização construtiva do tempo livre, propicia o desenvolvimento comunitário, a integração social, e as relações pessoais” afirma Tubino (1993, p. 27). Já o *esporte-performance*, ou mais conhecido entre nós como alto rendimento, é aquele que foca a competição e o resultado. Segundo Tubino (1993, p. 28), “ele norteou o conceito de esporte durante muito tempo, e influenciou o esporte como instrumento político-ideológico”.

Como reflexo dessa mudança de visão acerca do esporte como direito de todos, o Estado mudou sua postura perante o esporte. Antes o Estado era apenas tutor e intervia direto no esporte, depois ele passou também a normatizar e fomentar o esporte. Como bem corrobora Tubino (1993, p. 45), “começaram a incentivar e fomentar programas, disputas e até discussões teóricas acerca dessas manifestações esportivas”. O esporte ganha aí *status* similar aos demais direitos fundamentais do cidadão.

Como visto anteriormente, o direito ao esporte também fez parte das diversas reivindicações, o que fez com que o mesmo fosse reconhecido como direito e começasse a ser mais priorizado pelo governo. A partir de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso criou, então, o Ministério de Estado Extraordinário do Esporte, nomeando como responsável Edson Arantes do Nascimento (o ex-jogador de futebol, Pelé). O esporte, percebido para além da disciplina do corpo, passou a ser visto como promotor de cidadania, uma vez que sua prática seria norteadas por princípios socioeducativos (Valente, 1998<sup>9</sup>, apud Maia, 2006, p. 4).

---

<sup>9</sup> VALENTE, Edson. *Relação história entre o Esporte para Todos e o Movimento Olímpico*. In: *Conexões: educação, esporte, lazer*. N. 1, Campinas, Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, 1998.



Em dezembro do ano de 1998, foi criado o Ministério do Esporte e Turismo (através da Medida Provisória nº 1.794-8). No ano 2000, criou-se a Secretaria Nacional de Esporte, e em 2001, passou-se a incentivar no Brasil o esporte na escola, fazendo com que o mesmo fosse vinculado ao discurso de promoção da cidadania. O esporte a partir da força popular foi definitivamente incorporado como um direito e como recurso importante para as políticas públicas.

A escolha do esporte é porque o mesmo desempenha um papel importante na sociedade brasileira e parece apropriada, pois é uma maneira de aliviar a tensão, dar disciplina, bem como permite a liberação das emoções e a construção de identidades. No Brasil, o esporte sempre foi considerado um fenômeno de relevância no “processo de civilização”, conforme analisa DaMatta (1982). No entanto, como bem coloca Escobar (1989 apud Projeto VOCN, 2012), a sua aceitação como fenômeno social requer uma postura de questionamento de suas normas, suas condições de adaptação à realidade social e cultural da comunidade que o pratica.

No final da década de 1990, o Brasil vivenciou uma realidade de grandes transformações decorrentes da crise econômica do período anterior, tanto no que se refere ao reordenamento urbano, quanto ao agravamento da criminalidade. E esses fatores influenciaram diretamente as reivindicações políticas e a implementação de políticas públicas em diferentes cidades no país, como é o caso do Rio de Janeiro. O esporte passou a ser instrumentalizado nesse contexto como promotor de valores para juventude. Dentro dessa nova configuração sociocultural, a política do esporte desempenhou um papel importante, sendo articulado com outras políticas, sobretudo com o lazer para a diminuição da violência. Ambos foram utilizados como promotor de cidadania, sendo oferecidos, sobretudo a população de áreas pobres das cidades.

A partir da década de 80, o esporte vem sendo apontado como direito social. No entanto, esse fator pouco influenciou os resultados e os efeitos reais na vida da população que habita a cidade. O esporte brasileiro ainda tem um extenso percurso a percorrer no processo de universalização do acesso, pois ao longo de sua trajetória o mesmo sempre engendrou os interesses de uma determinada classe. Por isso, não há de se estranhar que com toda mudança provocada no cenário político e econômico do país o esporte tenha se mantido o mesmo.

Quando foi reconhecido como direito de todos, o esporte ampliou o seu alcance entre a população, mas infelizmente a sua relação com o mercado o desvirtuou desse caminho. Oferecido como bem ou serviço consumível para aqueles que têm recursos, ou distribuído como “algo “falsamente gratuito”, dado pelo Estado para aqueles que não podem pagar, o esporte distanciou-se da possibilidade de se constituir como um direito social” (Linhaes, 1996, p. 132).

Portanto, a partir das análises destacadas aqui é possível perceber que a instrumentalização do esporte se deu ao longo do desenvolvimento histórico, político e econômico da sociedade de maneira pouco assimétrica, causando a esses sérios impactos na sua compreensão. Ele foi utilizado com diferentes objetivos: como recurso disciplinar, como instrumento do Estado para disseminação de valores morais, como recurso de competição ideológica e como mercadoria para ser incorporada ao mercado. Qual será o próximo interesse que o esporte representará no Brasil e no mundo? Será que ele de fato se voltará para o interesse do cidadão?

Atualmente, o esporte é caracterizado como uma mercadoria. E, por isso, o mesmo é incorporado à agenda de realização dos Megaeventos nas grandes cidades do mundo. São apresentados pelos órgãos do Estado como um meio de divulgar a identidade social e a imagem da cidade. O problema da utilização do esporte não está aí, mas sim em como, a partir desses eventos, torná-lo efetivamente realidade para todos.

A ênfase ao esporte como meio de inclusão ganhou destaque e faz parte das políticas e projetos que envolvem o planejamento da cidade. Fazendo parte também dos interesses do Estado. A análise feita no decorrer desse capítulo nos permitiu perceber que na modernidade o esporte não foi utilizado de maneira desinteressada, mas pelo contrário o esporte sempre foi utilizado como instrumento político pelo Estado, e o mesmo continua acontecendo até os dias de hoje.

### 3.

## O ESPORTE COMO “ANTÍDOTO” SOCIAL

O tema da exclusão, do não acesso ao mercado de trabalho, das poucas oportunidades para os jovens, e, sobretudo, da violência associada a esse segmento nas grandes cidades não é algo novo. Pelo contrário, tais questões sempre existiram como consequência de um processo desigual de oportunidades em um país que não tem espaço para todos. Os jovens, em uma sociedade extremamente díspar como a brasileira, passaram a ficar em uma situação de maior vulnerabilidade social. Esta situação aliada às condições socioeconômicas desiguais do país interferiu diretamente em sua integração social e fomentou processos de exclusão, além de contribuir para o aumento da violência e da criminalidade. Tais problemas revelam as dificuldades estruturais da sociedade como um todo, e exigem uma maior intervenção por parte do Estado.

Na década de 1990, a situação dos jovens pobres ganhou visibilidade nas grandes cidades, como é o caso do Rio de Janeiro, e passou a ser objeto de preocupação para o poder público. Houve nesse período uma associação dos jovens com o tema das drogas, da criminalidade e da violência. Por isso, a juventude começou a ganhar maior espaço nas políticas públicas. Nessa perspectiva, o jovem era visto principalmente a partir dos problemas que ameaçavam a ordem social da cidade. E, portanto, o enfrentamento da pobreza e a prevenção da violência exigiram políticas públicas que visassem à inserção dos jovens considerados excluídos.

Nesse sentido, houve a expansão de projetos educacionais voltados para jovens pobres em situação de risco e vulnerabilidade social. De acordo com Yunes & Szymanski (2001, p. 28), o conceito de *vulnerabilidade* refere-se aos indivíduos e suas suscetibilidades ou predisposições a respostas ou consequências negativas. Nesse sentido, de acordo com as referidas autoras “a vulnerabilidade opera apenas quando o risco está presente; sem risco, a vulnerabilidade não tem efeito” (2001, p. 28).

A situação de vulnerabilidade está associada à ideia de carência e exclusão de acordo com Carneiro & Veiga (2004). As pessoas se tornam vulneráveis quando

não dispõem de recursos (simbólicos ou materiais) para enfrentar as situações de riscos a que estão submetidas na sociedade. Nesse sentido, a pobreza pode ser considerada uma das principais formas de exposição a riscos, pois os indivíduos e as famílias pobres não possuem condições e oportunidades para enfrentar os problemas sociais que se defrontam no cotidiano. Por isso, a inclusão em políticas e programas sociais, bem como o oferecimento de serviços públicos de qualidade representa uma das principais maneiras de viabilizar melhores condições materiais.

As décadas de 80 e 90 podem ser consideradas como um relevante período de criação e implementação de políticas públicas e projetos sociais para inclusão e transformação social. Tais projetos utilizaram, sobretudo, a prática pedagógica do esporte para combater o problema da violência na cidade. Assim, neste capítulo, abordaremos a discussão de como o esporte se tornou “ferramenta de inclusão” e uma estratégia de ação apropriada pelo Estado enquanto política pública. Com o objetivo de resgatar o jovem pobre (através do discurso da boa utilização do tempo livre), e afastá-lo do envolvimento com o crime, para reduzir os índices de violência no Rio de Janeiro.

Iniciamos o capítulo com um breve histórico da organização desigual da cidade carioca, e destacamos de que forma as reformas urbanas contribuíram para a segregação e a não integração de determinados segmentos nos espaços da cidade, estigmatizando e impactando de maneira mais perversa a parcela mais pobre da cidade.

No segundo item deste capítulo, faremos uma contextualização a respeito de como a cidade do Rio de Janeiro passou a ser considerada uma cidade violenta, e de que forma a violência urbana, sobretudo a desencadeada a partir da década de 90, atingiu diretamente a juventude, e fez dela sua principal vítima. Foi a partir dos índices alarmantes de violência na cidade, que, mais uma vez, os jovens se tornaram alvo privilegiado da ação do Estado.

No terceiro item, realizamos uma reflexão de como o esporte passou a ser visto como objeto de política pública para a juventude, a partir das ações de promoção do Estado voltadas para os jovens pobres na cidade do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, o esporte foi utilizado como uma estratégia para afastar os jovens da sedução do crime. Legitimando a “ideologia” salvacionista do esporte,

enquanto portadora de um projeto político no qual a intenção era de controle social, à medida que este foi utilizado como meio de inibir o desenvolvimento de “potenciais criminosos”, um verdadeiro “antídoto social”.

E, por fim, no quarto item do capítulo, destacamos o projeto social esportivo Vila Olímpica como uma estratégia adotada pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro para resgatar a juventude, conter os índices de violência na cidade, e proporcionar melhoria na qualidade de vida da população através da prática esportiva de cunho educacional.

### **3.1.**

#### **O cenário desigual do Rio de Janeiro: seus reflexos para os segmentos mais pobres da cidade**

O século XIX foi um período de grandes transformações, políticas, culturais, urbanas e sociais no âmbito da sociedade brasileira. É nesse período, mais especificamente na metade do citado século, que surgiu a doutrina do Higienismo, fazendo com que o Estado comesse a dar maior atenção à questão urbana e a saúde dos habitantes das cidades. A partir dessa perspectiva, a doença passou a ser considerada como um fenômeno também social. Esse discurso higienista e sanitarista surgiu a partir da proliferação dos cortiços e da ocupação exacerbada do centro da cidade.

Nesse período, a pobreza urbana se transformou em uma preocupação das elites. No Rio de Janeiro, segundo Valladares (2000, p. 7) “assim como na Europa, os primeiros interessados em esmiuçar a cena urbana e seus personagens populares voltaram sua atenção para o cortiço, considerado no século XIX como o lócus da pobreza”. Os cortiços eram espaços no qual residiam os trabalhadores pobres, e “se concentravam, em grande número, vadios e malandros, a chamada classe perigosa” (Valladares, 2000, p. 7). Dentro desse contexto de preocupação em sanitizar a cidade, de modo a torná-la mais civilizada e organizada, a família pobre, e em alguns momentos as crianças e os adolescentes oriundos dessas famílias, se tornaram objeto de preocupação. A criança era algo fundamental para reconstrução do país, por isso sua formação tornou-se preocupação, e a mesma passou a ser vista

como “futuro da nação”, ou como potencial perigo, então recuperá-la seria “salvar a nação” (Rizzini, 2008, p. 85).

Os cortiços ameaçavam a ordem social da cidade carioca, sendo visto como um local de doenças, de crimes, de desocupados e de ações que iam contra os bons costumes e a moral da época. Por isso, era necessária uma maior intervenção, ou melhor, a proibição por parte do Estado dessas construções precárias na cidade. A partir dessa visão sanitarista, que colocava os cortiços como local prejudicial à saúde, inúmeros cortiços foram destruídos na cidade do Rio. Entre estes o mais célebre, ficou conhecido como Cabeça de Porco, destruído pelo prefeito Barata Ribeiro, em 1893.

Havia uma proposta de urbanizar a cidade, para torná-la mais moderna e desenvolvida, e o Rio de Janeiro era a menina dos olhos para a representação do projeto nacional. Por isso, a questão da habitação popular tornou-se algo central na discussão do futuro da cidade (já que esta era a capital da República), sustentada a partir dos discursos higienistas. O processo idealizado pretendia limpar o país e torná-lo mais culto e civilizado, livre de toda sujeira, vícios e imoralidades, que estavam ligados à classe pobre, que por sua vez, representava um perigo para o desenvolvimento da nação. Mediante essa ideologia, acreditava-se que as crianças oriundas dessas famílias, na qual a imoralidade e ociosidade se fazia presente, tornar-se-iam viciosas no futuro se não fossem educadas e controladas. A pobreza e a degradação moral estavam sempre associadas, e a missão da classe dominante era a de educar a nação.

A criança passou a ser o grande objeto de preocupação, deixando de ser somente responsabilidade da família, para se tornar também uma preocupação para o Estado. Elas deveriam ser bem cuidadas, para se tornar útil para a nação, ou seja, a ideia era de controlá-la e moldá-la para servir ao trabalho e a acumulação capitalista. Daí pode-se perceber a ambiguidade e dualidade de significado do termo mais utilizado na época: “*salvar a criança, era salvar a nação*”, um discurso no qual ora se pretendia salvar a sociedade, e ora pretendia defender a criança dos percalços existentes nela. Entretanto, “para moldar a criança com o propósito de civilizar o país, era preciso primeiro poder concebê-la como passível de periculosidade” (Rizzini, 2008, p. 88).

A família deveria servir de modelo. Por isso, nesse período ela também passou a ser vista como objeto de intervenção. E em nome da modernização, através do discurso de higiene e bem-estar o Estado destruiu e impediu as moradias das famílias pobres (os cortiços) que estavam localizadas no centro da cidade, e fez com que a classe trabalhadora se deslocasse para a periferia da cidade. De modo que o Rio se tornasse uma capital mais moderna e se adequasse ao modelo ditado pelo capitalismo, eliminando a pobreza da imagem local.

A partir do exposto, diferentes reformas foram pensadas para melhorar a imagem da cidade. A que mais se destacou nesse contexto foi a reforma instituída pelo prefeito Pereira Passos a partir de 1902, com a finalidade de sanear e tornar a cidade mais civilizada. Foi realizada a abertura de avenidas e construções de edifícios modernos com base no modelo europeu. As reformas urbanas realizadas nesse período no Rio se deram de forma autoritária, conservadora e excludente, cujos seus efeitos de segregação no espaço urbano fazem-se ainda presentes na cidade. Inúmeras demolições, desmontes e remoções foram realizados em nome do progresso, sem qualquer preocupação com a preservação dos espaços e da identidade da população que ali residia e vivia. A reforma Pereira Passos, sobretudo, expulsou inúmeras famílias pobres de suas casas no centro, as empurrando cada vez mais para os morros e periferias da cidade. E aliado a esse movimento, formas de controle e disciplinamento da população também foram criados pelo Estado.

Os planos e reformas urbanísticas que ocorreram no Rio de Janeiro em prol de modernizar a cidade “foram acompanhados de projetos de controle social que redefiniram a ação policial e moldaram os padrões de conduta e sociabilidade no espaço urbano carioca. Definiram, também, o lugar de cada grupamento étnico-cultural e/ou social. Reside neste ponto o deslanchar de um processo acentuado de segregação no espaço urbano carioca [...]” (Neder, 1997, p. 111).

A Reforma realizada por Passos, segundo Santos e Motta (2003, p. 27), resolveu o problema da circulação da produção, bem como melhorou a imagem da cidade, porém, fez emergir outros problemas, relacionados à concentração populacional em áreas sem infraestrutura urbanística. Surgem nesse contexto territórios cada vez mais pobres, insalubres e sem condições de habitação, dando início a um processo de urbanização segregadora.

Tal transformação acabou por impulsionar o processo de favelização na cidade, ao expulsar a população pobre do centro da cidade para as áreas mais vazias, que eram principalmente as encostas dos morros. Como esclarece Lílían F. Vaz (apud Gonçalves, 2013, p. 45) o surgimento das favelas é uma consequência direta da política higienista contra os cortiços. Nessa mesma linha, Valladares (2000, p. 7) destaca que “somente após a ferrenha campanha contra os cortiços que as atenções começam a se voltar para esse novo espaço geográfico e social que vai despontando, gradativamente, como o mais recente território da pobreza”.

Segundo Lago (2000, p. 60-61) a reforma realizada por Passos “inaugurou uma nova relação entre o Estado e o espaço urbano responsável pela aceleração e consolidação do padrão de segregação socioespacial que, desde então, vem se aprofundando”. Para Gonçalves (2013, p. 51), essa reforma constitui um exemplo cabal para a compreensão da atual divisão socioespacial da cidade.

As reformas urbanas iniciadas nesse período e no início do século XX não consideraram os problemas sociais e as contradições existentes na cidade. Por isso, conforme corrobora Gonçalves (2013, p. 70), as ações urbanísticas contribuíram, na verdade, para a criação de espaços de exclusão, em que a população local não gozava dos mesmos direitos que o restante dos cidadãos. Os locais onde residiam os operários e a população pobre não eram integrados a cidade, mas ficavam a sua margem. Como afirma Gonçalves (2013, p. 79), “o fato de estar à margem do direito limitou, sem dúvida a identificação dos favelados com a sociedade política”, e o exercício da cidadania.

A cidade passou por transformações extraordinárias para estimular o crescimento econômico, no entanto, esse processo não provocou uma distribuição da riqueza produzida e de infraestrutura para a cidade como um todo. Nesse período, o desenvolvimento do processo de urbanização fez aumentar ainda mais a pobreza na cidade com a expansão de territórios pobres no qual a população sobrevivia sem condições básicas de saneamento, moradias e transportes.

A articulação da ideia sobre a favela como espaço à margem foi reforçada e perpetuada pelas próprias instituições do Estado. O termo marginal, segundo esclarece Perlman (1977), era usado para vários grupos que incluem pobres, desempregados, migrantes, minorias, etc. Então, considera-se a favela marginal por



estarem abaixo dos padrões, com construções precárias, falta de serviços e ausência de higiene.

De acordo com o estudo realizado por Perlman (1977), tendo em vista a condição de vida da população que lá residia, acreditava-se que eles autodesenvolvem uma série de características econômica, social e cultural. “As proposições derivadas da teoria da marginalidade sustentam que a favela é socialmente desorganizada e que seus moradores encontram-se isolados da vida urbana” (Perlman, 1977, p. 169). Mas, para a referida autora essa teoria não se confirma e o seu livro é um esforço para demonstrar que os elementos da teoria da marginalidade não condiziam com a realidade das favelas.

De acordo com Carlos (2001), a modificação no uso altera o modo de vida. O que de fato acontece, é que a própria ação do Estado na cidade acaba por acentuar as diferenças ao intervir no processo de produção de seus espaços de maneira desigual, hierarquizando determinados lugares. Por isso, a favela com o passar do tempo se tornou um problema para a cidade, sobretudo a partir do ano de 1920.

Na década de 40 a favela se expandiu mais rapidamente, exigindo mais controle e intervenção por parte do Estado, e inúmeras legislações desse período reforçava o preconceito e a indiferença com relação à população pobre. A favela foi um recurso encontrado pelos trabalhadores pobres de permanecerem na cidade em meio a um processo de urbanização excludente. Conforme afirma Gonçalves (2013, p. 173), a favela era cada vez mais considerada como espaço de exceção. A ordenação do espaço cada vez mais excluiu as classes pobres e as isolou em seus territórios, as relacionando como ameaça e perigo.

A segregação da classe pobre reforçou o preconceito e o estigma acerca desse grupo como provedor de doenças e vícios. Segundo Coimbra (2001, p. 91), os pobres eram considerados “viciosos”, por não pertencerem ao mundo do trabalho, e viverem no ócio, sendo vistos por isso como delinquentes, libertinos, maus pais e vadios. E, por isso, representavam “um perigo social que deve ser erradicado, justificam-se, assim as medidas coercitivas, já que são criminosos em potencial” (Coimbra, 2001, p. 91).

A pobreza por sua natureza poderia gerar riscos. Nesse sentido, a intervenção deveria ser realizada também sobre a infância para lhe ensinar noções

morais. A criança e o adolescente pobre era uma grande preocupação, pois eles poderiam integrar se não bem instruídos as classes perigosas. Era necessário controlá-las. Os espaços da rua, portanto, passaram a ser locais que inspiravam cuidado, segundo Coimbra (2001, p. 92), “os locais públicos vão sendo descritos como “a grande escola do mal”, onde estariam os menores, a infância perigosa – aquele que já delinuiu – e a infância em perigo”, que convivendo com os supostos “elementos criminosos” poderiam por eles sofrer algum tipo de influência. Devido à legislação em vigor no Brasil durante esse período, o Código de Menores<sup>10</sup>, as crianças e os jovens tidos como perigosos ou ameaça à ordem eram passíveis de sofrerem repressão e correção do Estado através das instituições de recolhimento. O Estado poderia destituir o poder da família se considerado o jovem em “situação irregular”, e a pobreza e a carência era uma das hipóteses que caracterizam tal situação.

A pobreza era relacionada à criminalidade, por isso precisava ser vigiada. “Não somente a natureza dos negros, mestiços e pobres é perigosa, mas suas manifestações artístico-culturais também são julgadas inferiores e desqualificadas” ressalta Coimbra (2001, p. 104). A pobreza por diversos motivos foi vinculada a violência, o que justificou a repressão e o preconceito contra os pobres.

O Rio de Janeiro diferente de São Paulo tinha tecido urbano e sua geografia bem mais fragmentados, visto que as massas anônimas ocupando as ruas da capital da república aparentavam ser muito mais perigosas à ordem e ao progresso; eis porque a reforma urbana de Pereira Passos e outras posteriores acabaram assumindo um significado claro de exclusão e de disciplinarização sobre as populações pobres (Coimbra, 2001, p. 106).

A cidade do Rio foi se moldando a partir das reformas realizadas entre os séculos XIX e XX de uma maneira dicotômica. De acordo com Lago (2000, p. 62), “pode-se afirmar que já nos anos 20 começou a se conformar a área metropolitana do Rio de Janeiro, num padrão de estruturação interna dicotômico, no que se refere às condições urbanas de vida”. Na qual, segundo a autora certas regiões foram destinadas para as camadas de alto poder aquisitivo, dispondo de recursos,

---

<sup>10</sup> O Código de Menores colocava a criança e o adolescente em igualdade com os outros sujeitos infratores, submetendo-os a medidas judiciais quando sua conduta infringisse a ordem legal. O Código reconhecia que o menor em situação irregular era merecedor da tutela do poder público. Por isso, o Estado passou a assumir a responsabilidade legal e a tutela dessas crianças. E a criança desamparada era institucionalizada.

equipamentos e serviços urbanos, e uma periferia cuja omissão do Estado definiu seu conteúdo social.

Já na era Vargas, esse padrão sofreu algumas alterações. Segundo Lago (2000, p. 63), a partir de 1930 há outro fluxo de longa distância, que direcionava levadas de migrantes, provenientes em sua maioria de zonas rurais, para as áreas geradoras de emprego. A população pobre cada vez mais passou a buscar áreas próximas ao trabalho. A oferta de emprego devido à expansão e investimentos na zona sul e no centro atraiu então a população pobre em busca de uma oportunidade de trabalho.

Houve um aumento populacional para os subúrbios do Rio devido ao elevado número de migrantes que chegavam à cidade, mas esse crescimento populacional não foi acompanhado por investimentos em infraestrutura e serviços públicos, dificultando a sobrevivência do trabalhador pobre. Dos anos 40 ao final dos anos 70, a cidade se modernizou de forma paradoxal, com um forte desenvolvimento capitalista, mas com o aumento da desigualdade de renda, falta de liberdade política e o não respeito aos direitos.

O espaço da favela era visto, nos anos 40, como uma realidade marginal de simples agrupamento precário de casas em péssimo estado de conservação e habitação. Essa visão modificou-se paulatinamente, e, já a partir dos anos 50, as favelas passaram a ser consideradas como uma importante realidade da cidade. Elas cresceram em contingente e espaço, e passaram a ser objeto de interesse e alvo de intervenções do Estado e de algumas instituições privadas, com o intuito de solucionar seus problemas. A partir da política desenvolvimentista ocorreu uma série de investimento na cidade em prol da urbanização e modernização. Houve nesse período algumas ações de melhorias via serviços públicos em áreas pobres para amenizar os possíveis problemas da favela. De acordo com Gonçalves (2013, p. 205), foi à expansão desmensurada das favelas, conjugadas a políticas públicas de tolerância precária desses espaços, que contribuiu para o surgimento de grandes tensões sociais.

Na passagem dos anos 50 para o 60 a população aumentou, e esse crescimento demográfico não foi acompanhado de oportunidades de trabalho, “o que, aliado à alta inflação do período e à crescente valorização do solo urbano,

agravava as já precárias condições de reprodução dos trabalhadores pobres” (Lago, 2000, p. 70). Na década de 60, o Rio de Janeiro, para além de elevar a população, teve que se adaptar com a perda da condição de capital federal (que foi transferida para Brasília), e a sua nova realidade econômica.

O Rio de Janeiro chegou à década de 70 marcado por uma profunda desigualdade social. Nesse período, as condições da população residente nas favelas ficaram cada vez pior, e grupos violentos começaram a surgir na cidade. Houve o aumento das vagas de emprego, mas em contrapartida se exigiu mais qualificação do trabalhador. Por isso, as massas dos trabalhadores sem especialização ficaram com os cargos mais baixos e em condições precárias. Fazendo com que o país chegasse à década de 80 com uma intensa precarização das relações e condições de trabalho.

Em 1975, com a fusão entre a Guanabara e o antigo Estado do Rio, a metrópole carioca viu seu *status* ser reduzido a apenas capital estadual, numa conjuntura marcada pela reversão de um longo ciclo expansivo, o que comprometeria ainda mais a economia local. Os anos 1980 iriam marcar o período mais crítico da crise econômica do Estado e do município do Rio de Janeiro, cujo auge foi a declaração da falência do município, em 1988 (Santos & Motta, 2003, p. 29).

A década de 70 foi um período de desmonte da ideologia desenvolvimentista iniciada na década de 50. Houve a redução dos salários, a precarização da relação de trabalho, a instabilidade do trabalho, a perda do poder aquisitivo das famílias e a concentração de riqueza. Esse processo aumentou o número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade e aprofundou ainda mais a situação de desigualdade. A população pobre pagou o preço do desenvolvimento e do crescimento econômico do país.

Um número significativo de famílias ficou em situação de pobreza, sem oportunidades de acesso a bens e serviços, com pouca mobilidade social e expostas a problemas estruturais como desemprego. Esse período foi marcado pelo empobrecimento da população e o aumento da desigualdade na condição de vida na cidade.

As transformações ocorridas na sociedade interferiram no âmbito das famílias, que foram diretamente atingidas por essas mudanças (econômicas, culturais e sociais), e passaram a ter características novas, alterando sua composição e formas de sociabilidade. Durante a década de 70 além do empobrecimento da

população o aumento da violência também ganhou visibilidade na cidade carioca. No final dos anos 70, o crime organizado passou a ter uma associação com o tráfico internacional de drogas. Para Misse (2002, p. 3), não existe dúvida de que o aumento da violência no Rio foi acompanhando do crescimento do tráfico varejista de drogas, principalmente após a entrada da cocaína no consumo de todas as classes sociais, inclusive das mais pobres.

Geralmente localizado em favelas, o varejo oferece oportunidade de ganho fácil e rápido, atraindo jovens que de outro modo poderiam derivar para o furto, o roubo, a contravenção e a prostituição. Vários desses jovens talvez evitassem o furto e o roubo por razões morais, mas não viram razões para evitar o tráfico (Misse, 2002, p. 3).

A questão da violência urbana e da criminalidade esteve amplamente articulada à pobreza a partir do discurso da classe dominante e da mídia. E “como o crime organizado preferiu as favelas para se instalar, e recrutar quase todo o seu pessoal” (Misse, 1993, p. 11), a associação da criminalidade com os bairros pobres e favelas ganhou ainda mais dimensão.

Na década de 80 a realidade da vida da população pobre da cidade principalmente nas favelas se transformou com a chegada do tráfico de drogas, que se alojando nos territórios mais pobres reafirmou o discurso dualista e preconceituoso que era disseminado pela elite. Grupos se organizaram em torno do comércio de drogas na cidade, estabelecendo o controle dos territórios por meio da força da arma de fogo para venda e consumo de drogas. E o local onde residia a classe pobre passou a ser considerado como o lugar perigoso e reduto de criminosos, fazendo com que também o pobre seja visto por essa ótica.

Com a crise e a alta inflação dos anos 80, a pobreza aumentou no país e nas grandes cidades, e as condições de vida das famílias pioraram, ficando esse período caracterizado como “década perdida”. As condições de vida, os serviços e os indicadores de saúde e educação caíram. O aumento da pobreza e dos problemas sociais gerou o crescimento da miséria e do desemprego. Tal período é lembrado como momento da democratização política do país, expansão dos direitos de cidadania e da política. No entanto, esse período também foi de aumento da violência e da insegurança, sobretudo, nas grandes capitais e centros urbanos, como é o caso da cidade do Rio de Janeiro.

A violência nesse período evoluiu de forma rápida e produziu sérios impactos na sociedade. Os efeitos mais graves da violência não foram distribuídos de maneira eventual, mas de maneira extremamente desigual, pois os jovens pobres foram as maiores vítimas. Soares (2004, p. 130) ressalta que o problema alcançou um ponto tão grave que passou a existir “um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira”, e afirma que esse déficit é possível verificar nas sociedades em guerras.

No final da década de 70 e início dos anos 80 devido à crise econômica e do Estado a população jovem sofreu diretamente as consequências dessa conjuntura. A família também foi impactada e a população de forma geral sofreu os problemas estruturais da sociedade (sobretudo, com a reorganização do mundo do trabalho). Os pais foram obrigados a passar longas horas fora de casa em trabalhos precários para manter o sustento dos filhos, ficando ausentes da residência e das atividades de sua prole durante quase todo o dia, fazendo com que esses ficassem ainda mais vulneráveis. O crescente aumento do desemprego, a exclusão social e a pobreza atingiram os jovens e suas famílias, o que aliado ao surgimento do crime organizado e do tráfico de drogas tornaram ainda mais complexa a situação. Já que estes grupos passaram a se reorganizar e incentivar o envolvimento dos jovens com o tráfico.

A ausência dos pais devido ao trabalho, mesmo que involuntária, destaca Gomes (2010, p. 65), levou o adolescente/jovem a estabelecer outros laços em sua comunidade muitas vezes desviantes, acolhidos e incentivados pela “comunidade marginal”. Segundo a referida autora essa relação pode ser interessante para o jovem, porque através dela ele pode “adquirir respeitabilidade, autoestima, habilidades e autonomia, elementos fundamentais na formação de sua identidade” (Gomes, 2010, p. 65).

Desse modo, os jovens pobres passaram a ficar mais vulneráveis a se tornarem vítimas e coautores da violência devido ao contexto em que estavam inseridos, sobretudo, pela presença do tráfico de drogas. Observa-se por isso uma tendência, sobretudo, dos meios de comunicação de associar o aumento da violência ao segmento infanto-juvenil. Nesse momento passa-se a ver a figura do jovem como representação do perigo e como o “menor violento”, o que legitimou a ação violenta do aparato policial contra crianças e jovens das camadas pobres.

Vivendo em situação de vulnerabilidade social, com dificuldades de acesso a serviços de qualidade como saúde, educação, esporte e junto à dificuldade de ingresso no mercado de trabalho, a situação do jovem é agravada. Por isso, a questão da violência relacionada aos jovens não pode estar dissociada da disparidade existente na cidade como um todo. A concentração de riqueza se reflete fortemente na exclusão e na falta de oportunidade para esse segmento.

Por isso, a partir dos resultados da década de 80, projetos alternativos foram pensados para responder as demandas da população e equacionar a questão da violência na cidade. Na área pública, estes projetos se voltaram, sobretudo, para o segmento mais jovem, através de programas de inclusão e de integração social por meio da educação e da prática esportiva, todos orientados pelo caráter educacional informal dessas atividades.

### **3.2.**

#### **A Violência urbana no cenário carioca: A juventude como alvo da política pública na área esportiva**

Os anos 80, considerados uma “década perdida” devido aos resultados da crise econômica e o aumento da inflação, foi um período de grandes desafios para a população da cidade que teve que superar as poucas oportunidades para a juventude. Muitas transformações ocorreram nas grandes cidades do país devido ao modelo político neoliberal, que impactou diretamente a relação de trabalho, modificou a estrutura social e aumentou a concentração de renda nas mãos das camadas mais favorecidas da sociedade. Nesse momento de transição democrática, o Brasil viveu um período, no campo econômico e social, de intensa recessão e de aumento da pobreza.

Nesse contexto, com o aumento da crise e o endividamento do país, os governos a partir de medidas neoliberais realizaram uma série de reajustes e cortes de gastos, agravando ainda mais a situação da população pobre. Segundo Bango (2003, p. 43), diante dessa conjuntura, “os especialistas começaram a ocupar-se cada vez mais dos jovens urbanos e das ‘gangues juvenis’”.

Durante esse período, parcela considerável da população, principalmente os jovens, ficaram numa situação de extrema vulnerabilidade social, já que os mesmos

não foram incluídos e integrados a sociedade. Por isso, começaram a surgir nesse contexto “em resposta à pobreza generalizada fenômenos sociais novos, como assaltos a supermercados que envolviam amplos setores das populações marginais”, afirma Bango (2003, p. 44), sobretudo, os segmentos mais jovens.

Este período foi marcado pelo empobrecimento da população, pelo aumento da violência e da desigualdade na condição de vida na cidade do Rio de Janeiro. Como visto no item anterior, o Rio em sua constituição desigual expulsou a população pobre das áreas mais centrais da cidade para as encostas dos morros e favelas, lugares com infraestrutura precária e longe do centro. Dessa precariedade urbana, aliada a pobreza de seus habitantes e ao descaso do poder público, Zaluar e Alvito (1998, p. 7-8), ressalta que surgiram as imagens que fizeram da favela o lugar da carência, da falta, do vazio e do perigo a ser erradicado pelas estratégias políticas que fizeram do favelado um bode expiatório dos problemas da cidade.

Como destaca Zaluar e Alvito (1998, p. 10), já no início deste século, os morros da cidade eram vistos como locais perigosos e refúgios de criminosos. Tal visão deve-se ao mito da classe perigosa, no qual a condição de pobreza é articulada com a predisposição a criminalidade e a violência. Entretanto, Abramovay (2002, p. 14) endossa que “a violência, embora, em muitos casos, associada à pobreza, não é sua consequência direta, mas sim da forma como as desigualdades sociais, a negação do direito ao acesso a bens opera nas especificidades de cada grupo social desencadeando comportamentos violentos”.

O preconceito, o medo e a discriminação devido o aumento da violência incutiu no imaginário da população a articulação da favela a um espaço de perigo e de violência. De acordo com Minayo (1999, p. 159), o problema é que o crime organizado “se alojou nas zonas pobres da cidade, constituindo aí uma verdadeira indústria da marginalidade, levando de roldão toda juventude pobre”.

Na década de 80, a realidade de vida da população pobre da cidade se transformou com a implementação do tráfico de drogas nos territórios pobres. Zaluar (Zaluar & Alvito et al., 1998, p. 210) chama atenção para o fato de que “o processo de redemocratização coincidiu com a dramática transformação na organização transnacional do crime que afetou principalmente as regiões metropolitanas e, nelas, os bairros populares e favelas”. Em sua análise para



demonstrar o grau de violência na cidade, Zaluar (Zaluar & Alvito et al., 1998, p. 213) destaca que, no ano de 1982, os índices de homicídio em Nova York e na região metropolitana do Rio de Janeiro eram os mesmos: 23 por 100 mil habitantes, mas já no ano de 1989, o índice oficial na região metropolitana do Rio era de 63 por 100 mil habitantes, ou seja, triplicou em menos de 10 anos.

Nos anos de 1980, segundo Leite (2006), transformações ocorreram na estrutura e organização do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, e essas mudanças contribuíram para o aumento da violência, com uma grave mudança que foi o aumento do número de crianças e adolescentes que ingressaram no mundo do tráfico. Foi nesse período que o comércio de drogas se estruturou na cidade e a violência passou a ser um elemento presente em sua paisagem.

O tráfico de drogas se organizou com a formação de grupos fortemente armados que ocupavam determinados territórios e submetiam os indivíduos a sua força e interesse. Os conflitos armados pela disputa do território para ponto de venda de drogas entre as facções rivais começaram a fazer parte do cotidiano de diversas famílias que passaram a conviver diariamente com a violência. Esses grupos passaram a possuir “um arsenal que deixaria qualquer grupo terrorista ou policial com inveja”, afirma Dowdney, (2006, p. 179).

Com o aumento da violência e a expansão do tráfico de drogas, que se intensificou, sobretudo, em territórios de favelas, o medo se reconfigurou nas áreas pobres da cidade. O medo do crime durante o período fez com que se formassem estratégias de proteção, entre essas Caldeiras (2000) destacou um novo modelo de enclaves fortificados, que seria a construção de muros como forma de se obter mais segurança. Entretanto tais enclaves acabaram por acentuar ainda mais a segregação socioespacial da cidade. Segundo a referida autora, estas ações foram legitimadas e justificadas pela própria população, através do que ela denominou de fala do crime, que fez com que o medo da violência se espalhasse pela cidade. Essa fala geradora da ação de proteção contra a violência, fez com que certos grupos, através de estereótipos fossem identificados como perigosos, representando o medo, e por isso poderiam ser reprimidos, o que legitimou a ação de repressão do Estado contra determinados segmentos sociais.

Houve a criminalização da juventude pobre na cidade, e os mesmos foram vistos como responsáveis pela violência. Os jovens aparecem “como atores sociais que podem ser classificados como vítimas preferenciais nos circuitos de sujeição criminal ou facilmente identificados como atores principais de práticas de violência” destaca Diógenes (2011, p. 152). De acordo com Michel Misse (2008, p. 10), a sujeição criminal é o processo no qual um cidadão incriminado é transformado num não homem, em que o criminoso é transformado em ‘bandido’. Nessa perspectiva, o jovem passou a ser visto como um alvo potencial da sujeição criminal, e por isso, são segundo Misse (2008, p. 14) preventivamente selecionados como sujeito propenso a cometer crimes (podendo por isso ser vítimas da violência).

Os pobres são as principais vítimas da criminalidade e da violência, seja por parte da ação repressora da polícia ou dos próprios traficantes que os submetem ao seu poder e controle. Os jovens são mais suscetíveis a essa violência ainda, já que “a pobreza deita com maior rigor seus efeitos sobre a parcela jovem da população pobre”, afirma Adorno (1993, p. 191).

A população jovem ficou em uma situação de vulnerabilidade maior que a dos outros grupos nesse contexto de extrema desigualdade. Segundo Adorno (1993), este segmento vivenciou precocemente a punição, sendo duplamente punido. Pela adversidade das condições materiais (de alimentação, habitação, saúde, escola, lazer, e etc.), e pela criminalização de seu comportamento, responsabilizados pela incidência crescente de crimes.

A cidade do Rio de Janeiro viveu, portanto, um momento complicado durante o referido período. O índice de óbitos por homicídio de jovens entre 15 a 24 anos de idade foi majorado em 153,2% no período de 1980 a 1990, o segundo maior do país. No Estado do Rio de Janeiro a taxa de homicídios de jovens aumentou em 38, 8%<sup>11</sup>. Esses resultados da violência que atingiu e atinge ainda os jovens na cidade são tão nefastos que podem ser comparados aos números de guerras, que sacrificam milhares de jovens pobres sem perspectiva de vida diariamente nas cidades. Segundo o Mapa da Violência (Waiselfisz, 2000), estudos

---

<sup>11</sup> Segundo dados contidos na Tabela 2.1.4. Estrutura da Mortalidade: Participação (%) das diversas causas por UF e Região População Jovem e Não Jovem. Brasil. 1980/2011. In: Mapa da Violência 2013. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

realizados em São Paulo e no Rio de Janeiro mostraram que as epidemias e doenças infecciosas que eram as principais causas de morte entre os jovens, foram substituídas, progressivamente, pelas denominadas “causas externas” de mortalidade, principalmente pelos homicídios. Nos anos de 1980, “as causas externas já eram responsáveis por mais da metade (52, 9%) do total de mortes de jovens do país. Por volta de dez anos depois, 1998, esse percentual elevou-se, sendo 67,9%, ou seja, 2/3 dos jovens morreram por causas externas” (Waiselfisz, 2000, p. 29-30).

**Tabela 1: Mortalidade da população jovem de 15 a 24 anos no ano de 1998**

TABELA 2.1 - ESTRUTURA DA MORTALIDADE POR UFE REGIÃO  
POPULAÇÃO TOTAL E JOVENS 15 A 24 ANOS - ANO: 1998 (em %)

UF/ REGIÃO	População Total			15 a 24 anos		
	Causas			Causas		
	Total Interna	Total Externa	(Violência Conjunta)	Total Interna	Total Externa	(Violência Conjunta)
Acce	86,0	14,0	8,7	43,7	56,3	38,5
Amazonas	85,1	14,9	10,7	32,1	67,9	55,0
Amapá	77,9	22,1	17,5	34,5	65,5	57,4
Pará	87,6	12,4	8,7	46,7	53,3	40,7
Rondônia	77,3	22,7	16,3	29,2	70,8	55,9
Roraima	68,6	31,4	26,3	30,2	69,8	62,7
Tocantins	84,1	15,9	9,7	38,7	61,3	42,4
<b>Norte</b>	<b>84,6</b>	<b>15,4</b>	<b>10,8</b>	<b>38,9</b>	<b>61,1</b>	<b>47,7</b>
Alagoas	89,7	10,3	8,2	43,4	56,6	49,1
Bahia	88,6	11,4	4,5	40,0	60,0	24,6
Ceará	90,0	10,0	7,1	43,1	56,9	46,0
Maranhão	88,8	11,2	5,1	50,4	49,6	23,1
Paraná	91,5	8,5	5,6	45,6	54,4	39,8
Pernambuco	85,7	14,3	12,0	25,8	74,2	67,9
Piauí	91,2	8,8	5,9	45,7	54,3	38,2
Rio Grande do Norte	89,7	10,3	6,1	37,5	62,5	43,8
Sergipe	88,3	11,7	4,3	39,6	60,4	23,4
<b>Nordeste</b>	<b>88,6</b>	<b>11,4</b>	<b>7,2</b>	<b>37,5</b>	<b>62,5</b>	<b>44,1</b>
Espírito Santo	81,9	18,1	14,9	25,8	74,2	65,8
Minas Gerais	89,5	10,5	5,5	43,1	56,9	33,1
Rio de Janeiro	86,3	13,7	9,4	26,3	73,7	60,1
São Paulo	86,2	13,8	10,0	23,8	76,2	63,3
<b>Sudeste</b>	<b>86,7</b>	<b>13,3</b>	<b>9,1</b>	<b>27,7</b>	<b>72,3</b>	<b>57,5</b>
Paraná	88,0	12,0	8,9	33,6	66,4	53,8
Rio Grande do Sul	90,8	9,2	6,4	37,0	63,0	46,8
Santa Catarina	88,3	11,7	8,2	35,1	64,9	49,4
<b>Sul</b>	<b>89,3</b>	<b>10,7</b>	<b>7,6</b>	<b>35,2</b>	<b>64,8</b>	<b>50,2</b>
Distrito Federal	82,4	17,6	13,6	30,7	69,3	60,8
Goiás	85,0	15,0	8,6	33,7	66,3	40,6
Mato Grosso do Sul	81,6	18,4	13,4	30,5	69,5	53,2
Mato Grosso	79,4	20,6	15,6	33,2	66,8	55,4
<b>Centro-Oeste</b>	<b>82,8</b>	<b>17,2</b>	<b>11,9</b>	<b>32,3</b>	<b>67,7</b>	<b>51,1</b>
<b>Brasil</b>	<b>87,3</b>	<b>12,7</b>	<b>8,7</b>	<b>32,1</b>	<b>67,9</b>	<b>52,3</b>

Fonte: SIM/DATASUS.

A tabela acima retirada do Mapa da Violência (Waiselfisz, 2000, p. 31) deixa claro que 60% dos jovens morreram devido à violência no Estado do Rio de Janeiro. O mais chocante é saber que esse número pode ser aumentado, já que

centenas de jovens das cidades continuam marcados pela falta de oportunidade e acesso a educação, a saúde, ao esporte e etc.

Minayo (1999, p. 14), ao dissertar sobre a violência na cidade, destaca que o risco de um jovem entre 15 e 19 anos morrer por homicídio no Rio de Janeiro é duas vezes maior do que a de um jovem colombiano, e dez vezes o de um jovem norte-americano. Dimensionando a violência na cidade carioca foi possível notar que no ano de 1988 “a taxa de mortalidade por homicídio entre jovens de 15 a 19 anos nesse município foi cerca de cinco vezes maior do que a do país” (Souza 1994 apud Minayo, 1999, p. 15). Fazendo alusão à pesquisa desenvolvida pela CEAP (1993) acerca do perfil dos jovens assassinados no Estado, Minayo (1999, p. 15) constatou que “em sua maioria, pertencem às camadas populares, são estudantes ou possuem ocupações marginais”, e que “60% das vítimas não tinha indicação de envolvimento com a criminalidade”.

Por isso, concordamos com a afirmação de Michel Misse (2002), quando o mesmo endossa que há uma enorme violência no Estado do Rio, mas que a mesma não se reduz somente a existência do tráfico de drogas. A partir de sua análise o mesmo explicita que essa violência:

se alimenta do afrouxamento das regras sociais quanto do enrijecimento de outras regras – no mercado de trabalho, na família, no indivíduo. Um processo social complexo cuja compreensão ainda engatinha. Mas é evidente também que tudo seria diferente sem a enorme desigualdade social brasileira, sem a enorme privação relativa das populações jovens de baixa renda, sem emprego e a falta de perspectivas para esses jovens (Misse, 2002, p. 4).

As desigualdades incidem diretamente na população jovem que são os mais desprotegidos. A relação da juventude com a violência é fruto de uma dinâmica social pautada por uma enorme desigualdade de oportunidades, devido uma inserção precária no sistema de educação e no mercado de trabalho. De acordo com Carrano (Papa & Freitas et al., 2011, p. 236), “são os jovens que mais sofrem o peso das injustas relações entre o capital e o trabalho, que são esmagados pelas estruturas políticas e econômicas”. As condições desiguais da cidade do Rio de Janeiro acabam por reduzir as possibilidades de o jovem vivenciar o tempo de juventude com as mesmas oportunidades. Muitos jovens na cidade se tornaram invisíveis, e essa invisibilidade decorre não da inexistência de questões que envolvem esse

grupo, mas do preconceito e da indiferença frente às demandas e problemas sociais vivenciados por eles.

Diante de um sistema desigual e de poucas oportunidades de integração do jovem na dinâmica da cidade, a entrada para o tráfico de drogas passou a ser um atrativo e uma alternativa para dezenas de jovens que não conseguiam ingressar no mercado de trabalho, e um meio para conquistar mobilidade social.

Rapazes pobres de favelas e periferias urbanas tornaram-se força de trabalho preferencial para o tráfico, sendo selecionados num contexto de grandes atrativos do mercado de bens de consumo, de escassez de opção no mercado de trabalho formal e de salários muito baixos para os que não têm qualificação profissional. Assim, a relação entre violência e tráfico de drogas reflete de um lado o status ilegal de produtos, mas, também as poucas chances e oportunidades que a economia formal oferece aos jovens (Minayo, 1999, p. 162).

Nas famílias pobres é muito comum os jovens terem que trabalhar desde cedo para ajudar na renda da família. A maioria deixa a escola cedo para trabalhar, e se inserem de forma precária e precoce no mercado informal. Com uma realidade extremamente desigual e com difíceis chances de acesso ao mercado de trabalho o tráfico se tornou uma opção para esse segmento. Impulsionado pelo desejo de consumo gerado pela mídia e diante de poucas chances de acesso aos bens, os jovens se inserem no tráfico como uma forma de ascensão social bastante real.

A partir dos anos 1980, há um aumento do número de crianças e jovens a serviço do tráfico de drogas. No final da década de 80 e início da década de 90, essa realidade passou a ser mais expressiva com o estabelecimento das facções criminosas nos morros e favelas da cidade. Primeiro, “os jovens começam como usuários de droga, e são levados a roubar, assaltar e algumas vezes até matar para pagar aos que ameaçam de morte, caso não consigam saldar a dívida”. (Zaluar & Alvito, 1998, p. 214). Depois, passam a assumir cargos diretamente vinculados a organização do tráfico, que vão ficando vagos com a morte cada vez mais precoce dos integrantes destes grupos. Segundo Misse (2007, p. 148), esse quinquênio assinala a juvenilização da mão-de-obra envolvida no tráfico, em virtude das sucessivas prisões e mortes dos traficantes da geração anterior.

Devido à prisão dos integrantes dessas organizações, as crianças e os adolescentes passaram a ser recrutados para realizar funções antes de adultos. Dowdney (2006, p. 197) faz uma breve aproximação entre as crianças recrutadas

para o tráfico de drogas e as crianças que são soldados em países como Moçambique. Segundo ele, apesar de realidades diferentes esse processo de aliciamento tem algumas semelhanças, entre elas o autor ressalta que em ambos os casos são as crianças pobres e em situação de vulnerabilidade que residem em localidades pobres e com conflito que são recrutadas por esses grupos. E destaca que cada vez mais cedo essas crianças passam a integrar esses grupos, o “processo de recrutamento é iniciado em torno dos oito anos de idade, mas a criança passa a ter acesso às armas de fogo por volta dos 15 aos 17 anos” afirma Dowdney (2006, p. 197).

A presença do tráfico nos bairros pobres acabou por influenciar a participação das crianças e dos jovens que cresceram em áreas controladas pelas facções criminosas, e passaram a achar tal realidade como algo normal. O que diante das poucas oportunidades de trabalho e da situação de pobreza das famílias repercutiu como algo extremamente negativo.

De acordo com Gonçalves (2013, p. 316), “a figura do traficante típico dos anos 1970 e 1980, criado na própria favela, foi sendo substituída pela figura do traficante invasor, distante da história local, e sem relações pessoais com a estrutura social interna”. Passou-se a ter uma enorme diferença entre os traficantes de drogas a partir dos anos 90, para os dos anos 70, pois neste período os próprios traficantes eram contra o aliciamento e a presença de crianças no tráfico. A partir dos anos 90, cada vez mais crianças passaram a ser recrutadas como força de trabalho para o tráfico na cidade do Rio de Janeiro. Principalmente para a realização de pequenas atividades como olheiro, fogueteiro e vapor<sup>12</sup>, pois devido a pouca idade se forem “pegos” pela polícia não poderão ser presos, e consequentemente não renderão custos para o tráfico. Entretanto, o aparato policial do Estado alega que há uma maior exacerbação da violência nesse segmento, o que legitima a ação de repressão a esse grupo. “Ao participarem de conflitos armados, a polícia os vê como combatentes e não como crianças ou adolescentes. Em alguns casos são considerados mais perigosos do que os adultos” (Dowdney, 2006, p. 192).

---

<sup>12</sup> A função de *olheiro* e *fogueteiro* geralmente é exercida por crianças e adolescentes, estes são os responsáveis pela observação e vigilância das entradas da favela. Sua obrigação é comunicar aos demais a chegada de algum elemento estranho, como a polícia ou integrantes de grupos rivais. O *fogueteiro* é aquele que ao avistar qualquer movimento estranho deve avisar por meio de fogos de artifício. O *vapor* é o responsável pela venda de drogas dentro da favela.

O tráfico de drogas seduz o jovem devido à rápida forma de adquirir dinheiro fácil, o status e o acesso a bens de consumo, que por via do trabalho os mesmos acreditam não ser possível. Houve no final dos anos 80, como destacado anteriormente, o aumento do número de jovens com idade inferior a 18 no tráfico de drogas, e como consequência também houve o aumento do índice de mortalidade dos jovens por arma de fogo. Nos anos 90, esse número aumentou ainda mais, de “97.2 para 100.5 por cada 1000.000 habitantes” (Dowdney, 2006, p. 191). Segundo o referido autor, os jovens entre 13-14 e 15-17 anos de idade tem mais chance de morrer na cidade do Rio de Janeiro do que os demais.

Dowdney (2006, p. 194) ressalta que o que mais impressiona nos dados de mortalidade dos jovens na cidade é que “as mortes por arma de fogo de jovens com menos de dezoito anos no município do Rio de Janeiro, são piores do que em relação aos países que se encontram em “conflito armado” ou guerra”, e cita como exemplo o conflito entre Árabes e israelenses. Segundo o referido autor, “o conflito desses grupos pela disputa territorial gerou 467 homicídios entre dezembro de 1987 e novembro de 2001”. E nesse mesmo período, aqui no “Rio de Janeiro 3.937 pessoas foram mortas em conflitos envolvendo armas de fogo”.

Portanto, o tráfico também é responsável por esse alto índice de morte violenta de jovens na cidade. Na década de 90 os conflitos entre a polícia e os traficantes tornaram-se uma grande realidade na cidade, e o Rio de Janeiro adquiriu status de cidade violenta, devido o aumento do número de assassinatos, roubos, assaltos, e confrontos armados entre grupos rivais. Esses episódios fizeram com que o governo municipal passasse a elaborar propostas para controlar e diminuir a violência na cidade. As ações pensadas pelos representantes do Estado e implementadas pelo município se deram a partir de políticas bastante diferenciadas com vistas a integrar a cidade e conter o avanço da violência.

Na cidade do Rio de Janeiro o crime organizado só cresceu, ganhou a adesão dos jovens e abriu perspectivas de trabalho e ascensão social, porque as políticas públicas e o poder público não apresentaram a estes segmentos oportunidades e alternativas efetivas de vislumbrar melhores condições de vida. Por isso, como forma de compensar os problemas sociais gerados pelo modelo político econômico vigente e para integrar a cidade, diversos projetos e programas sociais foram elaborados para reverter esse cenário. Os projetos foram implementados para conter

o conflito e as manifestações sociais, a fim de melhorar as condições de vida, reduzir o impacto para população e garantir a continuidade dos interesses políticos em curso.

Propostas e projetos foram planejados tendo como alvo os jovens. Neste sentido, diferentes segmentos políticos adotaram como prática eleitoral, a fim de ganhar adesão, o discurso de incentivar a formulação de propostas e ações para combater o crime e a violência urbana na cidade. Passou-se a difundir que a redução da violência implicaria em ações voltadas para a garantia dos direitos fundamentais, sobretudo dos jovens, como educação, saúde, trabalho, esporte e lazer.

Os jovens passaram a ser prioridade na implementação de políticas públicas e objeto de preocupação do Estado, a partir de suas condutas consideradas desviantes. Antes (com o Código de Menores), não havia essa preocupação com a reinserção social do adolescente e com suas necessidades básicas, o que se promovia era apenas ações de controle social; a partir dos anos 90, com o estabelecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente tal visão sofrera modificações, e as ações do Estado deixaram de ser meramente de controle social, para representar o compromisso com os direitos e bem estar desse segmento. Nesse sentido, todas as crianças e adolescentes passaram a ser objeto das ações do poder público, e não só aqueles que estavam em “situação irregular”. Os governos tentaram enfrentar a situação com tímidas ações na área da educação e do esporte, voltadas para o segmento infanto-juvenil. Reconhecendo que a juventude era uma importante área a ser priorizada no âmbito das políticas públicas, devido aos problemas e as condições vivenciadas por eles na conjuntura. Como corrobora Abramo (2008), a demanda principal do jovem é de uma inserção, em uma sociedade como a nossa, que vive profundamente os problemas de exclusão, numa estrutura socioeconômica que não tem lugar para todos.

No Brasil, não existiam políticas exclusivas voltadas para os jovens, por isso esse segmento foi apropriado e inserido em diversos setores da política pública de maneira utilitarista e de forma fragmentada. Os jovens passaram a ser alvo de políticas educacionais, voltadas à capacitação para o mercado de trabalho, e de projetos sociais voltados para inclusão dos jovens “considerados excluídos” através da prática de esporte.



Conforme visto anteriormente, o aumento da violência entre os jovens possui, segundo Abramovay (2002, p. 66), “uma íntima relação com as desigualdades e o não acesso à riqueza e a cidadania, ou seja, a exclusão social”. Por isso, para combater o problema da crescente violência na cidade foi necessário à elaboração de políticas públicas que buscassem superar a condição de vulnerabilidade que se encontravam.

Neste cenário, inúmeros projetos sociais de cunho educacional voltado para incorporação e inclusão através do esporte começaram a ser criados para atender aos jovens de bairros pobres, sobretudo das favelas cariocas. Tais projetos foram planejados com a proposta de levar a cidadania a esses segmentos pertencentes a diferentes bairros populares, de maneira a integrá-los a cidade. Entretanto, “independente das intenções, quase todas estas iniciativas visam proteger o público-alvo da sedução do crime” (Katz, 1988 apud Silva, 2010, p. 247).

Criou-se e legitimou-se nesse momento uma “ideologia” salvacionista através do esporte, portadora de um projeto político no qual a estratégia de controle social continuou a ser a característica velada desses projetos. E o esporte se tornou um recurso importante nesse processo, à medida que a promoção da prática esportiva foi utilizada como meio de inibir o desenvolvimento de “potenciais criminosos”, como veremos no item a seguir.

### 3.3.

#### **O esporte visto como política pública para os jovens pobres na cidade do Rio de Janeiro**

Como analisado anteriormente, a problemática da vulnerabilidade e da violência envolvendo o segmento mais jovem da população da cidade do Rio de Janeiro exigiram ações e investimentos do Estado em diferentes direções, para inclusão e integração desses jovens na cidade. Foi no final da década de 1980 que a preocupação com esse segmento ganhou destaque e visibilidade. Segundo Abramo (1997, p. 30), a juventude aparece, neste período, “como uma categoria social potencialmente delinquente, devido à sua própria condição etária”.

Aliado ao processo de redemocratização do país ocorreu a luta por diferentes direitos, entre eles pelos direitos da criança e do adolescente, que foi impulsionado

pelas reivindicações de diversos movimentos sociais e integrantes da sociedade civil frente ao crescimento da pobreza e agravamento da situação de violência que estavam expostos. Como resultado dessas lutas, bem como dos interesses governamentais foi sancionado, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que passou a exigir tanto do Estado quanto da sociedade como um todo o compromisso com a promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente. Segundo a doutrina da proteção integral a população infanto-juvenil deve ser protegida em qualquer situação e ter os seus direitos garantidos. As crianças e os adolescentes (mesmo tendo prerrogativas iguais a de um adulto), devem ser protegidos devido a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Devendo por isso, o poder público fornecer prerrogativas e garantias necessárias ao seu pleno desenvolvimento. Nesse sentido, o Estado deveria atender as demandas de enfrentamento das questões sociais que envolviam esse segmento, por meio das políticas públicas nas diversas áreas, como da saúde, educação, lazer, esporte e habitação.

Os jovens inicialmente não foram público alvo das ações, a juventude sozinha não era percebida como segmento de destaque para as ações do Estado. As crianças foram as que mais se destacaram no debate e se beneficiaram das ações e defesa de direitos. Mas, “com a “descoberta” de que os problemas de vulnerabilidade e risco não terminam aos 18, mas que, pelo contrário, muitas vezes se intensifica” (Abramos, 2005, p. 39), essa realidade começou a ser repensada.

Nesse contexto, se reconheceu os problemas sociais que atingiam diretamente os jovens, como as questões de dificuldade de acesso a educação, o trabalho, a saúde e o problema da segurança pública. No Brasil ficou cada vez mais perigoso ser jovens, sobretudo pobre. No ranking internacional de homicídio de jovens realizados no início da década de 90, “o Brasil ficou em 5º lugar entre os 67 países em que houve levantamentos semelhantes, considerando a taxa geral de assassinatos na população, o Brasil fica em 4º lugar, atrás apenas da Colômbia, El Salvador e Rússia” destaca Zamoura (2006, p. 238).

Diante desse cenário de aumento da violência relacionada à situação de esquecimento no qual se encontravam os jovens, passou-se a ter uma maior preocupação com a formulação e implementação de ações políticas específicas voltadas para a juventude. E as políticas sociais configuraram-se nesse contexto

como uma resposta do Estado à situação de abandono vivenciada pelos jovens, sobretudo, nas grandes cidades do país.

Poucas ações políticas de iniciativas municipais ocorreram na cidade do Rio durante o final da década de 80. Essa realidade se modificou com a eleição de César Maia no ano 1992, que segundo Gonçalves (2013, p. 324), “significou uma ruptura importante na política municipal vigente até então, e marcou o fim de um longo período de dominação dos grupos de centro-esquerda no Rio de Janeiro”.

César Maia tinha como meta revitalizar os espaços públicos da cidade e realizou grandes reformas para deixar a cidade mais atraente. Sua primeira administração, que foi de 1993 a 1996, foi marcada pela realização de várias obras. Foi no início de sua gestão que teve princípio a elaboração de um plano estratégico para atrair mais investimentos e capital para a cidade, com vista a melhorar a imagem e a condição de vida da população. Nesse contexto, a política urbana, se deu “sob a batuta do Consenso de Washington”, e orientou-se numa abordagem holística de desenvolvimento urbano, com um viés econômico bastante forte, que visou não apenas melhorar a produtividade urbana, mas também atenuar a pobreza (Gonçalves, 2013, p. 322).

O discurso usado pelo então prefeito César Maia era de que a cidade precisava de ordem, era necessário controlar o caos urbano e resgatar a imagem local, para consequentemente se resgatar a cidadania. Era necessário que o Estado se posicionasse frente ao cenário de violência e insegurança existente na cidade. O número de jovens pelas ruas, ociosos e sem expectativas passou a ganhar destaque nesse momento.

O discurso do “resgate da cidadania” via projeto urbanístico e políticas públicas voltadas para o controle da população mais pobre, era aceitável devido ao cenário de violência, que atemorizava tanto a população como as autoridades na cidade do Rio de Janeiro. A violência e a criminalidade desse período geraram medo em toda a cidade, e esse por sua vez acabou por gerar processos de mudança social, formando novas formas de segregação no espaço e discriminação. E os jovens foram as principais vítimas.

Esses acontecimentos acabaram por interferir e alterar a dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, dividindo-a e criminalizando parte de sua população mais pobre.

Os jovens pobres nesse contexto passaram a ser considerados mais vulneráveis devido à dificuldade de integração ao mercado de trabalho e a sociedade capitalista. Sem recursos e compelidos ao consumo, os jovens acabaram ficando expostos e se tornaram presas fáceis para o mundo do crime.

Por isso, nesse contexto operou-se também uma política pública para juventude, tendo como foco primordial de atuação o esporte como solução para violência e como instrumento de recuperação do jovem.

A juventude é considerada uma fase de transição para a vida adulta, por isso requer um período de preparação e formação, é um período também de construção de identidades e da inserção na vida social, por isso a sociedade e o Estado devem fornecer meios adequados para sua inclusão e integração. De acordo com a organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), jovens são pessoas de 15 a 24 anos, já para a Organização Mundial de Saúde (OMS) incluem a faixa etária entre 15 e 19 anos. O Conselho Nacional da Juventude (CONJUBE) em 2007 ampliou a faixa etária para 29 anos. Não há um consenso com relação à faixa etária e ao conceito. Nesse sentido a juventude pode ser percebida de diferentes maneiras: como uma fase de transição, como problema, ou como sujeitos de direito.

Nessa fase de transição, práticas educacionais para desenvolver a sociabilidade passam a ser algo fundamental para o seu desenvolvimento. Por isso, o jovem passou a ser alvo de inúmeras políticas públicas com o objetivo de resgatá-lo e recuperá-lo da violência e do crime, para inseri-lo na sociedade. A partir da década de 1990, observa-se, no campo das ações do Estado a realização de diferentes projetos voltados principalmente para as crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade e risco social. Há nesse contexto uma concepção do jovem enquanto problema para sociedade. Se não bem orientado e ocupado, a partir desta concepção, o jovem representava um elemento de perigo ou de risco, por isso, seu tempo precisava ser ocupado de maneira educativa e produtiva.

Acreditava-se que as atividades esportivas poderiam diminuir os efeitos negativos da violência sobre as crianças e os adolescentes. O esporte, portanto, passou a ser visto como um antídoto perfeito para ocupar o tempo livre das crianças e dos jovens que ficavam boa parte do dia perambulando pelas ruas dos centros da

cidade e nas favelas cariocas. Assim, poder-se-ia prevenir e evitar o contato destes com o tráfico e com as drogas.

Portanto, é possível afirmar que foi a partir da visão do jovem enquanto problema, que as ações voltadas para esse grupo passaram a compor a agenda pública da cidade do Rio Janeiro, fazendo com que o Estado priorizasse e gerasse ações dirigidas aos jovens.

Maria das Graças Rua (1998), fez um estudo sobre as ações públicas destinadas à juventude. Segundo a autora, as políticas públicas são conjuntos de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos (1998, p. 731) e funcionam como respostas. Elas surgem para responder algumas demandas apresentadas pela sociedade. Nesse sentido, Rua (1998) contrapõe à ideia de “problemas políticos” à expressão “estado de coisas”. As políticas públicas são “estados de coisas” quando não atingem de fato a população e não compõe a agenda governamental. Só depois que atingem a situação de problemas de natureza política e passam a ocupar a agenda pública, estas podem deixar de ser “estado de coisas”, para se transformar em “problema político”.

Segundo Rua (1998), a questão das políticas para os jovens no Brasil era tratada como “estado de coisas”, porque as demandas não eram consideradas objeto de intervenção do Estado. E não eram apresentadas como problemas políticos que exigiam respostas e intervenção do Estado. No entanto, essa realidade mudou nas décadas seguintes, quando as questões que envolviam os jovens passaram a ser consideradas um “problema político” que exigia ações por parte do Estado.

Os jovens, portanto, começaram a ganhar maior espaço nas políticas públicas. Várias vozes começaram a se destacar e chamar atenção da sociedade e das autoridades para as dificuldades que envolviam os jovens, e os tornavam vítimas de diferentes problemas sociais. Foi a partir daí que programas e projetos sociais foram planejados com a intenção de “salvar os frutos de uma década perdida”.

Neste momento, diante da necessidade de implementar políticas públicas de forma a criar estratégias para atuar em áreas de maior vulnerabilidade social passou-se a perceber o esporte como um meio de resgatar a juventude pobre, e conter o “potencial perigo para a sociedade”. O esporte passou-a ser um “tipo de antídoto”.

Como corrobora Melo (2005, p. 82), nessa “concepção tem-se a impressão que a juventude pobre teria quase que uma tendência natural para seguir o caminho do crime, e que as políticas de esporte e lazer tirariam estes jovens desse destino”.

Nesse período, houve investimentos em ações para ocupar o tempo livre dos jovens com a promoção de atividades de cunho educacionais, através do discurso que a boa utilização do tempo evitaria o envolvimento dos jovens com práticas ilícitas. Diante desse quadro políticas sociais foram criadas. “Ainda que nenhuma destas políticas tenha sido catalogada como “exclusivamente para jovens”, o foco e a prioridade principal delas foram, especialmente, os jovens oriundos de setores “excluídos”, que apresentavam condutas consideradas delinquentes”, conforme enfatiza Nazzari, Teixeira e Santos (2008, p. 6).

Inaugura-se um novo olhar para a criança e para o adolescente, que passaram a ser reconhecidos como objeto de políticas e se tornaram alvo de programas e projetos de inclusão social. E as estratégias pedagógicas encontradas pelo aparelho do Estado se estabeleceram com a criação de programas e projetos voltados principalmente para o esporte. Entre os projetos socioesportivos podemos citar: o projeto Segundo Tempo que foi um programa do governo federal com objetivo de democratizar o acesso ao esporte na cidade de Curitiba; o Programa de Iniciação Esportiva (PRIESP), da fundação Roberto Marinho realizado na cidade do Rio de Janeiro com a finalidade de preparar futuros atletas e desenvolver o gosto pelo esporte nas camadas pobres; o Recriação, que usava o esporte como recreação; e o projeto Vila Olímpica que abordaremos com mais ênfase no próximo item. Todos esses projetos tinham como público-alvo, e como objetivo atender crianças e jovens pobres e em situação de risco social.

Tais projetos se voltaram de maneira especial para os jovens moradores dos bairros pobres das cidades, os jovens considerados carentes<sup>13</sup> ou em situação de vulnerabilidade social. Abramo (1997, p. 26), ressalta que é necessário notar que uma “parte considerável desses programas, apesar das boas intenções neles

---

<sup>13</sup> Termo usado para qualificar os jovens pertencentes à família com baixa renda ou moradores de áreas pobres pertencentes a famílias cuja renda per capita não ultrapassa meio salário mínimo, participantes de programas de distribuição renda. Tais jovens são vistos como sujeitos “com um déficit”, que não integrados e inserido precariamente a sociedade, e em situação de risco social são carentes de educação, saúde e condições melhores de oportunidade e de vida.

contidos, o que se busca, explícita ou implicitamente, é uma contenção do risco real ou potencial desses garotos, pelo seu afastamento das ruas”.

A escolha do esporte é porque o mesmo desempenha um papel importante para este segmento, pois é uma maneira de aliviar a tensão, dar disciplina, bem como permite a liberação das emoções e a construção de identidades. O esporte também apresenta uma possibilidade do jovem pobre ser reconhecido e ter ascensão social. Nas sociedades modernas ele passou a ser controlado pelo Estado, como um meio de compensação pela perda da capacidade de exercer a violência. Por isso, eles o viram, segundo Bourdieu (1983, p. 146), como um importante “meio de formar caráter” e “de ocupar a menor custo os adolescentes”. Conforme corrobora o referido autor, esse recurso foi utilizado pelos poderes públicos, por ser um “meio extremamente econômico de mobilizar, ocupar e controlar os adolescentes” (Bourdieu, 1983), porque, “quando eles estão no campo dos esportes, é fácil vigiá-los”, pois se dedicam a uma atividade sadia e direcionam sua violência (Bourdieu, 1983).

A prática esportiva ganhou incentivo e passou a ser uma estratégia de controle dos impulsos do segmento infanto-juvenil. Nessa mesma lógica, reconhecendo a multiplicidade de instância de socialização, para além da família e da escola, e a importância da prática do esporte e do lazer no processo de socialização, César Maia deu início à elaboração do projeto “Vilas Olímpicas” na cidade do Rio de Janeiro. Conforme ressalta Gonçalves (2003, p. 171-172), “afastar os meninos do mundo do crime, tirá-los da rua, livrá-los da violência” – foram as justificativas usadas para a elaboração desse projeto social voltados para os jovens das comunidades pobres. Tal projeto destinou-se a prestar atendimento para os adolescentes e suas famílias em situação de “desvantagem social”, com a finalidade de inclusão e integração social através da prática esportiva, como bem veremos a seguir.

### 3.4.

#### **Resgatando a juventude: o projeto socioesportivo Vila Olímpica**

Como vimos no desenvolvimento do presente capítulo, o jovem pobre passou a ser considerado um segmento em situação de vulnerabilidade social, e por

isso se tornou alvo de políticas públicas e projetos sociais de inclusão e integração por meio do esporte. De acordo com Zaluar (1994), com a crescente participação dos jovens na criminalidade e o fracasso da política educacional, os projetos de educação pelo esporte tomaram impulso a partir da década de 80.

Segundo Machado, Dória e Vargas (2011), ocorreram mudanças relevantes nesta década no cenário esportivo nacional, que contribuíram para o desenvolvimento do esporte e das políticas públicas que envolviam o mesmo. Em um contexto marcado pela desigualdade, como o caso do Rio de Janeiro, as políticas públicas voltadas para o esporte e lazer de crianças e jovens tornaram-se um grande instrumento utilizado como ferramenta de transformação e inclusão social.

De acordo com Machado, Dória e Vargas (2011), a análise entre esporte e políticas públicas ao longo da referida década na cidade nos permite notar que “indícios remetem aos acontecimentos de maior expressão referente à utilização do esporte pelo poder público, surgem a partir do ano de 1985, com a criação de um Órgão Público responsável pela manutenção e regulação dos projetos socioesportivos na cidade”. Tal órgão se refere à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL), que desenvolveu algumas tímidas ações sociais na área do esporte. No entanto, neste mesmo período, o citado órgão foi extinto, só sendo reestabelecido na década de 1990.

A década de 80 também representou um momento de grandes avanços na área esportiva, com o reconhecimento do esporte como um direito social estabelecido na Constituição Federal de 1988. Na qual preconiza, no Art. 217, que é dever do Estado fomentar práticas esportivas formais e não formais como direito de todo o cidadão. Nesse sentido, em cumprimento as atribuições e diretrizes estabelecidas no referido documento, a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro (LOMRJ) também reconheceram o esporte como direito, e passaram a garantir a prática esportiva para todos. De acordo com o Art. 382 da LOMRJ (Rio de Janeiro, 1990):

O desporto e o lazer constituem direitos de todos e dever do Município, assegurados mediante políticas sociais e econômicas que visem ao acesso universal e igualitário às ações, às práticas e aos serviços para sua promoção, proteção e recuperação.



Portanto, a partir dos referidos documentos o esporte passou a ser uma política (também) de responsabilidade do Estado e do Município, todos deveriam promover o esporte. Para Tubino (1993), este foi um importante momento para a consolidação do esporte, no qual pela primeira vez o esporte foi valorizado e considerado importante.

Neste contexto, de reconhecimento da função social do esporte, e diante da necessidade de implementar políticas públicas de forma a criar estratégias para atuar em áreas de maior vulnerabilidade social. Bem como em cumprimento as diretrizes estabelecidas no Art. 217 da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, diferentes iniciativas foram elaboradas na cidade a fim de promover atividades esportivas no contraturno escolar dos alunos da rede pública de ensino. Com o objetivo de evitar a ociosidade das crianças e dos adolescentes fora do horário escolar.

Passa-se, portanto, a pensar na elaboração de políticas públicas de esporte e lazer para além do discurso de bem-estar e saúde, mas, como uma política que pensasse na democratização do acesso de toda a população a esse recurso, e adequasse o uso do tempo livre. No ano 2000, na cidade do Rio de Janeiro, o Prefeito César Maia ao conquistar sua segunda candidatura, notou o agravamento da violência na cidade. Por isso, suas ações na época foram orientadas pelo interesse de amenizar o quadro de violência que envolvia principalmente os jovens, a partir do estabelecimento de políticas públicas, sobretudo, na área de esporte e lazer.

Quando o prefeito César Maia me convidou na fase de transição, era para que eu assumisse um desafio de criar uma estrutura totalmente diferente daquilo que ele recebeu sobre a política pública de esporte. Nós fomos buscar num primeiro momento quais seriam as fontes e resoluções. Na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município o que existia em termo do esporte, que embasasse o pensamento que ele queria ter. Ele queria ter o esporte como uma função de integração social, ele não queria o esporte simplesmente pela prática esportiva. A prática esportiva para ele tinha que oferecer alguma coisa a mais, do que simplesmente a atividade em si. E aí nós começamos a pesquisar ainda na fase de transição. A primeira coisa que encontramos foi uma carta internacional de Educação Física de 1978 de uma conferência geral da ONU. Que estabelecia a Educação Física como direito fundamental de todos, e esse direito são ferramentas para o desenvolvimento da personalidade. Pessoas de todas as cidades devem ter acesso à educação física e ao desporto, iniciando na escola e por toda a sua vida. Depois procurando na Constituição brasileira vimos lá no artigo 217 da lei maior do país que é dever do Estado fomentar a prática esportiva como direito de cada cidadão independente da sua classe social. E na Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro estava lá definido no conjunto de artigos quais seriam as obrigatoriedades. Teria assegurado a todos a participação do esporte visando

atividades ou ações socioeducacionais alternativas a marginalidade infanto-juvenil. Tirar o jovem da droga e trazer para um ambiente sadio (Ruy Cezar - Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

Em seu segundo mandato, César Maia deu início à elaboração do projeto, inicialmente identificado como Unidade Ativa de Grande Porte (UAGP), que é um projeto com fins pedagógicos a partir do esporte e lazer. As Unidades Ativas segundo o Prefeito César Maia deveriam oferecer a prática de atividade física e de esportes como meio para o exercício da cidadania em “comunidades de baixa renda”. As UAGP a partir da gestão de César Maia compreenderiam: os centros esportivos (que oferecem acima de 15 modalidades esportivas), as Vilas Olímpicas (de 10 a 15 modalidades) e os núcleos esportivos (menos de 10 modalidades). Dentre essas propostas de projeto esportivo, a que logrou mais notoriedade e se destacou na cidade, foi a “Vila Olímpica”<sup>14</sup>, tendo como objetivo principal a inclusão social por meio do esporte.

Essa proposta, para além de ser “meramente fruto da preocupação” do então prefeito, é, sobretudo, segundo corrobora Gonçalves (2003), resultado da iniciativa do G.R.E.S Estação Primeira de Mangueira, que, diante da situação de abandono dos jovens da região, criou em 1987, a Vila Olímpica da Mangueira, fazendo com que a Escola conseguisse ir além da questão recreativa para pensar e elaborar políticas sociais.

O G.R.E.S Estação Primeira de Mangueira foi, assim, pioneiro, segundo Gonçalves (2003, p. 47), “na proposição de uma Vila Olímpica como alternativa de inclusão dos jovens moradores de favelas e bairros populares”. Tal iniciativa foi muito bem recebida pela população como um todo, e por isso decidiu-se estender o modelo por toda a cidade. “O projeto é considerado um projeto social modelo pelo poder público e pela sociedade civil” (Gonçalves, 2003). Em 1997, o então presidente da república Fernando Henrique Cardoso apontou o projeto como exemplo para o país. E o ministro extraordinário dos esportes na época, Edson Arantes do Nascimento, mais conhecido como Pelé, considerou o projeto apropriado às comunidades pobres (Gonçalves, 2003).

---

<sup>14</sup> Segundo dossiê da SMEL 2011 é um “equipamento esportivo agregador de políticas públicas de natureza socioeducacional, voltado para o lazer, a descoberta de talentos, a qualidade de vida e ampliação do universo cultural”.

Tal projeto ganhou expressiva notoriedade no cenário carioca. Influenciada também pela visita do Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton no ano de 1997. De acordo com Machado, Dória e Vargas (2011), “este ocorrido deu maior visibilidade ao projeto desenvolvido pela Escola de Samba, que neste momento já executava outras ações e mantinha sua política de realizar parcerias com a iniciativa privada”.

A Vila Olímpica da Mangueira foi pioneira, mas não o único caso. No ano de 1995 foi criada uma Vila Olímpica no conjunto de Favelas da Maré, por iniciativa popular de um movimento articulado da União das Associações de Moradores da Maré – UNIMAR, que tinha o desejo de criar um centro esportivo no interior do complexo de favelas. Segundo Melo (2005), os membros da associação conseguiram uma audiência com o governador Marcelo Allencar e com o prefeito César Maia para apresentar o projeto. Após a apresentação do projeto elaborado pelo engenheiro Edgar Amaral, o prefeito se interessou pelo projeto, confirmando que a “Prefeitura viabilizaria metade das obras se o governo federal viabilizasse a outra metade” (Melo, 2005, p. 113).

Eu acho que a grande vitória das Vilas Olímpicas foi a Vila da Maré, pois quando ela começou todas as lideranças de todas as associações se reuniram e foram pedir o equipamento. Pois, eles entenderem que deveriam oferecer algo mais no horário complementar da escola, eles tinham uma clareza disso. Nós temos até hoje o senhor Amaro que foi um grande responsável pela Vila Olímpica da Maré, ele vai te falar com uma simplicidade o que aquelas crianças precisavam. Ele mora na Maré, ele é responsável pelas 16 comunidades, é uma liderança imensa dentro da Maré. Ele comanda, ele que foi para Brasília defender que precisava de uma Vila Olímpica, e quando ele chegou a Brasília eles disseram o que eles achavam, e que não era o que eles estavam pensando não. E ele explicou porque precisava da Vila, exatamente para tentar ajudar e dar a sua parcela de contribuição com uma política pública junto com as outras. Seria na verdade uma ação de parceria, e ele mostrou do que precisava, pois as crianças quando saíam da escola ficavam em casa ou então na rua. [...] Isso é a sabedoria da vivência (Funcionária da gerência da SMEL – atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 26/08/14).

Andei com o projeto embaixo do braço de um lado para o outro, e fui a Brasília. Botei em baixo do braço e fui, apesar das pessoas dizerem que eu era sonhador e que eu não ia conseguir nada, que não ia conseguir isso aqui, que era fantasia e mais uma série de coisas. Me apelidaram e muito mais, e eu não me importei com aquilo, eu tinha uma coisa determinada na minha cabeça que era implantar um projeto que viesse beneficiar a comunidade. E aí, eu saí com esse livro na mão e o primeiro lugar que eu fui, foi a Brasília, e conversei com Fernando Henrique e tudo com iniciativa minha, sem recurso de nada. Para dizer a verdade, saí do Rio de Janeiro num ônibus eu, minha companheira e um colega que eu tinha. Cheguei a Brasília e fui dormir lá embaixo de uma arquibancada que tinha na Catedral de Brasília, e no dia seguinte eu procurei falar com o Fernando Henrique para eu

implantar, pois eu estava desorientado. Eu só tinha a informação que eu tinha que procurar alguém, e consegui conversar no gabinete do Presidente mesmo sem ter nada marcado e agendado. Eu tive a felicidade de encontrar o diretor superintendente da Caixa Econômica e dali eu saí e fui conversar com o Pelé. Simplesmente entrei numa fila onde tinha vários deputados e vereadores, isso na época em que o Pelé era Ministro. E na fila eu fui o último, pois o único favelado era eu, os outros eram parlamentares, mas ele atendeu todos. E na hora que eu iria entrar para falar com ele, ele já estava saindo, pois ia para a África, e eu falei: Ministro preciso muito falar com o Senhor a respeito de uma praça de esporte, e ele disse para mim: todo mundo vem aqui e me traz papel, e me mostrou os papéis. E eu falei: eu trago aqui um projeto, e mostrei o projeto a ele. Quando eu apresentei o projeto a ele, na hora chamou o Santos, que era assessor dele, e ele falou: olha esse aqui tem um projeto, e eu deixei um projeto com ele e fiquei com o outro projeto que levei para o governador da época, e depois levamos para o César Maia. Que se prontificou a fazer a Vila Olímpica da Maré e com todos os problemas mais que você sabe que para manter uma Vila dessa não é fácil. Começamos a construir a Vila, que na minha ideia seria só um campo para esportes e etc., mas conforme foi se desenvolvendo, hoje temos a área de cultura e trabalhamos com os CIEPs. Enfim, foi gerando coisas e mais coisas, e chegamos onde estamos. Tudo aqui é do governo do município, o terreno e todo o equipamento de construção. César Maia deu início (Sr. Amaro - Líder Comunitário morador da Maré e presidente da ONG União Esportiva Vila Olímpica da Maré; entrevista em: 06/10/14).

Tal projeto foi um marco para a cidade no que se refere à criação de projetos socioesportivos. Com a campanha de candidatura da cidade para sede dos jogos Olímpicos de 2004, no ano de 1996, a ideia de uma área de esporte foi bem aceita. O projeto dos jogos de 2004 previa que as instalações para os atletas e os locais das partidas seriam próximas à favela da Maré, “o que de certa forma favorecia a ideia de criação de uma Vila Olímpica naquela região” (Melo, 2005, p. 114).

Segundo Melo (2005), em dezembro de 1999, foi estabelecido o convênio entre a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro e a União Esportiva Vila Olímpica da Maré (UEVOM) para a administração da Vila, através do projeto de lei 2.878/99. No entanto, apenas em 2001, o projeto avançou. Considerando que a Vila Olímpica da Maré era o único centro esportivo na cidade de responsabilidade da Prefeitura localizado em uma favela, “ele passou a representar uma espécie de modelo das outras Vilas/centros esportivos que posteriormente foram abertos na gestão César Maia” (Melo, 2005, p. 144).

A estrutura da Maré estava até pronta, mas existia um gap do governo que tinha saído, e quem estava cuidando daquela Vila era um projeto do Romário, escolinha de futebol. Era o Governo Federal que investia nisso daí. Nós tivemos que redesenhar o funcionamento, mas nós tivemos no seu Amaro um *parceiraso*, foi primeiro um “cabra macho”, e em segundo lugar um parceiro. Aí nós conseguimos fazer a Vila funcionar dentro daquilo que nós pensávamos, e levamos todos os esforços, reformamos a piscina, o campo teve que ser trocado. Depois chegou até estudar a possibilidade de ampliação da Vila para o outro lado do rio onde é a outra

facção. Mas ela passou, ela já estava construída, mas ela não estava funcionando dentro daquilo que nós queríamos. Ela estava só com um projetinho e que depois parou (Ruy Cezar - Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

O projeto das Vilas Olímpicas a partir dos dois modelos citados foi reproduzido pela administração municipal da cidade no intuito de atender a população carioca, e esse passou a ser um modelo de gestão e funcionamento adotado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, é importante ressaltar que a Vila Olímpica da Mangueira mantém sua atuação e modelo de gerência até os dias atuais de maneira diferenciada. Ela funciona através da parceria da G.R.E.S Estação Primeira de Mangueira com empresas de iniciativa privada. Portanto, ela não seguiu a mesma linha de administração e gestão da Vila Olímpica da Maré, ela não é gerida pelo poder público. Este modelo desenvolvido na Vila Olímpica da Mangueira também gerou frutos, afirma Machado, Dória e Vargas (2011), como a Vila Olímpica da Escola de Samba do Salgueiro criada no ano de 1996 nos mesmos moldes da Mangueira.

As Vilas Olímpicas a partir do modelo estabelecido na Maré passaram a ser equipamentos da Prefeitura do Rio sob a administração da Secretaria Municipal de Esporte Lazer – SMEL, através da lei nº 2.139. A SMEL foi a responsável pela gestão e disseminação das Vilas Olímpicas e das atividades esportivas e de lazer na cidade, a fim de democratizar o acesso à população.

[...] Fizemos uma reunião e o prefeito César Maia me permitiu isso, nos chamamos todas as Secretarias que compunham a estrutura da Prefeitura, com um foco maior na Secretaria de Educação. Mas, aí sentimos a necessidade de equipamentos para isso. Então tem que vir a Secretaria de Obras, a Secretaria de Urbanismo, tem que vir a Casa Civil, tem que vir um conjunto de secretarias. E aí nós resolvemos, autorizados pelo prefeito, criamos uma macrofunção. Todas essas secretarias estariam envolvidas dentro desse órgão de discussão e planejamento. E nós, como órgão indutor dessa política teríamos a cabeça da macrofunção, o comando disso. Baseado nisso, com 10 dias tomados posse, dia 01 de janeiro de 2001, nós publicamos a resolução da SMEL nº 25. Na qual a gente definiu todos os órgãos que iriam integrar essa macrofunção. E definimos quais seriam as diretrizes, que são as definidas na Lei Orgânica. A intervenção social alternativa a marginalidade infanto-juvenil, a inclusão das pessoas com deficiência, a promoção social da terceira idade e a realização de eventos. (Ruy Cezar - Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

[...] Surge então à ideia de criar o Projeto Vilas Olímpicas, um oásis de construção de valores educacionais e morais, aberto para as famílias. Em um primeiro momento o foco do alcance deste projeto foi estabelecido a partir da necessidade da atuação do poder público em áreas de risco, onde os referenciais dos milhares

de crianças, jovens e adultos trazem grande influência da violência e do crime (Manual Vilas Olímpicas, 2006, p.2).

As Vilas teriam, portanto, como objetivo a “promoção e a formação de uma juventude com valores morais e assim diminuir a probabilidade de contato com a violência e a criminalidade, caracterizando-se assim como uma ação governamental nos locais com características de risco social” (Machado, 2012, p. 6). Utilizando o esporte como ferramenta educativa de inclusão, participação e cidadania. E essa confluência fica clara na primeira resolução da SMEL, a de n. 025/2001, na qual são apresentadas as diretrizes que nortearão as políticas de esporte e lazer, como bem ilustra o trecho abaixo:

O Secretário Municipal de Esportes e Lazer, no uso das suas atribuições legais e, considerando que cabe à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer planejar, promover, coordenar e executar a política de esportes e de lazer do Município do Rio de Janeiro. Considerando que a política da atual administração para o desporto e o lazer terá as suas ações voltadas, em especial, para a formação do cidadão; a convivência solidária a serviço de uma sociedade justa, fraterna e livre [...] (Rio de Janeiro, 2001, b).

O direito ao esporte e lazer a partir dessa visão passou a ser um fim em si mesmo, atribuindo à prática esportiva e aos equipamentos a função de uma construção e reconhecimento de identidades como cidadão de direito da cidade. No entanto, o reconhecimento do direito à cidade vai além do acesso a serviços e equipamentos urbanos. Por isso, nesse contexto a ideia de cidadania necessita ser acrescida de outras noções de direitos.

[...] incorporando-os ao conteúdo da luta pela democracia (por exemplo, vinculando-a não só aos direitos civis, mas ao direito à moradia, aos equipamentos urbanos e etc.), construindo uma identidade imediata morador/bairro na luta por esses direitos” (Abreu apud Coelho, 1996, p. 158).

A cidadania passou a ser um discurso político extremamente utilizado para legitimar diversas ações e projetos na cidade. Melo (2005), alerta que o discurso da cidadania, utilizado nas políticas públicas na área do esporte, tornou-se “moda”. Para o autor, tal termo é utilizado e apropriado sem uma clara reflexão sobre seu verdadeiro significado. Segundo Melo (2005, p. 78), qualquer ação ou projeto que

tirasse o jovem da rua passou a ser reconhecida como “resgate da cidadania”<sup>15</sup>. Como se o termo cidadania fosse “autoexplicativo”.

A construção das Vilas Olímpicas pela Prefeitura do Rio de Janeiro estava fundamentada na visão de integração pelo esporte. O esporte e o lazer passaram a ser solicitados para auxiliar a busca da cidadania. Ao ser proposto esse projeto para as favelas do Rio, pretendia-se que o mesmo estimulasse a solidariedade, a autoestima, a cooperação, a disciplina e reduzisse a criminalidade. Segundo Melo (2005, p. 115), essa intenção da Prefeitura de modificar a imagem da cidade “fica explícita quando se aponta a contribuição do esporte para integrar ou incluir os bairros pobres/ favela à cidade, o que seria uma forma de contrapor-se à noção de cidade segmentada”. Ao esporte, foi embutida a tarefa de integrar a favela com o resto da cidade.

A proposta de implementação dos equipamentos esportivos foi bem repercutida e apoiada pela Prefeitura, tendo em vista o envolvimento do Estado com as campanhas investidas pelo Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos de 2007.

Eu posso falar com bastante naturalidade, pois eu conduzi também a busca dos grandes eventos. O prefeito César Maia me confiou essa missão e o grande discurso que nós tivemos para ganharmos os jogos Pan-Americanos de 2007 foi mostrar as entidades esportivas nacionais e internacionais que a vinda daquele megaevento para cá iria criar uma explosão de oportunidade com o surgimento de outras Vilas Olímpicas. E nós mostrávamos, o prefeito me autorizou a viajar, e eu viajei demais. Fui até Cuba e aqueles países ali da América Central, nós fomos visitar aqueles países e mostrar as Vilas Olímpicas. E aí, o nosso discurso era esse – se nós sem os megaeventos já temos X Vilas Olímpicas, depois deles quantas novas oportunidades irão aparecer ou novas Vilas irão acontecer? E para que nós ganhássemos os jogos Pan-Americanos nós tivemos um desafio. A Venezuela teve cancelados os jogos Sul-Americanos de 2003 por problema de segurança, aí o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro chegou para o prefeito e para mim e falou o seguinte: nós temos um desafio, tá arriscado a não acontecer o Sul-Americano, se nós conseguirmos organizar uma coisa pequena, mas de qualidade aqui dentro, nós já vamos ter uma alavanca de votos muito grande aqui na América do Sul para nós conquistarmos os jogos Sul-Americanos (Ruy Cezar- Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

---

<sup>15</sup> Cidadania aqui compreendida a partir da ideia de inclusão dos indivíduos. Assim, compreendia-se que o alargamento dos programas e projetos de esporte e lazer ampliaria não só o acesso, mas também os valores democráticos que envolvem a cidadania. Nessa perspectiva, a construção da cidadania dos jovens estava atrelada a promoção de programas sociais tidos como “salvadores”, que objetivassem incluir e integrar os jovens, desconsiderando o processo de lutas por direitos. Como se somente o acesso ao esporte e ao lazer proporcionasse uma nova posição na cidade.

Essas campanhas deram destaque à ideia do Esporte como formador de exemplos, sendo estes “referenciais positivos que, de alguma forma, se contrapõe aos exemplos que influenciam negativamente crianças, jovens e adultos, principalmente de áreas com grande ingerência de “poderes paralelos” (Manual Vila Olímpica, 2006)”. Segundo Melo (2005), a partir desse slogan a política pública de esporte passou a considerar outra tendência, que é a visão desses equipamentos “como celeiro de novos talentos”. Com base nessa concepção, (de que a ampliação da prática esportiva faria surgir novas estrelas), acreditou-se que o país teria melhores resultados esportivo, e este por sua vez promoveria a ascensão social dos jovens.

O esporte de alto rendimento a gente não pode deixar, apesar de não priorizar o atleta de alto rendimento, eu não podia deixar de fazer isso. Mas, chegar lá com os bracinhos finos e falar para ele: aí você não vai dar para o esporte, tira ele, e coloca um que corra. Ali é outro objetivo. O objetivo não é criar campeões, dos meninos ali os que se sobressaíssem era incentivar para se tornar grande atleta (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

O objetivo desses equipamentos não poderia ser o alto rendimento, pois o alto rendimento é excludente. Se o foco das Vilas fosse a seleção de atletas de alto rendimento, o projeto deixaria de fora parcela considerável da população jovem que não tem o “perfil” para performance, como bem ilustra o trecho da entrevista abaixo:

No momento em que eu trabalho uma atividade para alto rendimento eu vou excluir, vou minimizar meu atendimento, no momento em que eu coloco 30 crianças naquele campo eu treinarei os 30. Se eu for trabalhar futebol de 7 eu trabalharei com 15, 20 no máximo, ou seja, 30% eu estou excluindo. Excluindo primeiramente de não fazer a prática esportiva, segundo, porque ele não é um atleta ou não tem possibilidade de ser um atleta, então é mais uma exclusão na vida dessa criança. E terceiro, eu estou projetando lá na frente aquela criança que sempre desejou fazer futebol e não pode porque não tem uma habilidade técnica, então é mais uma exclusão, já que ela já foi financeira, social e agora esportiva. Então a Vila Olímpica não pode ser um aparelho para atividade de alto rendimento, ela tem que ser um aparelho de descoberta de pequenos talentos, aí você pega, projeta ele para os clubes que tem estrutura para isso ou pequenos centros de excelência [...] senão eu não chego ao objetivo que é atender o público da comunidade, pois se eu começar a trabalhar com alto rendimento em vez de trabalhar com 5 mil eu trabalharei com 2 mil. E esse não é o objetivo do aparelho público, em que o objetivo é atender a todos (Ex-coordenador técnico geral das Vilas Olímpicas e atual coordenador da VOCN de final de semana - atua no projeto V.O desde 2001; entrevista em: 27/04/14).

O objetivo desses equipamentos é proporcionar aos cidadãos um espaço público, onde a prática do esporte e lazer seja de qualidade, de forma a garantir a



inclusão social e contribuir para o desenvolvimento saudável do sujeito de áreas menos favorecidas da cidade. As ações destes equipamentos, segundo a resolução n. 025/2001 da SMEL (Rio de Janeiro, 2001, b).

[...] estão voltadas para projetos que, objetivamente, possam em médio prazo interferir em indicadores sociais, tais como a repetência, a evasão escolar, o envolvimento de jovens em atos infracionais, a prostituição, o trabalho infantil e o consumo de drogas. Este programa de ação será desenvolvido em conjunto com as Universidades, ONGs, Fundações e outras instituições de apoio, visando à prevenção e o devido tratamento de tais questões.

Para o prefeito César Maia, a proposta era que as Vilas Olímpicas tivessem um papel educativo, o foco era educação e não o rendimento. Por isso, a mesma foi pensada para atuar em complementação a escola. Um espaço no qual a criança e o adolescente poderia fazer atividades esportivas de cunho educacional no contraturno escolar, ao invés de ficar na rua. Inicialmente deveria funcionar em parceria com as escolas, por isso, segundo César Maia (entrevista, 2014), “a matriz do projeto foi a relação com as escolas da região e o estímulo à permanência na escola por expectativa de mobilidade social”. O que fica claro no trecho a seguir:

A Vila Olímpica é uma estrela com uma escola em cada ponta". A origem é Anísio Teixeira, em que o horário integral se completaria com equipamentos de esporte e cultura que serviriam a várias escolas. Inicialmente, desejava que a Vila favorecesse a mobilidade desses moradores, que eles pudessem sair de suas comunidades para frequentar outros espaços com lazer e esporte de qualidade. A Vila seria um lugar diferenciado do que eles estavam acostumados. Havia uma grande influência dos comandos, e o jovem tinha como referência não o pobre que trabalhava e morava na favela, mas o traficante. A massificação do esporte faria com que esses jovens passassem a ter outros exemplos. Não só o futebol, mas o vôlei, o basquete, o balé (César Maia, entrevista em: 13/10/14).

Tem uma frase do César Maia muito bonita sobre as Vilas Olímpicas. Ela destaca que não se pode pensar esse projeto sem esse vínculo direto com a educação (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

De acordo com César Maia, para o projeto Vila Olímpica funcionar, deveria haver uma integração com a escola. Elas deveriam atender prioritariamente os alunos da rede pública de ensino. A partir daí, foram pensadas as possíveis parcerias e os subsídios para a implementação destes equipamentos. A grande parceria foi feita com o Governo Federal por meio do Ministério da Educação, para que assim se conseguisse a desoneração por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).

Se esse projeto avançasse muito com a capacidade de nós absolvermos grande parte dos alunos da rede pública, nós poderíamos utilizar através da Secretaria Municipal de Educação os recursos do FUNDEB para a implementação das Vilas. Já que os alunos teriam aula de Educação Física na Vila e seriam alunos da rede pública não só Municipal, mas Estadual e Federal. A nossa ideia era encaixar a Vila Olímpica no que César Maia chamava no governo dele de macrofunção. E você tinha alguns núcleos de macrofunção, o núcleo que a gente participava era do esporte, educação e cultura. Então era encaixar a Vila Olímpica nessa macrofunção, para que ela tivesse esporte, para que fosse um espaço utilizado pela cultura e principalmente pela educação. Porque não tinha outra forma do funcionar se não houvesse uma integração com a educação. A criança ia se inserir no contraturno escolar. Ela ia para a escola de manhã cedo, tomava café na escola e almoçava, saía da escola e ia para a Vila Olímpica, teria atividade de lazer, faria atividade esportiva, e depois saía da Vila para casa (Ruy Cezar- Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

A Secretaria de Esporte e Lazer montava o projeto e levava para Prefeitura, a Prefeitura que fazia a ligação da verba através do registro com a Secretaria de Educação. E aí ela conseguia retirar verba do FUNDEB para gestão e para o funcionamento das Vilas Olímpicas (Ex-coordenador técnico geral das Vilas Olímpicas e atual coordenador da VOCN de final de semana - atua no projeto V.O desde 2001; entrevista em: 27/04/14).

Para o prefeito, os objetivos que se pretendiam alcançar com a elaboração das Vilas Olímpicas era que o “esporte atuasse na mudança de comportamento e no melhor desempenho escolar do aluno” (César Maia, 2014). De acordo com o secretário de esporte e lazer do referido prefeito, quando era feita a pesquisa da área para implementação do projeto se “buscava justamente saber o que tinha de escola pública no entorno”.

Para implementação deste equipamento, é necessário o atendimento de alguns critérios, como localidade e capacidade para comportar esse empreendimento. Segundo o Manual das Vilas Olímpicas (2006, p. 4), o processo de implantação destes equipamentos devem seguir as seguintes etapas: a escolha do local, levando em consideração a viabilidade técnica da construção, a pesquisa socioeducacional e a densidade demográfica; a realização de audiência pública; a preparação do projeto; previsão orçamentária; licitação do projeto de construção; início da obra; montagem do projeto técnico; preparação do orçamento; licitação dos contratos e empenho; licitação de material didático e de escritório; escolha da equipe; montagem da infraestrutura; definição do quadro de modalidades; capacitação profissional; abertura de inscrições; contato com as coordenações educacionais e escolas; planejamento das aulas e início das aulas. Um dos critérios com maior relevância para a realização do projeto é o atendimento de áreas que

apresentam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>16</sup> e ofereça “risco social” à população que residem nestas áreas.

Aí ele (prefeito) falou: a abrangência do projeto é total. Só que nós vamos trabalhar sempre em áreas que tem Índice de Desenvolvimento Humano baixo. Vamos buscar nessas áreas oferecer atividade de qualidade para a família, para o jovem, para a pessoa com deficiência, para terceira idade. Nós vamos trabalhar exatamente dentro das comunidades em que o poder público não se fazia presente. Daí porque nós escolhemos durante a nossa missão na secretaria a construção de 10 Vilas Olímpicas todas elas em áreas degradadas socialmente, sem assistência do poder público. Foi uma forma do poder público entrar sem confrontação. Porque nós estávamos oferecendo mais a comunidade, e não entrávamos mediante qualquer tipo de violência. Ao contrário, através de audiência pública, discutíamos com a comunidade o que era o conceito do projeto, o que o projeto buscava oferecer, e que não haveria custo para eles, que todos teriam o direito de participar, desde o mais jovem até o mais idoso (Ruy Cezar- Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

As Vilas deveriam funcionar durante toda a semana de maneira ininterrupta. Nos dias úteis haveria aulas específicas de desenvolvimento de esporte, e no final de semana as Vilas abririam para que toda a população do bairro pudesse desfrutar de um espaço de lazer. Para isso, a partir da estruturação dos critérios de escolha da localidade, foram elaborados os elementos técnicos e a infraestrutura que teria uma Vila Olímpica. A ideia era projetar os equipamentos de acordo com a área disponível para construção. As áreas eram sempre públicas para evitar custos com a compra de terreno ou com desapropriação.

Partindo do Centro Esportivo Miécimo da Silva (que já existia desde 1982) nós definimos o que teria uma Vila Olímpica. Não era algo fechado. Quando nós íamos implantar a Vila, nós fazíamos uma audiência pública, e levávamos o conceito do projeto, e o arquiteto que fazia isso. O arquiteto foi muito inteligente na concepção do projeto máster. Na realidade o que ele fez, ele foi desenhando as modalidades esportivas, como? Para o futebol eu preciso de um campo de futebol, aí ele tinha as dimensões, para o vôlei, o basquete e o futsal eu preciso de uma quadra de tanto, aí ele desenhava. Para a natação eu preciso de uma piscina que pode ser até olímpica de 50 m, mas nada impede de ser não olímpica. E aí o projeto era um leque. Quando nós achávamos um terreno, nós verificávamos dentro daquele terreno quais modalidades que davam ali dentro, para não invadir as áreas dos outros ou fazer uma coisa pela metade (Ruy Cezar - Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

---

<sup>16</sup>Índice de Desenvolvimento Humano é um índice que serve para medir o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida oferecida à população de uma determinada região. Ele é calculado com base em dados econômicos e sociais, como renda per capita familiar, expectativa de vida, taxa de alfabetização e média do número de anos de estudo. O Índice vai de 0, que corresponde a nenhum desenvolvimento humano, ao número 1, que representa o desenvolvimento humano total. Quanto mais perto de 1 maior é o desenvolvimento da região.

Uma segunda etapa importante citada no referido Manual das Vilas Olímpicas, após a identificação do local, era a realização de audiências públicas com os membros e líderes dos bairros. No entanto, durante a realização da pesquisa um número considerável de usuários do equipamento, moradores do bairro e profissionais não recordaram da realização dessas audiências, alegando que as mesmas não foram realizadas. Não encontramos registros na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, ou órgãos correspondentes, referente às atas ou arquivos destas audiências, o que nos deixou com dúvida sobre a realização das mesmas. De acordo com o ex-prefeito César Maia e os secretários entrevistados durante a pesquisa, tais audiências foram feitas, mas o que deve ter ocorrido foi a não preservação desses arquivos a partir das mudanças de governo e de Secretário.

Tinha umas reuniões que eles chamavam de reuniões comunitárias. Aí tinha o presidente da associação com alguns representantes. Aí você chamava alguns representantes do poder público e alguns representantes da comunidade, como se fosse um conselho de gestão, não especificamente registrados pela Prefeitura, mas era uma reunião como se fosse o conselho de gestão. E pegava algumas ideias da comunidade para poder provocar o poder público na construção. Era algo mais informal, no Manual das Vilas Olímpicas ele quer trazer como formal isso. Formalizar alegando que toda Vila que fosse institucionalizada deveria existir um conselho comunitário como foi na Maré inicialmente. Mas, não sei se hoje em dia isso acontece, mas isso aconteceu em todas as que foram feitas nesse porte. Todas elas seguiram um padrão de conselho, faziam audiências públicas com representante do poder público e da comunidade. Era feita consulta do tipo: deve atender quais colégios? Deve ser feita em qual rua? Então, a comunidade era participativa. De um tempo para cá passou a ser o contrário, mostrar para a comunidade qual era o projeto, já vinha pronto (Ex-coordenador Técnico geral das Vilas Olímpicas e atual coordenador da VOCN de final de semana- atua no projeto V.O desde 2001; entrevista em: 27/04/14).

Quando nós fazíamos a audiência pública nós mostrávamos naquela comunidade, olha eu vou ter um campo de futebol, uma quadra coberta que vai servir para isso, nessa quadra coberta eu também posso ter aula de dança, aula da terceira idade [...]. E, nós perguntávamos no finalzinho da audiência: o que vocês aqui da comunidade gostariam de ter a mais? Coisas que vocês praticam, mas que vocês não têm um equipamento próprio para isso? E aí, em cada lugar você tinha uma surpresa, existiam modalidades de esportes, ou até não modalidades de esportes, em que a comunidade gostaria de ter. As audiências foram arquivadas na SMEL, eu deixei as datas, o local, as autoridades presentes e as comunidades através da associação dos moradores do local. A única coisa que evidentemente eu tenho certeza que não tem era a publicação dessas atas, tinha o arquivamento delas, todas as atas eram arquivadas (Ruy Cezar- Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

Portanto, diante do exposto não podemos concluir que tais audiências públicas, ou consultas a população foram realizadas para implementação dos equipamentos, já que não encontramos durante a pesquisa nenhum registro sobre as

mesmas. No entanto, é importante destacar que durante a realização da pesquisa, e a partir das entrevistas, notamos que há uma grande dificuldade de sistematizar os registros e documentos no âmbito da Secretária Municipal de Esportes e lazer. Tal fato deve-se, segundo relatos dos funcionários, a grande rotatividade de secretários a partir das mudanças de gestão, que não primam em considerar os deixados das gestões anteriores.

No ano de 2002, segundo informações do Caderno de Estudos da Cidade, foi registrado “recorde no repasse de verbas – ao alcançarmos o valor de R\$ 17.598.965, quase 600% maior do que no primeiro ano – às Vilas, Núcleos e Projetos”<sup>17</sup>. Nesse período foi implantada a primeira Vila Olímpica dentro do padrão estabelecido pelo prefeito César Maia (a partir do modelo de gestão da Prefeitura do Rio), no bairro de Padre Miguel, denominada Vila Mestre André.

Eu ainda não era secretário de esporte. Nesse meio tempo eu fiquei como chefe de gabinete. A primeira Vila Olímpica que foi feita foi ali em Padre Miguel, era um terreno na entrada da Vila Vintém extremamente perigoso, escuro, abandonado, um lixão e área de dissolução de cadáver. Então, aquela área era extremamente degradada, e como se dá uma levantada naquela área? Isso é uma coisa que era de responsabilidade do poder público e da Prefeitura. Então, a ideia foi a seguinte, porque não fazia ali um centro esportivo, pois o único centro esportivo que a Prefeitura tinha moderno era o Miécimo da Silva, que não foi construído com essa intenção. Ele foi construído para ser um grande centro esportivo para alto rendimento, e depois ele foi adaptado para essa função, para esse projeto que a gente chama Vila Olímpica.

Em Padre Miguel, aquela área precisava de alguma decisão com relação a ela. E aí, porque não se fazia ali o projeto? Aí, levamos a ideia na época para o secretário, que tinha uma equipe muito boa. E foi feito o primeiro esboço arquitetônico da ocupação do que seria uma Vila Olímpica, o que teria uma Vila Olímpica. Não precisava ser uma Vila Olímpica com as dimensões de um equipamento oficial, o que quero dizer com isso, é que o campo de futebol não precisava ser 98x64, pode ser um campo soçate para iniciar a prática do futebol, a pista de atletismo não precisava ter 400 metros, não precisa de uma piscina de 50 metros. Não precisa de um equipamento como é na olímpiada, isso é um segundo passo (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

O objetivo inicial não era formar atletas de alto rendimento. Por isso, para receber a nomenclatura de Vila Olímpica, decidiu-se que o equipamento deveria possuir elementos básicos e prever uma estrutura mínima, de acordo com o projeto estabelecido pelo Manual da SMEL (2006, p. 13), contendo:

- 01 Ginásio Poliesportivo com palco (com sala) e vestiários;

<sup>17</sup> Informações retiradas da Publicação do Rio Estudos nº 151 de abril de 2005, artigo: Rio, cidade-referência do esporte rumo ao Pan 2007.

- 01 Piscina de 25x12x1,50 m (c/grade e portão adaptado para portador de deficiência), com vestiários;
- 01 Campo de Futebol Society;
- 01 Minipista de Atletismo, com caixa para salto;
- 01 Quadra Poliesportiva descoberta;
- 01 Recanto para Lazer, com mesas, bancos e churrasqueiras;
- 03 Salas para esportes de Salão (no mínimo 25 m²);
- 04 Salas de Administrativo (no mínimo 12 m²);
- 02 Banheiros Administrativos;
- 01 Guarita com banheiro (no mínimo 9 m²);
- 01 Sala para professores com 02 banheiros (no mínimo 12 m²);
- 02 Banheiros;
- 01 Copa com pia;
- 02 Vestiários;
- 01 Conjunto de Brinquedos;
- 30% da área da Vila Olímpica deverá ter sombra;
- No Mínimo 10 modalidades.

[...] Então foi feito um esboço, um projeto arquitetônico que contemplava isso tudo. Tinha uma área aberta e uma quadra coberta, onde poderia se praticar judô, caráter, capoeira, jiu-jitsu. Onde poderia ter vôlei, basquete, futebol de salão, uma pista de atletismo com quatro raias pequenas em volta do campo. Tinha a piscina de 25 metros e uma biblioteca (Ex-secretário de esporte e lazer, entrevista em: 15/10/14).

Como bem ilustra a figura de representação gráfica das instalações de uma Vila Olímpica idealizada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

**Figura 1: Representação gráfica das instalações de uma Vila Olímpica**



Fonte: Manual das Vilas Olímpicas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006, p.1.

A Vila teria por prioridade proporcionar uma prática regular de esporte como atividade que contribui para desenvolvimento integral do indivíduo e para “ampliação da cidadania”. Deveria também subsidiar, através de suas ações, dados para a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer no intuito de colaborar para a formulação, planejamento e promoção de políticas públicas voltadas para o esporte e lazer.

Mais duas Vilas Olímpicas foram inauguradas na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2002 e 2003: Carlos Castilho, no Complexo do Alemão e Clara Nunes, em Acari. O presente estudo se focalizará nas características e implicações do equipamento Clara Nunes, que será abordado com mais clareza de detalhes no próximo capítulo. Segue abaixo a cronologia ilustrativa de criação das Vilas Olímpicas e parques da SMEL até o ano de 2013.

**Figura 2: Cronologia das Vilas Olímpicas e Parques da SMEL**

Equipamento	1982	2000	2002	2003	2004	2006	2007	2010	2011	2012	2013
Miecio da Silva											
Maré											
Mestre Andre											
Carlos Castilho											
Clara Nunes											
Ary Carvalho											
Ciad											
Oscar Schmidt											
Cid. Crianças											
Gamboá											
Greip											
Dias Gomes											
Ramos											
M. Tubino											
Vidigal											
Arthur da Távola											
Caju											
P. de Guaratiba											

Fonte: Dossiê Vilas Olímpicas 2011, p. 5.

Baseado na Política Pública da Prefeitura de inclusão social através do esporte, a execução das atividades nas Vilas Olímpicas “objetivam atingir as metas sociais, educacionais e de esportes e lazer, contribuindo com a melhora de itens fundamentais na avaliação da qualidade de vida” (Manual Vilas Olímpicas, 2006, p.11). Através dessas metas, a proposta do projeto Vila Olímpica criada pela SMEL almejava os seguintes resultados: diminuição dos Índices de criminalidade;

diminuição da evasão escolar; desenvolvimento da atividade econômica; aumento da expectativa de vida da 3ª idade; diminuição de ocorrência de casos de problemas respiratórios; democratização do lazer e a valorização da família; descoberta de talentos; inclusão social de pessoas com deficiência.

Após a implementação do equipamento, são esclarecidas as direções do trabalho a ser desenvolvido a partir da política de inclusão através do esporte da Prefeitura do Rio. Para atingir as metas sociais elencadas acima, é necessário o cumprimento de estratégias que serão desenvolvidas a partir de sete vetores, que bem executados resultarão em uma melhor qualidade de vida para os usuários: a valorização de talentos; Pessoa com Deficiência (PCD); terceira idade; socioeducacional; promoção da saúde; eventos; lazer.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (Relatório SMEL, 2011) há, atualmente, um quantitativo de 20 Vilas Olímpicas na cidade do Rio de Janeiro. Como bem destaca o trecho retirado da página online “Cidade Olímpica” da Prefeitura:

Em uma Cidade Olímpica, o incentivo à prática de esportes é um dos principais legados que a passagem dos Jogos pode deixar para a população. Ao todo, 20 bairros do Rio de Janeiro possuem vilas olímpicas como, por exemplo, Complexo da Maré, Complexo do Alemão, Vila Kennedy, Jacarepaguá, Campo Grande, Deodoro, Acari, Padre Miguel, Santa Cruz, Gamboa, Vidigal, Vila Isabel, Encantado, Honório, Caju, Ramos, Santa Cruz, Mangureira e Centro. Atualmente, são atendidas cerca de 450 mil pessoas por mês nas vilas (<http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/vilas-olimpicas>. Acesso em: 15 abr. 2015).

As Vilas estão distribuídas em diferentes bairros na cidade (alguns equipamentos ainda não foram incluídos no cronograma ilustrado acima), em sua maioria localizada em favelas e bairros com baixo IDH e alto índice violência e criminalidade.

A escolha do local tem que ser um local degradado. Aí que é interessante, como exemplo, a Vila Olímpica Mestre André. Na hora que a gente coloca a Vila lá, não tem mais local abandonado, nem área de dissolva, nem nada, pelo contrário. Passou a ter aquele equipamento bonito, os imóveis que eram horrorosos de um lado e de outro da Vila começaram a ser reformados e foram valorizados. Há uma recuperação urbanística forte nestes locais. Por isso, o critério de escolha tem que ser uma área com uma demanda social forte, perto de comunidade, e um local público para que a gente possa construir (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).



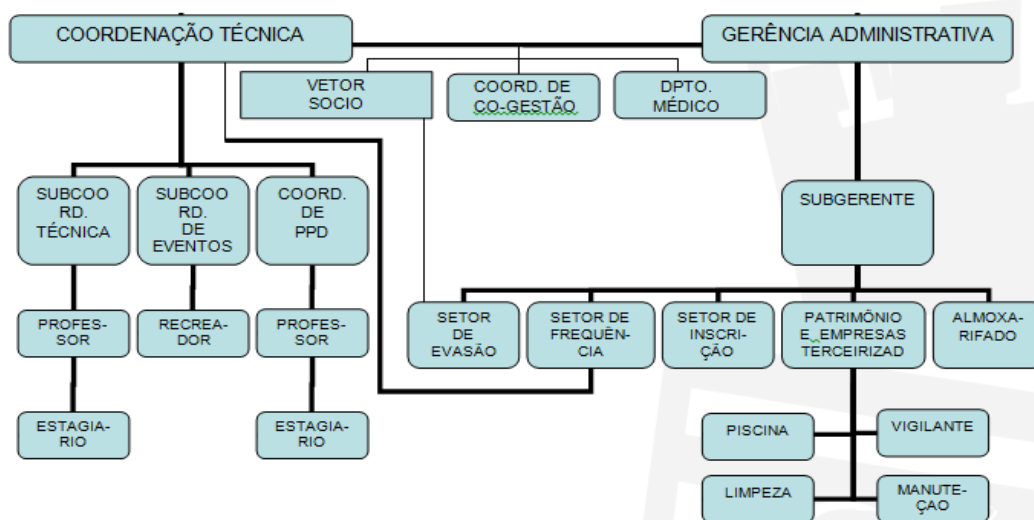
O projeto é dedicado também a jovens carentes e, por isso, todas as instalações foram construídas em regiões onde antes não havia equipamentos dedicados ao lazer e ao esporte (<http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/vilas-olimpicas>. Acesso em: 15 abr. 2015).

**Figura 3: Raio “X” dos Equipamentos Esportivo**



Fonte: Dossiê Vilas Olímpicas, 2011 p. 11.

As Vilas Olímpicas são espaços que contam com a presença de profissionais específicos para a prática esportiva e de lazer com uma função socioeducativa. Os profissionais são distribuídos a partir de um organograma de setores estabelecido pela própria Secretaria de Esporte e Lazer, como bem destaca a figura a seguir.

**Figura 4: Organograma das Vilas Olímpicas**

Fonte: Manual das Vilas Olímpicas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro 2006, p.21.

Os equipamentos contam com uma equipe interdisciplinar, composta por profissionais de diversas áreas do saber, como: Educação Física, Serviço Social, Comunicação Social, Psicologia, Pedagogia, Administração, Enfermagem, entre outros. Suas ações têm como objetivo central proporcionar atividades esportivas orientadas e de lazer às crianças, adolescentes, jovens, adultos, terceira idade e pessoas com deficiência.

O foco inicialmente deste projeto, de maneira especial, foram os jovens moradores dos bairros pobres da cidade, os jovens considerados “carentes” ou em situação de vulnerabilidade social. Entendo aqui que a vulnerabilidade social a qual nos referimos, trata “do resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provêm do Estado, do mercado e da sociedade” (Vignoli, 2001; Figueira, 2001 Apud Abramovay, 2002, p. 12).

O objetivo maior não era formar atletas. O objetivo da Vila Olímpica não era identificar talentos, mas era dar oportunidade, era trazer todos, até aquele cara que não sabia jogar nada, mas estava ali dentro naquele convívio (Ruy Cezar- Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

No entanto, a nomenclatura Vila Olímpica gerou algumas controvérsias, pois se refere ao nome dado ao alojamento para os atletas ficarem instalados durante

a realização dos jogos Olímpicos na cidade. Por isso, compartilho do questionamento de Melo (2005, p. 71), quando o mesmo se indaga se “seriam esses espaços destinados aos jovens pobres, moradias de futuros craques?”. Essas políticas interferem no imaginário dos jovens, mas não são oferecidas às condições mínimas, já que muitas vezes, na atualidade, esses equipamentos não oferecem condições adequadas para o desenvolvimento do esporte. O esforço em prol do esporte de alto rendimento acabou ganhando mais visibilidade em detrimento da função social mais ampla que o esporte pode exercer. Como bem destaca a reportagem retirada da revista Escola e Família da Secretaria Municipal de Educação (2006, p. 8), que destaca que “se o objetivo inicial era a inclusão social pelo esporte, as Vilas Olímpicas foram além: elas estão se tornando celeiros de atletas talentosos”.

As vilas começaram antes da confirmação de que aconteceria o Pan aqui no Rio de Janeiro, elas contribuíram para o Rio ser escolhido para o Pan Americano. A Vila não tinha o preparo para jovens que a gente sabia. Porque o atleta leva 4 anos para ser preparado. Então, a gente sabia que para os jogos Pan Americanos seria uma audácia nossa, porque a gente não tinha esse objetivo, essa meta de ingressar nos jogos Pan Americanos. Mas, tínhamos a impressão de que formaria diversos atletas que poderiam estar participando dos jogos Olímpicos de 2012 e 2016, que a gente ainda não sabia que seria no Brasil. Mas, o que aconteceu, infelizmente, é que a política de 2008 em diante ela focou exclusivamente em grandes eventos e em atletas de alto rendimento que dão visibilidade para a Prefeitura, que não era a nossa intenção. O César Maia queria massificar o esporte, ele não queria ter os 200 melhores atletas do mundo no Rio de Janeiro, ele queria ter 200 mil crianças praticando esporte. Ele queria que qualquer criança que queira praticar esporte tenha espaço para isso. Mas, a política esportiva desenvolvida no governo seguinte, foi única e exclusivamente focada nas Olimpíadas, na Copa do Mundo e em megaeventos. A questão da massificação que o governo César Maia avançou, com modelo de país desenvolvido, no qual todos teriam acesso ao esporte [...], isso infelizmente terminou. E aí caiu naquela coisa que o Brasil padece, eu não me refiro a político, nem partido a ou b, no Brasil se instaurou uma coisa de que eu estou aqui para me dar bem (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

Eu acho que hoje a gente vive em um mundo que o marketing é tudo. Acho que quando se pensou em Vila Olímpica, seria um equipamento esportivo, de esporte e lazer para trabalhar principalmente o social através do esporte. Mas, quando você fala de Vila Olímpica realmente está falando em abrigar os atletas de rendimentos, atletas selecionados, e aí você fala em exclusão e inclusão, e acho que esse nome Vila Olímpica que foi dado é muito forte para a proposta do equipamento. Então, acho que caberia de repente transformar Vila Olímpica em unidade de esporte e lazer, talvez essa nomenclatura não pesasse tanto quanto o nome Vila Olímpica. Até surge esse questionamento tendo em vista os jogos Olímpicos, pois vão falar em Vilas Olímpicas, e será que hoje as Vilas retratam o que deve ser feito em relação ao rendimento de atletas para um país que vai sediar as Olimpíadas?! E a gente acaba levando uma carga que não é nossa, e nós que estamos na ponta desses equipamentos é que sofremos com essa questão. Quando a imprensa vem e quer

saber se estamos formando atletas em vista das Olimpíadas, a gente vai responder o quê? Nosso trabalho não é formar atletas, ah, mas por que é Vila Olímpica então? E a gente acaba sofrendo com o peso dessa nomenclatura e a realidade (Coordenador Técnico da VOCN- atua no projeto V.O desde 2004, entrevista em: 07/04/15).

Em uma estrutura socioeconômica na qual não há lugar para todos, como é o caso brasileiro, muitos jovens pobres veem no esporte uma possibilidade real de esperança de um futuro melhor, ou seja, de melhores condições financeiras para auxiliar na manutenção de sua família. Por isso, os projetos sociais que trabalham a partir do esporte no processo de inclusão dos jovens têm uma grande responsabilidade. Bourdieu (1983, p. 147) já alertava que “é preciso ter em mente, entre outras coisas, o fato de que a carreira esportiva, que é praticamente excluída do campo das trajetórias admissíveis para uma criança burguesa representa uma das únicas vias de ascensão social para as crianças das classes dominadas”.

A gente fica muito chateado com o poder público em relação o olhar para essa camada. A gente não precisa formar atletas dentro de Vila Olímpica, a Vila Olímpica não forma atleta! Vila para mim é um local onde os atletas vão ficar durante a realização dos jogos, então esse nome já está errado. Eu tenho aluno que não tem o que comer, como posso fazer alto rendimento, ou torná-lo atleta? As Vilas se perderam nisso, no alto rendimento, e quem não faz alto rendimento? Não é aluno! E quem não tá no alto rendimento vai para onde? Quando só é alto rendimento vira clube. Todo mundo quer fazer alto rendimento em Vila Olímpica, os clubes estão falidos. A gente não tem estrutura física, técnica e psicológica para fazer alto rendimento, pois envolve alimentação e trabalho com a família. A gente está tentando encontrar a família agora, aqui a gente esta perdendo a criança com 14 e 15 anos para o tráfico, tem lugares aí que está perdendo com 11 (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006, entrevista em: 07/04/15).

De acordo com slogan do site da Prefeitura do Rio para as Olimpíada<sup>18</sup>, “Vilas Olímpicas mais que formar atletas, queremos formar cidadãos”, as Vilas Olímpicas estão preparando diversos atletas não só para as Olimpíadas, mas para a vida. Conforme sustenta Melo (2005, p. 78), a prática do esporte possibilita uma melhor qualidade de vida e a aparição de novos talentos. No entanto, para “a realização desses fatores não é necessário somente espaços de esporte e modalidades” (Melo, 2005, p.78), mas sim mudanças efetivas nas condições de vida da população para que os possíveis talentos não se percam diante da pobreza e da violência. Considerando que um dos requisitos para uma vida mais “digna”, para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento das capacidades, passa,

<sup>18</sup> <http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/vilas-olimpicas>; acesso em: 15/04/15.

necessariamente, pela condição de acesso aos bens e serviços e aos espaços públicos, que devem ser oferecidos de forma equivalente para todos.

Neste sentido, Amartya Sen (2000) traz-nos uma grande contribuição quando considera que para desenvolvimento humano é necessário que se promova a expansão das oportunidades e liberdades individuais. O desenvolvimento, segundo Sen (2000), deve ampliar as capacidades individuais para garantir que as pessoas possam ter acesso ao tipo de vida que desejam, o que não se limita a ter acesso unicamente às necessidades básicas, mas ao direito de ter as mesmas oportunidades de acesso à educação, à saúde e a diferentes equipamentos públicos de qualidade. Para que as crianças e os jovens possam vislumbrar um futuro melhor, e que possam ter ascensão social, não somente através do esporte, mas, também através de outros meios, sobretudo da educação.

## **O ESPORTE COMO SETOR DE POLÍTICAS SOCIAIS: O CASO DA VILA OLÍMPICA CLARA NUNES**

Neste capítulo, apresentaremos a trajetória da Vila Olímpica Clara Nunes (VOCN), localizada na Fazenda Botafogo, entre os bairros de Coelho Neto e Acari na cidade do Rio de Janeiro. Abordaremos seu surgimento, consolidação e funcionamento enquanto equipamento esportivo localizado em uma das áreas mais pobres da cidade, e com grande ingerência do crime organizado. Primeiramente, destacaremos as características e organização do referido equipamento, que tem como objetivo possibilitar o acesso à prática esportiva e de lazer através da perspectiva socioeducacional.

No segundo item deste capítulo, apresentaremos as peculiaridades dos bairros que fazem parte da área de cobertura de atendimento da Vila, bem como de sua população, e o lugar que essa ocupa na cidade do Rio de Janeiro. Apresentaremos ainda, o local onde se localiza o projeto VOCN, que é objeto dessa pesquisa, com a finalidade de apreender suas particularidades e os dilemas enfrentados pelo equipamento, que se encontra em uma região extremamente pobre, cujas áreas são divididas em territórios controlados por diferentes facções. Na qual a violência acaba por transformar a rotina e a vida dos sujeitos que lá residem, interferindo na sociabilidade e dificultando a mobilidade e o acesso aos diferentes serviços públicos existentes.

E, por fim, no terceiro item do presente capítulo analisaremos a realidade desses equipamentos esportivos e de lazer, e a garantia do direito ao esporte atualmente na cidade, considerando que falta apenas um ano para a realização de um megaevento esportivo, os jogos Olímpicos de 2016.

### **4.1. A Vila Olímpica Clara Nunes**

Como vimos durante o decorrer do presente estudo, o projeto Vila Olímpica foi resultado da iniciativa do G.R.E.S Estação Primeira de Mangueira, e posteriormente da organização das Associações de Moradores da Maré, que se

apropriaram do esporte para implementar um projeto de inclusão social para as crianças e jovens pobres dos seus respectivos bairros, com a intenção de afastá-los do envolvimento com as drogas e com a violência.

Em decorrência desses exemplos, os governantes da cidade do Rio buscaram através do esporte atenuar alguns problemas sociais preenchendo o tempo livre destes jovens. E foi a partir dessa ideia do esporte enquanto um influenciador positivo para a formação dos jovens como futuros cidadãos, que as Vilas Olímpicas passaram a ser implementadas como política pública pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. A disseminação e oferta de práticas esportivas nas favelas e bairros pobres tornou-se uma opção de lazer e ocupação para população local que não tinha dentro de seus bairros uma área adequada para prática de esportes. E foram muito bem aceitos por parte da população, que passou a solicitar esses equipamentos.

As Vilas Olímpicas são financiadas pelo Governo Municipal do Rio de Janeiro, com a proposta de oferecer atividades esportivas para a população de baixa renda. São espaços esportivos construídos para atender prioritariamente as crianças e os adolescentes, entretanto nesse equipamento também há oferta de atividades para os adultos, idosos e pessoas com deficiência.

No bairro de Acari, um dos bairros mais pobres e violentos do Rio de Janeiro, temos o projeto socioesportivo Vila Olímpica Clara Nunes (VOCN), que objetiva através da prática esportiva de caráter socioeducacional, transformar positivamente a realidade social de crianças e adolescentes da região.

A Vila Olímpica Clara Nunes foi criada no ano de 2002 pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, mas sua inauguração ocorreu no ano seguinte, em 2003. O equipamento Clara Nunes está situado na Fazenda Botafogo<sup>19</sup> entre os bairros de Coelho Neto e Acari, e recebeu o referido nome em homenagem a cantora Clara Nunes, que tinha muita influência e participação nas regiões próximas a Vila.

A região onde se localiza a VOCN é a que possui mais bairros com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade do Rio de Janeiro, e atende os bairros de Acari, Barros Filhos, Costa Barros, Parque Columbia, Coelho Neto e

---

<sup>19</sup> Fazenda Botafogo é um conjunto habitacional do BNH localizado dentro do bairro de Coelho Neto. O conjunto tem como limites o Rio Acari, e faz divisa com o bairro de Acari. Muitos confundem Fazenda Botafogo como bairro, mas não é. De acordo com a Lei de Abairramento o Conjunto esta dentro de Coelho Neto, mas para a maioria da população ele faz parte de Acari.

Pavuna. Como bem destaca o trecho retirado do relatório de pesquisa de estudiosos da Alemanha, que vieram para o Brasil analisar a Rio 2016 e os Legados Esportivos.

Apesar de todas as Vilas Olímpicas estarem situadas em áreas socioeconomicamente vulneráveis, a Vila Olímpica Clara Nunes (VOCN) é a que está instalada na área de piores indicadores, o bairro de Acari. Existem apenas duas outras comunidades em toda a cidade do Rio de Janeiro com IDH inferior ao de Acari (Amorim; Blanco, 2003), onde a violência e os níveis de criminalidade são extremamente elevados, apresentando algumas das piores classificações no Rio de Janeiro: entre 60 e 91 homicídios por 100.000 habitantes por ano (Cezar; Cavallieri, 2002). Na verdade, durante uma de nossas visitas à VOCN, as instalações foram fechadas e as atividades suspensas devido a um conflito armado entre polícia e traficantes de drogas da região (Reis & Mast, 2013, p. 29-30).

Diante dessa realidade social, a referida Vila almeja favorecer a inclusão social através de atividades esportivas, educacionais e sociais. As ações desenvolvidas no equipamento têm como objetivo central proporcionar atividades esportivas orientadas e de lazer às crianças, adolescentes, jovens, adultos, terceira idade e pessoas com deficiência, tendo como referencial a prática esportiva pela perspectiva socioeducacional.

As Vilas Olímpicas nascem, segundo o ex-prefeito César Maia (entrevista realizada em: 13/10/14), com a proposta de dar uma opção extracurricular, de complemento a grade escolar para os alunos da rede pública Municipal. O foco das Vilas Olímpicas deveria ser a educação. Era importante que as Vilas Olímpicas estivessem nas adjacências de bairros pobres e favelas, que necessitassem de um apoio social. Já que, de acordo com César Maia este é um projeto, além de esportivo, basicamente de inserção social, o que fica claro no trecho da entrevista abaixo:

O objetivo era que o esporte atuasse na mudança de comportamento e no melhor desempenho escolar do aluno. É importante que seja visto como um projeto complementar a rede municipal de ensino na intenção de que esse jovem, ele estivesse em um turno na escola e em outro turno ele estivesse em um projeto no qual ele poderia experimentar a prática de esporte (César Maia, entrevista em: 13/10/14).

A proposta era que as Vilas Olímpicas contribuíssem com a escola para melhorar o desenvolvimento do aluno. As Vilas deveriam funcionar como um referencial positivo para as crianças e adolescentes da rede pública de ensino dentro de seus próprios locais de moradia, como bem destaca os trechos das entrevistas a seguir.



[...] o que se dizia lá no início é que a ideia era criar um espaço esportivo e de lazer que as pessoas tivessem acesso à atividade esportiva, e esta atividade fosse um complemento para potencializar o aprendizado na escola. O que a gente entende que é. Talvez a gente não esteja mais tão afinada com a escola, mas a gente entende isso. Os locais que as Vilas Olímpicas foram construídas, inicialmente, eram os locais com maior número de vulnerabilidade, como o Complexo da Maré e o Complexo do Alemão que não tinham espaço físico para as crianças desenvolverem atividades, a ideia inicial era essa (Funcionária da gerência da SMEL - atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 26/08/14).

A proposta começou com o prefeito César Maia com a intenção de implantar os equipamentos esportivos principalmente em áreas de maior vulnerabilidade social para tentar ajudar as famílias, principalmente às crianças junto com as escolas do município, oferecendo esporte e lazer para essas crianças. As Vilas hoje, a maioria delas, está deteriorada. Desde a época da implantação ela não tinha o objetivo de trabalhar o rendimento, e sim fazer um trabalho de inclusão dessas crianças juntamente com a escola, como se fosse aulas de Educação Física com aulas complementares (Coordenador Técnico da VOCN- atua no projeto V.O desde 2004, entrevista em: 07/04/15).

Orientado pelo projeto da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, a Vila Olímpica Clara Nunes deveria priorizar o atendimento as crianças e os jovens alunos das escolas da rede pública de ensino e suas famílias, através da promoção de ações preventivas e educacionais em horário complementar as atividades escolares. Desta forma, a permanência nos espaços da Vila contribuiria para um melhor aproveitamento do tempo e do comportamento do aluno na escola.

O estreitamento das ações da SMEL e da SME coloca a UAGP (Vilas) muito próximo aos interesses escolares e a serviço da LDB/96 (Lei 9394/96) no que se refere às orientações quanto à meta do sistema de ensino na busca do “desenvolvimento da pessoa humana” e da excelência no ensino, exige esforços frequentes na redução da evasão e reprovação escolar e, ainda, na contribuição da escola à inclusão social na construção de verdadeiros cidadãos. [...] Disponibilizando, prioritariamente às escolas da rede municipal, vagas à prática de diversas modalidades desportivas, pretende-se proporcionar o contato dos alunos aos benefícios físicos, psíquicos e sociais a que a atividade física orientada e regular conduz [...] (SMEL, 2006, p.5).

As Vilas, portanto, deveriam colaborar, ainda, para a ampliação do período de permanência do aluno na rede escolar de modo a contribuir com as orientações estabelecidas na Lei de Diretrizes de Base da educação, que determina, em seu capítulo II, art. 27, que “os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: [...] IV- promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais” (LDB, 1996, p. 39).

O que se pretendia era a ampliação do período de permanência através da oferta de atividades diferenciadas na área esportiva, recreativa, de lazer e também

de cultura. Sua prioridade deve ser o atendimento dos alunos matriculados em escolas da rede pública próxima a bairros carentes, no sentido de transmitir a esses alunos um referencial através do esporte. Por isso, as Vilas Olímpicas deveriam ser construídas em áreas próximas as escolas públicas para atender o maior número de crianças e adolescentes. E, se possível, na existência de área disponível, a Vila Olímpica deveria ser construída no mesmo espaço físico da escola, para evidenciar a relação de afinidade e aproximação, que deveria existir entre a instituição de ensino e o equipamento. O mesmo ocorreu na construção da Vila Olímpica Clara Nunes:

Havia essa relação de troca, estudo em um horário e esporte e lazer no outro. Nunca poderia haver a possibilidade do aluno no mesmo horário da escola estar dentro da Vila. É tanto que na Clara Nunes o passo inicial foi ocupar a quadra de esporte da Secretaria Municipal de Educação, então já estava dentro da escola, nos complementamos não só com o galpão, mas nós fizemos as outras construções. Foi uma forma de demonstrar que a escola era importante, que era a grande atração, e como compensação para essa grande atração você ganharia a possibilidade de praticar o esporte que você desejasse (Ruy Cezar- Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

A VOCN ocupa uma área de 7.000m, e tem uso compartilhado com o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Zumbi dos Palmares, pois a mesma foi construída em uma área que faz parte do terreno do referido CIEP. Por isso, a Vila Olímpica Clara Nunes atende prioritariamente os alunos do CIEP em horário complementar as atividades da escola, ou seja, todas as turmas devem fazer pelo menos uma vez por semana uma atividade diferenciada na Vila.

Hoje nós temos um atendimento diretamente interligado com o CIEP, porque hoje no CIEP só tem quatro professores de Educação Física e a Vila completa a carga horária, praticamente a grade curricular da escola. O professor tem horário de planejamento e nesse horário de planejamento o aluno deve fazer atividade na Vila. Por isso, que eu brigo por essa atividade diferenciada, não pode ser igual à atividade da escola, tem que ser uma atividade que o aluno não faça em lugar nenhum, tem que ser uma atividade prazerosa que o aluno goste de ficar na Vila (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006, entrevista em: 07/04/15).

O equipamento possui as seguintes estruturas: uma piscina semiolímpica; pista de atletismo; campo de futebol soçaite; ginásio poliesportivo; anfiteatro; sala de recreação; sala de artes marciais; sala de dança; salas da administração; sala da coordenação/Administração; sala do setor socioeducacional; um departamento médico; almoxarifado; banheiros; secretaria; pequeno pátio interno, como bem ilustra a imagem a seguir.

**Figura 5: Vila Olímpica Clara Nunes**

Fonte: arquivo de imagem da Vila Olímpica Clara Nunes (PUC-Rio, 2008).

A construção de uma Vila Olímpica no referido espaço teve no início uma dualidade de posições, pois ao mesmo tempo em que ela desapropriava uma área do CIEP Zumbi dos Palmares, na qual eram realizadas as aulas de Educação Física (a quadra), a construção do equipamento também deu funcionalidade à outra parte do terreno, que era utilizada como lixão pelos moradores da região. Torna-se importante ressaltar, que a estrutura física e as instalações não são estabelecidas de maneira padrão para todos os equipamentos da SMEL. Elas variam de Vila para Vila, de acordo com o local, o perfil da população atendida e o espaço existente para implementação do equipamento.

Essa quadra é do CIEP. Foi prometido que o Zumbi dos Palmares deveria ser todo ele atendido, mas não em todas as modalidades, na época era só recreativo. Porque foi uma troca, já que a Vila Olímpica se apropriou da quadra deles, as aulas de Educação Física deles seriam aqui. Na época foi um acordo que gerou até um desconforto. É tanto que a nossa água é do CIEP, a VOCN não tem água [...]. Aqui era um lixão abandonado, onde as crianças brincavam no lixo, era uma coisa muito feia. E o prefeito César Maia na época com o Conde implantou as Vilas Olímpicas na cidade do Rio. E aqui foi porque na época era o menor IDH do Rio de Janeiro. E achou que esse era um terreno bom para poder atender os alunos de Acari e da Pedreira (Professor A- atua no projeto V.O desde 2004; entrevista em: 20/05/14).

A edificação da referida Vila Olímpica foi legitimada com base na realização de uma pesquisa pela Prefeitura do Rio no ano de 2002, na qual revelou “que 1 em cada 5 moradores da zona norte que desejavam sair da região tinha como motivo principal a falta de áreas de lazer perto de suas casas”, conforme destaca a

divulgação da reportagem do Jornal da PUC (2007, p. 5). A Vila Olímpica Clara Nunes, portanto, foi implementada na região, para suprir a demanda dos moradores que não possuíam nenhum espaço adequado para a prática do esporte e do lazer. Cabia aos próprios moradores e a população local, diante da escassez e das condições precárias de infraestrutura, a criação de espaços ou adaptações de áreas já existentes para o desenvolvimento de atividades de lazer. Os trechos abaixo das entrevistas relatam em parte essa questão:

Aqui antes era um espaço vazio, os próprios moradores, como eu, fizeram um campo aqui com próprio recurso, nós que aterramos porque aqui não tinha nada, era a única área de lazer que nós tínhamos para nos reunir e jogar futebol. Nós aterramos tudo, e quando a Queirós Galvão chegou já estava tudo aterrado, aí eles usaram aqui, era o lugar deles almoçar e guardar ferramentas. Era canteiro de obras da Queiroz Galvão para obra do Metrô de Acari. Depois fez o CIEP na política de Brizola e ficou esse espaço pertencente ao Estado. Depois veio o CIEP e depois fizeram a Vila. Nós não gostamos na época, pois na época tinha o nosso campo, que era bom, que enchia muito e tinha campeonato de futebol e tudo. E agora está abandonada do jeito que está (Sr. B Morador da região - 68 anos; entrevista em: 17/03/15).

Eu acompanhei a obra, eu passava e via que estava acontecendo, mas só depois que eu fui saber que era uma Vila Olímpica que estava fazendo. Eu não me lembro se teve reunião com os moradores, eu só sei do dia da inauguração que eu participei e estava aqui. Eu caminhava na beira do rio Acari com aquele mau cheiro, aí eu falei: pronto, agora vou parar de caminhar na beira do rio e vou ter um lugar decente! Aí quando inaugurou, no dia tinha muita gente, foi muito bom mesmo. E para a gente aqui da Fazenda Botafogo, eu sempre digo que essa Vila aqui foi uma luz para as pessoas, por que a gente não tinha um espaço para nós, para os nossos filhos andar, brincar e caminhar. Para mim e para muitas pessoas foi muito boa essa Vila Olímpica aqui. Essa Vila aqui foi um raio de luz que veio para a gente (Usuária A. da VOCN -70 anos; entrevista em: 27/11/14).

As Vilas deveriam ser, segundo César Maia (entrevista realizada em: 13/10/14), um local visualmente atrativo, bonito e extremamente limpo. Deveriam ser locais seguros e bem coloridos, diferente de qualquer outro espaço dentro dos bairros pobres e favelas, para atrair a população, e incentivar a permanência da criança e do adolescente. Da mesma forma, a qualidade da construção e de sua manutenção deveria motivar a conservação do espaço pela própria população. Tal organização e variação no jogo de cores são visíveis na distribuição dos aparelhos existentes no interior da Vila.

A escola pública já foi de alto ensino, agora ela não dá conta por uma série de fatores, e então a gente tem a Vila no intuito de complementar à escola pública, e de ocupar, de quase que transformar o projeto em uma escola integral, como não tinha espaço físico na escola pública para ter aquele visto ambiente. E outra coisa, na Vila Olímpica a gente gastava um dinheirão, era um lugar seguro, que tinha

vigilância, que hoje em dia as pessoas se trancam dentro de condomínios. Então a gente tinha que criar uma área de lazer segura, extremamente limpa, e extremamente colorida, tudo era muito colorido. Agora eu não visito as Vilas Olímpicas para não me decepcionar. Então era assim, o campo verde, a pista vermelha, a quadra e a piscina azul, um jogo de cores. Colocava-se o filho ali dentro e ele não pulava o muro, tem que ser atrativa, tem que ser uma coisa gostosa, a criança não estava lá forçada (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

As Vilas eram muito limpas e sempre bem cuidadas, você chegava a comunidade poderia até está suja, mas na Vila não tinha nem um papel no chão. Não existia pichação, a própria comunidade respeitava e preservava aquele local (César Maia, entrevista em: 13/10/14).

Outra coisa que não deixava em momento nenhum acontecer era a deteriorização da parte de alvenaria, do bem público. Nós tínhamos uma empresa contratada só para fazer a manutenção, e era muito bem feita. Dava uma infiltração eles iam lá e consertavam na mesma hora, se tinha que pintar eles pintavam, então as Vilas estavam sempre limpinhas e pintadas. Então as pessoas se sentiam muito bem. O garoto não cuspi no chão, tinha um trato, pois, o lugar era bem tratado, eles viam como um lugar nosso (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

A Vila Olímpica tem por prioridade proporcionar uma prática regular de desporto como atividade que contribui para a formação integral do indivíduo e para a “ampliação da cidadania”. Dentro dessa proposta, sua intenção era promover a inclusão social através do atendimento as “diferenças”, a socialização através da prática do esporte e a integração social a partir de atividades compartilhadas. Conforme explicitado no capítulo anterior, segundo o Manual das Vilas Olímpicas (2006, p. 11), as Vilas objetivavam, sobretudo, reduzir os altos índices de criminalidade e a evasão escolar. No entanto, tal objetivo não foi plenamente alcançado, conforme nos descreve o longo trecho da entrevista abaixo:

Eu acho, desde o início que esses objetivos estão um pouco fora, a Vila Olímpica não vai diminuir o índice de criminalidade, então, eu acho, que quem criou idealizou demais. Achar que a Vila iria melhorar a evasão escolar?! Isso não é atribuição da Vila, ela pode potencializar o aprendizado nas escolas, ela pode dar a essa criança um sentido de mais valia e uma alto estima positiva. E isso vai contribuir diretamente para o rendimento escolar dela, mas não é atribuição da Vila diminuir a evasão escolar e diminuir o índice de criminalidade. Se a gente conseguir fazer com que essa criança conheça as modalidades, e conhecendo as modalidades ela conheça aquela que ela se identifica, já é um ganho, e a gente sai do lado torturante do esporte que todos querem ser jogador de futebol. Quando eles entram na Vila eles querem ser jogador de futebol porque ele vai ganhar muito, o pai fica enlouquecido que ele seja um bom jogador, então quando ele se frustra no futebol ele fica arrasado e esse não é o propósito da Vila. O propósito da Vila é receber qualquer tipo de criança com qualquer biótipo, gordo, magro, alto, baixo, e que elas possam experimentar o esporte.

[...] Agora eu penso assim, no início quando foram criados estes objetivos para a Vila, na verdade, as pessoas não estavam entendendo que existiam questões que são estruturais. Porque não vai melhorar o índice de criminalidade, pois tem um monte de fatores que depende de um olhar para essa sociedade de maneira diferente, e a Vila Olímpica não tem esse papel.

É a mesma coisa quando dizem que a Vila vai interferir na questão do menor infrator, existe um sonho, uma expectativa, mas a Vila realmente não tem esse papel. Agora quando a gente pensa que a criança pode entrar na Vila e ela é envolvida pelo prazer, pois o esporte é um prazer, e ela vai para a Vila para fazer uma atividade esportiva é um ganho. [...] Agora não vamos fazer sozinho, é impossível que a Vila consiga dar a esse menino uma cidadania plena, que possa fazer tudo melhorar, a família do aluno melhorar, a escola melhorar, o rendimento escolar, que construa esse menino como cidadão. Podemos contribuir muito, mas sozinho não conseguimos. Acredito que esse não seja o único papel da Vila, mas acredito que pela questão, dele ser mobilizado pelo prazer, nós estarmos em vantagem com relação à escola, pois quando ele vai lá para jogar futebol estamos infinitamente em vantagem, e devemos aproveitar isso (Funcionária da gerência da SMEL - atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 26/08/14).

Diante do exposto, torna-se importante ressaltar que tais projetos de esporte não podem dar conta sozinhos da resolução dos diversos problemas sociais existentes em nossa cidade. Para isso, são necessárias ações políticas que vão para além da proposta de projetos que proporcionem a prática do esporte, mas dependem de ações mais amplas que possibilitem mais oportunidades para a população, como, por exemplo, na área da saúde, educação e trabalho. Como podemos observar na cidade do Rio de Janeiro, o problema da violência e da criminalidade que justificou o desenvolvimento de tais projetos não diminuíram na cidade a partir da criação dos referidos equipamentos. Nota-se que eles continuam a existir até os dias de hoje, e se acirraram ainda mais em algumas áreas, como é o caso da região que abrange a Vila Olímpica Clara Nunes:

[...] olha o esporte vai tirar o menino das drogas?! Não vai! Isso acaba se tornando uma coisa muito utópica, porque ele por si só, sozinho, não faz esse milagre, essa obra transformadora não. Eu acredito que ele possa trazer sim benefícios para vida dessa pessoa, dessa criança, desse jovem, que ele possa agregar valores morais, éticos para ele e para a família, mas isso é um conjunto de outras coisas caminhando juntas. Se a gente pensa que a gente está em um lugar como Acari e Fazenda Botafogo, onde a gente percebe que o índice de violência é muito grande, que falta muita coisa ainda para essa população, onde a falta de acessibilidade ainda é muito grande, e a gente imaginar que só por estarmos aqui enquanto Vila Olímpica a gente vai dar conta disso, é extremamente fantasioso. É obvio que a gente idealiza isso, é obvio que quando essa criança está aqui, que quando esse jovem está aqui, essa família está aqui a gente trabalha em prol disso, e a gente quer construir com eles todas essas coisas que a gente acredita ser importante para eles, mas isso precisa vir junto com uma série de outras coisas. Só enquanto Vila e modalidade esportiva eu não acredito que isso sozinho consiga chegar nesses níveis de transformação, a gente pode ver sim o quanto algumas famílias e jovens estão

beneficiadas, se assim se poder dizer, aproveitando as oportunidades que surgem aqui dentro, mas em termos da gente imaginar que esse impacto é um impacto que se refere em uma população como essa, eu acho que ainda falta muita coisa, a gente ainda não chegou lá não (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006, entrevista em: 01/04/15).

Nas origens do projeto, as Vilas Olímpicas deveriam funcionar como exemplo positivo para formação das crianças e dos jovens a partir dos bons exemplos do esporte. Como o foco da Vila deveria ser também voltado para a educação, em seu mandato, o prefeito César Maia procurou realizar a gestão das Vilas Olímpicas em parceria com as Federações esportivas, e posteriormente as Vilas Olímpicas passaram a ser geridas também por instituições de ensino, como as universidades.

Isso foi um sonho do prefeito César Maia de criar as Vilas Olímpicas, ele tinha os jogos Pan-americano e ele pensava em fazer uma política de massa formando atletas para isso. Ele entregou as Vilas Olímpicas as Federações, e ele chegou à conclusão que não deveria ser um trabalho de alto rendimento. Quando ele entrega as Vilas as Federações, na realidade não se teve um resultado de formação de atletas de alto rendimento. Quando entra as universidades, como a PUC, foi porque o prefeito César Maia decidiu fazer um trabalho de base com educação, então decidiu entregar as Vilas para as universidades. Entregando para as universidades da cidade do Rio de Janeiro o objetivo era o esporte com muito vínculo com a escola e com o trabalho de educação de base (Luiza Helena -Coordenadora geral do projeto VOCN- atua no projeto V.O desde 2005, entrevista em: 25/08/14).

Então devidamente autorizado pela procuradoria e pelo prefeito nós começamos a formatar parceria com as entidades esportivas, Federações, Confederações e universidades. E aí nós pedíamos a eles que as pessoas que fossem escolhidas para trabalhar naquele equipamento fossem pessoas das proximidades para evitar confronto. Segundo lugar, que essas pessoas tivessem também o compromisso de ter um adestramento dentro da nossa secretaria. Nós iríamos dar um treinamento para essas pessoas dentro da visão da resolução, como por exemplo, não tem nada que exigir que o garoto faça 100 metros em dez segundos, se ele quiser correr em três dias ele vai correr, o importante era ele estar ali. Então nós tínhamos um grupo selecionado dentro da secretaria, e à medida que cada convênio era fechado com uma entidade esportiva à unidade começava a funcionar e aos poucos nós íamos buscando pessoas das modalidades e treinamentos.

Para a gestão administrativa nos pedíamos pessoas que tivessem alguma experiência na administração de uma atividade esportiva, não necessariamente precisava ser PHD, mas tinha que ter noção. Era mais fácil você administrar porque nenhuma unidade tinha verba própria, todas as despesas eram centralizadas dentro da secretaria na diretoria de administração. Então se a Vila Olímpica tal precisa de bola de tênis e tudo mais, nós é que vamos comprar. Então o gestor era para vê se estava tudo limpo, se a empresa de conservação que foi contratada pela secretaria estava lá dentro fazendo a limpeza, se a segurança desarmada estava tomando conta da Vila e estava sendo presente, se estava faltando luz e se tinha alguma coisa quebrada. Então era essa a gestão administrativa (Ruy Cezar- Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

A trajetória da Vila Olímpica Clara Nunes pode ser dividida em três momentos distintos no que refere à estrutura de funcionamento e gestão. Em sua primeira fase, desde sua inauguração, em 2003, a gestão do equipamento contou com a participação da Associação Brasileira de Ensino Universitário - ABEU (conhecida como UNIABEU), de Belford Roxo. No entanto, a secretaria tinha competência para indicar profissionais para atuar no equipamento sem a consulta prévia da referida Universidade, o que acabou gerando. Muitos dos profissionais não eram formados, o que contradizia a posição da universidade em questão.

Muita gente esquece, mas quem veio para cá primeiro foi a UNIABEU de Belford Roxo. Foi à primeira universidade a ser gestora aqui. Mas, a universidade não compactuou com algumas coisas que estava acontecendo com a Prefeitura. As contratações eram indicações diretas do secretário. Tem um caso de um professor que dava aula na época, mas não era professor, era sobrinho do cara. Aí na época a universidade não queria isso, ela não tinha sozinha a autonomia de contratação. Aí a universidade saiu. Ele não ficou nem um ano (Professor A - atua no projeto V.O desde 2004; entrevista em: 20/05/14).

Ela só inaugurou. A prefeitura repassava a verba para a UNIABEU, e ela pagava os profissionais, mas tinha professores que não era da universidade, era misto (Professor B - atua no projeto V.O desde 2003; entrevista em: 20/05/14).

A Secretaria contratava pessoas que moravam na localidade na intenção de estabelecer uma aproximação com as associações de moradores e as lideranças locais. Essa contratação se deu naquele momento de forma ambígua, para alguns, essa maneira servia para aproximar a população local e incentivar a formação profissional dos próprios moradores. O fato de ter moradores da própria região impediria até mesmo a depredação e o não respeito ao espaço. E este fato pode ser constatado na fala de um dos entrevistados representante do poder público.

Qualquer coisa que a Prefeitura vai fazer ela tem essa prática de fazer audiência pública. Na Vila Olímpica havia sim, a gente procurava sempre empregar pessoas da comunidade, tem que descobrir talentos da própria comunidade para trabalhar lá. Se não houvesse professores suficientes da comunidade poderiam ser de outra. Mas normalmente era da região (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

Tem que trazer os estagiários para a gente formar profissionais aqui dentro, tem que sair de dentro para fora, tem que formar o aluno. O projeto político pedagógico quando o prefeito César Maia implantou seria para incentivar os moradores do entorno, por isso só podia aceitar nos equipamentos esportivos, eu me lembro muito bem, quem morava no entorno. Porque naquele momento a política pública seria de formar as pessoas do entorno da comunidade, formar o cara professor, formar o coordenador, tem que se também um espaço de formação, se não o espaço acaba, como está acabando. (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006, entrevista em: 07/04/15).



Para outros, essa maneira de contratação funcionava como forma de cooptação, de modo a gerar uma desmobilização política e um consenso no bairro, fazendo com que a população percebesse a presença política do Estado como um ganho para as pessoas pertencentes à comunidade, seja na forma de prestígio ou até mesmo na possibilidade de um emprego. E assim, “num contexto de desemprego em massa, agudizado em bairros populares e favelas, que esses mecanismos reforçam as bases de cooptação” (Melo, 2005, p. 13).

A segunda fase de funcionamento e gestão do equipamento se deu a partir dos convênios firmados com as Federações Esportivas. A SMEL repassava a verba as Federações (como por exemplo, a Federação de Esportes de Praia do Estado do Rio de Janeiro - FEPERJ), que contratavam as cooperativas para atuar nas Vilas Olímpicas. A primeira cooperativa a atuar na VOCN foi a Cooperativa Múltipla de Serviços LTD – COOMPS, no ano de 2004. A partir daí, as Federações esportivas de diversas modalidades passaram a fazer parte da gestão junto com as cooperativas. A Federação recebia da Prefeitura a verba e repassava para a cooperativa, e esta por sua vez, era responsável pela contratação e pagamento dos profissionais.

A verba era originária do Município, via SMEL, e seguia para a conta da FEPERJ, que repassava para COOMPS, e esta direcionava aos funcionários. Como afirma Melo (2005, p. 160), “se pensarmos que em cada estação há uma taxa administrativa a ser paga, seria pouco o montante que chegaria ao final”. Os salários eram baixos e as reclamações de falta de pagamento se repetiam.

Na formação desse projeto ele era administrado pelas Federações da cidade do Rio de Janeiro. A Vila Olímpica faz política pública para atender as necessidades do entorno dessas comunidades que não tem acessibilidade à política pública, então traz o esporte como ferramenta de inclusão social para chegar o objetivo comum a todo mundo que seria a vinda de serviços dentro do equipamento para promover o bem social dos alunos. Acari foi inaugurada em setembro de 2002. Naquele momento, a PUC não era gestora, era uma cooperativa, porque a rubrica era esporte e lazer, e quem administrava Esporte e Lazer na cidade eram as Federações. Cada esporte era pago por uma Federação, tipo o professor de natação era a Federação de Natação que pagava a ele. Então tinha algumas divergências em relação a isso, porque algumas Federações depositavam a grana e outras não (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006, entrevista em: 07/04/15).

A Prefeitura se articulou com as Federações, mas a Federação não ia direto a gente. Quem nos pagava era a COOMPS. O que fazia com que o dinheiro nem diminuía, ele simplesmente não chegava. [...] Muitas vezes não recebemos. Nunca recebemos

um mês certinho, nunca aconteceu (Professor B - atua no projeto V.O desde 2003; entrevista em: 20/05/14).

[...] Pagavam um mês, e ficávamos mais três sem receber. O salário era incerto (Professor A- atua no projeto V.O desde 2004; entrevista em: 20/05/14).

O os trechos das entrevistas acima evidenciam a lógica neoliberal de precarização das garantias dos trabalhadores, com a transferência de responsabilidades do ente público para uma cooperativa que não repassava o valor aos trabalhadores contratados para a execução dos serviços. Precarizando assim, não só a relação de trabalho, mas a qualidade de vida e a condição humana do trabalhador.

Após a saída da COOMPS, a VOCN passou a ser gerida por uma cooperativa identificada de LaboRio, já no final de 2005. Muitos escândalos envolviam essa organização, fato este que deixou os profissionais descontentes com as condições de trabalho e os frequentes atrasos de salários. Por isso, ela ficou pouco tempo na gestão do equipamento.

É importante ressaltar que mesmo com a gestão do equipamento pelas cooperativas, a SMEL tinha o controle político da Vila. Ela que continuava estabelecendo a figura da coordenação técnica, com cargos de confiança no qual os responsáveis pela coordenação pedagógica do projeto eram indicados pela Secretaria. Também foram estabelecidos mecanismos para o controle do funcionamento da Vila, como a elaboração e envio de relatórios mensais (que até os dias de hoje devem ser enviados) para a SMEL, com os quantitativos de atendimento e reuniões com a presença da equipe do equipamento.

Ainda em 2005, após a saída da LaboRio, o secretário municipal de esporte e lazer resolveu que o projeto deveria se voltar ainda mais para a perspectiva socioeducacional. E então, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer convidou as universidades da cidade do Rio a participarem do processo de licitação para a administração dos equipamentos Vilas Olímpicas.

Antes para botar a Vila Olímpica para funcionar pegaram várias Federações, e as colocaram para administrar cada esporte distintamente, e fez contratos com essas Federações, pois elas tinham o notório saber da área delas e dispensava licitação. E botou uma cooperativa onde todos os funcionários eram contratados pela cooperativa. Isso foi muito ruim, porque o modelo inicial proposto para as Federações não era ruim, o que foi ruim é a questão das cooperativas, e aí surgiram muitas coisas duvidosas. Quando eu entrei eu quis dar uma moralizada nisso, dar

transparência. Nada melhor do que pegar uma universidade para gerir esse projeto, algumas universidades não conseguiram entrar, pois não tinham alguns documentos exigidos para o convenio, a PUC não teve nenhum problema (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), participou do processo de licitação de duas Vilas Olímpicas da Prefeitura: a Vila Olímpica da Gamboa, localizada na zona portuária da cidade, e a Vila Olímpica Clara Nunes, localizada entre os bairros de Coelho Neto e Acari. E a Prefeitura concedeu à PUC-Rio a cogestão das duas Vilas Olímpicas inicialmente, e estabeleceu a parceria com a Universidade Católica no sentido de somar esforços na construção de uma política pública de esporte, que contribuísse para inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento de talentos esportivos.

A parceira da PUC foi feita quando mudou a rubrica, a rubrica foi para educação, e só quem pode fazer administração do dinheiro público da educação seriam as universidades. Então a PUC entrou aqui em 2005 e pegou a Gamboa em 2004, a Gamboa historicamente falando porque era a primeira favela, e aqui por ser o pior IDH da cidade do Rio de Janeiro. Então tinha todo um projeto político social que tinha a cara do Departamento de Serviço Social da universidade, devido ser uma favela antiga e devido ser o lugar mais pobre da cidade do Rio. Então deu a oportunidade para PUC fazer a gestão dos equipamentos (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 07/04/15).

Então o nosso propósito era montar um trabalho de base na Gamboa e em Acari, de base vinculado com a educação, depois as Vilas Olímpicas foram até muito questionadas na Câmara de Vereadores já que o dinheiro vinha da educação. E como esse projeto servia a educação se chegou até pensar que as Vilas deveriam passar para a educação (Luiza Helena - Coordenadora geral do projeto VOCN- atua no projeto V.O desde 2005; entrevista em: 25/08/14).

Entretanto, nesse trabalho, daremos ênfase ao equipamento Clara Nunes, já que posteriormente a universidade optou em continuar seu trabalho e a gestão somente no referido equipamento, encerrando a cogestão do equipamento da Gamboa (em dezembro de 2008). A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que já desenvolvia uma série de trabalhos sociais na região<sup>20</sup>, demonstrou maior interesse em dar prosseguimento ao seu trabalho, ao pleitear a cogestão do projeto Vila Olímpica Clara Nunes. A partir de 21 de novembro de 2005, a PUC-Rio, com a finalidade de continuar fomentando suas ações na região, firmou

---

<sup>20</sup> Trabalhos estes realizados desde 1991, por iniciativa da professora Luiza Helena Ermel do Departamento de Serviço Social, que desenvolvia ininterruptamente, programa de desenvolvimento socioeducativo cultural com a população residente na área da XXVª Região Administrativa da Pavuna.

convênio com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer para cogestão técnica e administrativa da referida Vila Olímpica<sup>21</sup>.

Depois quando mudou a rubrica, que o prefeito deu a cogestão para as universidades, a PUC veio retomar os projetos que já tinha aqui no entorno desde 1974. Ela tinha um interesse muito grande devido o IDH da região, que ainda continua sendo o pior IDH da cidade do Rio, e uma área não pacificada. E PUC com seus objetivos comuns a comunidade e ao Departamento de Serviço Social veio a fazer gestão desse equipamento com à chancela da universidade (Coordenador administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 07/04/15).

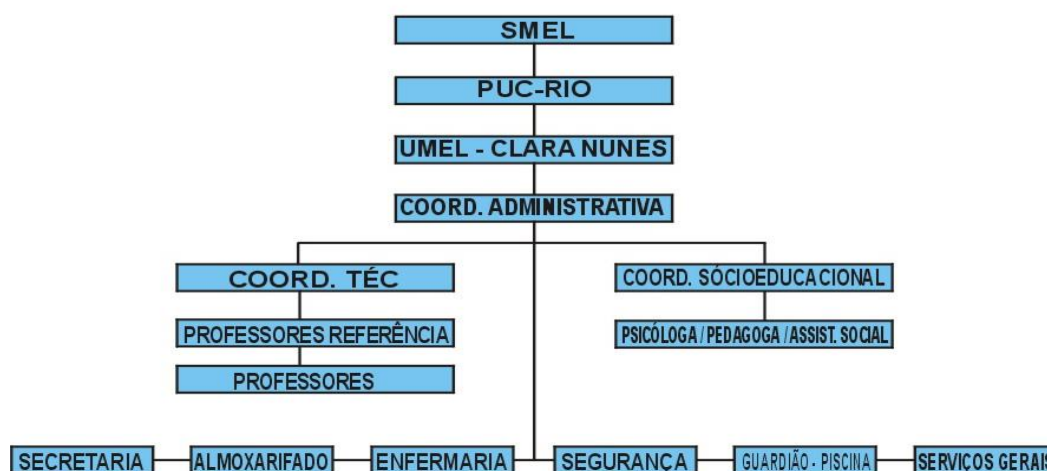
Na realidade o que me mobilizou não foi só porque eu trabalhava em Acari, briguei muito por Acari, o que foi interessante porque ninguém brigava por Acari – mas como que se deu esse processo de luta? Era na Secretaria porque o pessoal queria um monte de Vilas, mas eu só queria Acari. Eu trabalho aqui em Acari desde 1993, é um local que temos nossos ex-alunos, que eu acho que é o lugar mais pobre do Rio de Janeiro. Havia mais duas concorrentes querendo Acari, e vencemos por duas situações: primeiro é o nosso histórico no local, segundo porque o nosso custo é mais barato, como a gente é filantrópica os nossos projetos são mais baratos, então juntamos a nossa história em Acari e o custo. A nossa entrada se deu pela alteração política [...]. Então eu prezo muito a lógica do César Maia da educação de base (Luiza Helena- Coordenadora geral do projeto VOCN- atua no projeto V.O desde 2005; entrevista em: 25/08/14).

Portanto, temos então uma universidade (a PUC-Rio), enquanto figura jurídica responsável pela política pública de Esporte e Lazer, passando a fazer parte da cogestão da Vila Olímpica Clara Nunes. Essa parceria veio a colaborar para a melhoria do trabalho educacional realizado no equipamento através dos conhecimentos produzidos no interior da universidade. Isso permitiu a produção de conhecimentos, o intercâmbio de saberes e uma vivência prática para os alunos através da abertura de campo de estágio. O funcionamento da VOCN passou a se

<sup>21</sup> Segundo dados do projeto da VOCN (PUC, 2013), este projeto foi apresentado em licitação pública para processo seletivo. Foi selecionado, aprovado e implementado através do convênio (entre PUC-Rio e Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro), nº 74/2005, tendo início em 21/11/2005 e término 21/08/2006. O convênio foi prorrogado através de 1º Termo Aditivo tendo início 22/08/2006 e término em 20/05/2007. O convênio foi prorrogado através do 2º Termo Aditivo, tendo início em 21/05/2007 e término em 20/02/2008. O convênio foi prorrogado através de 3º Termo Aditivo tendo início 21/02/2008 e término em 20/11/2008. O projeto foi reapresentado em licitação pública para processo seletivo. Novamente foi selecionado e aprovado através do convênio, nº 43/2008, tendo início em 19/11/2008 e término em 19/11/2009. Este convênio foi prorrogado através de 1º Termo Aditivo tendo início em 20/11/2009 e término em 20/11/2010. O convênio foi prorrogado através do 2º Termo Aditivo iniciando em 21/11/2010 e terminando em 18/11/2011. O convênio foi prorrogado através do 3º Termo Aditivo em 19/11/2011, com término previsto para 20/05/2012. Em 20/07/2012 foi assinado o novo convênio nº 025/2012, com duração de 24 (vinte e quatro) meses. O projeto foi reapresentado em licitação pública para processo seletivo. Novamente foi selecionado e aprovado através do 1º termo aditivo ao convênio, nº 25/2012, tendo início em 20/07/2014, e está em vigor, com término em 19/07/2016, no valor de R\$2. 711.753,91.

basear na seguinte estrutura hierárquica de gestão estabelecida no organograma abaixo.

**Figura 6: Organograma de Funcionamento da VOCN**



Fonte: Apresentação projeto VOCN, 2012, p.2.

As aulas e as atividades ministradas no equipamento passaram a ser desenvolvidas prioritariamente por profissionais formados em Educação Física, e contaram com a presença de um coordenador administrativo e um coordenador técnico (formado na referida área) responsável pelas atividades. O equipamento também conta com uma equipe interdisciplinar, composta por profissionais de diversas áreas do saber, como: Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Psicologia, Pedagogia, Administração, Enfermagem, segurança, manutenção/limpeza e guardião de piscina.

Na VOCN, como podemos perceber há diversos tipos de inserção profissional. No entanto, alguns são sobre forma de contratos terceirizados, como por exemplo, a equipe de segurança e limpeza (que em sua maioria são moradores da própria região), e outros, a maior parte do corpo de funcionários, incluindo os profissionais de Enfermagem, professores de Educação Física, assistente social, psicólogo e almoxarifado são contratados pela PUC-Rio, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Há também a existência de funcionários da Secretaria de Educação concursados, ou seja, funcionários públicos. Atualmente, a VOCN conta com um total de trinta e um (31) funcionários contratados pela PUC-Rio; doze (12) Professores da SMEL; cinco (5) da firma de manutenção e oito (8) seguranças.

A inserção de profissionais da Secretaria Municipal de Educação (SME), ou seja, regidos pelo regime estatutário, se deu no ano de 2007 a partir do decreto N.º 28722, no qual o prefeito, considerando que as crianças e os jovens que praticavam atividades esportivas nas Vilas Olímpicas eram em sua maioria oriundos da rede municipal de ensino, decretou a alocação dos professores de Educação Física da SME nas Vilas que integram a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SMEL.

O César Maia abriu para que quem fosse professor de Educação Física servidor da Secretaria Municipal de Educação pudesse migrar para as Vilas Olímpicas. E foi uma enxurrada de professores, isso foi em 2006 e 2007. Então vários professores da educação foram trabalhar nas Vilas Olímpicas, isso foi muito legal. A ideia era de que a Vila Olímpica se tornasse um equipamento permanente, e talvez isso que tenha completado o ciclo, foi o que deu gancho para ela está funcionando até hoje. Porque tem muito professor servidor lotado nas Vilas Olímpicas. Porque se não, era mais um projetinho que os políticos poderiam terminar ou trocar porque era do César Maia, mas como a educação era muito importante ficou (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

A entrada dos professores do município no período gerou uma série de impasses e certo desconforto entre os profissionais no interior dos equipamentos na época, devido ao fato de que alguns profissionais foram dispensados para alocação dos novos profissionais da SME, como destaca os trechos abaixo das entrevistas com os profissionais da Vila.

Em 2007 teve a Patrícia Amorim que lançou uma proposta dentro da Câmara dos Vereadores para entrada dos professores do município, onde eu acredito que o prefeito estava segurando porque estava pensando que as Vilas não são escolas. Isso trouxe alguns problemas para os equipamentos naquele momento, porque nós tivemos que mandar profissionais embora, porque como é o mesmo dinheiro da Educação, se eu estou jogando professor para dentro da Vila, vou ter que dispensar alguns para diminuir a folha. Mas isso trouxe muitos problemas para os equipamentos porque muitos profissionais vieram com vícios de escola, e a Vila é diferente de escola. Já começa pelo regime a diferença, um é CLT e outro é concurso, o concursado ganha três vezes mais que o CLT, aí fica dois grupos dentro do espaço do equipamento público, aí começa a briga, gera um mal estar entre eles, e gera grupos. Eu tive que adaptar o equipamento aos profissionais do município, porque o tempo era diferenciado, tinha tempo de uma hora, e eu tive que reduzir para 50 minutos que é lei, eles só podem dar 50 minutos de aula, então foi toda uma adequação ao município. Então não foi legal para a Vila Olímpica. Tivemos que absorver os caras aqui dentro e eles não se adaptaram até hoje, alguns sim. Eles respondem a coordenação técnica do equipamento e a administração, mas eles continuam levando o ponto deles para CRE, eles trazem a matrícula deles para a Vila Olímpica, mas a questão de papeladas eles tem que levar na CRE. O mesmo processo, só que aqui eles trabalham menos, por isso que muitos deles vieram para cá (Coordenador administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006, entrevista em: 07/04/15).

Houve um projeto que foi assinado juntamente com a Secretaria de Esporte e Lazer e com a Secretaria de Educação, que na época ofereceu, já que a verba vem da Educação, colocar os professores da Educação nos equipamentos, e isso não iria onerar a folha e não aumentaria o custo do Esporte e Lazer. Acho que de certa forma houve um ganho, pois ganhamos outros profissionais, mas ao mesmo tempo em detrimento da vinda desses profissionais para os equipamentos a gente perdeu alguns professores para diminuir custos com contratação de professores. Diminuíram o quadro de profissionais de todas as Vilas para que fossem substituídos por professores do município, nisso nós perdemos muitos profissionais que já estavam inseridos nesse projeto, pois o trabalho social é diferente do trabalho escolar. Então muitos professores que vieram do município para trabalhar em Vila Olímpica não vieram de escolas que eram localizadas nessas regiões, então não estavam acostumados com esse tipo de trabalho. Muitos vieram trabalhar nas Vilas achando que era formato de clube, e não era, pois é um trabalho social de esporte e lazer e de complementação escolar nessas regiões, então houve esse choque (Coordenador Técnico da VOCN- atua no projeto V.O desde 2004, entrevista em: 07/04/15).

Alguns profissionais também enfatizaram a diferença dos profissionais contratados pela universidade para os profissionais da SME, como bem destaca o trecho da entrevista a seguir:

Eu sinto a diferença do profissional contratado pela PUC e o da Secretaria de Educação, no planejamento de trabalho isso fica bem nítido. As turmas são divididas de acordo com o interesse da gestão, se o interesse é mostrar o trabalho do profissional da PUC o maior número de turma vai para o profissional da PUC, se a necessidade em determinado período é fazer com que haja maior rendimento do profissional da SME a distribuição do trabalho do planejamento já muda. Então eu acho mais em relação a isso, em termos de relação profissional eu não vejo diferenciação não, o convívio é bom (Professor C- atua no projeto V.O desde 2011; entrevista em: 08/05/14).

As atividades desenvolvidas na Vila Olímpica Clara Nunes estão sob a responsabilidade de três coordenações: administrativa, técnica/ desportiva e cultural e socioeducacional, e todos os profissionais devem seguir as diretrizes estabelecidas por estas coordenações. A coordenação administrativa ou de suporte tem o objetivo de manter o controle do gasto e a conservação do patrimônio da Vila Olímpica, coordenar ações e os procedimentos de controle, bem como cuidar da manutenção do equipamento. Já a coordenação técnica/desportiva atua na elaboração do planejamento das aulas, no acompanhamento das atividades desenvolvidas na Vila, na organização das modalidades, na organização de competições e eventos, no acompanhamento da atuação dos profissionais técnicos, orientando-os e avaliando-os.

Em conjunto com a coordenação administrativa e técnica/desportiva, atua a equipe socioeducacional com a atenção voltada para os alunos e seus familiares,

agregando os valores socioeducacionais à prática desportiva. O setor socioeducacional é composto por Assistentes Sociais, Psicóloga, Pedagoga e estagiários de Serviço Social.

O Serviço Social no interior do equipamento trabalha no atendimento individual ou em grupo, buscando desenvolver a participação e a autonomia dos usuários da Vila Olímpica. A atuação na VOCN tem como principal objetivo, apresentar aos diferentes atores sociais os direitos sociais básicos, bem como sistematizar as ações desenvolvidas no interior desse equipamento com base na interdisciplinaridade, visando o compromisso com a qualidade dos serviços prestados.

A Vila Clara Nunes durante os dias úteis da semana oferece modalidades e aulas regulares aos alunos matriculados, e durante os fins de semana, o equipamento é acessível ao público em geral, para atividades esportivas e de lazer de maneira livre.

O atual prefeito no início de sua gestão aprovou a abertura de licitação para a administração dos equipamentos Vilas Olímpica para Organizações Sociais (OS), que, por sua vez, passaram a operar a concessão de diferentes serviços à população carioca na área da saúde, educação e de esportes e lazer. Todos os equipamentos de esporte e lazer passaram, assim, a ser geridos por Organizações Sociais que recebiam a verba do Município para administrar os serviços. Diante desse contexto, a cogestão realizada pelo PUC-Rio foi reavaliada já que a instituição não era uma Organização Social, conforme aponta a fala abaixo de um dos entrevistados.

Eu lembro que saiu no jornal que o prefeito ia botar OS em todas as Vilas Olímpicas. Mas, aqui e na Gamboa foi a única que não entrou OS, entrou uma universidade. Tinha gente que falou que não podia entrar, mas o porquê não se sabe (Professor A- atua no projeto V.O desde 2004; entrevista em: 20/05/14).

No entanto, o então prefeito considerou bom o trabalho que vinha sendo realizado pela universidade na gestão do equipamento Clara Nunes e a sua inserção histórica na região na qual se localiza a Vila, e decidiu manter a parceria e o contrato de cogestão com a referida instituição. O estabelecimento dessa parceria para administração da VOCN se deu de maneira diferenciada no que se refere à questão contratual, por a universidade não possuir características de convênio semelhante à de uma Organização Social.



Na entrada do atual prefeito na troca de Prefeitura, o quê que aconteceu foi que as Vilas Olímpicas começaram a ter que ser geridas (ele baixou um decreto, onde todos os equipamentos de contratos com a rubrica da educação e da saúde), por OS, mas naquele momento o prefeito viu, ele enxergou o trabalho de Acari e manteve a rubrica da PUC com a educação. Foi o único que ainda tem filantropia é Acari com a administração da PUC, todos os outros viraram OS. A diferença é que as OS elas passam de cogestão para gestão, então tudo que a Secretaria de Esporte geria passou para a OS administrar (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006, entrevista em: 07/04/15).

Entretanto, esta mudança acarretou alguns impasses para cogestão do equipamento pela PUC-Rio devido o modelo de contrato estabelecido, já que não se trata de uma Organização Social. Quando a Prefeitura colocou as OSs para gerir os equipamentos ela começou a repassar a verba, e a mesma ficou responsável pela administração e manutenção do equipamento como um todo. No caso do contrato instituído com a PUC-Rio, apenas se previu recursos para a folha salarial sem prever os gastos para a manutenção do equipamento (ficando isso a cargo da “vontade política” do município), o que contribuiu para a deterioração da manutenção do equipamento.

Eu acho assim, que me parece que ser conveniado por uma universidade tem muitas possibilidades, pois quando ela faz pesquisa ela usa todo seu recurso [...]. Ela pode fazer pesquisa na comunidade, ela tem uma história de planejar, executar e depois transformar isso num documento, muito mais que uma OS. Pois a OS não tem essa estrutura para transformar, e não tem esse profissional com esse conhecimento que a PUC pode lançar mão. Agora as dificuldades com relação à manutenção é que o contrato dela não é de manutenção, só é de gestão. A manutenção é por conta da Secretaria de Esporte, que é horrível, e é a única manutenção que ela tem, pois acho que nas outras o contrato de manutenção está com a gestora, e a Vila está no estado que está. É lamentável ficar no estado que está! Lógico que foi a enchente que não era previsível, mas era para ter recurso imediatamente, pois já estava ruim e precisava de manutenção, com a enchente piorou ainda mais. Até hoje não saiu recurso, está em negociação, já saiu o pedido, foi montado um processo, mas está muito lento quando a responsabilidade é da Secretaria (Funcionária da gerência da SMEL - atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 26/08/14).

A PUC, enquanto gestora, passou a enfrentar grandes problemas no que se refere à precarização da infraestrutura dos espaços da Vila Olímpica Clara Nunes, já que seu contrato não previa a manutenção do equipamento, e a mesma não passou por nenhuma revitalização desde sua criação (em 2002). Outro problema é o atraso no repasse da verba por parte da Prefeitura do Rio para a Universidade para pagamento dos profissionais que atuam no equipamento. Torna-se importante ressaltar que o problema no repasse de verbas é um problema comum a todas as Vilas atualmente, inclusive as geridas por OS, como bem ressaltam as falas abaixo:

Esse prefeito criou a lei das OS e a PUC não é uma OS. Ela não é ilegal, mas ela não está dentro do padrão. Então todo convênio que é feito com a PUC não pode se moldar a Prefeitura, porque ela é mais ampla que a Prefeitura. Então todas as vezes que a gente vai fazer um convênio, se a gente não tiver autorização direta do Prefeito não é feito o convênio. Outra coisa, que eu acho que é muito difícil, a universidade como ela não tem fins lucrativos, ela trabalha com um caixa de capital de dinheiro muito baixo, e como a Secretaria custa muito a pagar gera muito problema interno (Luiza Helena- Coordenadora geral do projeto VOCN- atua no projeto V.O desde 2005; entrevista em: 25/08/14).

Como a universidade não recebe verba para a manutenção da Vila, no que se refere ao físico caiu. Com a PUC o funcionário tá em dia sempre, mas não tem manutenção. Mas não é culpa da PUC, a culpa é do contrato que não estabelece a manutenção. PUC não recebe para manutenção, e a Prefeitura deixou e largou de lado a manutenção. E está do jeito que tá até hoje (Professor B - atua no projeto V.O desde 2003; entrevista em: 20/05/14).

Por enquanto os trabalhadores das outras Vilas, que são OS, estão sem saber se vão receber naquele mês, nós iniciamos o ano sabendo o dia que vamos receber o nosso salário e o dia que o vale transporte vai entrar. Temos nosso plano de saúde garantido, e isso nos dá certa tranquilidade para trabalhar, porque eu não tenho que me preocupar se eu vou receber ou não. Pois, independente de quanto eu ganho, eu sei que no final do mês, naquela data, eu tenho dinheiro para pagar minhas contas, diferente das OS. A gente participa de reuniões e de encontros onde as pessoas falam que estão sem pagamento há três meses, há quatro meses, porque a Prefeitura não pagou. E com a PUC não acontece isso, porque ela tem um compromisso com o seu profissional, independente dela ficar com um rombo ou não no cofre dela (Funcionária A. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/15).

As pessoas não estão recebendo. Eles não pagam direito. É uma falta de respeito! O secretário joga para OS, e a OS joga para o Secretário (Funcionária X de outra Vila Olímpica; entrevista em: 03/04/15).

As Vilas Olímpicas foram diretamente impactadas por essa mudança de gestão estabelecida pela Prefeitura do Rio. A organização administrativa desses equipamentos sofreu um intenso processo de modificação, tanto no que se refere ao processo de licitação para prestação dos serviços, quanto na distribuição dos recursos e na qualidade dos serviços. Ao mesmo tempo em que a gestão por OS, do ponto de vista da gestão de recursos, agilizava, otimizava e tornava mais fácil o controle social dos serviços, por não estar sujeitas às determinadas normas que regulam a Administração Pública, essa mudança acarretou uma desresponsabilização por parte da Prefeitura, no sentido de garantir a fiscalização dos recursos e a qualidade dos serviços prestados.

As OSs entram no atual governo, ele mudou totalmente. Você tinha uma forma de licitar serviços, para o serviço de piscina era uma licitação, de limpeza e segurança era outra, para o processo seletivo para a escolha dos profissionais outra, em fim tinha vários contratos. Uma Vila Olímpica tinha em média 10 contratos, e dava

trabalho, por que eles não podiam ser interrompidos. Na questão da OS, você pega e entrega o dinheiro todo na mão da OS, e diz assim: você gere. Aí você não tem como cobrar que o teto está caindo, que as coisas não estão funcionando. A OS recebe o dinheiro e administra da forma que ela quiser. Isso atrapalha o próprio projeto da Vila, porque cada um vai administrar de forma diferente. O que acontece é um desvio de verba cavalgar, não se tem como controlar (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

Quando começou não era contrato nem cogestão, era chamado de um nome que não me lembro agora. Existia uma lista de todas as contratações que não podia ser feita pela Prefeitura, principalmente contratação de pessoal, já é assim desde o início da Secretaria de Esporte. Quando nós tínhamos projetos sociais fazíamos um contrato com a empresa que pagava as pessoas, mas toda a parte de gestão era feita pela Secretaria de Esporte. Na medida em que o tempo foi passando eles entenderam que deveria ser feito um contrato de cogestão, a Secretaria de Esporte contratava uma empresa, que tenha conhecimento na área de esporte, e ela contratava as pessoas com o perfil adequado para trabalhar na Vila, seguindo o projeto básico da Prefeitura. Aí, se estabeleceu em uma determinada época que dentro do contrato deveria vir dizendo o que é a gestão de uma Vila Olímpica. Uma parte caberia a Secretaria e a outra parte a gestão, por conta das dificuldades de contratação e repasse, por exemplo, o contrato da segurança do equipamento era feito com a Secretaria de Esporte e uma empresa de segurança, que distribuía os funcionários nas Vilas, mas às vezes pelo contrato passar por uma gestão direta demorava, e às vezes ficávamos sem contrato por determinado tempo. Para acabar com este tipo de problema eles acharam que era melhor dar o contrato de gestão integral para a ONG, que passou a se chamar Organização Social depois com o Eduardo Paes. A Secretaria de Esporte fez um projeto básico, no qual dizia o que é a gestão de uma Vila, o que eles tinham que fazer, quem eles tinham que contratar e do que eles tinham que ser responsáveis. Se ela era gestora integral a Secretaria ficava apenas como fiscal daquela gestão (Funcionária da gerência da SMEL- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 26/08/14).

Essa nova maneira de gestão impactou negativamente os equipamentos públicos, com a delegação da execução dos serviços antes prestados e de responsabilidade da própria Prefeitura para a Organização Social.

[...] Então assim ficou mais pesados para alguns equipamentos. A gente tem relatos de que hoje o contrato aumentou, mas na verdade você teve que reduzir muita coisa dentro do uso, material esportivo, conta de luz e água, tudo é pago pela OS, anterior a isso quem pagava era a Prefeitura, então não deixava faltar. Então, quando você é OS e está mal administrada, se não usar o dinheiro público para fazer aquilo que está dentro do contrato e não prestar conta daquilo fica difícil. Hoje fizeram mau uso do dinheiro público, usaram para outras coisas e na verdade estão fechando as portas. A gente tem aí alguns equipamentos que já estão aí na mídia porque não tem dinheiro para pagar o pessoal (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006, entrevista em: 07/04/15).

Essa transferência de responsabilidades na execução da política pública de esporte e lazer foi acompanhada de um processo de precarização e fragmentação dos serviços oferecidos, ocasionando uma drástica redução da qualidade desses

equipamentos, como bem mostra o trecho da entrevista a seguir. Tal situação será apresentada com mais ênfase nos itens seguintes desse capítulo.

Vai impactar sim. Infelizmente o prefeito sucateou não só as Vilas Olímpicas, mas toda a Secretaria de Esporte. Então o sucateamento não é só das Vilas é de toda a Secretaria de Esporte. Entra um novo gestor e quer mudar tudo aquilo que o outro deixou. Ele não podia terminar com as Vilas porque a gritaria seria muito forte, mas ele poderia deixar apodrecer (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

Infelizmente, as Vilas também começaram a sofrer algumas ingerências políticas por parte de políticos locais, que começaram a almejar a inserção nos equipamentos públicos de esporte e lazer com fins políticos, como forma de barganha e moeda de troca política. Desde 2009, a Vila Olímpica Clara Nunes passou a ter sérias dificuldades devido à disputa política pelo equipamento. No entanto, a universidade conseguiu se manter na gestão do equipamento, mas, desde então, passou a sofrer constantemente rebatimentos (como não repasse de recursos e falta de manutenção) por não participar desse jogo de interesse por parte dos políticos locais, que querem se beneficiar da existência de um equipamento na região.

Eu só fui ter problemas políticos com a entrada desse prefeito com o político x, porque até então nunca tinha tido (Luiza Helena - Coordenadora geral do projeto VOCN- atua no projeto V.O desde 2005; entrevista em: 25/08/14).

Isso acaba beneficiado de A a Z, pois todos os vereadores e deputados que se interessaram e faziam um trabalho usaram. Todos os deputados se beneficiaram disso de alguma forma. Dizendo assim: olha aqui na minha área existe projeto esportivo, na minha área tem uma Vila Olímpica. E não tinha fila para entrar na Vila, tinha vaga para todo mundo. A gente com um orçamento enxugadíssimo, a gente conseguiu fazer muito. O x quando assumiu no meu lugar ele falou: meu irmão você é um louco, como você conseguia? Vagabundo chegava aqui me oferecia propina, e eu falava legal gostei, bota mais propina que ia me dar e bota em serviço aqui para mim. Isso era um projeto municipal, financiado exclusivamente pelo município do Rio, o Governo do Estado não entrava com absolutamente nada, e o Governo Federal para não dizer que não entrava com nada, quando o ministro Orlando assumiu o ministério do esporte ele liberou verba para financiar a construção de três Vilas, fora isso o projeto foi do César Maia (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

Agora menos, pouco tempo atrás os equipamentos eram sucateados porque cada Vila Olímpica passou a ser de um político diferente, e tinha um partido diferente tomando conta, não é alguma coisa notória, mas quem está dentro sabe. O candidato de tal partido que está colocando alguém para controlar o equipamento. Com a OS mudou um pouco isso, mas de qualquer forma a OS não tem muita força, porque quem vai escolher quem vai ser o gerente do equipamento é o secretário, aqui como não é OS a PUC que escolhe, por isso que aqui está abandonado. É

político! A PUC não vai virar OS nunca porque ela é filantrópica, então a única forma de manter a PUC na SMEL seria que ela continuasse como ONG e não como OS. Então tem uma briga política interna, até de vaidade também, de poder, que fica esse impasse e a Vila no meio. Tem tempo que a Vila não recebe, tem burocracia que impede a Vila de funcionar legal, está sucateada por quê? Eu peguei vários secretários na SMEL já, eu sempre achei que quem viria iria mudar alguma coisa, mas nunca mudou nada. Como esse atual já foi da Secretaria da Administração eu até acreditei que de repente o cara fosse fazer diferente, mas aí voltamos à vaidade. É briga de cachorro grande, e espero que quem vença seja o usuário. Mas, isso é político!

Isso aqui só melhora se de repente o prefeito fazer alguma coisa. Tem dois políticos que tem interesse pelo equipamento. E um dos pontos que eu acho que a PUC por ser incisiva consegue administrar melhor, pois se ela deixasse entrar aí que não ia andar (Funcionário da SMEL; entrevista em: 14/11/13).

Acredito que seja mais por questões políticas. Quando se faz esse tipo de contrato com a universidade é conversado, sentado e trocado. Então se eles se permitem a fazer isso, eu acho que é importante manter a sua parte. Porque infraestrutura e condições o gestor que está contratando a cogestora tem, agora é interessante?! Aí a gente volta para aquela questão da visibilidade do equipamento, da localidade e tudo mais. Se foi feito um contrato com a universidade dessa maneira a outra parte tem que cumprir a parte dele né, e porque não cumpre? (Funcionária A. da VOCN-atua no projeto V.O desde 2007, entrevista em: 01/04/15).

Portanto, diante dos diferentes interesses existentes (ou não), por parte das autoridades políticas, a Vila Olímpica Clara Nunes passou e tem passado por inúmeras dificuldades, evidenciando que os espaços destinados à concretização do direito ao esporte e ao lazer efetivamente não se configuram como prioridade no planejamento dos gestores e nas ações do Estado para orientar as políticas públicas no Rio de Janeiro (mesmo estando nas vésperas de um megaevento esportivo). Como bem evidencia os trechos das entrevistas abaixo.

Havia um respeito, uma propriedade da Vila pela comunidade. Era uma coisa muito interessante. Outra coisa que não deixava em momento nenhum acontecer era a deterioração do espaço [...]. Eu soube que infelizmente os secretários atuais não tem esse zelo com isso, porque tem lá seus desvios. Não dá para manter a coisa desse jeito, e levar um também. Ou você faz que nem a gente que vai lá e bota tudo dentro da Vila, ou então vai ficar faltando alguma coisa (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

Para a maioria das pessoas essa Vila Olímpica aqui foi muito boa, as crianças, as meninas tinham balé e os meninos tinha judô, caratê, essas coisas tudo. A gente participa de festas, a gente dançava, a gente brincava, essa quadra aí ficava cheia, vinha o prefeito, o vice, esse pessoal todo da política vinha homenagear a gente. Mais era muito bom mesmo essa Vila Olímpica! Essa Vila aqui em si foi uma benção para a gente, tinha tudo que você possa imaginar. Eu fui conhecer mais esse negócio de teatro daqui da Vila, através dos passeios. A gente ia e era muito bom, a gente se divertia muito, eu passei muito, eu aproveitei muito isso aqui. Essa Vila aqui era boa de mais! Você está vendo como eu estou me empolgando?! É porque

para mim ela era boa demais, e é muito triste eu vê-la hoje do jeito que está agora, tá entendendo? (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista em: 27/11/14).

O que se percebe hoje é o constante sucateamento desses equipamentos públicos. Os profissionais e a população usuária sofrem constantemente com a situação de abandono e o descaso do governo frente à falta de manutenção e de material para ser desenvolvido o trabalho nesses espaços, fazendo com que os profissionais não consigam atender efetivamente às demandas da população.

#### 4.2.

#### **A população usuária e o lugar que ela ocupa na Cidade**

A Vila Olímpica Clara Nunes está localizada na Fazenda Botafogo, que é considerado um Distrito Industrial do bairro de Coelho Neto desde os anos 80, situado entre Av. Brasil e o rio Acari. O bairro possui uma população de aproximada de 32.423 habitantes (IBGE, 2010).

Apesar de oficialmente considerar-se que a VOCN está localizada no bairro de Coelho Neto, para muitos usuários e profissionais que atuam na VOCN, o equipamento pertence ao bairro de Acari. Tal confusão pode ser atribuída ao fato da Fazenda Botafogo ser um conjunto habitacional localizado entre as fronteiras dos bairros de Coelho Neto e Acari, tendo como limites o Rio Acari que faz divisa com os bairros. De acordo com a Prefeitura do Rio<sup>22</sup>, o conjunto habitacional está dentro do bairro de Coelho Neto. Entretanto, para a maioria da população e dos profissionais da VOCN (inclusive para os gestores que implementaram o projeto), a mesma faz parte do bairro de Acari, sendo, aliás, conhecida como Vila Olímpica de Acari. É importante ressaltar que um dos motivos para a implementação do referido equipamento foi o baixo Índice de Desenvolvimento Humano do bairro de Acari. Diante disso, consideraremos para fins de análise no presente trabalho, o bairro de Acari como referência para a localização da Vila Olímpica Clara Nunes (já que é o mais utilizado).

O bairro de Acari se situa na Zona Norte do município do Rio Janeiro, e é considerada uma região pobre da cidade, na qual há existência de um pequeno polo industrial, onde vive uma população pertencente às classes populares, com baixo

---

<sup>22</sup> Informações retiradas do site: <http://mapas.rio.rj.gov.br>. Acesso em: 17 fev. 2015.

poder aquisitivo, pouca mobilidade social e oportunidades de trabalho. O bairro se encontra próximo a importante rodovia Avenida Brasil, e tem limite com o Rio Acari, que atualmente tem gerado graves problemas à população devido à exacerbada poluição existente no local, que nos últimos anos ocasionou grandes enchentes na região. A mais emblemática foi a enchente de dezembro de 2013 que desabrigou inúmeras famílias e devastou muitos empreendimentos no bairro, inclusive a própria Vila Olímpica, que foi muito castigada pela chuva.

A região de Acari foi ocupada inicialmente por pessoas provenientes de diversos locais do país, em sua grande maioria migrante da região nordestina, em torno dos anos 40, que se instalavam nos bairros das periferias de grandes cidades em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Antes, o bairro era uma grande área verde e vazia oriunda de fazenda, muitos moradores entrevistados a descreveram com uma área de “brejo”.

Acari está próximo e faz vizinhança com os bairros de Costa Barros, Barros Filho, Coelho Neto, Parque Colúmbia e Irajá. E, é constituído por um conjunto de favelas, que na verdade são quatro localidades dentro do mesmo território, totalmente distintas e quase autônomas, que são, a saber: o Conjunto Residencial Areal e as favelas Parque Acari, Coroadó/Vila Rica e Vila Esperança. Que na nova linguagem estabelecida pelo órgão de segurança pública do Estado passou a ser denominada de Complexo, uma tipologia que não se refere somente à dimensão populacional, ela vem da instituição policial, e está contaminada pelo seu jargão. Segundo Alvito (2001, p. 22), “a favela de Acari é uma área plana, no vale do rio Acari, e não um morro”, o que a diferencia de outras favelas da cidade do Rio de Janeiro devido suas características geográficas.

De acordo com Alvito (2001, p. 24) já na década de 90 a região de Acari era considerada “uma das quatro áreas mais perigosas da cidade do Rio de Janeiro e qualificada, de acordo com o manual das forças armadas de zona vermelha”. Era considerada uma área de grande risco para a população e para o aparato policial. Essa qualificação fez com que Acari se destacasse no cenário da cidade através de uma imagem negativa, o que acabou por segregar ainda mais a população que lá reside.

Conforme destaca Freire (2005, p. 61), no ano 2001, “Acari destacou-se na mídia como o pior bairro do Rio de Janeiro, conforme apresentado no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Rio, elaborado em conjunto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)”. O referido relatório assinalou o bairro de Acari com o de pior IDH da cidade, podendo ser esse indicador comparado aos resultados de países extremamente pobres, como alguns existentes no continente africano.

Foi a partir desses resultados que o bairro de Acari passou a ser alvo de algumas políticas públicas por parte do Estado com a finalidade de melhorar alguns índices da região, principalmente o IDH. A Prefeitura do Município do Rio de Janeiro priorizou Acari com a implementação de alguns programas de governo na região, como por exemplo, o programa Favela-Bairro, que de acordo com Freire (2005, p. 62), “já no início de 2003 Acari começou a receber as obras de intervenção do Programa, que tem como meta integrar as favelas à cidade, dotando-a de infraestrutura urbana, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais”. Foi também, a partir da realização desse programa, que foi planejado a implementação de um equipamento de esporte e lazer na região, uma Vila Olímpica. Acreditava-se que a construção desse equipamento seria de grande relevância para inclusão social da população de uma das regiões mais pobres da cidade, e que por sua vez, o mesmo causaria grandes impactos positivos para a elevação do IDH do bairro. Esperava-se que a Vila Olímpica possibilitasse a integração e socialização desses moradores através da prática esportiva, e que essa auxiliasse na transmissão de valores educacionais para centenas de jovens que sofriam forte influência do tráfico de drogas. César Maia utilizou esse discurso “em um seminário do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington (EUA), que as Vilas Olímpicas estão entre os principais instrumentos de política pública do Rio para frear a violência entre os mais jovens” (Jornal o Globo, 2003, p. 14).

O discurso da redução da violência e do baixo IDH da região de Acari, portanto, passou a ser, e continua sendo um forte elemento para justificar a implementação de políticas públicas, sobretudo, assistencial na região de Acari e no seu entorno. Passou-se, portanto, a fazer um uso extremamente político desses índices em prol de legitimar as ações do Estado nessa região, ações estas não só assistenciais, mas também de repressão.



As Vilas deveriam ser implementadas em áreas que tinham baixo IDH, pretendíamos buscar nessas áreas oferecer uma atividade de qualidade para a família, para o jovem e para a terceira Idade. Nós trabalhamos exatamente em áreas que o poder público não se fazia presente, foi uma forma do poder público se fazer presente (César Maia, entrevista em: 13/10/14).

A proposta de criação das Vilas estava pautada na visão desse equipamento como instrumento de integração. Por isso, deveriam ser construídas em áreas pobres e com alto risco social para que o poder público pudesse conquistar estes espaços. O objetivo era que esses equipamentos ajudassem a reduzir os altos índices de violência, sobretudo envolvendo as faixas etárias mais jovens. Ao ser proposto esse projeto para as favelas e bairros carentes do Rio, pretendia-se que o mesmo estimulasse à solidariedade, a disciplina e reduzisse a criminalidade devido ao grande número de jovens sem oportunidades de trabalho, e ociosos. Ao esporte foi introduzida a tarefa de integrar esses espaços com o resto da cidade.

[...] É a mesma ideia que dizem que a Vila vai interferir na questão do menor infrator, existe um sonho uma expectativa, mas a Vila realmente não tem esse papel. Agora, quando a gente pensa que a criança pode entrar na Vila e ela é envolvida pelo prazer, pois o esporte é um prazer [...], nós da Vila Olímpica temos que potencializar o fato de trabalharmos com o prazer. Pode ser que ao trabalharmos nesse caminho haja uma melhor inserção desse menino dentro dessa cidade. Agora não vamos fazer sozinho, é impossível que a Vila consiga dar a esse menino uma cidadania plena, que possa fazer tudo, melhorar a família do aluno, melhorar a escola, melhorar o rendimento escolar, que construa esse menino como cidadão. Podemos contribuir muito, mas sozinho não conseguimos. Acredito que esse não seja o único papel da Vila, mas acredito que por ela mobilizar pelo prazer nós estamos em vantagem com relação à escola (Funcionária da gerência da SMEL- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 26/08/14).

O equipamento Clara Nunes foi implementado na Fazenda Botafogo, mas deve atender toda a XXVª Região Administrativa (RA) da Pavuna, que é a RA que possui o maior número de bairros com baixo IDH. No entanto, devido às peculiaridades do território, e à organização estabelecida pelo tráfico de drogas, suas funções e atendimentos se voltaram, sobretudo, para os moradores do complexo de favelas de Costa Barros (que engloba as favelas da Lagartixa, Pedreira, Quitanda, Parque Nova Cidade, Fim do Mundo, Chapadão, entre outras), e Acari (também subdividida em diferentes localidades, como Parque Acari, o Coroadó/Vila Rica, o Amarelinho, a Vila Esperança, Parmalat, entre outras). Tal verificação foi possível a partir da análise e levantamento dos dados do sistema de matrícula da VOCN, que nos permitiu constatar que grande parte dos usuários da VOCN são oriundos dos Bairros de Costa Barros e Acari.

Entretanto, inicialmente, o maior público entre a faixa etária adulta era de moradores do próprio conjunto habitacional Fazenda Botafogo, que se apropriaram efetivamente da existência do equipamento de esporte e lazer no interior do conjunto. Os moradores das favelas vizinhas a Fazenda Botafogo, inicialmente tinham receio de frequentar a Vila, eles não se sentiam parte e usuários por direitos daquele espaço. Segundo a equipe da VOCN, foi necessário um longo processo de desconstrução desse imaginário e sedução para a integração desses moradores.

Antes da Vila Olímpica não tinha um espaço de lazer nessa região, um espaço onde as pessoas poderiam praticar o esporte e o lazer ao mesmo tempo. Esse espaço aqui passou a ser um espaço de lazer para os moradores da região sendo que, com a criação da Vila Olímpica as pessoas que utilizavam o espaço era os moradores da Fazenda Botafogo, desses prédios aqui. Porque as pessoas que moravam no entorno, nas favelas, não se sentiam pertencentes disso aqui. Então, eles entediam a Vila Olímpica como um clube para algumas pessoas, e não para todo mundo, eles não se sentiram pertencentes a isso aqui (Funcionária A. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/15).

O que eu percebi quando eu cheguei aqui é que a comunidade ela tinha uma visão desse espaço como um espaço para a elite do bairro, isso dito e verbalizado por algumas pessoas com as quais eu tive oportunidade de conversar. Então elas imaginavam que esse espaço era um lugar onde só as pessoas que tivessem uma condição melhor poderiam estar participando, o que na verdade elas não se sentiam muito a vontade. Isso então nos chamou a atenção, e a gente então começou a pensar em desconstruir isso, e começamos a elaborar proposta de trabalho onde a gente pudesse colocar para comunidade que isso aqui é um espaço público, e de acesso a todos independente da condição econômica. Foi um trabalho muito intenso que precisou ser feito, mas que conseguimos muitos resultados, o próprio projeto que foi o “Jornadas Ecológicas”, que é o projeto de objeto mesmo de convênio, ele também veio fortalecer esse trabalho e desmistificar na medida em que as crianças das escolas públicas do entorno poderiam estar indo a universidade, a PUC, que é nossa cogestora. E com esse trabalho, a gente conseguiu também trazer essas crianças para dentro da Vila Olímpica, e aí então esse espaço passou a ser mais conhecido. Eles começaram a perceber que havia uma acessibilidade, isso contribuiu bastante para que a gente pudesse mudar essa lógica de que a Vila era só para alguns (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

Portanto, na intenção de aproximar os moradores dos bairros do entorno a equipe da VOCN desenvolveu uma série de ações voltadas para estimular a vinda da população para Vila, ressaltando a importância daquele equipamento para os moradores. Um dos pontos fundamentais para divulgação do trabalho e das atividades desenvolvidas na Vila foi a parceira com as escolas do entorno, por meio do Projeto “Jornadas Ecológicas”, citado no trecho da entrevista acima. O Projeto Jornadas Ecológicas é uma proposta de educação ambiental, de caráter educacional “não formal”, realizado na PUC-Rio desde o ano de 1998, mas a partir do ano de

2006 foi idealizado em um novo formato para atender o projeto Vila Olímpica Clara Nunes.

Seu desenvolvimento se dá a partir da integração entre a VOCN, as Escolas Públicas, as Organizações Sociais da XXVª Região Administrativa da Pavuna e a Universidade. Esta integração se dá através das aulas de Educação Ambiental na VOCN, nas escolas de ensino público municipal e no campus da PUC-Rio (Anexo V e VI). O Projeto tem como objetivo formar e transmitir às futuras gerações valores éticos e socioambientais para o exercício da cidadania (PUC-Rio, 2014, p. 7).

O referido projeto já atendeu, do período correspondente a agosto de 1998 a novembro de 2014, um total de 7.691 alunos, moradores e usuários da VOCN, o que contribuiu muito para a divulgação do trabalho desenvolvido na Vila. A partir da participação no projeto Jornadas Ecológicas, a maioria das crianças é matriculada no equipamento, e inicia alguma modalidade esportiva, fazendo com que, de algum modo, um representante da família também frequente a Vila para trazê-la.

O perfil dos usuários modificou. Apesar de ter um grande público da Fazenda Botafogo, atualmente percebemos um número considerável de alunos de outras regiões, principalmente de Acari e Costa Barros. As referidas regiões hoje são consideradas áreas de alto índice de violência da cidade do Rio de Janeiro. Inúmeras questões sociais perpassam a realidade desses bairros que possuem uma população extremamente pobre e com baixo grau de escolaridade. Essa população também sofre constantemente com a falta de serviços públicos e com a pouca oportunidade para uma vida com melhores condições de sobrevivência.

Segundo dados do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP, 2010)<sup>23</sup>, a população total de Costa Barros é de 28.442 habitantes distribuídos em uma área de 181,48 hectares. Seu IDH corresponde, a partir do último levantamento realizado no ano de 2000<sup>24</sup>, a 0,713, ou seja, o 125º colocado entre 126 bairros analisados do Rio de Janeiro. A sua taxa de alfabetização também é uma das piores do Estado. Já Acari é um dos bairros com menor Índice de Desenvolvimento Humano da cidade e o de menor renda da região. Seu IDH, no ano 2000, era de

<sup>23</sup> A partir de dados retirados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>24</sup> Foram utilizados os dados do levantamento do IDH do ano 2000, pois foi o último registro realizado por bairro na cidade. No ano de 2010 os registros do IDH se referem apenas aos municípios do Rio de Janeiro.

0,720, o 124º colocado entre 126 regiões analisadas na cidade do Rio de Janeiro, ficando acima somente de Costa Barros e do Complexo do Alemão. Muito distante do bairro da Gávea, na Zona Sul, que ocupa o primeiro lugar da lista, com 0,970 de taxa no IDH. Ambas as regiões ganham destaque hoje na mídia e na página policial devido o alto índice de violência e criminalidade. No entanto, esse mesmo enfoque não é dado para a escassez de recursos e projetos sociais na região.

Esse grupo que nós atendemos apesar de estar inserido no município do Rio de Janeiro é um grupo carente de oportunidade, porque nós sabemos que as oportunidades elas existem, mas essas pessoas não tem conhecimento de seus direitos. As oportunidades não chegam até eles por estarem nessa região, na qual tem um dos mais baixos IDH, onde a violência é grande e não tem nada. Então os projetos e as possibilidades chegam, mas chegam para os outros, em locais que tenham visibilidade, em Acari e Fazenda Botafogo não dá visibilidade para ninguém, então essas pessoas acabam ficando esquecidas (Funcionária A. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/15).

Mediante esses dados, a VOCN tem uma estrutura de funcionamento diferenciado das outras Vilas Olímpicas, pois além de ter uma universidade na sua cogestão, ela também está voltada para a inclusão social e não para o esporte de alto rendimento. Neste cenário, os resultados a serem alcançados no equipamento estipulados pela Prefeitura do Rio encontram impasses para serem atingidos na região, como por exemplo, pelo alto índice de evasão escolar e sua baixa taxa de alfabetização. De acordo com a coordenadora geral do projeto, “não se pode pensar em alto rendimento em meio a um grande cenário de pobreza e falta de recursos”, o que se objetiva é a inclusão social das crianças e jovens de uma área invisibilizada pelo poder público.

Durante a semana o professor precisa separar pelo menos cinco minutos da aula para conversar com os alunos, falar sobre algo relevante para eles. Conversamos sobre temas variados como higiene, violência, sexo e drogas - diz Reinaldo Lima, coordenador técnico das Vilas Olímpicas do Rio de Janeiro. Ainda segundo Reinaldo, o objetivo da Vila Olímpica de Acari não é formar atletas, mas sim disciplinar as crianças que passam por ali. - O objetivo aqui é ajudar quem precisa, levando as crianças sempre para a prática do bem. Os que se destacam não podem ficar aqui, pois não temos estrutura para isso. Quando o professor vê um aluno se destacando, indica aos clubes ou outros lugares que possam dar melhores condições a ele - afirma o professor (globoesporte.com. Acesso em: 01 nov. 2013).

Eu tenho muito medo do alto rendimento particularmente falando, porque rola muita frustração, e quando rola frustração o aluno que não vai ser atleta, que não vai ser o jogador, ele desiste e acaba não querendo saber do esporte como um todo. O esporte tem que ser visto como ferramenta de inclusão, para ele se dá bem também em outra coisa, numa universidade se não for no esporte. Então eu quero que eles me mostrem quais foram os alunos que saíram de Vila Olímpica? A

preparação não foi feita no equipamento, porque a gente não tem capacidade técnica, e nem estrutura física para formação de atleta. Eu tenho aluno que não tem nada para comer em casa, como é que eu faço alto rendimento se o cara não tem nem comida para comer e um lanche para levar para Vila Olímpica? Falasse muito de alto rendimento em equipamentos, mas eu não acredito, eu não acredito e não quero fazer, eu quero fazer uma coisa completa aqui dentro [...]. Quando a gente esbarra naquela situação da frustração, e quando chega à frustração ele larga tudo, e é aí onde a gente perde, o que já está se perdendo. A gente não vê o aluno de 17 a 30 anos, você não vê ninguém, nem adolescentes, onde é que está esse aluno? Lá fora. O alto rendimento gera frustração até na classe média, ainda mais na favela, se o cara não for aquilo que ele quer, e aí quem responde por isso? (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 07/04/15).

Enquanto na capital do Rio, a proporção de pessoas que vivem em favelas é de 23% do total, segundo informações do censo (IBGE, 2010), na Região Administrativa da Pavuna, onde habitam 208.813 pessoas, 46% moram em favelas. Nessa região, há um elevado índice de analfabetismo, essa proporção é ainda maior no bairro de Costa Barros. Segundo IBGE (2010), enquanto o total de pessoas analfabetas com idade superior a 10 anos no Rio é de 2,8%, no referido bairro é de 5,1%.

Por isso, diante dessa realidade social, o olhar do atendimento na VOCN foi redirecionado. É importante ressaltar, que, com base nos critérios da SMEL para participar das atividades nas Vilas Olímpicas, as crianças e os adolescentes precisam obrigatoriamente estar matriculados em alguma unidade de ensino. Entretanto, algumas ponderações necessitaram ser realizadas devido à complexa realidade da região, na qual a existência de crianças e jovens fora da escola é uma triste realidade, o que é comprovado pelo baixo Índice de Educação. O que será feito então com essas crianças, que se encontram fora da escola? Serão expostas a uma dupla exclusão? Ou serão incluídas?

A gente entende que a realidade social deles é uma realidade social difícil, precária, muitos vivem de uma forma triste, em um estado de carência muito grande. E não é só carência econômica, mas carência afetiva e de cuidados. São negligenciados na maioria das vezes os seus direitos, até mesmo por não conhecer, por não saber. A gente atua em uma das áreas onde a gente tem o IDH extremamente baixo, então falar de pobreza, falar de falta, falar de miséria é algo que nos cerca no dia a dia. E que é a realidade que a gente se depara todos os dias dentro dessa instituição (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

A região onde se localiza a Vila Olímpica Clara Nunes, como explicitado anteriormente, é a que possui mais bairros com baixo Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH) da cidade do Rio de Janeiro. Suas ações têm como objetivo central proporcionar atividades esportivas orientadas e de lazer às crianças e adolescentes, tendo como referencial a prática esportiva pela perspectiva socioeducacional. Diante do exposto, a Vila Olímpica de Acari tem uma ação diferenciada, pois conforme o slogan de uma reportagem na página online do GloboEsporte.com (2013), por ser “localizada na área mais pobre da cidade, tudo precisa se adequar ao local”.

Diferente de todas as Vilas Olímpicas cariocas, segundo as quais os alunos precisam estar matriculados na escola para participar das atividades esportivas, o objetivo na unidade Clara Nunes, em Acari, zona norte do Rio de Janeiro, é outro. Segundo pesquisas realizadas pelos coordenadores do projeto em parceria com Pontifícia Universidade Católica (PUC), a região tem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo da cidade, e grande parte das crianças não frequentam as salas de aula. A Vila é, então, uma maneira de, primeiro, atrair os jovens para o esporte e lazer e, somente depois, encaminhá-los para as escolas. Tudo aqui é informal. A maioria das pessoas não estuda, não tem moradia fixa ou não tem documentos. Por isso, não podemos ser rigorosos no início. Temos que aceitar os alunos que não estejam matriculados, que não tenham documentação e, aos poucos, fazer com que eles vão se adequando - comenta Luiza Helena Ermel, coordenadora do projeto. Mas é claro que, em um segundo momento, o objetivo passa a ser o mesmo de outras Vilas: a prática de esportes, a disciplina, a amizade e, enfim, a educação (globoesporte.com. Acesso em: 01 nov. 2013).

Portanto, como bem ressalta a reportagem anteriormente descrita, diante da realidade local à proposta de trabalho estabelecida na VOCN busca primeiramente incluir a criança e o adolescente de maneira a estabelecer uma relação de aproximação com a família, para assim tentar inseri-los em outros serviços. O que fica claro nos trechos das entrevistas a seguir.

[...] no início quando eu dizia que tinha que entrar na fila para entrar na escola a gente estava punindo esta criança duas vezes, se ela não está na escola algum problema ela tem na família, pois a família não está cumprindo o seu papel. Aí ela vem para Vila e a gente exclui também? Não tem fundamento, até hoje existe o discurso de que tem que está na escola para entrar em algum lugar, pois eles entendem a escola como primeiro lugar, mas quando não estão na escola à família está com problema, então a gente tem que interferir de alguma maneira (Funcionária da gerência da SMEL- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 26/08/14).

É um trabalho de inclusão social, porque senão seríamos mais uma instituição excluindo. Vamos primeiro ouvir e entender o que está acontecendo, que processo é esse, o porquê dessa criança ainda não está vinculada a uma escola. É falta de acessibilidade? Essa família está precisando de um suporte maior? Essa criança está precisando de uma motivação? Ela está sem documento? E se ela está precisando de uma motivação, de repente através da modalidade do esporte ela consiga se motivar, e aí sim a gente vincula ela a todos os outros compromissos e

responsabilidades que ela precisa ter na vida. Então esse é o trabalho de inclusão, a gente vai receber, vai entender que história é essa e vamos trabalhar para que as coisas entrem no eixo. Porque a gente também precisa caminhar de acordo com aquilo que a nossa legislação nos propõe. Essa criança precisa sim estar na escola, então a gente em momento nenhum vai negar isso e dizer que isso não é importante. É importante sim e fundamental que ele esteja, mas se a gente a manda voltar, se não estiver na escola não pode se matricular, ela não vai estar na escola e não vai estar aqui com a gente, e a gente perde a possibilidade de ajudá-la nesse outro processo (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

Muitas crianças são atraídas pelo esporte (sobretudo as atividades desenvolvidas na piscina<sup>25</sup> e no campo), e pelo lanche dado aos alunos que fazem atividades (o que atualmente tem se tornado o grande atrativo, às vezes a única refeição depois da merenda da escola), a frequentarem o equipamento. No entanto, com frequência, quando abordadas por profissionais da VOCN e encaminhadas para a equipe socioeducacional do projeto, identifica-se que um número considerável de crianças e adolescentes, que ficam aos arredores e até mesmo no seu interior não estão inscritos em nenhuma modalidade na Vila.

Na Vila Olímpica ela vem pela sedução, ela vem pela oferta de atendimento e de modalidades que existe, diferente da escola que ela vai por obrigação. Se ela está vindo para a Vila por opção, por que não acolher, atender e fazer com que ela entenda a importância da escola na vida e para ela permanecer aqui. Quando se fala de cidadania, de qualidade de vida e de inclusão, independente de onde ele está ele tem que ser ouvido, ele tem que ser acolhido. E, a partir do acolhimento você pode contribuir ou não (Funcionária A. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/15).

O não cadastramento das crianças e dos adolescentes no equipamento se dá por diferentes fatores, tais como a falta de documentação, como, por exemplo, de certidão de nascimento (o que até provocou um mutirão para obtenção de registro na própria Vila), a não matrícula na rede de ensino, ou até mesmo pelos responsáveis fazerem uso de drogas ou ter alguma ligação direta com o tráfico de droga, o que faz com que tenham “receio” de comparecer ao equipamento.

[...] Exatamente esse grupo de pessoas que são cidadãos da cidade do Rio de Janeiro, que tem direito a política pública que está imposta para ele, mas não se insere. Então existe aquele que a gente chama que são os excluídos dos excluídos, são os mais difíceis para a gente acessar, a mãe não trabalha, o pai não trabalha e geralmente estão envolvidos com drogas, e a criança fica totalmente largada. A Secretaria de Desenvolvimento Social que tem equipe para fazer abordagem dessas

<sup>25</sup> A única piscina de um equipamento público existente em toda a Região Administrativa, em um raio de aproximadamente 10 quilômetros, mas que no momento devido à falta de manutenção, desde a enchente de dezembro de 2013 encontra-se sem condições de uso, interditada.

peças tem muita dificuldade de inserir em qualquer tipo de atendimento, e a gente colocou a Vila a disposição, mas mesmo a Vila muitos acham que não são merecedores, que aquele lugar não é para ele. Quando você consegue inscrevê-lo na Vila já é um ganho (Funcionária da gerência da SMEL- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 26/08/14).

Diante disso, a ação na VOCN é de incluir a criança e o adolescente, fazendo com que seja criado um vínculo e uma confiança, para assim tentar inseri-los na escola. Ou, em alguns casos, quando identificado situação de vulnerabilidade social, que pode pôr em risco a integridade da criança e do adolescente, o caso é encaminhado para instituições competentes, como, por exemplo, o Conselho Tutelar e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS da região. No entanto, em alguns casos, não é obtido êxito, pois por se tratar de uma área de extrema violência, estas instituições em alguns momentos não conseguem chegar aos cidadãos.

Isso vai muito do trabalho de equipe, e aquilo que se entende como inclusão. Porque a gente sabe que em outras Vilas Olímpicas de repente o procedimento é ao contrário, é outro, não estamos aqui para julgar isso. Mas, na nossa realidade, na localidade que nós estamos e pela gestão que nós temos, nós entendemos que esse é um trabalho mais interessante para que a gente faça em nível de inclusão (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

A equipe da VOCN entende que é primordial o atendimento realizado no equipamento para a inclusão desses meninos e meninas. A análise da dinâmica da inclusão e exclusão do segmento infanto-juvenil deve levar em consideração diferentes elementos como renda, gênero, raça, local de moradia, acesso à escola e sua inserção em projetos sociais. Todos esses elementos contribuem para a desigualdade social. Para Novaes (2003, p. 122), o quando e o como um jovem começa a estudar ou trabalhar, e o quando e como ele para de estudar ou de trabalhar refletem as fissuras de classe presentes na nossa sociedade e o acesso diferenciado desse segmento aos direitos e serviços.

Novaes (2003, p. 122), ressalta que para grande parte dos jovens que vivem na cidade, há outro critério de diferenciação: o endereço. O local de moradia hoje é um grande critério de desigualdade e exclusão vivenciada pelos jovens na cidade do Rio de Janeiro. Ele “não é apenas um indicador de subalternidade econômica ou de estratificação social” (NOVAES, 2003, p. 122), mas vai além, representa um estigma negativo para aquele que reside em determinadas regiões. A referida autora



acrescenta ainda, outro critério de diferenciação do processo inclusão/exclusão, que muito nos interessou que é a questão de “ser ou não um jovem de projeto social”. De acordo com Novaes (2003), esse pertencimento que a participação no projeto gera pode atenuar algumas marcas da exclusão social de classe, gênero e local de moradia. Pois, os projetos sociais, sobretudo de esportes, podem propiciar outras formas e maneiras de inclusão e inserção para crianças e jovens de determinadas áreas da cidade fortemente estigmatizada pela violência e pobreza, como é o caso de Costa Barros e Acari.

Os anos passaram e a região do entorno da VOCN cresceu e mudou bastante, hoje a violência se tornou ainda mais alarmante. Segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), a criminalidade na região, que é de responsabilidade do 41º Batalhão da Polícia Militar aumentou nos últimos anos. Em março de 2014, foram registrados 873 casos de roubo, no mesmo período deste ano, o número ascendeu para 1070 roubos. Hoje é considerada uma das áreas mais pobre e violenta da cidade do Rio de Janeiro, e vem ganhando visibilidade e destaque constante nos noticiários, sobretudo a partir das novas ações fomentadas pelas políticas de segurança pública. A “pacificação” de determinadas áreas da cidade vem agravando a situação de violência em outras, sobretudo em áreas mais distantes dos espaços nobres da cidade, deixando a população relegada à própria sorte. Como bem ilustra a reportagem a seguir.

Longe das UPPs, violência cresce no Rio. Em 53 bairros não ocupados houve 315 mortes no 1º semestre; na zona sul, onde todas as favelas têm unidades, foram 20. Para reduzir índices, tropas Federais e do Estado ocupam favelas de Manguinhos e do Jacarezinho no domingo. Longe de onde estão as 28 UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) já instaladas no Rio - na zona sul e em parte da zona norte, principalmente em torno do Maracanã- a violência aumentou. Levantamento da Folha com base nas estatísticas da Secretaria de Segurança mostra que os índices subiram em, pelo menos, três Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp, divisão implantada pelo Estado a partir de 2003 para que, em cada região, batalhões da PM e delegacias trabalhem de forma integrada). Juntas, essas três áreas concentram 53 bairros, como Madureira, Jacarezinho e Costa Barros, e pouco mais de 1,5 milhão de habitantes, um quarto da população da cidade. (Folha S. Paulo Online, In: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/71625-longe-das-upps-violencia-cresce-no-rio.shtml>. Acesso em: 11 mai. 2015).

Notícias sobre a violência local passaram a ser frequentes na coluna policial, e a população agora passou a se adaptar com as inúmeras incursões policiais nas áreas do entorno da VOCN. Diante disso, ações violentas de repressão ao tráfico de drogas na região acontecem com frequência, implicando no não funcionamento de

inúmeras escolas públicas, e da própria Vila Olímpica<sup>26</sup>. Como bem destaca as reportagens a seguir:

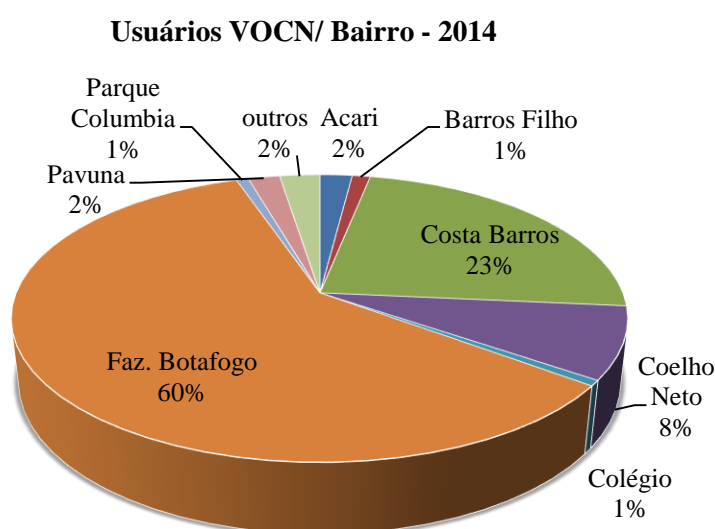
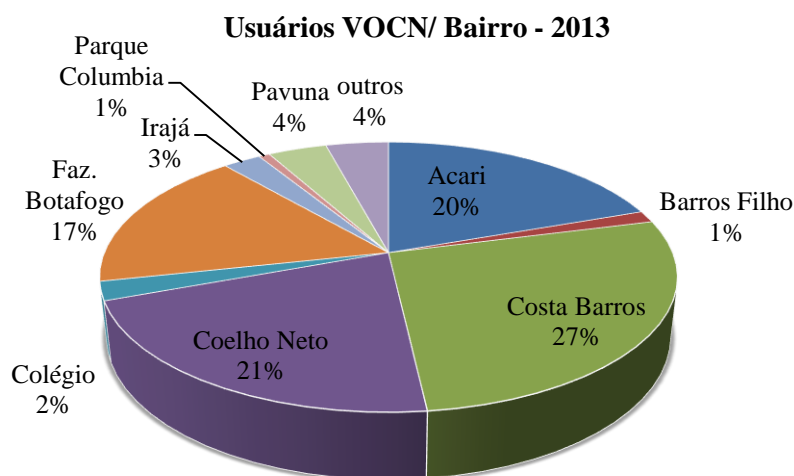
Mais de 2,7 mil alunos ficaram sem aula, na manhã desta quinta-feira (4), por causa de uma operação policial no Conjunto de Favelas do Chapadão, na Zona Norte do Rio. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, sete unidades de ensino ficaram sem atendimento. Por motivos de segurança quatro escolas, um espaço de desenvolvimento infantil e duas creches ficaram fechadas. (In: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/mais-de-2-mil-alunos-ficam-sem-aulas-devido-operacao-no-chapadao-rio.html>. Acesso em: 04 set. 2014).

Vila Olímpica e escolas de Acari são fechadas por medida de segurança. Clima tenso na região, na tarde desta quinta-feira, seria devido à morte de homem de confiança do traficante Playboy. A Vila Olímpica Clara Nunes, em Acari, na Zona Norte do Rio, e escolas da região foram fechadas no início da tarde desta quinta-feira, por medida de segurança. O Secretário municipal de Esportes e Lazer, Marcos Braz, suspendeu todas as atividades esportivas e de lazer da unidade, até que seja restabelecida a normalidade do local. Escolas do município também suspenderam aulas. [...] (In: <http://oglobo.globo.com/rio/vila-olimpica-escolas-de-acari-sao-fechadas-por-medida-de-seguranca15824412#ixzz3Y4wffaww>. Acesso em: 09 abr. 2015).

Como bem exemplifica as reportagens destacadas acima, notícias como estas passaram a ser comum sobre a região, que ganhou destaque nos principais veículos de comunicação como área a ser evitada. A população local passou a sofrer diretamente com essa realidade, que dificulta a chegada de recursos e projetos sociais, bem como o funcionamento de serviços básicos e fundamentais na área da saúde, educação e esporte e lazer. Todos esses acontecimentos passaram a impactar diretamente o número de atendimentos da Vila Olímpica Clara Nunes.

---

<sup>26</sup> Só no período de janeiro a maio de 2015 as escolas próximas ao equipamento, e a própria Vila Olímpica Clara Nunes, tiveram suas atividades suspensas 4 vezes devido operações policiais e a violência no local.

**Figura 7: Distribuição dos usuários da VOCN por bairro**

**Fonte:** Elaboração Própria, 2015.

Chamou-nos atenção durante a análise dos dados da pesquisa o baixo número de alunos matriculados do bairro de Barros Filho, e de parte do bairro de Costa Barros (região esta atualmente com maior incidência de usuários), mais especificamente da favela do Chapadão. Da mesma forma, nota-se uma drástica redução do número de usuários oriundos do bairro de Acari. Tal fato pode ser atribuído às novas demarcações do território estabelecidas pela organização do tráfico de drogas, que influenciam diretamente a circulação e o acesso da população aos equipamentos públicos.

A região do entorno da Vila Olímpica Clara Nunes é dividida em três regiões, levando em consideração a conjuntura política estabelecida pelas facções

e o tráfico. O Comando Vermelho (CV) é responsável pelo tráfico nas favelas do Chapadão em Costa Barros, e do Chaves em Barros Filhos <sup>27</sup>. Já o Terceiro Comando (TC) responde pelo tráfico em Acari. A facção Amigo dos amigos - ADA (com a dissidência do Terceiro Comando) comanda a maior parte de Costa Barros (exceto a favela do Chapadão). Atualmente, com as lutas desiguais e violentas pelo controle dos territórios, houve um acirramento dos instrumentos de poder e coação desses grupos armados e uma total instabilidade e flutuação desses comandos. Essas regiões juntas têm alcançado índices de violência alarmantes, e por isso as áreas que compreendem esses bairros passaram a ser consideradas a “nova faixa de gaza”<sup>28</sup> da cidade do Rio de Janeiro, como bem descata a reportagem a seguir.

Migração do tráfico com UPPs aumenta violência na região do 41º BPM e forma nova “Faixa de Gaza” no Rio. Por causa da violência, a avenida Leopoldo Bulhões, que fica entre as favelas de Manguinhos e do Jacarezinho, na zona norte do Rio, passou a ser chamada de Faixa de Gaza, uma referência à região marcada por conflitos no Oriente Médio. Entretanto, com índice de homicídios até três vezes maior, a área do morro do Chapadão, Complexo da Pedreira e favela de Acari superou Manguinhos e Jacarezinho em criminalidade e conquistou o triste título de região mais violenta da cidade. A principal causa seria a migração de traficantes, que deixaram as favelas ocupadas pelas UPPs [...]. (<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/efeito-upp-migracao-de-trafficantes-forma-nova-faixa-de-gaza-no-rio-20990712.html>. Acesso em: 11 abr. 2015).

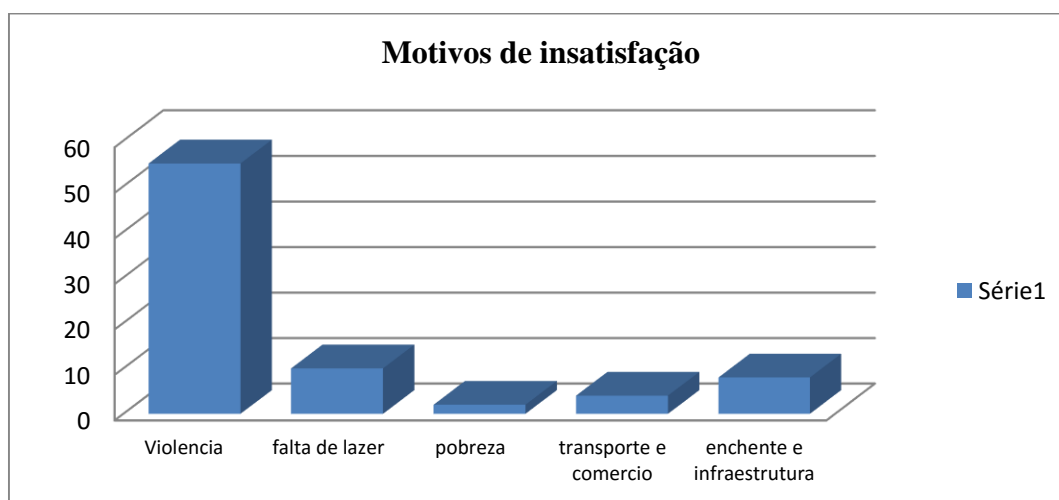
“Faixa de Gaza” do Rio é cercada por violência e miséria. Com 20 mil moradores, o Complexo da Pedreira, onde ficam os morros da Pedreira, Quitanda e Lagartixa, em Costa Barros, é a décima maior região de favelas do Rio. A área se tornou a nova “Faixa de Gaza” do Rio por ser a mais violenta da cidade. Foi na Quitanda que uma criança de 10 anos que morreu no dia 27 de julho durante operação do Bope. O R7 foi até lá e ouviu de moradores que faltam projetos sociais. Além de sofrer com a violência que transformou a região na nova “Faixa de Gaza” carioca, quem vive em Costa Barros, no subúrbio do Rio, convive com a pobreza e a sensação de abandono. Muito lixo, consumo de drogas à luz do dia, pessoas em situação de rua e construções irregulares fazem parte do cenário da região com o segundo menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) da cidade (<http://www.andremansur.com/blog/faixa-de-gaza-do-rio-e-cercada-por-violencia-e-miseria>. Acesso em: 11 abr. 2015).

<sup>27</sup> No período de elaboração da presente pesquisa o bairro de Barros Filho passou e passa por um intenso momento de conflito na disputa pelo controle do território para venda de droga. O que reflete em uma instabilidade de comando da região, que ora é do Comando Vermelho e ora é retomado pela facção ADA.

<sup>28</sup> O termo “Faixa de Gaza” surgiu devido o alto nível de conflito existente entre grupos armados rivais e a violência na disputa de ponto de vendas de drogas na cidade, provocando intensos tiroteios entre os bandidos. O que fez com que a população estabelecesse uma comparação com a situação do povo localizado na Faixa de Gaza, do oriente Médio, que sofre com os conflitos violentos pela disputa territorial entre palestinos e israelenses.

A referida região é uma das mais favelizadas da cidade do Rio de Janeiro. Entre os usuários da VOCN entrevistados, que moram no bairro, quando perguntados sobre o que não gostam no bairro ou sobre os motivos de sua insatisfação, a maioria apontou a violência como o principal motivo. A questão violência atinge de maneira contundente a vida das pessoas que residem nessa região.

**Gráfico 1: Motivos de insatisfação dos usuários com o bairro**



Fonte: Elaboração Própria, 2015.

Portanto, o baixo número de alunos das localidades destacadas anteriormente se dá pelo conflito existente no território por grupos de facções rivais, que disputam o controle dos pontos de venda de droga, fazendo com que a circulação e os usos da população sejam restringidos. Para melhor ilustrar a posição e proximidade desses bairros, será apresentado o mapa atual feito pelo Instituto Pereira Passos (IPP) da região do entorno da VOCN.

**Figura 8: Mapa da área da VOCN**

Fonte: Armazém de Dados - Instituto Pereira Passos - Março de 2014.

Toda essa área delimitada no mapa na cor verde representa a área de cobertura do atendimento da Vila Olímpica Clara Nunes. Toda essa região é acompanhada pelo 41º Batalhão da Polícia Militar (BPM), e, de acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP), houve nos últimos anos um considerável aumento do índice de homicídios e roubos na região. Ficando superior aos índices de favelas bem maiores.

O índice de homicídios na área do 41º BPM é mais de três vezes maior do que o registrado na área do 22º BPM (Maré), que abrange seis bairros, além dos complexos de favelas da Maré e de Manguinhos [...]. No quesito roubo de veículos, os bandidos dos morros da Pedreira, Quitanda, Lagartixa e Chapadão foram responsáveis por boa parte dos 829 casos ocorridos entre janeiro e abril, média de sete casos por dia e alta de 36%, índice maior do que o verificado na capital, onde o aumento foi de 20% e, na zona norte, de 28%. Na área do 22º BPM, a média não chegou a dois veículos roubados por dia. Já na área do 3º BPM, do outro lado da antiga "Faixa de Gaza", a média foi de quatro roubos de veículos a cada 24 horas (<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/efeito-upp-migracao-de-trafficantes-forma-nova-faixa-de-gaza-no-rio-20990712.html>. Acesso em: 11 abr. 2015).

Toda essa situação de violência fez com que algumas áreas formem um tipo de “fronteira” na qual os moradores não podem circular livremente, sob pena de represálias por morarem em áreas dominadas pela facção rival. Para alguns, essas fronteiras podem ser consideradas linhas imaginárias, que impedem a circulação de públicos específicos. No entanto, entendemos que nessa região tais linhas não são imaginárias, elas são bem reais e visíveis, e estabelecem o lugar de cada um no

território. Essa situação gera graves implicações no acesso aos equipamentos de saúde, educação e esporte e lazer.

**Figura 9: Imagem aérea do Bairro da Fazenda Botafogo e do bairro de Acari**

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Acari%2FFazenda+Botafogo>, 2014.

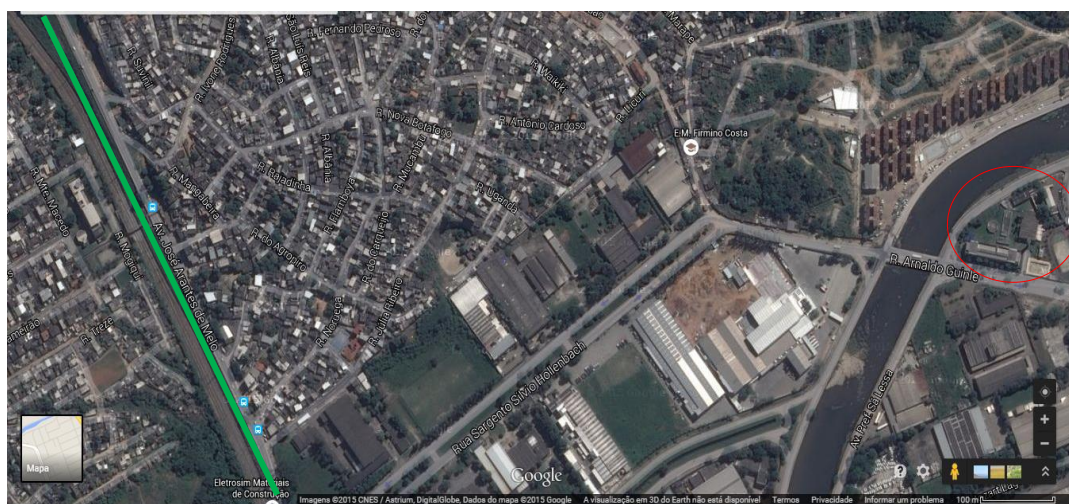


O Metrô representa uma barreira, uma muralha. Do Metrô para lá eles se sentem outras pessoas. Quando não tinha o Metrô realmente funcionava o espaço como um lugar comum a todos. Mas, a gente sabe que nosso público de Acari agora é bem menor, porque as pessoas tem medo de atravessar o Metrô para vir para cá. No início que Vila foi fundada realmente era muito forte essa coisa de Acari e Pedreira. Não podia passa para lá, nem para cá (Professor A- atua no projeto V.O desde 2004; entrevista em: 20/05/14).

[...] quando eu fui para Acari não tinha Metrô, com a criação do Metrô criou muros visíveis, porque eu atravessava a linha do trem e chegava ao quilombo, era uma multidão de um lado e do outro da linha. O Metrô criou muros e criou essas divisões. E nunca se preocuparam com isso, não tem nenhuma política de derrubada dos muros visíveis, e as pessoas não passam (Luiza Helena- Coordenadora geral do projeto VOCN, entrevista em: 25/08/14).

A única dificuldade devido à violência é a não vinda dos alunos para a Vila Olímpica. Eu não tenho influência de nenhum meliante, que eu conheça, de quer invadir o nosso espaço, e está querendo fazer outras coisas aqui dentro. Então a Vila se torna um lugar de referência por causa disso, um lugar de respeito até para as famílias, mas a única dificuldade dá não pacificação é o trajeto das pessoas, a gente tem relatos de aluno de Acari que diz gosto muito do trabalho de vocês, mas eu tenho medo de mandar meu filho para lá, você garante a vida do meu filho? A gente não vai esperar a pacificação chegar, a gente vai esperar sim, a nossa obra chegar para a gente virar referência em infraestrutura para poder atender as pessoas que não conseguem chegar à Vila (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 07/04/15).

**Figura 10: Imagem aérea do bairro de Costa Barros**



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/place/Costa+Barros>, 2014.

A segunda imagem aérea destaca outra divisão existente no bairro: a linha férrea do trem divide o bairro de Costa Barros. A direita da linha verde está localizada as favelas da Lagartixa e Pedreira, e a esquerda a favela do Chapadão. Os moradores da favela do Chapadão não ultrapassam essa região delimitada pela linha para chegar até a Vila. Os moradores das regiões mencionadas, dominadas



por outras facções, não frequentam a Vila Olímpica devido os limites físicos e reais estabelecidos pelo tráfico.

São as barreiras invisíveis que existem, a barreira do tráfico e a barreira da violência. Barreira que a escola deveria inicialmente romper, porque as escolas estão em alguns pontos que atendem as crianças de diversos locais. Os próprios moradores passam a respeitar essas barreiras, e aí eles não ultrapassam. Ontem uns jovens viram a agente com a camisa da Vila e falaram: nossa eu queria ir para a Vila, mas eu não posso ir para lá porque lá é outro comando, porque lá é outra coisa, porque cortaram a cabeça de fulano, deram um tiro em ciclano. E as pessoas sabem que não passam. Agora a mãe com a criança e a terceira idade ela tem uma função muito importante no rompimento dessas barreiras da violência. A terceira idade ela passa por qualquer tipo de barreira, o cara pode estar armado, ele pode está pronto para dar tiro, mas ele respeita a figura da mãe e da avó. São as barreiras invisíveis, ou melhor, estou usando o termo errado já que hoje é muito visível, pois no momento em que você vê um cara armado vendendo drogas, andando de moto para lá e para cá, vê as pessoas fazendo as abordagens que é muito visível (Ex-coordenador técnico geral das Vilas Olímpicas e atual coordenador da VOCN de final de semana- atua no projeto V.O desde 2001; entrevista em: 27/04/14).

A fim de compreender tais afirmações, e o estabelecimento desses limites, decidimos no decorrer da pesquisa participar de uma mobilização social promovida pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Acari em um pavilhão social de uma igreja Evangélica, localizada na Rua Guaiuba no bairro Acari. Aproveitamos a nossa ida para levar materiais de divulgação das modalidades esportivas oferecidas na Vila Olímpica Clara Nunes. Ao chegar ao local com os materiais informativos, fomos provocados por uma senhora, que se encontrava na fila para entrar no galpão, que logo nos indagou “como tínhamos coragem de ir até lá oferecer algo que seus filhos não podiam utilizar?”. Tal fala a princípio nos gerou certo constrangimento, e ao mesmo tempo nos alertou para outra forma de abordagem. Começamos então a perguntar se essas pessoas conheciam a Vila Olímpica e as modalidades lá oferecidas, e se não, o porquê não conheciam?

Tal questionamento gerou uma reação surpreendente das mães que lá estavam aguardando para a reunião do referido Centro, aproximadamente oito mulheres nos cercaram para perguntar sobre a Vila. Percebemos que muitas daquelas pessoas que ali estavam realmente nunca tinham atravessado o outro lado da estação do Metrô de Acari, e que muito menos tiveram a oportunidade de conhecer a Vila Olímpica Clara Nunes. Elas aparentemente demonstraram interesse e entusiasmo em saber que próximo ao seu local de moradia havia um espaço de esporte e lazer de grande porte, sobretudo a existência de uma piscina.

Com o passar de alguns minutos, fomos rodeados por um grupo de mulheres, todas estavam bem atentas ao que tínhamos para falar. E logo em seguida uma das mulheres nos perguntou como fazia para chegar até a Vila, e nós imediatamente informamos o melhor caminho, e a partir daí fomos bombardeados, de forma enérgica, de questionamentos. Uma das mulheres em voz alta ressaltou: “minha filha você está maluca! aqui a gente não pode passar para lá não, aqui é guerra, se eu mando nossos filhos para lá eles matam. Deus me livre!”. A partir dessa fala, algumas mulheres presentes começaram a falar ao mesmo tempo sobre o assunto, demonstrando certa exaltação e até mesmo tristeza pela situação vivida. Algumas destacaram que suas crianças estavam abandonadas pelo poder público, que “nada chegava até lá, que não aguentavam mais ver suas crianças sem nada para fazer pelas ruas, e morrendo no tráfico”. Diante da situação, conversamos com o coordenador administrativo do projeto sobre o ocorrido e sobre a possibilidade de levar alguns eventos e modalidades para o galpão para que essa população pudesse ter acesso. O coordenador conversou com as mães presentes e se comprometeu em estudar a possibilidade de desenvolver uma ação no local, e as mesmas demonstraram muito interesse. Uma senhora com a fisionomia triste e com lágrima nos olhos relatou: “eu sou uma mulher sofrida, perdi dois filhos para o tráfico, e não quero perder o outro, ajuda a gente, por favor, esses jovens daqui precisam ocupar a mente”.

Saímos daquele local realmente impactado com a situação explicitada por aquelas mulheres. E isso nos provocou inúmeros questionamentos, como, por exemplo, até que ponto o Projeto Vila Olímpica garante a inserção e acesso da população pobre ao esporte e lazer como direito social, e contribui para o “resgate ou fortalecimento da cidadania” na região? Como é possível garantir a o acesso da população localizada em território de conflito ao equipamento público de esporte e lazer, já que estes estão cerceadas de um dos princípios básicos da cidadania, o direito de ir e vir? Esses equipamentos são pensados para garantir o direito e o acesso dessa população? Será que este projeto social atinge de forma integral a população pobre que reside na localidade para o qual foi proposto? Como foram construídos? Houve alguma participação dos moradores da localidade? Ou foram pensados de maneira unilateral? Há uma lógica na política pública da cidade do Rio

de Janeiro que acaba excluindo o cidadão ao dividir os territórios e as demandas no espaço urbano, como bem sinaliza Koga (2003).

Por isso, durante a realização das entrevistas para a elaboração do presente trabalho, perguntamos aos gestores do Projeto Vilas Olímpicas, se na elaboração do mesmo foi feito algum estudo de viabilidade ou de reconhecimento do local para a implementação desse equipamento, considerando que os planejadores urbanos às vezes planejam as coisas fora de contexto.

Não era feito nenhum estudo, pois a gente não pode se dobrar as condições da divisão do tráfico de drogas. Um caso específico é o da Maré, o seu Amaro virou um dia para mim e falou que eles queriam que eu construísse outra piscina, outro campo de futebol e outra quadra, porque um comando usaria essa parte e o outro comando usaria a outra. Eu falei que isso não é cadeia. Eu não posso pactuar com isso dentro da Vila. A Vila é exatamente uma área onde o menino do lado de lá pode conviver com o menino do lado de cá. E se o traficante disser não vai ser assim, eu fecho a Vila, e isso aconteceu várias vezes. Eu fecho a Vila, nem A e nem B, pronto ninguém, é assim! Se vocês forem mandar no trabalho da gente, a gente fecha. Não vou permitir que eles mandem. O César Maia era radical com relação a isso, ele dizia se aceitar amanhã eles estão aqui dentro do meu gabinete dizendo como que eu tenho que governar, não vai ser eles que vão mandar na gente, quem nos elegeu foi o povo. Vamos fazer uma Vila aqui para atender o ADA e outra para atender o Comando Vermelho? Jamais! Nosso problema é com a população, questão social, onde existem crianças que precisam desse equipamento, que tem uma rede escolar. O exemplo você ver a Clara Nunes a necessidade de ter uma Vila ali (Ex-secretário de Esporte e Lazer, entrevista em: 15/10/14).

Eu sinto muito por essa situação, pois no nosso tempo não havia qualquer tipo de restrição deles para que as crianças participassem. Ali dentro tinha criança de todo o tipo de facção, e eu lamento, e acho que isso aí provavelmente foi uma decisão ou uma omissão, mas no nosso tempo não tinha esse tipo de problema. Tanto é que a Vila funcionou maravilhosamente bem, e foi uma Vila de grande repercussão a Clara Nunes, e no dia que nós inauguramos foi um festão. Se você olhar a Maré ela está situada entre facções diferentes, a Vila Vintém depois que ela foi inaugurada, 1 ano e meio depois foi preso a 100 metros da Vila, em sua residência, o traficante chefe de lá. O único problema que aconteceu foi realmente na Maré, eles queriam assumir o comando da segurança da Vila, eles queriam que a empresa saísse e eles oferecessem o mesmo serviço, e recebessem o valor que a gente pagava para a empresa de segurança, e nós fechamos a Vila, que ficou fechada por uns 4 ou 5 meses (Ruy Cezar- Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

De acordo com César Maia, prefeito a época, não era relevante se a região era disputada por grupos armados de facções rivais diferentes, pois a Vila Olímpica seria construída para atender a todos. Segundo o ex-prefeito, em momento algum foi realizado algum tipo de estudo, articulação ou negociação para a existência desse equipamento devido à presença do tráfico. E se algum problema dessa ordem

o ocorresse “fecharia o equipamento, pois o serviço público não poderia se submeter à coerção desses grupos”.

Não fazíamos nenhum tipo de articulação com comandos ou com o tráfico para a criação das Vilas. Por isso, nossa intenção era que nenhuma Vila fosse dentro da comunidade, e sim nas proximidades. Para que as pessoas pudessem ter mais acesso, e que houvesse uma maior integração com a cidade. A única Vila que fica dentro mesmo da comunidade é a da Maré, e só tivemos apenas um problema quando os traficantes começaram a decidir quem deveria fazer a atividade, quem deveria usar tal espaço e quem não. Então decidimos fechar a Vila, e assim ficou por 2 ou 3 meses. Aí eu acredito que a própria população passou a questionar a falta e o fechamento do espaço, e eles não querem que a população fique contra eles, até mesmo para evitar possíveis denúncias. Então a população nos procurou para reabrir o espaço, falamos que isso não deveria mais acontecer e que não negociaríamos com esses comandos, então a própria população e eles entenderam a importância do espaço, afinal o filho, a mãe, o parente do bandido também está lá dentro. A Vila passou a ser um lugar respeitado, onde ninguém mexe com ninguém naquele espaço. Eu não poderia receber o traficante no meu gabinete para negociar, nós chegávamos e fazíamos, se ele não respeitasse e interferisse a gente fechava (César Maia, entrevista em: 13/10/14).

A existência do tráfico impacta o desenvolvimento dos serviços públicos prestados em determinadas localidades. O caso mais emblemático da interferência do tráfico no funcionamento de um equipamento de esporte e lazer ocorreu na favela da Maré, resultando no fechamento da Vila Olímpica por alguns meses, como bem ilustra o trecho da reportagem do Jornal o Globo abaixo:

Por motivos de segurança, a Prefeitura decidiu suspender a partir de hoje e por tempo indeterminado todas as atividades na Vila Olímpica da Maré, segundo secretário municipal de esporte e Lazer, Ruy César. Como informou Anselmo Gois no sábado em sua coluna no Globo, os traficantes da região ameaçaram invadir e ocupar o complexo esportivo, um dos maiores em áreas carentes do Rio, onde 12 mil crianças e adolescentes praticam diariamente 22 modalidades. De acordo com fontes da Prefeitura, a ação seria uma represália aos administradores do complexo. Na semana passada, ainda segundo a Prefeitura, eles se recusaram a pagar R\$ 30 mil mensais à facção criminosa que controla a comunidade (Jornal o Globo, p. 14, 09/12/2003).

De acordo com os gestores, a única pesquisa feita era de levantamento de terrenos públicos vazios que poderiam ser utilizados para construção do equipamento. Quando os terrenos eram escolhidos, os equipamentos eram construídos, priorizando a aproximação com as escolas da rede municipal. Segundo o ex-secretário de Esporte e Lazer, o que aconteceu na Vila Olímpica da Maré foi algo isolado, pois posteriormente não se ouviu mais nenhum outro caso de ameaça aos equipamentos esportivos durante a gestão de César Maia. Entretanto, ressaltou

que a realidade da cidade do Rio de Janeiro atualmente é outra, o que faz com esses problemas de acessibilidade ganhem dimensões antes não tão visíveis.

Cada governo tem uma lógica de pensar essa estrutura, e quando se pensa em uma instituição em determinada localidade eu não sei se ela vem antes da questão da acessibilidade. O César Maia, acho, que não pensou nessa questão da violência (comandos), ele queria uma instituição onde as pessoas pudessem estar indo desenvolver uma prática esportiva. Então eu acho que esse pensamento chega primeiro, até porque a questão da violência com as facções piorou depois. Talvez naquela época isso não fosse relevante no sentido de que poderia chegar nesse nível. A violência sempre existiu é óbvio, mas será que era nesse patamar que está? Se a gente saí desse contexto de instituição pública, como Vila Olímpica, a gente vai ver outras instituições que foram implementadas com esta lógica de lugar mais carente, onde as pessoas tivessem mais acessibilidade, e que depois se transformaram em lugar onde isso se tornou um grande complicador. Se a gente pensar nas creches que foram construídas dentro das comunidades, elas não foram construídas para atender essa facção ou aquela, elas foram construídas para atender a população local que precisava. Mas depois começou aquela coisa você pode frequentar você não, quem pensa no projeto não pensa nisso, e aí é um grande dificultador porque as pessoas não frequentam (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

A violência impede que algumas pessoas por cuidado ou por medo não venham. De repente nem exista uma linha imaginária, uma divisão, mesmo sendo uma facção lá e outra cá, mas está no imaginário que as pessoas não podem passar na realidade que estamos vivendo hoje. A violência é grande, sabe-se que na rua tal e uma facção e na rua tal e outra facção, então para que eu vou me arriscar passando. Hoje em dia aqui bala perdida esta achando a pessoa no portão de casa, o menino dormindo, como é isso?! (Funcionária A. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/15).

Se a gente for pensar que cada vez que fosse construir uma instituição a gente fosse pensar em construir em locais partindo do princípio que eu vou construir em locais onde eu não vou ter problema, elas não vão estar em lugares carentes, elas vão estar onde? Sempre nos lugares onde tem tudo, na zona sul talvez, mas jamais eu vou pensar em construir alguma coisa em Acari. Porque o primeiro pensamento será eu vou fazer uma instituição lá e lá tem facções, então eu tenho que construir uma para A e outra para facção B. E já que eu tenho que construir duas e não faço nenhuma (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

Conforme os trechos das entrevistas a violência acaba interferindo no atendimento das demandas da população. Com o aumento descontrolado do tráfico, os indivíduos acabam por ter sua vida modificada pela violência, que impõem uma nova forma de sociabilidade. Há uma transformação na rotina e na vida dos diferentes sujeitos no espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro devido à existência da violência, sobretudo, aquela perpetrada por grupos armados. O confronto armado acaba por dificultar as relações sociais e o direito de gozar de liberdades básicas

como o direito de ir e vir, e tal situação são bem evidentes na realidade das favelas cariocas.

Nesse contexto, Machado (2008) afirma que os moradores das favelas cariocas vivem uma “vida sob cerco”, pois vivem ao mesmo tempo em meio a violência policial e o crime local, sem nada poder fazer para transformar essa condição. Este cerco acaba por desestabilizar e interferir na sociabilidade existente nesses territórios, dificultando assim o fortalecimento de laços, de redes de organização e mobilização nessas localidades. Este fato, juntamente com o preconceito, faz com que todos os moradores de favelas sejam colocados no “mesmo pacote”, comparados a marginais, o que provoca uma mudança de postura e um distanciamento desses sujeitos.

Os “estigmas sobre os moradores das favelas minam a legitimidade de suas denúncias e reivindicações no espaço público” (Leite, 2008, p. 118). Afinal, parafraseando com Leite (2008, p. 118), o cerceamento da liberdade dos moradores de favela, a partir de seu confinamento espacial, acaba por lhe retirar e privar também o direito de participação na vida pública da cidade, retirando-lhes, sobretudo o direito da palavra, de buscar pelos seus direitos, especialmente o direito à cidade. Há, assim, uma espacialização e delimitação da violência, que fica mais localizada em territórios ocupados pelas camadas pobres da cidade, fazendo que se desenvolva um modelo diferenciado de sociabilidade, o que faz com que Machado da Silva (2008) desenvolva a noção de “sociabilidade violenta”.

A “sociabilidade violenta” é a expressão que o referido autor formulou para indicar o tipo de sociabilidade, que está presente, por exemplo, no espaço de favela com presença de grupos armados que com seu poder submete toda a população às suas ordens. Esse conceito mostra que a violência física é um princípio que coordena as práticas nesses espaços. Os traficantes com seu poder de fogo submetem a população ao seu domínio, constituindo, assim, uma vida separada das normas “legais da cidade”, uma vida quase autônoma. Há, nesses espaços, uma ordem própria imposta por esses grupos, cujos moradores devem obedecer.

O que impera é a arbitrariedade dos grupos armados, que faz com que suas regras sejam seguidas. Todos devem acatar a lei imposta pelo tráfico para não sofrer suas consequências. Atualmente, com as lutas desiguais e violentas pelo controle

dos territórios, houve um acirramento dos instrumentos de poder desses grupos armados, tanto simbolicamente como concretamente. O controle do tráfico no Rio de Janeiro, sobretudo nessa região, tem formado barreiras, aumentado o controle e ampliado à submissão dos indivíduos. A partir do exemplo dessa região, podemos identificar que em diferentes momentos a sociedade tem utilizado de diversos mecanismos para fazer das favelas um espaço do “não cidadão”, dos ditos “excluídos”, tirando destes o direito à cidade como um todo, tendo em vista que o direito não é algo dado, mas uma construção histórica, um produto da sociedade.

Ao fazer da favela o lugar da ausência e da “exclusão”, rotula-se tal espaço com uma visão puramente negativa que designa a falta, sem analisar os elementos geradores da exclusão. Conforme afirma Castell (2008), “de tanto repetir a ladainha da ausência, se oculta à necessidade de analisar positivamente no que consiste a ausência”, de modo que tal fato aparece como algo isolado, como se a situação de exclusão encontra-se em si mesma.

Observa-se uma ênfase nos seus aspectos negativos, sublinhando sua precariedade e carências. Para o sociólogo Ricardo Linhares<sup>29</sup>:

esse olhar homogeneizante da favela inviabiliza a implementação de políticas públicas adequadas, uma vez que os gestores são incapazes de reconhecer a dimensão da diversidade e da diferença, o que comprometeria a realização de ações voltadas para reduzir o quadro de desigualdades.

Ainda, segundo Linhares, esse olhar criminalizante e alienante em relação à favela, ao transformá-la no território privilegiado do crime e no lugar da ausência, contribuem para a constituição desta visão, não reconhecendo assim um elemento fundamental para constituição da cidade que é a dimensão da diversidade. Jane Jacobs (1973) confere a diversidade o estatuto de “princípio onipotente” ao qual se deve atribuir à viabilidade da forma urbana, pois para a referida autora é a diversidade que torna a cidade atraente, e a faz ser cidade.

Conforme corrobora Linhares, “a agenda que surge dessa visão é policialesca e segregacionista”. E as políticas públicas decorrentes de uma

---

<sup>29</sup> Palestra realizada no Seminário “*Os Futuros Possíveis das Favelas e das Cidades do Rio de Janeiro*”, promovido pelo Observatório de Favelas, na Universidade Cândido Mendes, em 9 de novembro de 2003. Disponível em: <[http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=seminario\\_o\\_que\\_e\\_a\\_favela\\_afinal.pdf](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=seminario_o_que_e_a_favela_afinal.pdf)>. Acesso em: 02 fev. 2014.

abordagem pautada nessa visão não reconhecem, portanto, o indivíduo em sua complexidade e integralidade, não percebem as diversidades e diferentes redes de resistência e cooperação existentes nas favelas e, conseqüentemente, acaba por desmobilizar a participação organizada da população na resolução de seus problemas. Viana (2005) constata que, embora o sistema de proteção brasileiro continue, na letra da Lei, universal, disseminou-se a ideia de que as políticas (sociais) atuais devem ser voltadas somente para os “excluídos”.

Muitos jovens cariocas que vivem na cidade sofrem com a discriminação do local onde vive. O local de moradia também é critério de desigualdade e exclusão. Portanto, a inserção dos jovens em projeto voltados para o esporte pode contribuir, de certa forma para a supressão de marcas da exclusão por meio do aumento da autoestima, da sociabilidade e da disciplina. Por meio destes projetos, Novaes (2003, p. 124), alerta que uma parcela dos jovens pode inventar novas maneiras de sociabilidade e integração societária que resultem em determinadas modalidades de inclusão. Outro efeito destacado pela autora é que os jovens passam a se apropriar da linguagem, do conhecimento e das informações desses projetos, como uma forma de sobrevivência, como ilustra o trecho a seguir.

Os jovens de Acari, uma das tantas áreas pobres e violentas do Rio de Janeiro, têm suas estratégias para usar (ou não) as palavras “favela” e “comunidade” com interlocutores diferentes. Em certas ocasiões frente ao poder público ou organismos-não governamentais, falam que são da “favela de Acari”. Neste contexto chegam a acionar a informação de que Acari é a favela de menor IDH [...] Apropriando-se do que lhes é ensinado, inventando com criatividade expedientes para enfrentar dimensões da exclusão social [...] (Novaes, 2003, p. 125).

A estratégia usada pelo poder público para justificar a situação de exclusão e a implementação de projetos na região é a mesma utilizada pelos jovens para chamar atenção para a não intervenção do Estado na realidade social. Entretanto, é necessário que a inclusão dessa população não aconteça somente pela via do mercado de trabalho, ou de políticas voltadas ao esporte, mas, sobretudo, pela integração de políticas de cunho educacionais articuladas com as demais políticas sociais existentes. As políticas públicas para o segmento infanto-juvenil não podem ser pensadas e legitimadas pelo discurso de “tirar os jovens da rua e da criminalidade”, mas devem ser implementadas de maneira a garantir direitos e ampliar oportunidades de acesso.



A oportunidade de envolvimento com o esporte e atividades físicas para os moradores dessa região do Rio de Janeiro é muito atraente, pois o número de espaços de lazer e socialização para a população é escasso. No entanto, o que chama a atenção é a situação desse equipamento público de esporte e lazer e as condições de mobilidade da população, que em pleno processo de revitalização da cidade pouco se modificou, “é como se as pessoas nem lá estivessem” (Santos, 1988, p. 43).

É inadmissível o poder público não olhar para essa favela, é um local onde nós não temos referência de pacificação, onde a migração foi a maior migração da cidade do Rio, todo mundo está aqui fazendo o que quer, e o que não quer. É um equipamento sucateado, muito sucateado! Mas a gente espera a obra acontecer (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 07/04/15).

A Cidade do Rio de Janeiro está sendo palco de diversos projetos, visando à sua preparação para a realização das Olimpíadas de 2016. De acordo com o discurso oficial para a candidatura do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016, o principal objetivo de sediar os jogos Olímpicos é a possibilidade de promoção e desenvolvimento do esporte na cidade e no Brasil. Entretanto, as ações propostas pelo Estado para a realização desses eventos têm seguido a direção contrária ao bem comum. Cada vez mais estão sendo transferidos para a população os custos para a concretização desses projetos. E seus benefícios, por vezes, acabam por ser distribuídos de maneira muito desigual.

#### 4.3.

#### **Os equipamentos públicos de esporte e lazer (Vilas Olímpicas), diante de um cenário de megaeventos esportivos na cidade: avanços ou retrocessos?**

O gerenciamento e reformas urbanas atuais vêm transformando a imagem da cidade. A cidade tem sido cada vez mais modificada com o intuito de fazê-la um objeto de troca, um produto, uma mercadoria que pode ser negociada a partir de seus atrativos. Por isso, cada vez mais ela tem se tornado instrumento de marketing e obtenção de lucro na mão dos capitalistas (sobretudo, na realização dos grandes eventos), restringindo-a àqueles que têm condição de consumir. A criação de áreas

de esporte e lazer financiadas pelo grande capital tem feito com que grande parte da população não tenha acesso a esses espaços

O processo de globalização pretende fazer da cidade um lugar atraente para investimentos do capital mundial, fazendo com que haja uma competição entre as cidades, dando mais ênfase às potencialidades e recursos existentes. Segundo corrobora Harvey (1996, p. 49), há uma grande mudança do “gerenciamento para o empresariamento na administração urbana”. Tal trecho ressalta bem a nova intenção de promoção da imagem da cidade (como é o caso do Rio de Janeiro), a cidade passa a ser objeto de desejo, por isso uma mercadoria, denominado por Borja e Forn (1996, p. 33) de *City Marketing*.

A atitude de promoção da cidade do Rio de Janeiro para a realização de Megaeventos tem acentuado a segregação socioespacial. Grandes investimentos foram feitos em determinadas áreas da cidade, para que as mesmas ficassem atraentes para o capital, e em contrapartida se acentuou a situação de abandono em outras, como foi mostrado anteriormente. Ao se valorizar determinados espaços, outros territórios da cidade acabaram por ficar esquecidos e invisibilizados nesse processo, conformando, assim, áreas de exclusão, “territórios estanquizados”, segundo Harvey (1997, p. 12). Portanto, esse procedimento de produção do espaço “ao mesmo tempo em que se realiza um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana, acentua a fragmentação do espaço e do indivíduo” (Carlos, 2001 p. 19).

Diante do exposto, Oliveira (2011, p. 173) nos provoca a refletir que esse novo modelo afeta de fato “a raiz do modelo de cidadania e civilidade edificado no século XIX”, pois acaba por fortalecer a ocupação e apropriação desigual do direito à cidade. Trata-se de uma crise urbana, afirma o referido autor, que vai além, pois, é uma crise, sobretudo ética e moral, que envolve conflitos no uso do espaço e dos territórios da cidade.

Passa-se então a atribuir valor à cidade pelo que ela apresenta de possibilidade, como produto. E nesse momento, perde-se a dimensão do ser cidadão, confundindo-o assim com o consumidor, aquele que é um simples usuário de um determinado serviço. Tal fato faz com que se perca a dimensão e a função

social da cidade, transformando direitos em serviços, recursos em objetos para capital, e cidadãos em meros consumidores.

O que vale a partir das novas políticas e projetos urbanísticos da cidade é a cidadania de mercado, ou seja, uma cidadania restrita, na qual somente àqueles que têm recursos adquirem esse status. Aqueles que não podem consumir são cada vez mais excluídos e marginalizados. Nessa visão, a cidade passa a ser vista como uma vitrine, por isso deve ser organizada e sedutora.

Nesse sentido, a cidade cada vez mais é representada a partir das referências mentais dos diversos sujeitos que a definem, a partir de uma visão de um modelo hegemônico de cidade e ordenamento urbano. Desse modo, o poder público contribui para a persistência e perpetuação da desigualdade na cidade, a partir das recentes políticas públicas, que vêm privilegiando os territórios localizados em áreas estratégicas da cidade, abandonando as áreas mais periféricas.

Essa relação se evidencia no caso de áreas de esporte e lazer, (afastadas dos centros urbanos), como é caso da Vila Olímpica Clara Nunes, que está cada vez mais sucateada e degradada pela falta de manutenção, enquanto determinadas áreas, sobretudo nas regiões centrais da cidade, são adequadamente suprimidas por equipamentos públicos, como praças, parques e academias populares com constante manutenção<sup>30</sup>. Aqueles que não podem pagar (pela quadra, piscina, pelo campo de futebol) ficam excluídos do gozo e do prazer desses serviços, que deveriam ser públicos e de qualidade.

A própria ação do Estado na cidade acaba por agravar as desigualdades, intervindo no processo de produção da cidade de maneira a acentuar as diferenças e hierarquizando determinados lugares, criando novas centralidades na cidade, retirando a singularidade e identidade dos espaços, definindo e expulsando os sujeitos dos seus lugares de origem e pertencimento. Diante disso, considerar os usos do território torna-se elemento importante para a análise e formulação de

---

<sup>30</sup>Como exemplo, podemos identificar as academias populares para a terceira idade, que em alguns bairros da zona norte estão inseridas apenas nos projetos de Estratégia de Saúde da Família para pessoas que são atendidas dentro do quadro de hipertensão e diabetes, excluídos aqueles que não estão no perfil. Segundo a Secretaria Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida – SESQV “O Projeto Academia da Terceira Idade (ATI) trata-se de um projeto que tem como meta promover programas de atividade física para que idosos possam manter suas autonomias e independências, conscientizando-os sobre a importância da realização de treinamento de força e da prática de atividade física em sua vida cotidiana”. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/sesqv/exibeconteudo?article-id=126402>>. Acesso em: 26 mai. 2014.

políticas em contexto de extrema desigualdade social, como é o caso do Rio de Janeiro.

Dirce Koga (2003) apresenta o território como chão concreto das políticas públicas, pois é nele que a realidade da vida coletiva acontece. A autora ressalta que é no território que a cidadania pode ser vivenciada ou não, por isso, é também nele que podemos perceber as diferenças no acesso aos serviços e a condição de vida. Por isso, a importância de considerá-lo a partir do seu uso, a partir daqueles atores que dele se utilizam (Santos, 2000, p. 2).

O reconhecimento do território se faz relevante na elaboração de políticas públicas, sobretudo na social, pois permite o melhor conhecimento das condições de vida dos sujeitos, já que esta interfere diretamente na condição de ser cidadão. As políticas públicas atuais se limitam a escolha do público alvo direcionado a política, e não em identificar as desigualdades e contradições reais existentes nos diferentes territórios para sua efetivação.

Por isso, é necessário repensar como esses equipamentos conseguem fazer com que a população frequente tais espaços, e que tipo de usos são feitos, levando em consideração que o número de equipamentos existentes é ínfimo e não atende de forma igual à população. Sem contar a situação dos equipamentos esportivos localizados em bairros pobres, cujas áreas de cobertura são controladas por grupos armados que transformam a rotina dos sujeitos e dificultam a mobilidade nessas localidades.

Em síntese, é necessário a formulação de um pensamento sobre o urbano que reconheça o espaço da cidade a partir dos diferentes sujeitos que nela habitam. Trata-se do direito de construir e de poder decidir a cidade que desejamos ter, pois, como afirma Lefebvre (1991), o direito à cidade é uma forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitar, a apropriação do espaço e de construir novas práticas. É a partir dessa ideia que Lefebvre formula a ideia do direito à cidade, e o define como: “[...] não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.” (Lefebvre, 2010, p. 139).

O direito à cidade defendido por Lefebvre não se refere somente ao direito de ter acesso ao espaço como meio de reprodução da vida, mas sim o direito à vida urbana como um todo independente de classe social. O direito à cidade para Lefebvre tem um sentido amplo, que vai além da demanda por “coisas que estão e se dão na cidade: trata-se da luta pela cidade como obra, totalidade, realização coletiva”.

O direito à cidade não apenas como acesso, mas, sobretudo, como direito de participar das decisões que envolvem a cidade. O que requer uma redefinição da noção de participação na implementação de ações e programas que viabilizem uma maior influência da população na gestão da cidade enquanto cidadãos.

No espaço de poucos anos, o Rio de Janeiro sediará os maiores eventos esportivos do Mundo, e em contrapartida pouco se prioriza aqueles que vivem na cidade. O momento não poderia ser mais oportuno para refletir sobre a garantia do direito não só à cidade, mas ao esporte e aos equipamentos esportivos (Vila Olímpica). Desde o momento da escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, a mídia vem destacando e mostrando para a população as vantagens e as oportunidades provenientes da realização desse evento aqui devido à ampliação dos investimentos na cidade. Mas, não demorou a população carioca perceber que as possibilidades de fato e os recursos investidos para esse evento não se desdobrarão em benefícios concretos para o povo.

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 6º, explicita que são direitos sociais de cada cidadão: “a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança”, e é dever do Estado garantir esses direitos. No entanto, em nossa sociedade, os bens e serviços não são distribuídos de maneira igualitária em muitas regiões. É possível notar, atualmente, a partir da distribuição de equipamentos e recursos na cidade, áreas amplamente equipadas e assistidas e outras com uma enorme escassez de equipamentos e serviços.

Visibilidade a gente nunca teve em termos de mídia, mas temos em relação ao nosso trabalho. Não somos o foco, nós estamos em Acari! Aqui não vêm grandes seleções e aqui não vem turista, então se algum equipamento está se beneficiando com todos esses eventos, com certeza são os equipamentos onde vale a pena o turista passar, e a mídia trazer como um lugar onde as ações estão sendo implementadas, porque aqui não chega nada! (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

A ênfase ao esporte como meio de inclusão fez parte do slogan do Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos de 2007, e está fazendo parte dos interesses do Estado a partir das campanhas divulgadas para os Jogos Olímpicos de 2016. De acordo com o Dossiê de Candidatura Rio 2016 (p. 22), o “Rio tem um compromisso com a transformação através do esporte e com a criação de um legado sustentável”, estes legados deverão promover melhorias para a cidade e para o país como um todo.

No entanto, poucos profissionais e usuários da Vila Olímpica Clara Nunes, quando entrevistados no contexto dessa pesquisa, alegaram perceber estes eventos como algo positivo para melhoria na área do esporte para a população, e para inclusão. Os usuários entrevistados não conseguem associar a realização desses eventos esportivos como um possível aumento de investimentos e melhores infraestruturas para os equipamentos públicos.

Os investimentos para os Jogos Rio 2016 direcionados para o desenvolvimento do esporte (como ferramenta para inclusão social), não foram ainda percebidos pela população, nem tampouco os legados do Pan 2007. O que se percebe nesse processo, é um total desrespeito dos direitos humanos. De acordo com Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2014, p. 05), “as violações dos direitos dos mais pobres não começou com os Megaeventos Esportivos, mas como demonstrado, se agravou”. Conforme corrobora o referido Dossiê as intervenções na cidade através dos grandes projetos urbanos se aceleraram com as leis de exceção e com o direcionamento de volumosos recursos públicos, aumentando a escala e alcance desse modelo.

A realização desses eventos a todo o momento é apresentada pelos órgãos do Estado como um meio de divulgar a identidade social e a imagem da cidade, como bem ilustra o trecho retirado do anexo à resolução da SMEL (nº 025/2001):

A vocação turística do Rio de Janeiro obriga-nos a guardar um lugar de destaque para os eventos. A relação direta com o samba, o futebol e a natureza indicam algumas direções para o que faz ou deveria fazer parte do calendário da Cidade. Em conjunto com a Secretaria de Turismo, traçamos diretrizes sólidas nesse sentido, vendendo cada vez melhor o excelente produto que o Rio representa, por já ter se consagrado como sede tradicional de etapas nacionais e internacionais de eventos esportivos realizados em ginásios, praias e autódromos, entre outros espaços públicos. Além disso, os eventos para consumo interno tendem a potencializar nossas praças, parques e outros espaços públicos pelo bem do morador que vive o dia-a-dia de seu bairro e de sua comunidade [...].

De acordo com a citação acima, a cidade é cada vez mais vista como um produto, e a realização de grandes eventos podem “lançar a cidade no mercado”. Carlos (2001, p. 16) afirma que cada vez mais o espaço “é produzido e reproduzido como mercadoria reproduzível”. E a partir dessa perspectiva, a proposta de realizar Megaeventos na atualidade, sobretudo os esportivos, é apresentada como uma grande possibilidade de reforçar e publicizar a imagem da cidade para o mundo.

Os grandes eventos (como por exemplo, os Jogos Olímpicos) passaram a ser uma oportunidade para transformar as cidades, estimular investimentos e revitalizar áreas não visibilizadas. Nesse sentido, diferentes cidades do mundo almejam o título de “cidade anfitriã” desses eventos. Entretanto, a realização dos Megaeventos, tem gerado uma série de impactos para a população e para as cidades que os sediam<sup>31</sup>.

Nesse contexto, o Estado tem utilizado do seu poder em nome do interesse público para desapropriar certas áreas e transformá-las, de modo que as mesmas possam servir também para outras atividades econômicas após o evento. Carlos (2001) ressalta que essas transformações geram um processo de valorização e encarecimento do lugar, obrigando antigos moradores a se mudar, garantindo a reprodução espacial segundo interesses do capital.

Diversas mudanças que vem ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro não são para melhorar a vida daqueles que fazem parte e a utilizam, mas sim para aqueles que dela consomem. Tal fato nos leva a refletir acerca dos impactos e dos legados dos megaeventos na cidade.

Quando a gente percebe que os nossos governantes estão levando projetos interessantes, projetos muito bons para determinadas comunidades, e a gente percebe que aqui não chega, isso nos causa certa tristeza. Então eu vejo que todos esses eventos que estão sendo implementados na cidade, e eu questiono até que ponto eles estão trazendo para a comunidade aquilo que é de fato de direito e importante para elas? Ou se é apenas a visibilidade pela visibilidade. Até que ponto realmente você está levando serviços que vão ficar, que vão ser um diferencial na

<sup>31</sup> Como exemplo tem-se as cidades: de Seul (1988); Barcelona (1992) Atlanta (1996); Sydney (2000); Atenas (2004) Pequim (2008) Vancouver (2010) e London (2012). Nas quais, a realização dos Jogos Olímpicos provocou o aumento dos preços imobiliários, fazendo com que a parcela mais pobre da população não conseguisse mais se manter na cidade, processo de gentrificação urbana, mudanças na regulação da cidade para a construção das infraestruturas Olímpicas. Na cidade de Pequim (2008) mais de 1.25 milhões de pessoas foram desalojadas para a realização das Olimpíadas.

**Fonte:** COHRE, 2007 e Rolnik, 2009; Omena, 2011. Disponível em:

<<http://www.gamesmonitor.org.uk>; in: Costa, Giulia. *Sediar megaeventos esportivos vale à pena? Revista*>. O Social em Questão - Ano XVI - nº 29, 2013. p. 167.

vida da comunidade? Isso eu não vejo, eu sinto muito mais a questão do lobby de divulgar na mídia as grandes obras que são feitas. Elas vão beneficiar algumas pessoas vão, mas infelizmente a gente está aqui em Acari, isso não chega aqui. Não conseguem dar conta de um rio que está extremamente poluído aqui atrás (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

Os megaeventos na cidade podem e devem ter outro papel na gestão da cidade, de modo a garantir também um legado social que beneficie a população que “utiliza” a cidade. As ações, sobretudo do Estado, para a realização desses eventos, devem priorizar e garantir os direitos de todos os seus moradores, respeitando o direito à moradia, ao saneamento, aos equipamentos de esporte e lazer, ao transporte, à saúde e à educação.

Considerar os direitos do cidadão no planejamento para grandes eventos envolve o reconhecimento e uma interlocução com os referenciais de cidade a partir das diretrizes existentes no artigo 2º do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 2001), que considera o interesse da sociedade e o princípio do direito à participação no processo de gestão, conforme os incisos abaixo (Brasil, 2001):

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;

III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;

V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais.

As intervenções atuais de preparação da cidade não estão respeitando os princípios evocados pela legislação urbanística. Presenciamos atualmente total desrespeito aos direitos dos seres humanos e ao direito à cidade. As ações para a realização dos eventos permitem notar que o poder público está indo na contramão do bem-estar e da promoção do sujeito, realizando remoções de forma autoritária, destruindo estruturas providas de significado cultural, ou simbólico, para construção de rodovias em função das obras para instalação de equipamentos, como destaca o trecho a seguir:

Ainda que haja uma prioridade pelo poder público em investir em novos equipamentos esportivos de alto rendimento, nem mesmo nossos melhores atletas têm onde treinar na cidade do Rio de Janeiro. Somente em 2013 foram fechados o *Parque Aquático Maria Lenk*, o *Estádio Olímpico João Havelange* e o *Velódromo Municipal* foi destruído. O Parque Aquático Maria Lenk foi construído com



recursos públicos em 2007, ao custo de R\$ 85 milhões, para abrigar as competições de esportes aquáticos do PAN - 2007. Contudo, o que serviu para os Jogos Pan-Americanos, não servirá para os Jogos Olímpicos, que tem como prerrogativa do Comitê Olímpico Internacional uma instalação que abrigue cerca de 15 mil espectadores e que possua cobertura. Assim, o Maria Lenk somente será palco das competições de polo aquático, enquanto está em construção no parque olímpico um novo centro de natação, além de uma piscina temporária no Forte de Copacabana para abrigar as provas de saltos ornamentais. Também vale destacar que o Parque Aquático deverá permanecer fechado para obras até 2015, diminuindo ainda mais os espaços de treinamento para atletas dos desportos aquáticos (Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2014, p. 79).

Desse modo, o espaço revitalizado e controlado pelo capital passa a impor novos usos e formas de apropriação, excluindo parcela da população e acentuando as desigualdades. Muitas dúvidas estão surgindo sobre a realização dos eventos esportivos na cidade. Falta transparência nos processos de decisão e nos usos dos recursos. Há certa incerteza da população se de fato eles podem transformar e contribuir para a realidade socioeconômica da cidade.

A maioria dos usuários entrevistados na VOCN alegou não perceber as consequências ou melhorias das reformas e revitalizações para os Jogos de 2016, e não viram os legados do Pan-americano de 2007. E, como resultado disso, podemos perceber que tantos os profissionais que trabalham no equipamento, quanto os usuários da Vila se encontram descrentes e pouco confiantes que os Jogos Olímpicos de 2016 traga alguma melhoria para a cidade e para os equipamentos esportivos da região. A pesquisa mostrou ainda que os profissionais e usuários estão indignados com situação dos equipamentos esportivos na cidade, sobretudo os construídos para o Pan. De acordo com os entrevistados, tais investimentos efetivamente não atenderam a população do Rio de Janeiro e não proporcionaram nenhuma melhoria para as Vilas Olímpicas, por isso os mesmos desconfiam que o mesmo aconteça com os jogos de 2016.

Olha eu acho que o Brasil tem que fazer alguma coisa, mas que deixe para nós também, não só para o povo que vem de fora, pois o povo que vem de fora é para quinze dias, um mês, e nós estamos aqui direto. Se tiver como melhorar isso aqui, que melhore, mas que essa melhoria fique para nós, e não para mostrar para povo que vem de fora, porque somos nós que vivemos aqui. Porque quando eles vêm aqui para o nosso país, para o Brasil, tem um monte de coisa, quando a gente vai lá para fora eles tão pouco se lixando para nós. Eu sei por que eu vejo televisão, eu não tenho computador, mas eu vejo televisão. Agora fazer coisa para o povo quem vem 15 dias, e deixar o que não presta para a gente? Não! Tem que deixar coisas boas para a gente, porque é aqui que a gente vive, eu vivo aqui, então tudo que eles fizerem tem que ser uma coisa boa que sirva para a gente. Para quando os quinze dias passar que deixe para gente, que deixe pelo menos as barras de ferro para a

gente fazer nosso exercício. É isso! Nós queremos isso, não queremos outra coisa. Só isso! Que essa quadra volte a ser conforme ela era, eu quero isso quando acabar as Olimpíadas. Tem que ser para mim, para meus netos, bisnetos e para os que estão vindos. Tem que ser para o povo usar. É isso que eu espero dos nossos políticos, e eu confio, sabe por quê? Porque eu sou brasileira, e eu não desisto de ser brasileira, eu sou uma ribeirinha que cresci na beira do rio pescando piaba para comer e cheguei onde estou, e não desisti de ser brasileira, eu sou brasileira ferrenha e espero que nossos políticos não me decepcionem (Usuária da VOCN A -70 anos; entrevista em: 27/11/14).

O que os usuários almejam, conforme o interessante trecho da entrevista acima, é que os investimentos para os grandes eventos na cidade se desdobrem em melhorias para as pessoas que aqui residem, e que não apenas se transformem, conforme ditado popular, em ações para “inglês ver” (ou seja, que fica só na aparência).

Com os Jogos Pan-Americanos Rio 2007, diversas iniciativas foram publicizadas e realizadas para atender à população e incentivá-la à prática esportiva em seu cotidiano. No período de realização do evento, diversas reportagens foram apresentadas pela mídia para a promoção dos aparelhos esportivos, inclusive das Vilas Olímpicas, como um importante legado do Pan 2007.

2007 aqui na Vila teve o Pan social, como uma mini Olimpíada, com todas as Vilas Olímpicas, e aconteceu muito bem. Esse equipamento é transformador. Tem casos aqui, pelo tempo que eu estou aqui, de pessoas que mudaram o rumo da vida, não pela Vila, mas pelo conjunto, a conversa com o professor, o diálogo. Porque os heróis deles eram os traficantes, que tem um carro novo, um tênis novo e roupa nova. E de repente ele conseguiu ver outros heróis, outras referências de vida (Professor A- atua no projeto V.O desde 2004; entrevista em: 20/05/14).

Nós saímos visitando as Vilas Olímpicas e eles ficaram encantados, e diziam: nós não vimos isso em lugar nenhum. E aí foi uma base de convencimento, é tanto que na América do Sul nós só não tivemos o voto do Chile, que já tinha um compromisso com os Estados Unidos. Mas nós ganhamos dos Estados Unidos, foi uma grande vitória. E o Pan-americano veio como um indutor, a conquista do Pan-americano teve como indutor o projeto das Vilas Olímpicas. E como o Pan-americano foi uma oportunidade única de mostrar o Brasil e mostrar o Rio de Janeiro para as Américas, nós vimos também ali à oportunidade de no Pan-americano nós nos candidatarmos as Olimpíadas de 2016. E nós ganhamos. E tudo partiu daquele conceito o esporte social, o esporte de oportunidade, e tudo isso serviu de contaminação para os grandes eventos (Ruy Cezar- Ex-secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

A manutenção das Vilas Olímpicas em áreas pobres da cidade para incentivar a prática esportiva por parte da população foi um dos argumentos que a Prefeitura do Rio apresentou nos grandes eventos internacionais para demonstrar o

interesse da cidade pelos jogos Pan-americanos de 2007 (e para os outros megaeventos esportivos que poderiam ocorrer). No entanto, os investimentos direcionados para a prática do esporte se voltaram, sobretudo, para a formação de atletas para alto rendimento, negligenciando políticas de esporte de interesse social.

A gente tem uma crítica em 2007, na verdade a gente participou dessa formação do Pan social e foi muito legal, porque nós integramos com os jogos cooperativos. Nós fizemos uma interlocução com a geografia e com a história os trabalhos dos alunos, que podiam ser atleta ou não, nós fizemos uma integração interdisciplinar envolvendo os alunos da Vila. Foi muito bacana nessa perspectiva social, sem considerar que ele seria um atleta para disputar, até porque já estava em cima mesmo. Agora a gente fica muito chateado com o poder público em relação o olhar para essa camada. A gente não precisa formar atletas dentro de Vila Olímpica, a Vila Olímpica não forma atleta, como não vai formar nunca. Porque o nome Vila Olímpica para mim por conhecimento é um local onde os atletas vão ficar durante a realização dos jogos, então o nome já está errado. Mas as pessoas não tem que olhar por essa lógica. Vários projetos aqui do entorno enganam o aluno, que vai levar o cara para fora, o cara cresce o olho, o pai e mãe fala meu filho vai ser jogador, aí chega e frustra o cara, leva o cara para fora e ele não tem dinheiro nem para se sustentar. Não é porque a gente está chegando à Olimpíada que a gente vai formar atleta daqui um ano, isso não existe, a formação de um atleta leva 10 anos. Uma maturação leva 5 anos, é sistema ósseo e tudo mais. Então, isso tem que vir até aqui, fazer isso aqui dentro da comunidade, porque só quando chegar lá na Urca que vai fazer o exame, quando o cara desloca daqui e chega lá, a não vai ser atleta, e aí? Quem responde? (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 07/04/15).

A preparação em nível de atleta é um trabalho em longo prazo, se pegar modelo de gestão de outros países, inclusive os que já sediaram Olimpíadas, eles tem um modelo a longo prazo, alguns inclusive torna a prática da atividade física obrigatória, o aluno tem que ser obrigado a estar inserido em um espaço como este aqui da Vila Olímpica, faz parte da política governamental. E no Brasil não existe essa questão, a Vila Olímpica acaba sendo mais mesmo por interesse político, uma forma de voto, existe o financeiro, acaba se tornando curral eleitoral e o objetivo passa ser mais assistencial, e foge do foco de formação de atletas para trabalhar em prol de uma boa campanha nos jogos Olímpicos. Se você for pegar a projeção do quadro de medalha das últimas Olimpíadas, o Brasil é o país que menos evoluiu. Por exemplo, a China nas duas Olimpíadas quando eles descobriram que ia ser sede Olímpica eles melhoram em 30% o desempenho, na outra antes da Olimpíada melhoraram em mais 30, melhoraram 100 em relação a quando eles não sabiam que iam ser sede Olímpica, e assim foi em todos os países que receberam as Olimpíadas. O Brasil é o único que basicamente teve uma melhora muito baixa em relação a isso, levando em consideração o quadro de medalhas. Você percebe que realmente não houve esse trabalho de formação de atleta a longo prazo, que era para ter começado desde quando se soube que o Brasil seria sede das Olimpíadas. Então, é mesmo uma questão política, falta de interesse, interesses particulares em questões políticas, em votos, e não em desenvolver um objetivo em prol do esporte (Professor C- atua no projeto V.O desde 2011; entrevista em: 08/05/14).

Brum (2007) constatou que: “Dias após o encerramento dos Jogos do Pan Rio 2007, as Vilas Olímpicas da Prefeitura do Rio já registravam um aumento de

50% na procura de atividades físicas”. Mas na prática essa não é a realidade dos equipamentos hoje, o que pôde ser observado na VOCN foi a redução considerável do número de atendimento no ano que antecede o evento. Um dos fatores que pode ter contribuído para “baixa popularidade” desses equipamentos é a falta de manutenção e o pouco investimento que é feito. O que se percebe hoje é o sucateamento dos equipamentos públicos de esporte e Lazer, como é a realidade das Vilas. Os profissionais e a população usuária sofrem constantemente com o abandono e o descaso do governo frente à falta de manutenção e de material para ser desenvolvido o trabalho, o que fica claro nos trechos das entrevistas a seguir.

A falta de material e a deteriorização do equipamento é a nossa maior dificuldade. Depois da enchente de 2013 perdemos material, equipamentos, a piscina, o campo e a sala de dança, porque o piso subiu e não tem como usar e dar aula. Então a gente tem que dar um jeitinho para que os professores possam trabalhar, esse jeitinho influencia na qualidade dos serviços e de vida da terceira idade que tem que fazer hidro, da criança que precisa da natação, e do próprio profissional que não tem um espaço adequado para fazer o trabalho dele. Nossa maior dificuldade é material e o físico, que é a estrutura do equipamento (Funcionária A. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/15).

A gente está vivendo uma questão que é primordial dentro dessa Vila né, que é a infraestrutura. Fomos ainda assolados pela natureza com aquela enchente que devastou isso tudo aqui. Existe uma questão de pessoal, estamos trabalhando com um quadro reduzido de professores, que é uma coisa de extrema importância hoje para a Vila Olímpica (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

A maior dificuldade é a estrutura física do equipamento, quando você tem estrutura, tem uma boa piscina e um bom campo de futebol, os dois cargos chefes de qualquer equipamento esportivo, você tem tudo. Quando você não tem isso, você não tem nada. Aí o cara não tem autoestima para trabalhar em um local assim, só quem gota mesmo (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 07/04/15).

Além da falta de investimento nos equipamentos, a deterioração e precarização dos mesmos contribuem para que os profissionais não consigam efetivamente atender às demandas da população. Segundo Fernando Telles Ribeiro (2008):

A instalação esportiva é sustentável quando estão previstos e assegurados os recursos necessários à sua manutenção e contínua operação, ao mesmo tempo em que contribua para o incremento das futuras oportunidades do “esporte para todos” e a integridade do ambiente natural onde se insere.

A construção de instalações não sustentáveis contribuiu para a degradação dos mesmos no decorrer do tempo. Por isso, passada a repercussão do evento em

2007 não se ouviu mais falar de tais equipamentos. O que nos leva a refletir e pensar os seguintes questionamentos: como está a realidade desses equipamentos públicos de esporte e lazer hoje, passados oito anos do Pan-Americano e faltando um ano para os jogos Olímpicos de 2016? Que políticas e ações estão sendo fomentadas nesses espaços em pleno processo de revitalização da cidade para sediar um evento de porte internacional esportivo? Não é contraditório descobrir que o projeto para os Jogos Olímpicos de 2016 prevê a demolição de várias instalações e equipamentos que representam os legados do Pan de 2007 para a construção de instalações provisórias que não atenderão a população após o evento?

Impressiona-nos constatar a realidade dos equipamentos públicos de esporte e lazer, que se encontra em uma situação de extrema precariedade estrutural, sem manutenção, sem o material esportivo adequado e com um número reduzido de profissionais. Outro fator que nos causa estranhamento é que não foram identificadas nenhuma política ou ação fomentada nesses espaços em pleno processo de preparação para as Olimpíadas. Todos esses fatores contribuem para que a população de fato não perceba nenhuma consequência positiva da realização desse evento na cidade, e, sobretudo, não vislumbre a possibilidade de esse evento deixar algum legado para o equipamento Vila Olímpica.

O que fica é o legado, o legado é a estrutura que eles estão fazendo, mas para a gente aqui o que vai ficar? Não tem nada! Então a crítica é em relação a isso, o que pode vir para cá nesse momento? O que eles podem tirar de lá e trazer para cá? No mínimo uma nave do conhecimento, ou o que for, a estrutura aqui, porque as pessoas só tem isso aqui, e elas não saem daqui! O mínimo trazer as pessoas aqui, os atletas para as pessoas terem acesso a essa galera. Quem está aqui e trabalha aqui sabe o que está faltando, porque se não nós vamos continuar perdendo essas pessoas para onde estamos perdendo hoje. Os jovens ou está no lava jato ou no outro poder. Se não tem condições de segurar o aluno isso vira depósito, as Vilas Olímpicas pararam no tempo. Eu espero que os equipamentos esportivos falem a mesma língua, não adianta eu ter o melhor em um lugar se aqui eu não tenho nada, os projetos vão todos para um lugar só. Tem que ser dividido igualmente para todos os equipamentos, ou até dar mais para quem não tem, a gente espera melhor gestão desses recursos. Que as pessoas que estão de posse façam o bom uso do bem público (Coordenador Administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 07/04/15).

A população aqui não consegue enxergar tanto o esporte e o lazer como direito deles. Eu não veja a possibilidade desse evento deixar legado para as Vilas Olímpicas municipais, porque já era para estar acontecendo movimentos para os jogos Olímpicos de 2016, até mesmo porque a gente não forma atletas participantes de Olimpíadas, ou que seja apaixonado pela aquela modalidade em dois anos, isso é um trabalho que já tinha que estar sendo feito a cinco, seis anos atrás, para se juntar com esses dois anos que faltam. Então como não foi feito esse trabalho eu

acho que em cima, agora, não tem como deixar um legado nessa Vila Olímpica municipal dos Jogos Olímpicos. O legado que vai ficar de repente são os espaços que vão ser construídos para o desenvolvimento das modalidades, mas na Vila Olímpica não (Professor C- atua no projeto V.O desde 2011; entrevista em: 08/05/14).

Impacto negativo, pois o maior impacto que seria para as Vilas Olímpicas seria que elas conseguissem colocar nas Olimpíadas alunos seus, mas a gente aqui na Maré está conseguindo botar uma garota lá que ficou em 2º lugar na Ginástica Olímpica, mas é muito pouco para aquilo que se diz Vila Olímpica participar das Olimpíadas. Quem deveria está jogando crianças, pessoas lá dentro são as Vilas Olímpicas. Porém, me mostra qual Vila Olímpica que tem estrutura? Será que isso interessa? – será que interessa ver as camadas populares chegando lá? Não sei?! Não há interesse em fazer isso. Costumo dizer, como diz na roça, se o boi soubesse a força que ele tem no cangote ninguém fazia dele coisa alguma. A Vila Olímpica tem um potencial muito grande, muito forte, se ela tivesse uma estrutura definida na área esportiva com a preservação dos equipamentos e uma atenção mais voltada para o esporte na preparação para uma Olimpíada, mas ela não tem. Mas se algum dia ela conseguir, se tornará muito forte, e aí ela se torna um problema muito sério, e isso ninguém quer ter (Sr. Amaro - Líder Comunitário morador da Maré e presidente da ONG União Esportiva Vila Olímpica da Maré; entrevista em: 06/10/14).

Os investimentos para a realização de grandes eventos na cidade devem levar em consideração o interesse da população, de modo a possibilitar a garantia de direitos, e não o seu cerceamento. Por isso, a construção dos equipamentos e das obras necessárias devem levar em consideração as condições econômicas para a sua manutenção para além do evento, para que estes possam cumprir sua função social e garantir o uso da comunidade local. Já que “a consequência de manutenção deficiente ou inadequada das instalações contribui para seu gradual abandono, sujeitando-as a invasões e vandalismo”. (Bonnenfant, 2001).

De modo a encerrar as discussões levantadas neste capítulo, embora sem a pretensão de esgotar o tema, pode-se dizer que o que vale a partir das novas políticas e projetos urbanísticos na cidade carioca atual é a cidadania de mercado, que está transformando direitos em serviços. E segundo Santos (1988, 41) onde não há o cidadão, há o consumidor mais-do-que-perfeito, e este é o caso do Rio de Janeiro.

Por isso, o termo cidadania precisa ser considerado a partir dos processos de mudanças provocados pela globalização e a pela modernidade, pois estas têm alterado os modos de ação e de participação da população. A cidadania, posta por Marshall (1967), deve reconhecer a igualdade dos indivíduos, mesmo estando estes em uma sociedade de classes desiguais, havendo, assim, um princípio de igualdade entre todos os cidadãos. Para o referido autor, exercer a cidadania é alcançar os direitos civis, políticos e sociais.

Marshall (1967) alerta para o fato de que a existência de tais direitos não garante, contudo, sua efetivação. Segundo o referido autor, a concretização dos direitos depende da implantação das instituições correspondentes. Nesse sentido, Bobbio (2004) defende a ideia de que para além da proclamação dos direitos, são necessários mecanismos para que os mesmos se tornem alcançáveis pelos diferentes sujeitos.

A prática esportiva e o lazer, como apresentado anteriormente, faz parte dos direitos da população, por isso, é dever do Estado fomentar tal prática. Considerar os direitos do cidadão no planejamento para grandes eventos envolve o reconhecimento e uma interlocução com as políticas já existentes, de modo a aprimorá-las e torná-las mais eficazes no atendimento da população que dela utiliza. As diversas transformações em curso na cidade do Rio de Janeiro estão impactando diretamente a vida do cidadão que nela vive. No entanto, este processo de mudanças não tem se traduzido em oportunidade de mobilidade e qualidade de vida para a população.

É possível perceber na cidade a expansão de diversos projetos e serviços (um verdadeiro canteiro de obras), no entanto nota-se também a precária infraestrutura dos equipamentos já existentes, como é o caso de algumas Vilas Olímpicas, que localizadas em áreas não estratégica da cidade, contam com pouco investimento, com a falta de manutenção dos aparelhos e com pouca vontade política. Tal fato deixa claro que todo investimento para a transformação urbana proposta pelos representantes do governo para a cidade, com a realização desses eventos, até o momento não foi percebido de forma positiva por parcela considerável da população.

Por isso, os megaeventos na cidade devem ter outro fim em sua gestão, de modo a garantir também um legado que beneficie mais a população que “utiliza” a cidade. As ações, sobretudo do Estado, para a realização desses eventos devem priorizar e garantir os direitos dos seus moradores, garantindo assim o direito de acesso a serviços de qualidade para além do evento. Tais eventos devem provocar legados positivos, de maneira a contribuir para formulação de políticas públicas que privilegiem a ampliação da mobilidade nos diferentes espaços da cidade.

Portanto, é relevante pensar nos legados pós-megaeventos para a população. É necessário pensá-los para além das obras de novos empreendimentos e de infraestrutura, mas sim, sobretudo como uma possibilidade de ampliação das oportunidades, de acesso a espaços, serviços de qualidade e de participação.

Por fim, é necessário a formulação de um pensamento sobre o urbano, na realização de Megaeventos, que reconheça o espaço da cidade a partir dos diferentes sujeitos que nela habita, e não mais que os veja como simples objeto no processo de intervenção. Trata-se do direito de construir e de poder decidir que cidade e serviços eles desejam e querem ter, o que requer uma redefinição da noção de participação na implementação de ações e programas que viabilizem a participação da população na gestão e no destino da cidade. Afinal, o exercício da cidadania pressupõe o acesso ao espaço público.



## 5

### A VILA OLÍMPICA CLARA NUNES A PARTIR DE OUTRA ÓTICA

No presente capítulo, apresentaremos os resultados obtidos com os questionários e as entrevistas realizadas durante a pesquisa. Primeiramente, destacamos o perfil e as percepções dos usuários, bem como dos profissionais entrevistados em nossa pesquisa a respeito do projeto Vila Olímpica Clara Nunes. As falas e os depoimentos daqueles que, de fato, são alvos da política pública de esporte embasam a nossa análise. Aqui se inclui também os depoimentos dos profissionais que sofrem pela precarização dos serviços, e que por isso, assumiram uma nova postura diante da realidade do equipamento, de modo que seja possível criar e recriar estratégias para atender as demandas apresentadas pelos usuários.

#### 5.1.

##### **Perfil dos usuários entrevistados**

Ao pensarmos no meio para obtenção dos dados que subsidiariam nosso estudo, buscamos métodos que objetivavam não apenas a leitura quantitativa, mas também a qualitativa dos dados e da dinâmica social existente no equipamento Vila Olímpica Clara Nunes. Em nosso estudo, como já explicitado na metodologia da pesquisa, optamos pela utilização de um questionário semi-estruturado constituído de 35 perguntas, como pode ser observado no apêndice nº 5, visando à construção de um perfil básico dos usuários atendidos na VOCN. No que tange a parte qualitativa, optamos pela inclusão de cinco perguntas diretas e abertas que nos permitiram conhecer a opinião desses usuários. Desta forma, o instrumento objetivou identificar o perfil e a opinião dos usuários do referido projeto socioesportivo.

O processo de coleta de dados foi executado integralmente nos espaços da Vila Olímpica Clara Nunes. O questionário foi entregue a 100 alunos da faixa etária adulta da VOCN, incluídos na delimitação da pesquisa e que concordaram em responder o instrumento e terem suas respostas utilizadas no estudo. O recolhimento do instrumento ocorreu após o término do preenchimento. Todos os

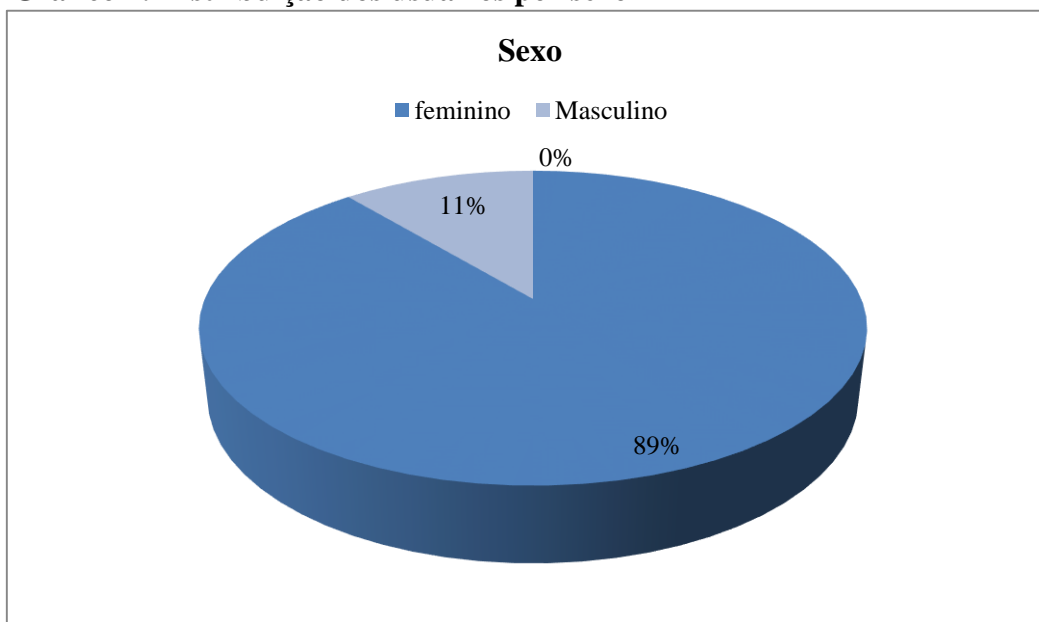
participantes que apresentaram dificuldade na leitura receberam auxílio, e todos foram devidamente esclarecidos do objetivo do estudo.

Dos 100 questionários aplicados em novembro de 2014, 74 retornaram preenchidos. Nesse período, a VOCN tinha um total de 1540 alunos matriculados nas diversas modalidades esportivas existentes, mas, desse total, 450 eram crianças e adolescentes. Os questionários foram aplicados somente aos adultos.

Assim, nesta fase do estudo, serão apresentados de forma sucinta os resultados e a síntese dos indicadores sociais oriundos dos questionários respondidos pelos usuários da Vila Olímpica Clara Nunes participantes da pesquisa.

Constatamos, de acordo com a ilustração do gráfico n° 2, que os usuários da Vila Olímpica Clara Nunes participantes da pesquisa são majoritariamente do sexo feminino (89%), e os do sexo masculino (11%) foram em menor incidência. Tal constatação pode ser observada, não somente pelo número de participantes da pesquisa, mas se reflete também no universo total de alunos matriculados no projeto, no qual o público feminino é o mais presente.

**Gráfico 2: Distribuição dos usuários por sexo**



**Fonte:** Elaboração Própria, 2015.

A população feminina é a mais expressiva no bairro de Acari, e atualmente, essas mulheres assumem um relevante papel na manutenção de sua família. De

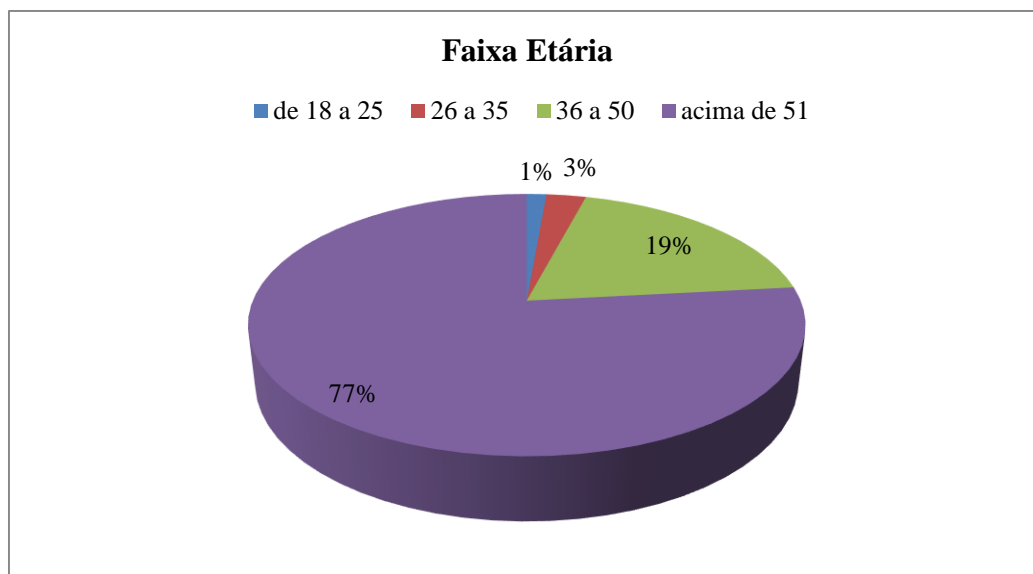
acordo com as estimativas produzidas através da base de dados do Censo 2010, 47,30% das mulheres são responsáveis pelo seu domicílio nessa região.

Quanto à faixa etária dos usuários da VOCN que participaram da pesquisa, em maior incidência, encontramos os atores com idade “acima de 51 anos”, em 77%. Os jovens (entre 18 e 25 anos de idade) representam apenas um 1%, entre os de “26 a 35 anos” de idade foram 3%, e entre os de “36 a 50 anos” de idade foram 19% dos entrevistados. Portanto, foi possível constatar que houve uma redução do público pertencente à faixa etária mais jovem no interior da Vila Olímpica Clara Nunes, o que pode ser observado, também, com base no sistema de matrícula, que aponta uma baixa de jovens inscritos nas modalidades. De acordo com o coordenador administrativo da VOCN, “quase não se vê mais o adolescente e o jovem dentro da Vila, cada vez mais estamos perdendo os jovens para outros espaços”. Segundo o coordenador do equipamento, tal perda deve-se a precária infraestrutura e o não funcionamento dos aparelhos considerados os “carros chefes” dentro do equipamento, que são a piscina e o campo de futebol, que representam os grandes atrativos para a faixa etária mais jovem.

De acordo com a ilustração do gráfico N° 3, as faixas etárias “acima de 51 anos” de idade foram as mais presentes nas atividades desenvolvidas na Vila Olímpica Clara Nunes. Foi possível notar durante as observações de campo, a expressiva presença do público da terceira idade nas atividades, de acordo com o coordenador administrativo da VOCN, a população idosa, atualmente, é o segmento que mais desfruta das atividades e modalidades desenvolvidas na Vila<sup>32</sup>.

---

<sup>32</sup> É importante ressaltar que a VOCN atende um número considerável de usuários pertencentes a faixa-etária infantil. Como analisado no terceiro capítulo desse estudo, a Vila Olímpica Clara Nunes atende de forma integral os alunos da educação infantil regularmente matriculado no CIEP Zumbi dos Palmares, além das crianças da rede municipal de ensino do entorno da Vila e as que residem no bairro. No entanto, devido a questões que envolvem o comitê de ética e as normas da Secretária Municipal de Educação, optamos em não entrevistá-las, mas essa população é significativa.

**Gráfico 3: Faixa etária dos usuários entrevistado**

**Fonte:** Elaboração Própria, 2015.

A expressiva presença dos idosos na Vila, tanto participando das modalidades esportivas oferecidas pelos profissionais especializados no equipamento, quanto dos que simplesmente utilizam o espaço para o desenvolvimento de caminhadas de maneira esporádica (algo muito comum na região), reflete o desejo desse segmento pela busca de um lugar mais seguro para o desenvolvimento da prática esportiva em prol de uma melhor qualidade de vida. De acordo com alguns idosos, que participaram do estudo, a Vila Olímpica Clara Nunes representa um dos poucos lugares adequados e seguros do bairro para o desenvolvimento de suas atividades. Na inexistência do referido equipamento, as caminhadas eram realizadas nas margens do rio Acari, ou em uma estrada, vulgarmente conhecida como “pista nova”, muito utilizada para prática de caminhada por se tratar de rua com pouco tráfego de veículos. No entanto, ao caminhar por essa estrada, as pessoas ressaltaram que ficavam muito expostas ao risco da violência, e dos “tiroteios” muito frequentes na região, e por isso, após a criação da Vila, preferem realizar suas atividades no equipamento por achá-lo mais seguro.

Nós não tínhamos nenhum lugar descente para fazer nossa caminhada, só na beira daquele rio sujo (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 27/11/14).

Nós fazíamos ginástica na rua, e logo em seguida, que foi inaugurada a Vila Olímpica nós fomos convidadas para vir para cá, foi ótimo, a Vila Olímpica era maravilhosa (Usuária da VOCN B (68 anos); entrevista: 26/11/14).

Quando eu comecei a fazer ginástica era na calçada do Metrô, depois no quilombo, e até na associação dos moradores, tudo isso aconteceu em 1995. Depois quando começou a Vila Olímpica Clara Nunes viemos para cá, era muito bom porque tínhamos pista de caminhada, médicos e eventos (Usuária da VOCN C (75 anos); entrevista: 26/11/14).

Podemos perceber a partir das falas dos usuários durante as entrevistas que a ida a Vila Olímpica para a prática de esporte foi diretamente associada à melhoria da saúde e da qualidade de vida. No período de realização da pesquisa na VOCN, a maioria dos participantes do estudo destacou que um dos pontos fundamentais para permanecia no equipamento são os benefícios que a atividade esportiva oferecida na Vila pode proporcionar a saúde física e mental.

Para mim esse espaço representa saúde! Quando eu comecei a frequentar a Vila, quando ela inaugurou, eu estava em um processo de depressão, porque tinha acontecido um problema com a minha filha. Estava sem sair de casa quase, depois que essa Vila Olímpica inaugurou eu nunca mais tive doença, pelo contrário, eu tive saúde. A Vila Olímpica me trouxe saúde, eu vou ao médico só para fazer exame de rotina (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 27/11/14).

Depois que eu comecei a prática de esporte na Vila, a minha saúde melhorou muito (Usuária da VOCN E (70 anos); entrevista: 07/05/14).

Eu adoro as atividades da Vila, porque eu gosto de praticar esporte e da convivência com os amigos, é uma terapia (Usuária da VOCN D (69 anos); entrevista: 07/05/14).

Como bem destaca os trechos citados acima, as atividades desenvolvidas na Vila contribuem não só para o bem-estar e para saúde do corpo, como também, contribui para o aumento da autoestima e da socialização desse segmento. Outro elemento importante é que no mesmo espaço físico (no terreno), no qual foi construído a Vila Olímpica Clara Nunes, também foi construído um programa de Estratégia de Saúde da Família (ESF)<sup>33</sup>, o que possibilitou uma parceria direta entre as equipes profissionais dos dois programas, e, como consequência direta, a prática do esporte passou a ser recomendação aos pacientes do programa ESF, o que reforçou ainda mais a visão do esporte enquanto promotor da saúde.

---

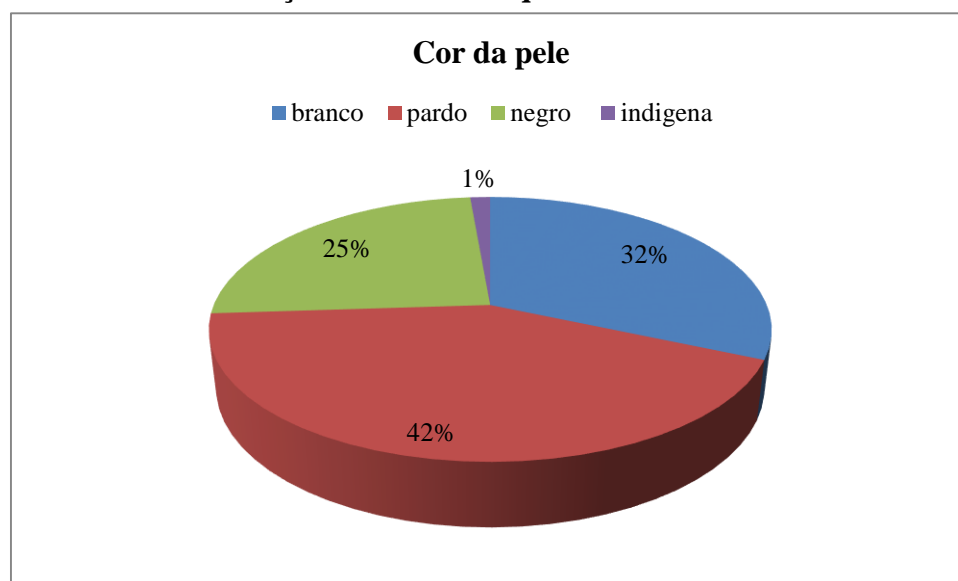
<sup>33</sup> A estratégia de Saúde da Família é um projeto dinamizador do SUS. A Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde. Disponível em: <[http://saude.assis.sp.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=73&Itemid=63](http://saude.assis.sp.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=73&Itemid=63)>. Acesso em: 01 jun. 2015.

Frequentar a Vila interfere tanto na parte de saúde, já que alguns vêm com esse intuito de prevenção de doenças. No caso de idosos aumentar a longevidade e capacidade funcional, e no caso das crianças e adolescentes eles vem mesmo com a intenção de fazer a prática esportiva. A gente usa o esporte como meio de introduzir aspectos socioeducacionais, entre eles a cidadania, trabalhar a questão da violência, do convívio em geral, da parte de coordenação motora e de desenvolvimento motor como um todo (Professor C- atua no projeto V.O desde 2011; entrevista: 08/05/14).

Por isso, os participantes do presente estudo, em sua maioria, demonstraram que procuram a Vila Olímpica Clara Nunes como alternativa para melhorar seu condicionamento físico e sua saúde física e mental. Nesse sentido, é comum a Vila Olímpica receber encaminhamentos de profissionais da área da saúde, solicitando a matrícula de pessoas por diferentes motivos, tais como: dentro do quadro de hipertensão, diabetes, obesidade, problema respiratório, entre outros.

Em relação ao pertencimento racial, conforme veremos no gráfico n° 4 a seguir, a maioria dos usuários participantes da pesquisa se autodeclaram como sendo “negros” (pretos ou pardos) em 67%. Os brancos representam 32%.

**Gráfico 4: Distribuição dos usuários quanto a cor declarada**



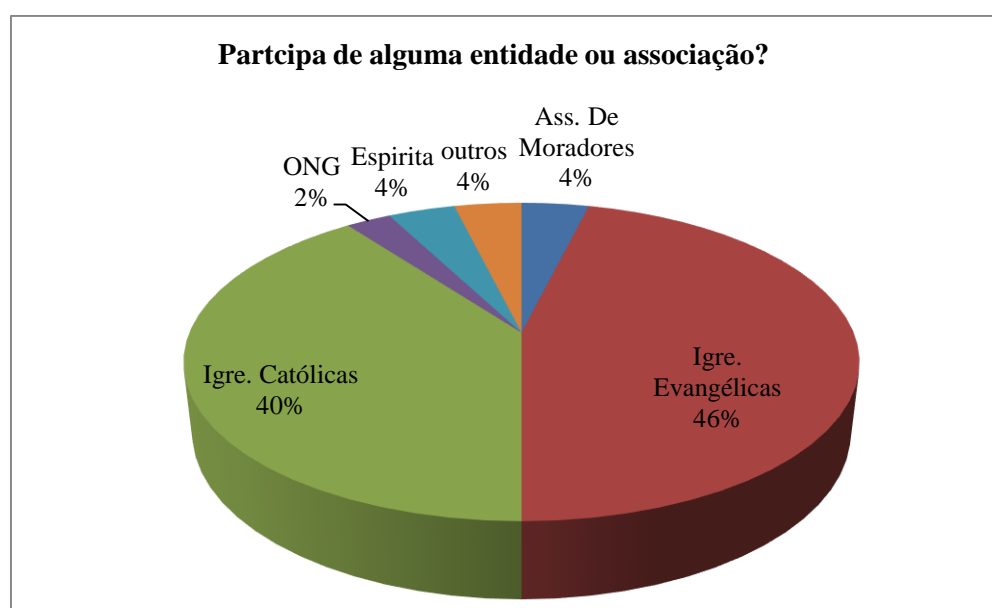
**Fonte:** Elaboração Própria, 2015.

Optamos por seguir a perspectiva do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2007, que é o modelo mais consensual utilizado. Já ao realizar uma análise do estado civil dos usuários, verificamos que a maioria das pessoas que participaram da pesquisa eram “casadas” (51%); 21% eram “solteiras”; 22% “viúvas” e 6% divorciadas ou separadas.

Sobre a distribuição dos usuários quanto ao grau de escolaridade, a pesquisa revelou que a maior proporção deles tem o ensino médio completo (38%), seguido pelo ensino fundamental incompleto com 34% e o ensino fundamental completo com 17%. O que ratifica o baixo índice de alfabetização da região, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Educação do bairro é de 0,876, bem inferior aos bairros da Gávea que ocupa a primeira colocação, com 0,987, e do Leblon com 0,993, na segunda posição.

A maioria dos participantes declarou participar de algum tipo de entidade religiosa ou associação: aproximadamente 46% eram integrantes de igrejas Evangélicas, 40% de igrejas Católicas, 4% de Centros Espíritas e 4% não informou a religião. Com relação à participação em associações, apenas 4% declarou participar de associações de bairros e 2% de Organizações não Governamentais, como destaca o gráfico N° 5, a seguir.

**Gráfico 5: Distribuição dos usuários quanto à participação em entidade religiosa ou associação**

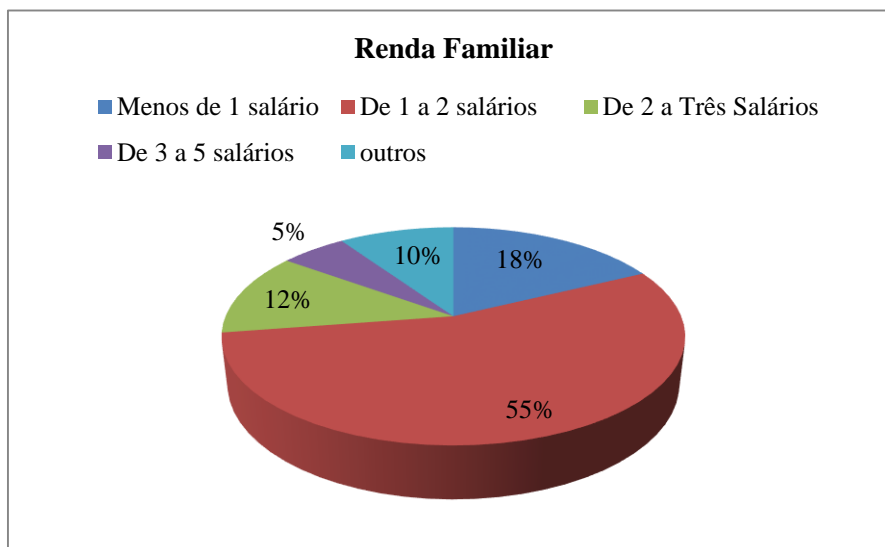


Fonte: Elaboração Própria, 2015.

Quanto a renda dos usuários participantes do estudo, 55% declararam possuir renda entre “1 e 2 salários mínimos”; 18% “menos de 1 salário”; 12% de “2 a 3 salários” e 5% de “3 a 5 salários”. É possível perceber que os usuários da Vila Olímpica Clara Nunes que participaram da pesquisa em geral apresentam baixa

remuneração. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a renda per capita (em R\$ no ano de 2000), é de 174,12, um dos mais baixos da cidade do Rio de Janeiro.

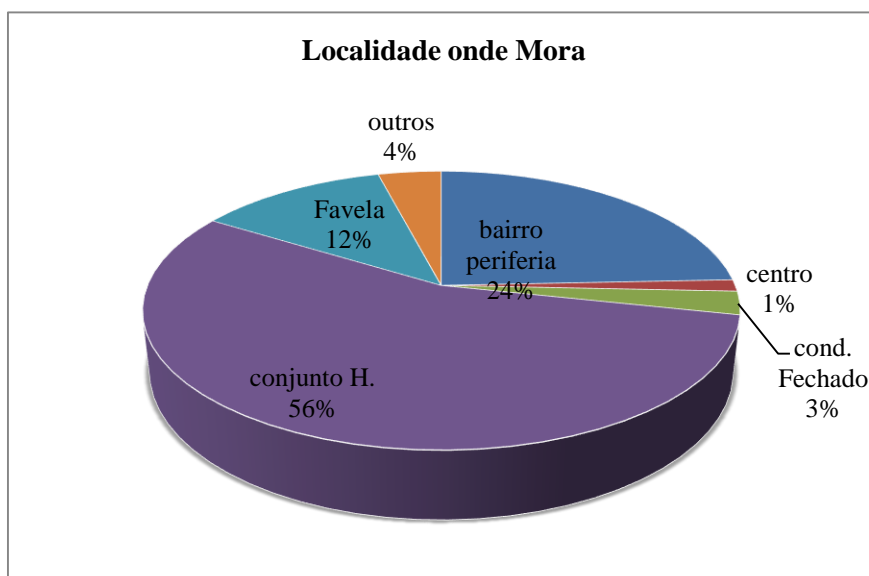
**Gráfico 6: Distribuição dos usuários quanto à renda**



**Fonte:** Elaboração própria, 2015.

Quando analisado a localidade de moradia dos usuários participantes da pesquisa, constatamos que a maior proporção deles reside no conjunto habitacional Fazenda Botafogo (56%); 24% alegaram morar em bairros “localizados na periferia” (na zona norte da cidade), e 12% dos entrevistados afirmaram residir em favelas, como ilustra o gráfico N°7, a seguir.

**Gráfico 7: Distribuição dos usuários quanto o local de moradia**



**Fonte:** Elaboração Própria, 2015.



Chamou-nos atenção o número de usuários que declararam morar em favelas, considerando que o entorno da VOCN é composto de favelas. Constatamos, conforme destacado no capítulo anterior, que no ano de 2014 houve uma redução considerável do número de alunos da Vila Olímpica Clara Nunes oriundos das favelas próximas, devido à violência perpetrada pelo tráfico de drogas na região. A insegurança e o medo da violência são elementos que contribuíram para a redução do número de alunos de determinadas localidades, como é o caso de Acari, Barros Filho e Chapadão. A presença expressiva de usuários da Fazenda Botafogo, deve-se a proximidade da Vila, que está situada no próprio conjunto habitacional, fazendo com que os moradores não precisem se deslocar do bairro para a prática de atividades de esporte e lazer.

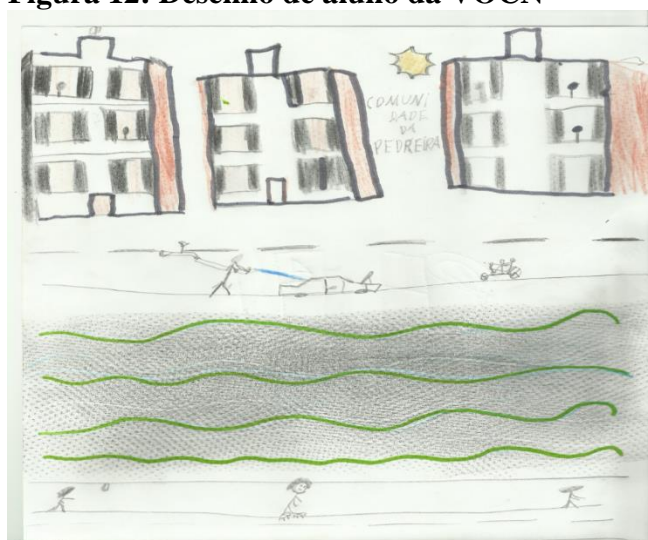
Quando questionados sobre as principais dificuldades para frequentar a Vila Olímpica Clara Nunes e os motivos de insatisfação, os entrevistados alegaram ser a violência uma das principais dificuldades para frequentar a Vila, e o principal motivo de insatisfação de morar na região. Conforme abordado no capítulo anterior, a violência alterou a dinâmica social dos moradores dessa região, que se tornou uma das mais violentas da cidade carioca.

Além de interferir no desenvolvimento dos serviços públicos prestados a população, como as atividades da Vila, a violência também interfere na dinâmica social e no uso dos espaços públicos nessa região. Só durante a primeira fase desse ano (2015), a VOCN teve suas atividades suspensas por 4 vezes devido a violência no local. Por isso, a questão da violência atinge de maneira contundente as vidas das pessoas que residem nessa região.

A pesquisa também destacou que a polícia é apontada nas narrativas dos usuários entrevistados como um dos principais agentes da violência, o que também foi possível perceber nos desenhos realizados pelas crianças da Vila Olímpica Clara Nunes, no qual a maioria delas retratou que elementos correlatos à violência fazem parte do seu cotidiano no bairro. Durante o desenvolvimento de uma atividade na Vila solicitamos que as crianças desenhassem em um papel o trajeto que elas realizam de sua casa até a VOCN, e destacassem o que mais chamava atenção durante o referido caminho. Observamos durante o desenvolvimento da atividade que as maiores das crianças descreveram em seus desenhos elementos que caracterizam a violência a qual estão expostas no seu cotidiano (vide figura abaixo).

**Figura 11: Desenho de aluno da VOCN**

Fonte: Arquivo VOCN, 2014.

**Figura 12: Desenho de aluno da VOCN**

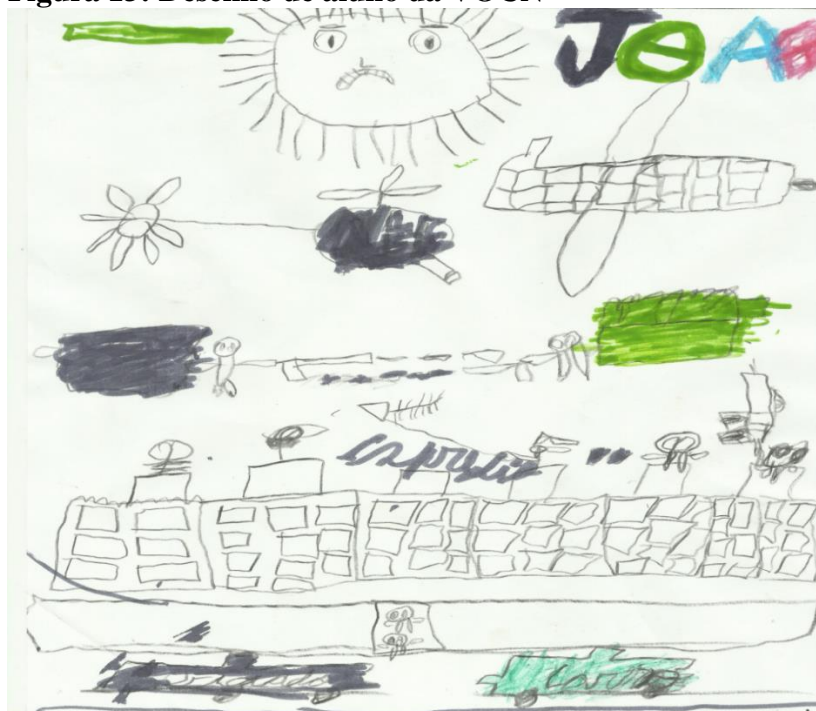
Fonte: Arquivo VOCN, 2014.

No primeiro desenho, realizado por um aluno da educação infantil, chamamos a atenção os detalhes dos elementos reproduzidos por uma criança de apenas nove anos de idade, o desenho expressa de maneira impactante o dia-a-dia de sua vida na favela. O cenário retrata uma imagem de céu diferente da desenhada (usualmente), pela maioria das crianças dessa faixa etária. O aspecto de tristeza empregado à fisionomia do sol se destaca, e a descrição do cenário pela criança foi mais surpreendente e chocante ainda, segundo o aluno, o sol e as nuvens estavam “furiosos por que não podiam dormir sossegados devido mais uma manhã de

tiroteio na comunidade da Pedreira”. A imagem e a fala retrata de forma contundente a violência existente e presenciada no contexto social dessas crianças.

O segundo desenho também descreve a presença de atos de violência (que foram destacados em boa parte dos desenhos realizados pelas crianças que participaram da atividade), e a atuação truculenta da polícia na favela. O desenho também descreve as crianças brincando em meio à poluição e o lixo próximo ao rio Acari, devido à escassez de espaços adequados para o lazer.

**Figura 13: Desenho de aluno da VOCN**



Fonte: Arquivo VOCN, 2014.

A violência e as incursões policiais passaram a fazer parte do cotidiano dessas crianças. É possível observar, a partir dos desenhos, que as crianças incorporaram tais elementos a cena urbana do bairro, enfatizando a presença do helicóptero da Polícia Militar no céu e o vulgo “caveirão” (carro blindado da polícia) entrando na favela. Outro elemento destacado pelas crianças é a utilização do espaço de lazer junto à presença de integrantes do tráfico de drogas. As crianças na ausência de áreas adequadas de lazer acabam ficando expostas a violência por brincar na rua, bem como vulneráveis às ações repressoras do crime organizado e por parte da polícia, que de acordo com os alunos “já chegam à favela atirando”.

**Figura 14: Desenho de Aluno da VOCN**

Fonte: Arquivo VOCN, 2014.

O quarto e último desenho foi o que mais nos chamou atenção, não pelas formas abstratas da figura, mas, pelo significado atribuído pela criança. Ao recebermos o desenho da aluna de 6 anos de idade, perguntamos o que ele queria dizer. Ela, com certa expressão de tristeza no olhar, relatou de maneira tímida que a linha pintada na cor azul, era um caminho que a mesma não podia passar “para visitar avó que morava do outro lado que estava muito doente” e explicitou “a gente não pode ir lá não!”. A partir da fala da aluna, podemos observar com outro olhar os detalhes que o desenho quer nos dizer. Percebemos que o traço na cor azul, feita pela aluna, dividia não só o espaço físico entre o seu local de moradia e o da sua avó, mas ele também dividia algo mais no seu imaginário, reparamos que ela desenhou dois sóis no céu, como se fossem dois mundos diferentes.

De forma simbólica, o desenho retratou como são reais os efeitos da violência e das divisões estabelecida pelo tráfico de drogas na vida das crianças que residem na região e que crescem sobre o controle e influência desses comandos. Tais conflitos geram graves impactos negativos para desenvolvimento dessas crianças.

A violência urbana configura-se como um dos principais problemas sociais vivenciados na cidade do Rio de Janeiro. As crianças e os adolescentes, como destacado nos capítulos anteriores, são os grupos etários de maior vulnerabilidade à violência urbana na cidade carioca. A violência atinge de forma expressiva a população que reside no entorno da VOCN, provocando efeitos desastrosos na dinâmica social e econômica da região. As consequências dessa violência vão se expressar, sobretudo, no âmbito da saúde mental e do comportamento do indivíduo, sendo ele adulto, criança, ou adolescente. De acordo com o autor Phebo (2005, p.193), os atos violentos intencionais incluem, caracteristicamente, o uso da força ou poder, que podem resultar no aparecimento de distúrbios psicológicos. Segundo o referido autor, as alterações psicológicas podem ser mais graves, e de mais difícil identificação, do que as lesões físicas.

Lembrando que os distúrbios psicológicos nem sempre têm uma relação temporal direta com o agravo violento, as queixas apresentadas por um adolescente podem estar relacionadas a experiências passadas envolvendo conflitos violentos. Os eventos relacionados à violência urbana são, na maioria das vezes, tão assustadores que podem levar ao aparecimento de alterações no funcionamento cognitivo, emocional e comportamental das vítimas. Ao vivenciar experiências tão traumáticas, as vítimas nem sempre dispõem das ferramentas capazes de auxiliá-las a superar o trauma. Existe uma gama de alterações na saúde mental e no desenvolvimento, as quais podem ser observadas na criança e no adolescente vítima da violência urbana (Phebo, 2005, p. 193).

As crianças expostas a eventos violentos, como os descritos nos desenhos acima, podem desenvolver inúmeros problemas, tais como: depressão, ansiedade, agressividade, posturas antissociais, o abuso de álcool e drogas, entre outros, ressalta Phebo (2005, p.193). E esses problemas, por sua vez, podem contribuir para o baixo rendimento escolar e a redução da autoestima. De acordo com o referido autor, a criança e o jovem não são capazes de evitar a lembrança indesejada do ocorrido, passando a reviver as sensações, de forma a perpetuar os sentimentos negativos anteriormente vivenciados. Por isso, tais crianças podem reproduzir os atos violentos no seu comportamento e relacionamento. Observamos, na fase de pesquisa de campo, durante as brincadeiras dos alunos e o desenvolvimento das atividades orientadas, atitudes, gestos e comportamentos que representam e lembram os eventos violentos vivenciados ou presenciados no seu local de moradia.

De acordo com os profissionais que participaram do estudo, é comum, inicialmente, o desenvolvimento de atitudes e comportamentos agressivos por parte

das crianças e dos jovens ao ingressar na Vila. Nesse sentido, o lazer e o esporte foram destacados pelos profissionais entrevistados como um importante recurso e ferramenta para canalização da violência, mudança de hábitos e de comportamento para esse segmento.

O esporte proporciona disciplina, cooperação e trabalho de equipe. O esporte agrega, não só a prática do esporte, mas tudo o que ele pode proporcionar para além do condicionamento físico, aprender a nadar e aprender a jogar bola é importante, faz parte, mas não é só isso, tem que ir além da questão esportiva. Aquilo que ele aprende aqui enquanto disciplina, ele precisa levar para a vida dele. Aprender a trabalhar em equipe e aprender a estar lá fora, em todos os outros espaços com esse mesmo comportamento (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

Ele tem um comportamento individualista, e ele aprende no esporte a socialização. O esporte faz com que ele veja que sozinho ele não se basta, que ele precisa ter outros pares. A proposta de trabalho de Vila não é o esporte pelo esporte. É uma questão socioeducacional, de participar. A maioria dos professores faz com que o menino interaja, que ele ajude pegando o material, no desenvolvimento da atividade, e não só faça a atividade. Ele se sente parte daquilo (Funcionária A. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/15).

O esporte interfere na vida das pessoas porque ele por si só é disciplinador. Para jogar qualquer tipo de jogo você tem que respeitar o próximo e trabalhar em cooperação, se não a tua equipe não vence. Você tem que trabalhar o caráter de honestidade, o professor ele corrige se o cara está sendo desonesto durante a partida, se o aluno tem aquele caráter de ganhar a qualquer custo. Aprende a vencer, e o melhor de tudo, aprende a perder, o professor trabalha o caráter da derrota. Pois, quando você trabalha o perder e o ganhar, isso se aplica em outras áreas da vida e na profissional. O esporte a gente olha às vezes como um jogo, o lúdico pelo lúdico, mas são trabalhadas outras coisas. Os professores de Educação Física são preparados para trabalhar isso, para que o esporte se derrame na vida dele toda, que o cara aprenda a ganhar e a perder, e trabalhar em grupo. E isso é transformador, pois quando você pega uma criança que não sabe cumprir regras, e de repente o professor fala não, que ela não pode furar a fila, que ele tem que respeitar o colega na frente, ele aprende. No início ele é arredio, diz que não, e o professor auxilia de maneira positiva a se trabalhar a percepção de cooperatividade (Professor A- atua no projeto V.O desde 2004; entrevista: 20/05/14).

Qualquer iniciativa tem seu grau de modificação na comunidade, de uma turma de 20 crianças, no mínimo 50% você modifica socialmente, nas atitudes comportamentais, nas atitudes de respeito às regras e de convivência social. Elas são atingidas por essas modificações positivas. As crianças chegam aqui brigando e xingando, dois ou três meses depois elas continuam brigando e xingando, mas não com a mesma violência, de uma forma diferente. Ela já considera aquele aluno de outro lugar que faz aula com ele como do seu convívio social. Então a violência deixa de ser mais agressão física e passa ser verbal, por não concordar com algumas coisas, mas a agressão física ela já diminui (Ex-coordenador técnico geral das Vilas Olímpicas e atual coordenador da VOCN de final de semana- atua no projeto V.O desde 2001; entrevista em: 27/04/14).

A maioria dos usuários da VOCN que participaram da pesquisa reconhece ser o lazer e o esporte um direito. No entanto, mesmo sendo considerados um direito, historicamente estes não são prioridade no campo das ações do poder público na cidade do Rio de Janeiro, podemos observar isso no desmantelamento dos espaços públicos de esporte e lazer existentes. Os usuários ressaltaram que são poucos os espaços de lazer existentes no bairro, e que as crianças não possuem espaços adequados, como praças, campos, quadras e parques, e que devido à violência tais espaços, quando existentes (em alguns locais), acabam não sendo utilizados pela população.

Diante do exposto, analisamos durante a pesquisa, junto aos usuários da VOCN, que tipos de lazer são mais frequentes em seus locais de moradias. De acordo com a distribuição do gráfico nº 8, a grande maioria dos participantes do estudo destacou a ida ao “shopping” (25%) e a “prática de esporte” (22%), como o seu principal lazer. Foi possível perceber que há uma escassez de espaços de lazer e de cultura na região, e que devido à distância e os gastos com transportes, os moradores preferem buscar entretenimento no próprio bairro. No entanto, ressaltaram que devido à violência e a falta de investimentos são poucas as opções. O Shopping Center foi apontado na pesquisa como o “grande espaço de lazer desfrutado pelas famílias”, devido à proximidade e oferta de opção e preços. Outra novidade, que apareceu nas falas dos entrevistados, foi o novo espaço de lazer muito conhecido entre eles, o Parque de Madureira<sup>34</sup>, localizado próximo à região e que atrai um número considerável de pessoas que buscam o lazer gratuito.

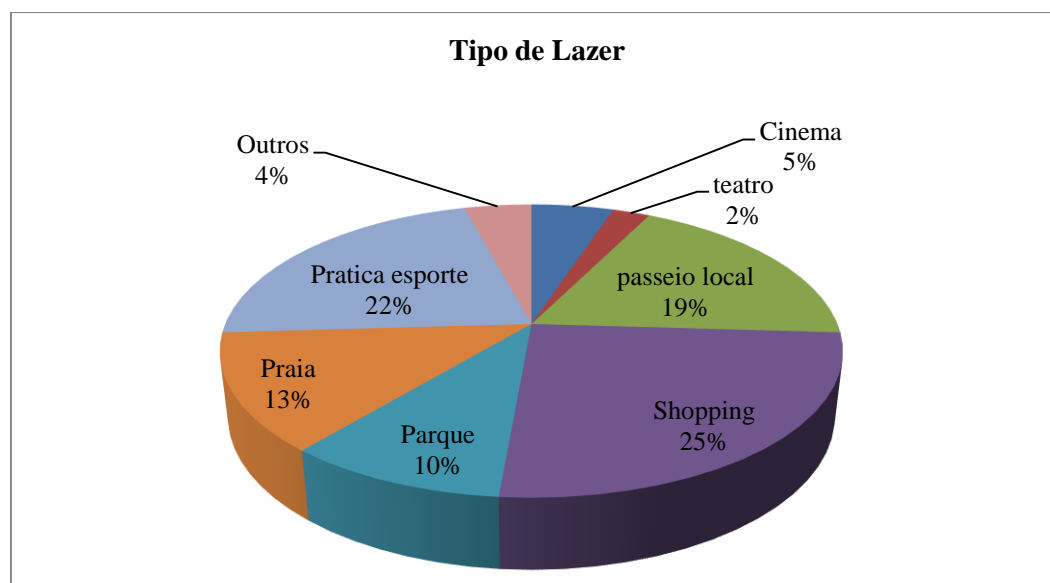
A prática do esporte também foi considerada um tipo de lazer muito desfrutado pelos usuários da VOCN, e em alguns casos a principal ou a única forma de lazer vivenciada pelos usuários, sobretudo, pelos pertencentes ao segmento da terceira idade, que, devido às dificuldades de mobilidade, veem a ida ao equipamento Clara Nunes como o seu único momento de lazer e descontração. Para esse segmento, a Vila para além de ser um local de prática de esporte, é um espaço

---

<sup>34</sup> O Parque está situado no bairro de Madureira, um dos principais bairros populares da zona norte do Rio, conhecido pela sua tradicional história com o samba. O Parque tem mais de 90 mil metros quadrados, e foi inaugurado em 2012 e, desde então, se transformou no principal point de encontro da região. Possui quadras poliesportivas de futebol e tênis de mesa, ciclovias e uma pista de skate considerada uma das melhores do país. (<http://www.cidadeolimpica.com.br/parque-madureira>).

de encontro, de integração e de socialização. Durante as observações de campo, foi possível perceber que a caminhada nos espaços da Vila durante as manhãs era um momento de reencontrar os amigos e dialogar de forma descontraída, considerando que pontos de encontros são escassos no bairro, sobretudo, no conjunto habitacional Fazenda Botafogo, no qual não há praças, parques ou algo similar.

**Gráfico 8: Distribuição do tipo de lazer mais popular na região**

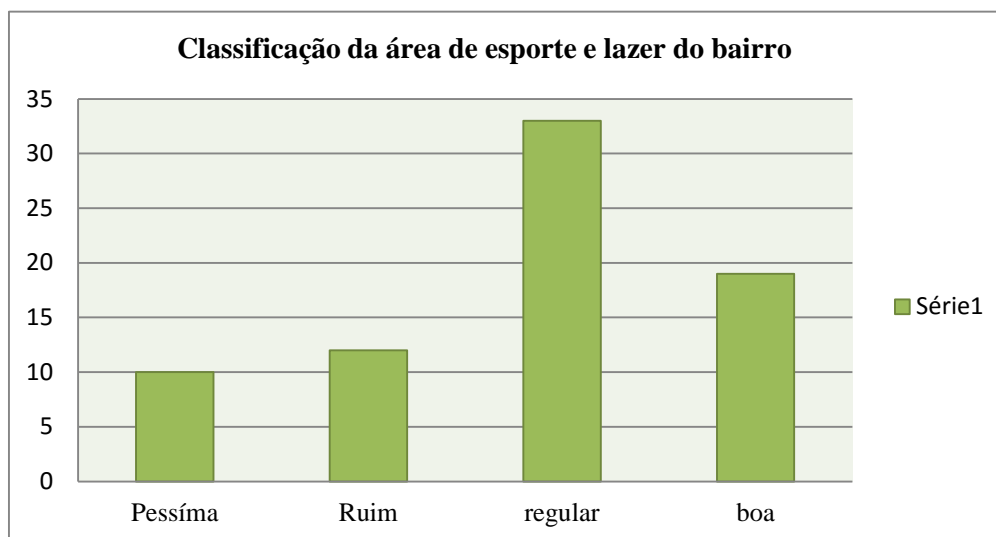


**Fonte:** Elaboração Própria, 2015.

Quando analisado as áreas de esporte e lazer presentes nos bairros, a maioria dos participantes do estudo apontou que esses espaços, quando existentes, não estão em boas condições de uso, o que provoca o abandono e a gradual degradação do espaço. De acordo com a avaliação feita pelos usuários, no gráfico nº 9, a maior proporção considerou regular ou ruim as áreas de esporte e lazer presentes no seu bairro de moradia.



**Gráfico 9: Distribuição da classificação da área de esporte e lazer existentes no bairro**



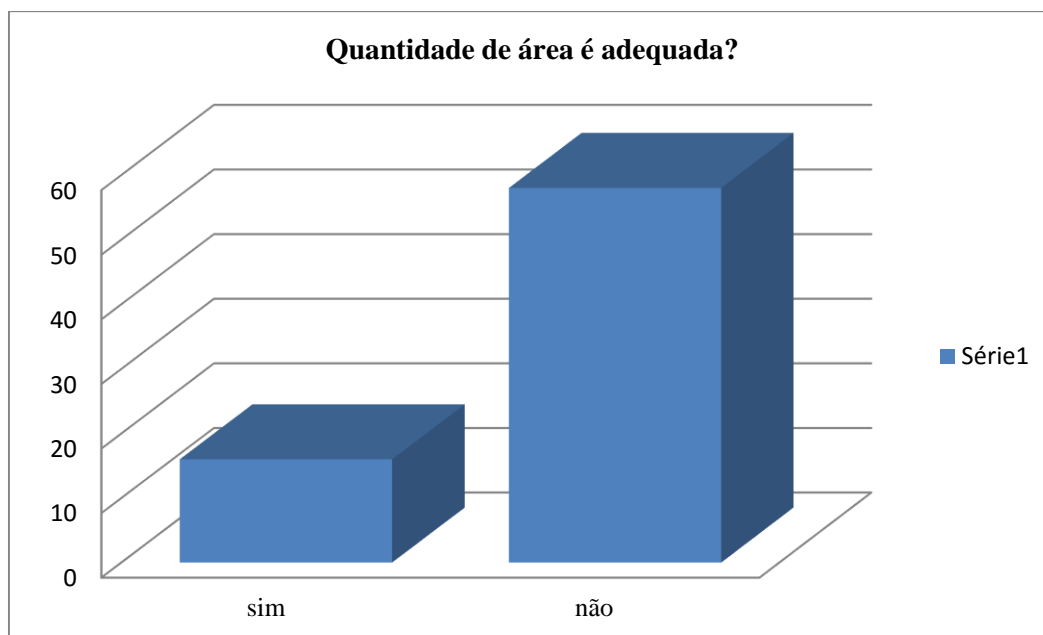
**Fonte:** Elaboração Própria, 2015.

A outra questão analisada almejava saber se as pessoas utilizavam os espaços de esporte e lazer existente em seus bairros. A maior proporção dos entrevistados declarou “não utilizar” os espaços de esporte e lazer (54%). Os principais motivos mencionados pelos participantes do estudo para a “não utilização” desses espaços são as péssimas condições dos aparelhos e a não manutenção dos locais existentes, que colaboram para a apropriação indevida dos espaços.

Quando indagados se a quantidade de equipamentos existentes no bairro era adequada para atender a necessidade da população, conforme ilustra o gráfico nº 10, a grande maioria afirmou categoricamente que “não”. E ressaltaram que a região necessita de mais áreas públicas de esporte e lazer adequadas para o uso da população.

Se tem eu não sei! Eu aqui na Fazenda Botafogo não vejo, aqui que eu saiba só tem um campo de futebol lá em cima, não é uma coisa assim que você diga aquilo ali é uma área de lazer, aquilo ali pelo menos para mim não é. Para criança e para o adolescente aqui não tem, se não tiver a Vila Olímpica, acabou, aqui na Fazenda Botafogo nós não temos. A comunidade às vezes quer fazer, mas não tem apoio político, quando tem da comunidade à vontade, mas não tem deles lá de cima incentivo (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 27/11/14).

**Gráfico 10: Opinião dos usuários quanto a quantidade de áreas de esporte e lazer**



Fonte: Elaboração Própria, 2015.

Uma das principais questões destacadas pelos participantes da pesquisa é que os espaços destinados ao esporte e ao lazer do bairro estão padecendo por falta de investimentos, as instalações físicas estão precárias e sucateadas pela falta de manutenção. De acordo com os usuários, os equipamentos públicos, principalmente a Vila Olímpica Clara Nunes, estão muito distantes do que seria o ideal, sobretudo considerando que estamos em uma cidade que sediará as Olimpíadas em 2016. Os equipamentos públicos estão desgastados pelo tempo e degradados devido à falta de investimento. Os entrevistados apontaram a Vila Olímpica como o único espaço de esporte e lazer existente no bairro, e manifestaram de forma enfática a sua indignação pela precária estrutura física do equipamento. As questões que envolviam a precariedade e a falta de recursos da Vila Olímpica Clara Nunes foi um tema muito recorrente na abordagem dos participantes do estudo, por isso analisaremos tal questão com mais ênfase no item a seguir.

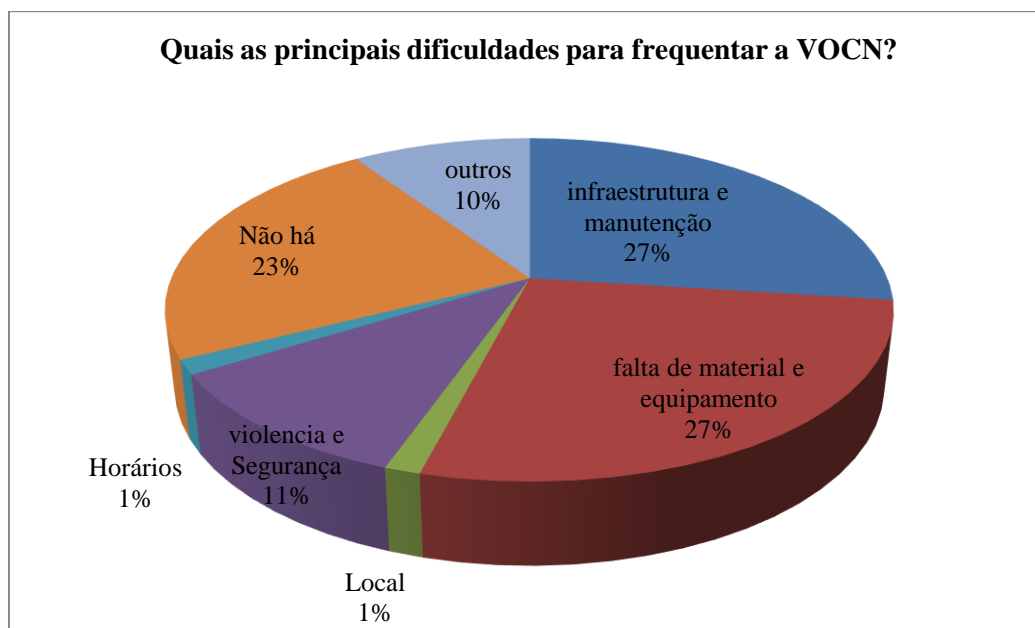
## 5.2. O VOCN pelas lentes dos próprios usuários

A maioria das Vilas Olímpicas construídas na cidade do Rio de Janeiro está localizada em bairros pobres. Há um quantitativo de 20 Vilas Olímpicas distribuídas na cidade, e, atualmente, boa partes desses equipamentos estão passando por sérios problemas estruturais devido a diversos fatores associados ao contexto político e econômico do Estado, sobretudo em relação à má gestão do dinheiro público. A Vila Olímpica Clara Nunes, objeto de estudo do presente trabalho, é um dos equipamentos situado em uma das regiões com um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano da cidade do Rio de Janeiro e, é a que se encontra, no cenário atual, em pior estado de conservação. Segundo o presidente da Comissão Permanente de Esportes e Lazer da Câmara Municipal, em vistoria à Vila Olímpica Clara Nunes em junho de 2015, a Vila de Acari é a que se encontra em pior estado de todos os espaços visitados por ele.

O esporte e o lazer mesmo sendo considerado um direito previsto na Constituição Brasileira, não têm sido historicamente priorizados pelos poderes públicos do Rio de Janeiro. Para a maioria dos entrevistados, a principal razão pela qual a Vila Olímpica Clara Nunes se encontra nessa situação é falta de interesse do poder público pelo projeto e pela região.

Durante as observações de campo, podemos perceber que são inúmeras as deficiências existentes no equipamento, que interferem diretamente no desenvolvimento das atividades. Foi possível observar claramente que a infraestrutura foi severamente castigada pelo tempo e pela falta de manutenção. Há infiltrações por toda a parte, nas salas dos funcionários e nas salas onde são desenvolvidas as atividades. Há rachaduras e falta de equipamentos básicos para o funcionamento da Vila. A maior dificuldade apontada pelos participantes do estudo foi a infraestrutura e a falta de manutenção, em 27%, empatado com a “falta de material e equipamentos” adequados para o desenvolvimento das atividades, como bem destaca o gráfico nº11, a seguir.

**Gráfico 11: Distribuição das dificuldades apontadas pelos usuários para frequentar a VOCN**



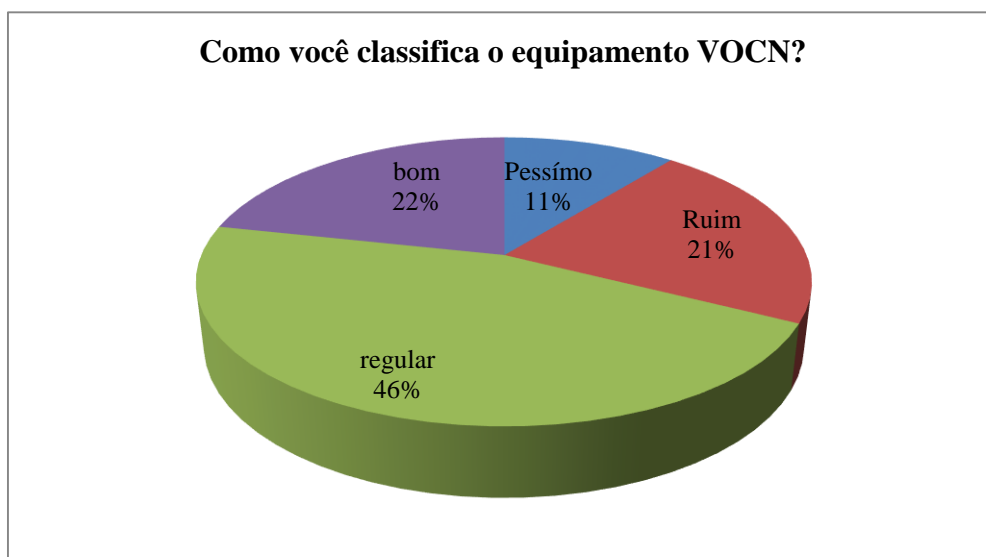
**Fonte:** Elaboração Própria, 2015.

A infraestrutura do equipamento, segundo os usuários, era “boa”. De acordo com os entrevistados, a qualidade do equipamento se modificou consideravelmente com a mudança de gestão do governo municipal, que não teve o mesmo zelo com o equipamento. Foi possível notar, durante o estudo, o descontentamento dos usuários em relação às condições de uso do espaço e dos aparelhos da Vila Olímpica. A maior proporção dos participantes do estudo classificou o equipamento de maneira negativa.

Eu sinto tristeza e saudade ao lembrar como era a Vila, de como era bom, do que tinha, e vê o jeito que está agora (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 29/04/15).

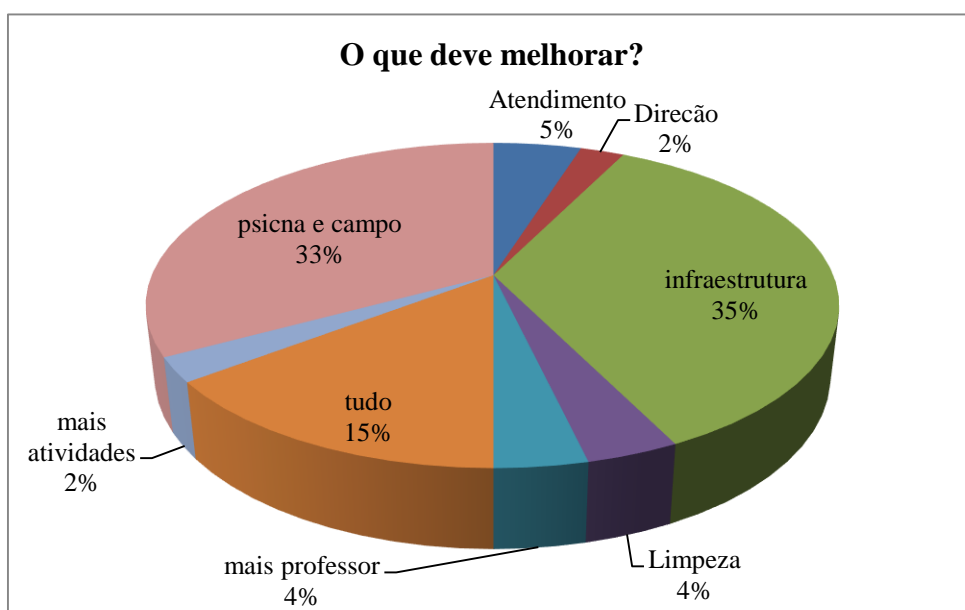
Eu sinto falta de tudo! Parece que a gente está vendo que não está indo, ela está voltando, está regredindo. A gente sente falta, da piscina então nem se fala, faz muita falta para a gente. A Vila era muito cheia e bonita, era uma época muito boa. E agora ele está assim, é muito triste mesmo, dá até vontade de chorar (Usuária da VOCN E (70 anos); entrevista: 27/11/14).

Eu sinto muita saudade desse tempo que a Vila era bonita, espero que volte. Porque a gente era muito feliz, agora a Vila está triste e vazia (Usuária da VOCN D (69 anos); entrevista: 29/04/15).

**Gráfico 12: Distribuição da classificação da VOCN pelos usuários**

Fonte: Elaboração Própria, 2015.

Entre os usuários entrevistados, 46% classificou como “regular” o equipamento, somando os que consideram “ruim ou péssimo” somam um total de 32%. Por sua vez, 22% dos participantes classificou como “bom” o equipamento. A baixa classificação atribuída pelos usuários à Vila Clara Nunes deve-se a situação precária de sua infraestrutura.

**Gráfico 13: Distribuição quanto ao que deve melhorar na VOCN segundo os usuários**

Fonte: Elaboração Própria, 2015.

No que se refere à opinião dos usuários sobre o que deve melhorar na VOCN, a infraestrutura novamente apareceu como o principal destaque: 35% dos participantes do estudo apontaram que o que deve melhorar na Vila é a infraestrutura do equipamento. Nesse critério, o elemento mais enfatizado pelos usuários, é a falta da piscina e do campo de futebol, 33% dos participantes apontaram a piscina e o campo como os elementos que devem melhorar. Chamamos atenção que 15% dos entrevistados destacaram “tudo” como o elemento que deve melhorar.

Tem que melhorar tudo, porque a Vila está toda ruim, não tem piscina, o campo está ruim, o banheiro, a pista de corrida, está tudo ruim (Usuária da VOCN D (69 anos); entrevista: 29/04/15).

Eu acho que tudo precisa melhorar, nós não temos uma piscina, uma quadra boa, um vestiário, nem um bebedouro (Usuária da VOCN B (68 anos); entrevista: 29/04/15).

Um das reclamações que mais apareceu no discurso dos usuários foi o não funcionamento da piscina e do campo de futebol, que estão interditados devido às consequências da enchente que devastou todo o bairro de Acari em dezembro de 2013. Tais aparelhos são os grandes atrativos para os moradores dessa região, que não possuem nenhum outro aparelho semelhante em um raio de 10 quilômetros. Os usuários questionam o descaso e a falta de investimento para dar início a realização de uma reforma, pois até o presente momento todos aguardam ansiosos pela liberação de verba, por parte da Prefeitura, para as obras.

Era toda equipada, uma piscina maravilhosa, eu mesmo frequentei muito aquela piscina, foi muito bom. Mas com o tempo, e também com a chuva estragou a piscina, e agora ela está toda estragada. E a Vila Olímpica não está sendo mais conforme era, está assim acabada, as pessoas estão se afastando por falta de meios para os professores fazer as atividades. Sempre dizem que é falta de verba, e eu não entendo né (Usuária VOCN E (70 anos); entrevista: 27/11/14).

A Vila era muito boa, mas agora está deixando a desejar, tem muitas pessoas que estão passando para outro lugar, porque essa piscina faz muita falta. E está muito abandonado isso aqui, está muito abandonada a Vila, o campo de futebol está triste, muito ruim, até para caminhar é horrível. O que é melhor é as amigas porque a gente conversa, troca ideias, mas em si a Vila está muito triste (usuária VOCN D (69 anos); entrevista: 29/04/15).

As grandes melhorias que o bairro teve foi o Metrô, graças a Deus, e a Vila Olímpica, que infelizmente está muito mal cuidada, a chuva destruiu a piscina e a organização em geral está deixando a desejar por falta de verba (usuária VOCN C (75 anos); entrevista: 29/04/15).

A VOCN perdeu um número considerável de usuários devido à interdição da piscina e do campo de futebol. Com o não funcionamento da piscina, as aulas desenvolvidas no referido aparelho precisaram ser readaptadas, os alunos não deixaram de ser atendidos, mas foram contundentemente lesados, pois muitos faziam atividades aquáticas por recomendação médica, como é o caso da maioria dos idosos e das pessoas com deficiência inscritos na hidroginástica, como bem ilustra a imagem a seguir.

**Figura 15: Atividades com PCD desenvolvidas na Piscina**



Fonte: arquivo VOCN, 2008.

**Figura 16: Atividades com Idosos desenvolvidas na Piscina**



Fonte: arquivo VOCN, 2008.

Tem uma senhora que vinha se arrastando com muleta, depois começamos a ver ela sem a muleta depois da hidroginástica. Era muito bom. Muita gente está saindo porque não tem mais a piscina (Usuária da VOCN D (69 anos); entrevista: 07/05/14).

Os professores eram muitos bons, todos eles que passaram por aqui eram bons, eu não tenho que me queixar de nenhum. Nós tínhamos atividades, nós tínhamos a hidroginástica. Tinha uma senhora que veio para cá de cadeira de rodas, e ela começou hidroginástica aqui, e hoje em dia ela anda com uma bengalinha, mas anda, ela não andava quando veio para cá (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 27/11/14).

Nós não temos mais um lugar para fazer hidroginástica aqui, é o primeiro que os médicos mandam. Se nós tivéssemos a hidroginástica, você sabe, você pegou a piscina aqui e viu que tinha aluno a beça aqui, a piscina aqui sempre foi de grande valia para a gente. Tudo é bom, mas a piscina era a primeira valia, essa quadra aí também (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 29/04/15).

A piscina faz muita falta para a gente. Eu agora estou sem fazer minha hidroginástica que tanto preciso (Usuária da VOCN C (75 anos); entrevista: 29/04/15).

Como podemos perceber através dos trechos citados acima, a interdição da piscina é uma perda para inúmeras pessoas que dependem dela para a realização de atividades fundamentais para a recuperação da saúde. O fechamento da piscina implica também no cerceamento das oportunidades da prática da modalidade para inúmeras crianças e adolescentes, que veem na natação um futuro mais promissor. Na VOCN, alunos de natação já se destacaram e tiveram grandes oportunidades devido o desenvolvimento da prática esportiva no equipamento, como bem ilustra a reportagem de um caso de sucesso a seguir.

### Figura 17: Reportagem Jornal das Vilas



FONTE: Jornal das Vilas, (SMEL, 2013, p. 06)



Através da Vila Olímpica Clara Nunes, a aluna teve a oportunidade de praticar a natação. Para além de melhorar sua saúde e seu condicionamento físico, que eram os objetivos iniciais almejados, a natação também proporcionou a Letícia uma oportunidade de vislumbrar um futuro melhor. A aluna que se destacou, graças a seu desempenho durante as atividades e competições internas na VOCN, foi selecionada por um renomado Clube da cidade do Rio de Janeiro, e atualmente, desfruta de uma bolsa de estudo devido o seu empenho na categoria.

O objetivo da Vila Olímpica não é a formação de atletas, mas sim possibilitar a descoberta de possíveis talentos, para que esses não se percam diante da triste realidade social do local.

O esporte ele traz sim melhoria, traz uma série de coisas na vida do indivíduo, seja ele criança ou adulto, mas eu acho que para o adolescente, principalmente de uma região como essa, ele traz muito mais, pois ele tem sonhos, ele tem desejos. Muitos deles pegam a prática esportiva como uma oportunidade de mudança, às vezes a única oportunidade de mudança, por ser um sonho dele. E o quê que isso pode vir a causar na vida dele? Pode ser uma coisa boa, positiva, mas também pode não ser. Porque nós sabemos que a grande maioria, por exemplo, de 100% dos meninos às vezes um é aproveitado, e aí como é trabalhado isso na cabeça dessas crianças que já tem uma realidade tão dura? Então, da mesma maneira que pode causar um impacto positivo pode causar um impacto negativo. Porque quando se fala de violência e se fala de droga às vezes um menino que nunca se envolveu com nada vai praticar esporte, e aí eu falo de uma experiência minha, o que o esporte pode fazer na vida dele, o que o esporte pode influenciar quando esse menino se sente frustrado? (Funcionária A. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/1).

A gente aqui não tem essa proposta de elencar talentos, o esporte como aquele que vai salvar vida, eu acho que isso é alguma coisa extremamente perigosa quando você deposita ali a resolução de todos os problemas, porque todo projeto que propõe incluir, em algum momento se ele não for repensando, se ele não for discutido, ele exclui e frustra (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

Nesse sentido, a Vila Olímpica Clara Nunes representa para a população da XXV<sup>a</sup> R.A. da Pavuna uma grande oportunidade de vivenciar a prática desportiva de maneira prazerosa e gratuita, mas para muitos jovens também representa uma oportunidade de mudança de vida pelo esporte. Por isso, o não funcionamento adequado dos serviços prejudica não só a acessibilidade dessa população a prática do esporte, como também gera frustrações. Apesar das condições precárias do espaço, podemos notar durante o estudo, que a VOCN ainda é apontada como um grande atrativo e uma possibilidade de inserção social na região.

Eu sou muito grata a vocês aqui, minha filha conseguiu muita coisa, e vocês sempre ajudando. Ela agora estuda em um bom colégio, faz curso de inglês e tudo começou aqui (Usuária VOCN e Mãe de atleta- 39 anos; entrevista: 06/04/14).

Eu estava em um processo de depressão e a Vila Olímpica me trouxe vida. Sabe assim, conforme a palavra de Deus que fala que Deus trouxe vida, e vida com abundância para a gente, mas a Vila Olímpica também me trouxe vida (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 27/11/14)

A Vila para mim foi maravilhosa, eu estou frequentando aqui, eu faço ginástica terça, quarta, quinta e sexta e faço alongamento, inclusive tenho me dado muito bem. Mesmo com essa estrutura assim tem ginástica, não faz quem não quer, só a piscina mesmo que está fechada. A Vila para mim foi a minha vida, eu não saio daqui acho que há 14 anos, a única coisa que me faz falta é a piscina (usuária da VOCN D (69 anos); entrevista: 29/04/15).

Antes não tinha nada para o idoso, aí veio a Vila e melhorou muito para a gente. Agora é rezar para que a nossa Vila volte a ser o que era, só isso (Usuária da VOCN C (75 anos); entrevista: 29/04/15).

O poder público municipal não atende efetivamente as demandas da população no que se refere à revitalização desses espaços, o que culmina na subutilização e não apropriação do espaço pela população. A pesquisa apontou que 95% dos usuários que participaram da pesquisa reconhecem o esporte e o lazer enquanto direito, mas, de acordo com os mesmos, esse direito efetivamente não tem sido priorizado pelas ações do poder público na cidade.

O esporte é um direito que eu tenho, eu só não, todos nós temos o direito ao esporte e ao lazer. Os políticos que tem que fazer, porque nós pagamos nossos impostos direitinho, porque eu acho que até uma caixa de fosforo que eu risco eu estou pagando imposto. Então pelos impostos que nós pagamos nós merecíamos mais, uma coisa mais adequada, decente, para a criança e para a terceira idade. Eu vou dizer uma coisa para você, se a Vila Olímpica tivesse mais condições de ter professores para colocar as nossas crianças, meninas para fazer balé, meninos para o judô, todos os dias, não tinha tanta coisa que a gente vê aqui. Porque as crianças estão ociosas, e nós estamos precisando de muitas coisas que nós não temos. E esse negócio dessas academias que tem nas ruas eu vou dizer, eu sou contra, se está chovendo? Você vai para lá na chuva? O sol de meio dia você vai para lá? Não! Mas aqui você vem. Se a Vila Olímpica estiver aberta de terça a sábado a gente vem. Então a gente está vendo hoje em dia que as vilas olímpicas estão fazendo falta para a gente, eu acho principalmente essa Vila Olímpica aqui, Clara Nunes, na época ela veio mesmo para estruturar a gente aqui da Fazenda (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 27/11/14).

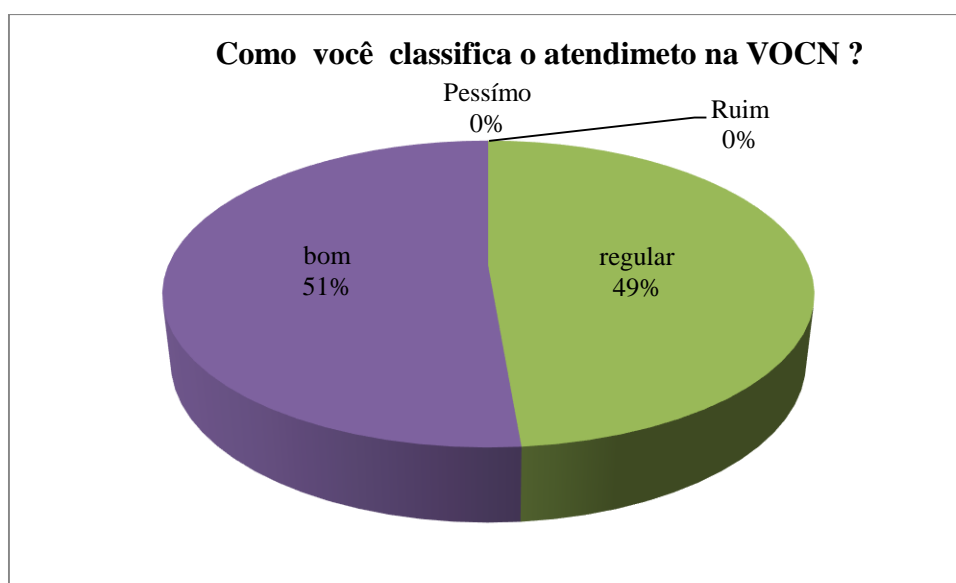
**Gráfico 14: Distribuição quanto à responsabilidade de promover espaços de esporte e lazer**



**Fonte:** Elaboração Própria, 2015.

A maior proporção dos usuários participantes do estudo sabe de quem é a responsabilidade de promover espaços de esporte e lazer na cidade, como bem ilustra o gráfico nº 14, mas durante a pesquisa a maioria questionou o porquê eles não o fazem, sobretudo em um período de grandes investimentos na cidade.

Percebemos que os usuários encontram-se insatisfeitos com a atual situação do equipamento, já que a falta de investimentos na Vila Olímpica está prejudicando a qualidade do atendimento. No entanto, a maior proporção dos participantes do estudo classificou como “bom” o atendimento na Vila Clara Nunes (51%) e 49% dos entrevistados apontaram como “regular”.

**Gráfico 15: Distribuição quanto à classificação do atendimento aos usuários**

Fonte: Elaboração Própria, 2015.

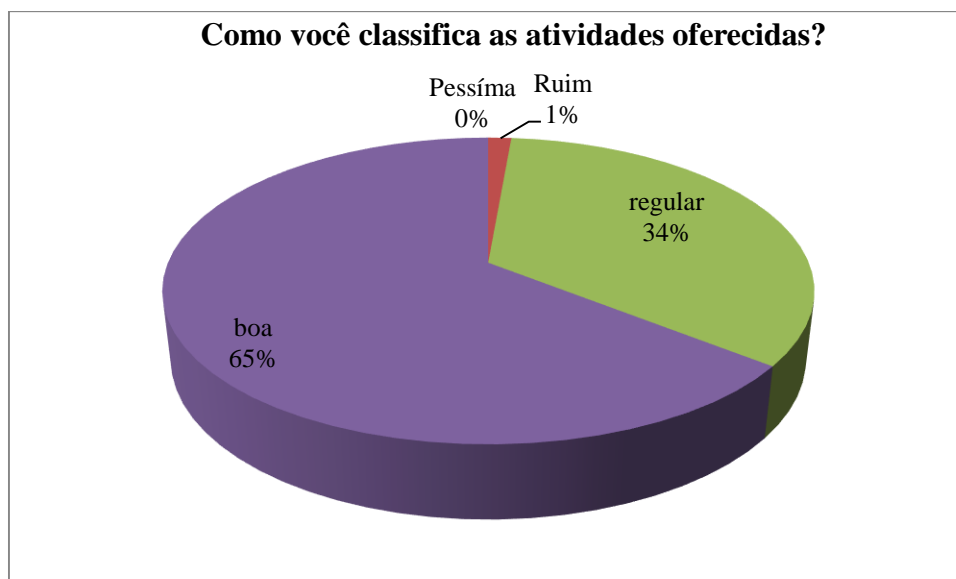
Percebemos durante a pesquisa que os usuários reconhecem as dificuldades enfrentadas pelos profissionais para desenvolver seu trabalho diante da precária infraestrutura e da falta de material adequado. De acordo com os usuários, mesmo diante das condições de trabalho não favoráveis os professores não deixam de realizar o seu trabalho.

Era muito animado, eu vou dizer uma coisa para você, eu tenho saudade daquela época, era muito bom isso aqui. E hoje em dia a gente fica triste de vê-la assim, e a gente dá graças a Deus que tem pessoas aqui que continuam mesmo assim sustentando para não cair. Porque essa Vila Olímpica aqui foi um olho, na minha terra fala assim: quem tem um olho é rei! E essa Vila Olímpica veio assim como um olho para nós da Fazenda Botafogo. Teve um professor que entrou aqui estagiário e saiu daqui formado, e outros professores também, todos eles fizeram parte de nossas vidas, e muitas coisas boas eu conheci através dos professores daqui (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 27/11/14).

Que bom que eles não desistiram da gente, pois para o professor também está difícil, parece que a gente está enxugando gelo (Usuária da VOCN D (69 anos); entrevista: 28/04/15).

Podemos perceber que para os usuários, os profissionais se esforçam para fazer o possível diante das precárias instalações da Vila, mas a infraestrutura acaba interferindo no trabalho e no atendimento prestado. As atividades foram classificadas pela maioria dos entrevistados como “boa” (65%), e como sendo “regular” por 34% dos entrevistados.

**Gráfico 16: Distribuição quanto à classificação das atividades oferecidas na VOCN**



**Fonte:** Elaboração Própria, 2015.

A falta de equipamento específico para os exercícios e de salas adequadas para a realização das aulas acabam modificando o desenvolvimento das modalidades, e passam a exigir mais do professor, que cada vez mais precisa utilizar sua criatividade para readaptá-las. Por exemplo, podemos citar a aula de dança, que devido à interdição da sala de dança, as aulas estão sendo feita em outro espaço, os alunos dançam sem espelhos, barras de apoio e etc. As atividades desenvolvidas na piscina, agora são realizadas na quadra.

Os alunos do futebol agora praticam futsal na quadra, já que o campo não tem condições de uso devido o comprometimento da grama sintética. Atualmente, tudo precisa ser readaptado para não deixar de atender os alunos cadastrados nas modalidades devido à precariedade das instalações, como bem mostram as imagens a seguir.

**Figura 18: Imagens dos aparelhos da VOCN**



Fonte: arquivo VOCN, 2014.

Podemos afirmar que a Vila Olímpica é de extrema relevância para o cotidiano dos participantes do referido projeto socioesportivo. Os resultados da pesquisa nos permitiram entender que a maioria dos participantes do estudo não possuem outras atividades em seu dia-a-dia, além da participação na VOCN. Este achado corroborou para compreensão do importante papel do projeto para a população, e para reflexão da realidade desse equipamento em pleno processo de grandes investimentos na cidade do Rio de Janeiro para sediar megaevento esportivo.

Os profissionais e usuários da Vila Olímpica Clara Nunes ressaltaram que estes eventos podem beneficiar a cidade do Rio, mas não trará benefícios para a

população de Acari. Os participantes do estudo não conseguem vislumbrar melhores investimentos e infraestruturas para os equipamentos públicos existentes na região devido a realização desse evento na cidade.

Até agora não vimos nada, 2016 está aí na porta. Se agora que é a hora não estamos vemos nada, depois dos jogos que não vai ser (Usuária da VOCN A (70 anos; entrevista: 29/04/15).

As instalações físicas da Vila estão longe do ideal para um equipamento esportivo. As estruturas apresentam sinais de desgaste pela falta de recursos e revitalização. Como a possível obra na Vila é de responsabilidade do governo municipal, aos profissionais atuais da Vila só resta aguardar a vontade pública.

Desde a escolha do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas de 2016, a Prefeitura vem destacando e mostrando a população as vantagens de realizar o evento na cidade. No entanto, para os usuários participantes do estudo, tais melhorias ainda não chegaram na região de Acari. Tanto os profissionais que trabalham no VOCN, quanto os usuários da Vila ressaltaram não acreditar que o evento trará alguma melhoria para o bairro e para os equipamentos esportivos da região. O estudo mostrou ainda que os profissionais e os usuários estão indignados com situação da Vila Olímpica Clara Nunes. De acordo com os entrevistados, tais investimentos efetivamente não chegaram à região e a Vila Olímpica não sofreu nenhum impacto com essa realização.

### 5.3.

#### **O que dizem os usuários e profissionais do projeto Clara Nunes**

Durante a fase de pesquisa, entrevistamos também os profissionais que atuam na Vila Olímpica Clara Nunes, com a finalidade de melhor conhecer a realidade analisada. A equipe de profissionais da VOCN manifestou algumas frustrações comuns às apresentadas pelos usuários. Os profissionais ressaltaram durante as entrevistas diferentes problemas vivenciados pela equipe devido a falta de manutenção da estrutura física do equipamento, que influencia diretamente o trabalho desenvolvido na VOCN. As questões que envolvem a precariedade de investimentos e a falta de manutenção das instalações da Vila foi o tema mais frequente nas falas dos profissionais, já que a atuação dos mesmos está cada vez

mais limitada diante da escassez de recursos, que são cada vez menores. Portanto, destacaram que esse quadro impõe ao profissional da VOCN uma nova postura diante da atual realidade do equipamento, fazendo-lhes com que, frente à necessidade material e de recursos, os mesmos sejam capazes de criar e recriar novas estratégias adequadas para atender as demandas apresentadas pelos usuários. Tal afirmação fica explícita nos trechos das entrevistas a seguir.

A falta de infraestrutura, não só para os nossos profissionais, que a gente procura de certa forma motivar, acaba desmotivando também o aluno, o usuário que paga seus impostos e quer um atendimento de qualidade. Mas, no aspecto da infraestrutura não tem isso, o que acaba de certa forma criando uma barreira entre o aluno e o acesso dele à Vila. A questão da infraestrutura se melhorasse atrairia mais usuários, e as pessoas teriam mais acesso a informação aqui no equipamento, já que muitas não têm. Acredito até, que de certa forma, está faltando infraestrutura aqui e ali e a gente procura motivar os profissionais para que possamos passar por estes problemas (Coordenador técnico da VOCN- atua no projeto V.O desde 2004; entrevista em: 07/04/15).

As principais dificuldades que o profissional encontra aqui é a infraestrutura do equipamento, falta material, falta campo adequado e a piscina depois das chuvas de dezembro de 2013 ficou destruída pela chuva, não houve reforma até agora. É a maior dificuldade! Tirando isso, todo mundo que tá aqui tem o perfil para trabalhar com a comunidade, mas está faltando equipamento, material e infraestrutura (Professor A- atua no projeto V.O desde 2004; entrevista: 20/05/14).

Então, mediante as peculiaridades das políticas públicas na área do esporte e lazer na cidade do Rio de Janeiro, na qual os investimentos são insuficientes, focalizados e priorizam os grandes complexos esportivos e os equipamentos direcionados ao alto rendimento, os equipamentos localizados nas áreas pobres da cidade, voltados para inclusão social, encontram-se cada vez mais abandonados. Os profissionais vêm se deparando com inúmeros desafios, haja vista que a falta de investimento e a precária infraestrutura repercute diretamente em sua atuação, exigindo novas posturas e estratégias profissionais para o desenvolvimento do seu plano de trabalho nesses espaços. Como bem evidencia o trecho das entrevistas dos profissionais a seguir.

Atuar nesse espaço é um desafio diário. Nós incentivamos a população e a equipe a permanecer nesse espaço que é deles, que mesmo com todas as dificuldades e precariedades é um espaço público feito para eles, e que eles devem permanecer lutando para que possa melhorar. Porque se um dia já foi bom, ele pode voltar a ser (Funcionária A. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/15).

Hoje o nosso desafio é muito maior sim, hoje a gente não só tem que estar trabalhando com esses usuários que continuam frequentando a Vila Olímpica,



como também estar atento a todo nosso corpo técnico de funcionário aqui dentro. Porque toda essa situação de precariedade não só impacta a comunidade, como impacta todo o corpo técnico, os funcionários que trabalham dentro desse espaço de Vila, que também sentem isso, e precisam de alguma forma de qualidade, de um espaço melhor para desenvolver com melhor qualidade o seu trabalho. Isso tem sido uma coisa que a gente tem buscado fazer em nível de motivação, para não deixar que isso abata e comprometa o nosso estar aqui. É um desafio diário para a gente, porque não é algo fácil de administrar. O maior instrumento que a gente tem hoje é o pessoal, é investir nesse professor, nos funcionários que estão aqui, porque a gente pode não ter nada, mas ainda temos nós que podemos acolher, que podemos estar aqui para quando as pessoas chegarem ter quem se reportar. É um investimento que continuamos fazendo e imaginamos que é o que pode sustentar ainda esse trabalho (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

[...] Mesmo que a gente não tenha a estrutura do equipamento adequada para que a gente possa trabalhar, a gente tem aqui nosso ímpeto, nossa força de vontade. Por mais que tenha dia que a gente venha para cá com aquele desânimo devido às dificuldades que a gente enfrenta aqui no dia a dia, a gente tenta levar o trabalho, tenta motivar os profissionais aqui dentro para dá o seu melhor (Coordenador Técnico da VOCN- atua no projeto V.O desde 2004, entrevista em: 07/04/15).

A gente diz aqui na Secretaria de Esporte que a gente não tem uma política pública de esporte e lazer da Prefeitura do Rio, não se tem um direcionamento e a nossa Secretaria não se preocupou em criar esse direcionamento. A gente faz aquilo que a gente entende como o que seria o direcionamento. [...] Então, nós temos muitas discursões para avançar só no nosso trabalho, pois se a gente conseguisse avançar na política, a gente não tem nenhum conselho de esporte na cidade do Rio de Janeiro, a gente tem o conselho nacional, e tem o conselho de esporte em várias Prefeituras, mas na nossa não tem (Funcionária da gerência da SMEL- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 26/08/14).

Por isso, o trabalho motivacional no interior do equipamento é extremamente relevante. Os profissionais e a população do entorno da Vila Olímpica Clara Nunes assiste ao desmantelamento do único equipamento público esportivo da região. A Vila representa uma grande oportunidade para a inserção das crianças e dos adolescentes em uma atividade no contraturno escolar, e uma alternativa para a população como um todo que não tem outro espaço adequado para a prática do esporte e do lazer de maneira segura.

A gente fazia ginástica lá na rua perto do Metrô, aí um dia o cara daqui foi lá chamar a gente para vê a Vila Olímpica que já estava pronta, e daí para cá nós começamos a fazer ginástica aqui dentro (Usuária da VOCN B (68 anos); entrevista: 29/04/15).

A Vila para todos aqui foi maravilhosa, nós não tínhamos nada! (Usuária da VOCN D (69 anos); entrevista: 29/04/15).

A Vila deu vida para esse lugar e para todos nós aqui! (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 27/11/14).

Eu trago meu filho para cá sempre, antes ele ficava pela rua. Então para as mães ela ajuda muito, porque aqui não tem nada para as nossas crianças (Usuária da VOCN F (50 anos); entrevista: 07/05/14).

A maioria dos usuários e profissionais lembraram com entusiasmo os anos iniciais de funcionamento da VOCN durante as realizações das entrevistas. A fase inicial, após a implementação da Vila, foi apontada pela maioria dos participantes do estudo como um “bom período” vivenciado no equipamento, no qual de acordo com os entrevistados a Vila era dotada de uma infraestrutura de qualidade e de equipamentos adequados, o que atraía inúmeros usuários, deixando a Vila sempre cheia.

Quando foi feita a Vila aqui era brinquedo novo na área, não dava para andar e parecia até um shopping. Assim que inaugurou era muita gente. Dava aula para 70 alunos na piscina em uma única turma. E o caráter era único e exclusivo de inclusão, não tinha performance, formação de atletas, até pelo quantitativo de aluno que cada professor atendia, era só de inclusão mesmo. Hoje não temos piscina e o nosso quantitativo caiu muito (Professor A- atua no projeto V.O desde 2004; entrevista: 20/05/14).

A convivência aqui foi o melhor que me aconteceu, eu não tinha convivência, era uma pessoa que vivia para casa, para filho, marido, essas coisas tudo. Depois que essa Vila foi inaugurada eu nunca mais tive doença, e não tomei esse negócio de remédio. Eu não tomo remédio, eu sou uma pessoa de 70 anos e quando eu vou ao médico, e ele fala que remédio à senhora toma? Eu digo: como assim? Eu não tomo remédio nenhum não! Eu era nova e tomava, mas depois que a Vila inaugurou, e eu comecei a fazer minhas atividades, eu nunca mais tomei remédio graças a Deus. Ela me trouxe saúde, bem-estar, alegria de viver, e eu passei a ver o mundo (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 27/11/14).

Entretanto, as lembranças dos bons períodos vivenciados no equipamento, destacadas durante as entrevistas acima, vieram acompanhadas de uma aparente frustração e de momentos de reflexões devido à situação física atual da Vila Olímpica. Alguns usuários e profissionais, durante a realização das entrevistas, ficaram visivelmente emocionados, e explicitaram sua indignação com as condições de uso da VOCN. De acordo com os entrevistados, com o passar do tempo, a infraestrutura foi se deteriorando e a falta de manutenção, aliada a forte chuva de dezembro de 2013, comprometeu ainda mais a qualidade do equipamento, como bem ilustra as imagens a seguir.

**Figura 19: Antes**

Fonte: Arquivo VOCN, 2007.

**Figura 20: Depois**

Fonte: Arquivo VOCN, 2015.

As imagens acima retiradas do arquivo de fotografia da Vila Olímpica Clara Nunes retratam de maneira impactante o antes e o depois do referido equipamento, sobretudo depois da chuva de 2013. A transformação do equipamento contribuiu efetivamente para o esvaziamento e para a não apropriação da Vila pela população devido aos inúmeros problemas estruturais que afastam cada vez mais o público que busca seus serviços.

Eu estou na Vila desde o começo, tínhamos tudo de bom, fazíamos ginástica, tinha desfile, eram muito boas às festas, os passeios, era tudo maravilhoso. Agora não tem quase nada, eu só venho às quartas-feiras, estou fazendo nos aparelhos da Praça de Coelho Neto para não parar de fazer alguma coisa, porque a gente fica velha e enferruja (Usuária da VOCN E (70 anos); entrevista: 29/04/15).

A Vila era muito cheia não tinha como andar, agora a gente fica triste em ver ela vazia. Esse é o pior momento, nunca passamos por essa situação que estamos passando hoje (Usuária da VOCN C (75 anos); entrevista: 07/05/14).

Agora está tudo abandonado, não se vê tantas pessoas na Vila quanto antes, que era lotada e com muitos professores. Eu não moro aqui, moro no Parque Columbia e eu vinha de terça a sexta-feira, e vinha a pé de lá, agora não, venho só as quartas para o artesanato (Usuária da VOCN- 69 anos; entrevista: 29/04/15).

Às vezes eu fico triste de ver um lugar como esse, com isso tudo assim. A gente já teve tanta coisa, e hoje em dia a gente vê assim se destruindo, se degradando, porque está se degradando? Só cego que não vê, mas todo mundo está vendo, nós precisamos de mais coisa dos nossos políticos, se voltar mais para a gente aqui da Fazenda Botafogo, porque quando é época de eleição eles vêm. Mas, depois desprezam a gente, e a gente fica assim, conforme nós estamos agora. Eu acho que se eles olhassem para a gente isso aqui seria bem melhor (Usuária da VOCN A (70 anos); entrevista: 27/11/14).

A precarização da Vila faz com que um equipamento que deveria atrair pelo prazer, não seja mais atrativo. Esperávamos que o poder público não abandonasse a Vila após o encerramento dos Jogos Rio 2016, mas nada foi feito até agora (Professor C - atua no projeto V.O desde 2011; entrevista: 08/05/14).

Para que todas as ideias sejam colocadas em práticas por nós profissionais é necessária uma boa infraestrutura também. A questão é que a Prefeitura constrói, mas não acompanha com a manutenção. Eles não contam com a manutenção no planejamento e orçamento (Professor D; - atua no projeto V.O desde 2006 entrevista: 08/05/14).

É possível notar o descaso do poder público frente às necessidades do equipamento e das demandas dos profissionais e da população. De acordo com os gestores da Vila Olímpica Clara Nunes, inúmeros relatórios técnicos foram elaborados e entregues a diferentes órgãos e setores competentes da Prefeitura do Rio descrevendo a situação do referido equipamento. O equipamento recebeu recentemente a visita da Comissão Permanente de Esportes e Lazer da Câmara

Municipal, que constatou a situação precária e os problemas estruturais da instalação. E diante da realidade encontrada na VOCN, o presidente da referida comissão publicou a seguinte declaração em uma rede de relacionamento social pela internet:

Nesta terça-feira (2/06), em vistoria à Vila Olímpica Clara Nunes, localizada em Acari, constatei muitos problemas estruturais que estão impossibilitando a realização de várias das atividades que são oferecidas na Unidade. Como presidente da Comissão Permanente de Esportes e Lazer da Câmara Municipal, emitirei um relatório sobre o que foi constatado e encaminharei cópia ao prefeito Eduardo Paes e ao secretário municipal de Esportes e Lazer, Marcos Braz, solicitando esclarecimentos sobre as informações apuradas pela Comissão e para que tomem providências para solucionar os problemas encontrados, visando um atendimento de qualidade aos mais de 800 alunos inscritos nesta Vila  
(<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1634860956735322.1073741932.1409393532615400&type=1>).

Entretanto, até o presente momento, nenhuma resposta foi dada a população, e nenhum investimento ou proposta de ação chegou ao referido equipamento. A falta de investimentos e de manutenção é a maior preocupação da equipe da VOCN, que aguarda ansiosamente algum retorno das autoridades municipais e a liberação da obra, que, segundo representantes da Secretária de Esporte e Lazer, já foi aprovada. Os problemas de orçamento e investimento não são uma dificuldade vivenciada exclusivamente pelos profissionais da Vila Olímpica Clara Nunes (apesar de ser a mais afetada). Outros equipamentos esportivos similares estão passando pelas mesmas dificuldades. É o que destaca a reportagem retirada do Jornal “O Globo”, na qual o secretário de segurança pública do Estado assinala a falta de investimentos na área social como apoio as ações de pacificação.

[...] A faixa com a inscrição “Welcome Michael Phelps” (“Bem-vindo, Michael Phelps”), desgastada e suja à beira da piscina com lodo verde e azulejos quebrados da Vila Olímpica Carlos de Castilho, da Prefeitura, é a única lembrança dos tempos áureos do lugar — que, em 2012, recebeu até a visita do campeão americano. Há mais de dois meses, atividades como natação e hidroginástica estão paralisadas. As quadras de futsal e de vôlei precisam de reforma. Telas de proteção estão quebradas, e a grama sintética do campo de futebol tem vários buracos. Além disso, os salários dos funcionários terceirizados estão atrasados há dois meses.

Ex-frequentadora das aulas de hidroginástica, uma moradora, sem se identificar, lamenta o fim das atividades:

— É um local bem equipado, mas abandonado. Até o ano passado, havia fila de espera para fazer uma atividade aqui. O pior é ver as ruas cheias de crianças sem o que fazer, ao alcance do tráfico.

A Secretaria municipal de Esporte e Lazer pôs a culpa na organização social (OS) MCS, que administra a vila olímpica, e informou que vem cobrando a regularização das atividades — atualmente, só há aulas de vôlei. O contrato acaba no fim deste mês, e nova licitação será feita. Procurada, a MCS não quis se pronunciar. Antes do abandono, 4.279 crianças e adultos faziam atividades na vila (<http://oglobo.globo.com/rio/projetos-sociais-sao-prejudicados-por-cao-de-tiroteios-no-complexo-do-alemao-16111335#ixzz3Zr4W2IJm>).

Como destacado no capítulo anterior o problema de gestão e de repasse de verba é uma dificuldade comum a todas as Vilas Olímpicas na cidade. Há, atualmente, uma expressiva falta de investimentos por parte do poder público em projetos sociais (como as Vilas Olímpicas), a atitude do governo para promoção da cidade do Rio de Janeiro para a realização dos Megaeventos tem priorizado outros investimentos. Tal postura contraria a proposta de investimento e propagação do projeto divulgado pelo atual Prefeito para a “cidade Olímpica”, como bem destaca a análise da pesquisadora Arianne Carvalhedo:

Apesar dessas constatações e das promessas contidas no Dossiê de Candidatura, a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou essa semana a destruição de parte da Vila Olímpica da Gamboa, onde em 2011 o Prefeito Eduardo Paes lançou o Programa Rio Em Forma Olímpico, suposto legado dos Jogos, para a construção de infraestrutura pública de transportes (<http://rioonwatch.org.br/?p=4939>).

As Vilas Olímpicas existentes na cidade do Rio de Janeiro, como um todo, apresentam (em níveis diferentes) problemas de infraestruturas e de gestão. Os profissionais dos diversos equipamentos sofrem constantemente com as ingerências políticas e com a falta de remuneração devido à má administração da verba pública. Como analisado no capítulo anterior, com exceção da VOCN, as Vilas são geridas por Organizações Sociais, e estas, por sua vez, também sofrem diretamente os rebatimentos da conjuntura política atual.

As pessoas não estão recebendo nem a passagem, o Riocard não está recarregando, um caos. Desde o início deste ano eles não pagam direito, demoram dois meses para pagar e quando pagam, pagam um mês só. Mas, e aí os juros do banco?! Está todo mundo endividado, todo mundo sem condições nenhuma de trabalho, e mesmo assim os profissionais estão fazendo escala, indo uma vez à semana, revezando. É uma falta de respeito. O secretário jogou para OS, e a OS jogou para o Secretário (Funcionária B da Vila Olímpica X; entrevista em: 01/04/15).

Na Vila Olímpica X estamos na mesma situação com três meses de salário, vale transporte e alimentação atrasado. A OS é X, e eles não dão nem posição de quando vão regularizar (Funcionária C da Vila Olímpica X; entrevista em: 01/04/15).

Eu atribuo à gestão pública. O projeto em si é um projeto espetacular. Já veio gente do mundo todo para pegar para ver o projeto para melhorar e colocar em seu local. O grande erro é de gestão, eles colocavam 50, 100 CIEPs de uma vez e não tinham

habilidade administrativa para isso, a mesma coisa são as Vilas Olímpicas. Eles vieram com o Pan, vieram com um equipamento bonito e tal, mas você tem que investir, colocar novos projetos. O que é investimento? Melhora do equipamento público, a quadra tem que ser cuidada, ela tem que ser pintada. Tem que acompanhar tanto uma gestão financeira, quanto uma gestão de equipamento, de estrutura (Ex-coordenador técnico geral das Vilas Olímpicas e atual coordenador da VOCN de final de semana- atua no projeto V.O desde 2001; entrevista em: 27/04/14).

Os profissionais da Vila Olímpica Clara Nunes explicitaram que com relação às condições trabalhistas, suas remunerações estão sempre em dia, mas enfatizaram que a VOCN também sofre com o não repasse de verba da Prefeitura. Os funcionários da Vila apontaram que a parceria com a universidade PUC-Rio é de extrema relevância para permanência do trabalho de inclusão social através do esporte.

Somo privilegiados com relação aos funcionários de outras Vilas, mas quando tem uma universidade a lógica contratual é outra, com a OS o contrato envolve a manutenção do equipamento, e aqui a lógica é diferenciada. Então, a gente percebe melhores condições de trabalho aqui, mas em contra partida, com relação à infraestrutura, a gente tem uma Vila sem manutenção e mais degradada (Funcionária C. da VOCN - atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/15).

Por estar associada a uma universidade a gente tem acesso a toda uma questão acadêmica, que para a gente é extremamente interessante em termos de qualificação e de acesso ao conhecimento. Estar vinculado a uma universidade nos abre portas de acesso a essa própria instituição para que a gente possa tirar as nossas dúvidas, possa travar discussões que muito vão nos acrescentar no trabalho e na vida profissional. Outro ponto de estarmos vinculado a uma universidade é de poder fazer um trabalho sem nos preocuparmos tanto com as questões políticas que fazem parte desse processo. Então temos certa tranquilidade porque estamos em uma instituição onde a questão política é respeitada, que não interfere no dia a dia do trabalho dessa instituição e do profissional que está aqui. A gente não deixa de olhar para isso de forma crítica, a gente sabe que há perdas sim, que nesse aspecto talvez, a gente esteja sendo prejudicado sim. Porque hoje a realidade com que a gente lida é difícil, apesar das OS estarem em uma posição de receberem recursos e terem contratos digamos assim mais vantajosos do que o nosso, a gente percebe também que existe muita precariedade nesses lugares. E a gente diz assim: ué, mas não deveria ter? E hoje a gente constata que eles também vivem dificuldades como nós vivemos, podem não ser as mesmas, mas que também trazem para eles muitos agravos no dia a dia de trabalho. Então, hoje eu não sei se a gente pode pensar nesse parâmetro, de um contrato melhor ou de uma administração e gestão melhor? Porque a gente vê equipamentos que tem contratos muito bons, mas que na verdade a coisa não acontece. Tem problemas estruturais como a nossa Vila tem, com muito menos recursos. Eu não saberia explicar, então, a gente transfere isso para uma questão política e tal, mas são coisas que nos fazem pensar, nos causa até certa surpresa. A gente com muito menos ainda consegue fazer mais (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

A gente perde em certa forma em gerência política, justamente por termos uma cegonha através da universidade. A PUC como é filantrópica não pode ser considerada uma Organização Social, então é como se fosse uma ONG, e isso causa uma morosidade desses processos todos em termos de liberação de verbas. Principalmente dependendo de quem estiver politicamente à frente da Secretaria de Espore e Lazer que tem lá seus interesses políticos, mas enfim, nesse aspecto não é que a universidade atrapalhe, mas indiretamente por essas questões a gente sofre. Porém, estamos aqui com o suporte da universidade e mesmo não tendo à infraestrutura a gente tem o apoio da universidade. É lógico que não trabalhamos de graça, a universidade ao contrário das outras OS se houver algum problema com relação ao repasse de verba, por parte da secretaria, a universidade paga os salários dos funcionários aqui da Vila. Então, nós não temos o porquê reclamar da universidade, mas a gente sofre indiretamente por causa dessa questão, como a universidade também sofre, pois ela cobre o rombo da Secretaria ou do tesouro. [...] Às vezes a gente tem toda a infraestrutura e toda a verba necessária, mas vamos sofrer uma ingerência muito maior com os interesses políticos, e o trabalho acaba sendo maquiado, e aqui não, mesmo não tendo a infraestrutura desejada, por essas questões, à gente tem o apoio da universidade e com isso a gente trabalha no que a gente acredita (Coordenador Técnico da VOCN - atua no projeto V.O desde 2004; entrevista em: 07/04/15).

Como podemos perceber a partir das falas explicitadas nos trechos acima, inúmeros são os rebatimentos políticos na prática dos profissionais que atuam nas Vilas Olímpicas da Cidade do Rio, e que interferem diretamente na prestação do serviço a população. Uma consequência grave da atual situação das Vilas Olímpicas é a “baixa popularidade” desses equipamentos.

Além da falta de interesse público, a deterioração, a precarização, a manutenção deficiente ou inadequada das instalações dos equipamentos contribui para um gradativo desuso e abandono por parte da população, sujeitando-os a invasões e vandalismo, como a que foi relatada pelo título da matéria, publicada no Jornal O Globo, de 20 de outubro de 2014: “Traficantes ostentam fuzis dentro da piscina da Vila Olímpica de Honório Gurgel”. A revista Veja, por sua vez, afirmou que: “Chefes do tráfico homenageiam Jogos do Rio com a criação da modalidade não-olímpica Nado Sincronizado Com Fuzil”<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Revista Veja Online. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/direto-ao-ponto/chefes-do-traffic-homenageiam-jogos-do-rio-com-a-criacao-da-modalidade-nao-olimpica-nado-sincronizado-com-fuzil/>>. Acesso em: 06 nov. 2014.



**Figura 21: Imagens da invasão da piscina de uma Vila Olímpica**



Fonte: Jornal Extra, 2014.

Como ilustra a imagem acima determinados grupos começaram a utilizar esses equipamentos para outros fins, não vinculados à prática esportiva, comprometendo assim a segurança do local e o desenvolvimento das atividades. A invasão ao equipamento trata-se de afronta de criminosos ao poder público e a outra facção que controlava o tráfico de drogas na região de Honório Gurgel, como bem destaca a reportagem a seguir.

Na Vila Olímpica Félix Mielli Venerando, em Honório Gurgel, quando a população não está usando as instalações para o lazer e a prática de esportes, o tráfico toma conta. E ainda registra a ousadia para postar nas redes sociais. Uma imagem, que faz parte de uma investigação da 39ª DP (Pavuna), mostra bandidos submersos ostentando três fuzis dentro da piscina da vila olímpica — inaugurada em 2012 para formar talentos para os Jogos de 2016. De acordo com agentes da distrital, os traficantes que aparecem na foto — feita há uma semana — são oriundos do Complexo da Pedreira e invadiram a Proença Rosa há duas semanas.

A Secretaria municipal de Esportes e Lazer, responsável pelas vilas olímpicas da cidade, confirma que o local foi invadido por bandidos. Entretanto, segundo nota enviada pelo órgão, “no momento da invasão, a vila se encontrava fechada e sem ninguém”. A secretaria também alega que “as atividades foram normalizadas, e já houve reforço na segurança do local”.

[...] **‘Adorei a piscina’**. A piscina da vila olímpica também é citada num áudio investigado pela 39ª DP. Na gravação, feita após a tomada da Proença Rosa, um homem, que se identifica como Celso Pinheiro Pimenta, o Playboy, chefe do tráfico da Pedreira, provoca a facção rival. “Adorei a piscina, esculachou. Mó complexão, tá tudo dominado”, diz (In: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/traficantes-ostentam-fuzis-dentro-da-piscina-da-vila-olimpica-de-honorio-gurgel-14298499.html>. Acesso em: 20 out. 2014).

Fatos como o descrito no trecho acima, passaram a ocorrer nos equipamentos esportivos. Na Vila Olímpica Clara Nunes, no mesmo período da citada reportagem, ocorreram algumas invasões ao equipamento por parte de adolescentes que tinham algum tipo de envolvimento com o tráfico de drogas da região. Algo nunca registrado anteriormente.

A comunidade participava muito porque tinha essa questão da Vila funcionar sábado e domingo, as pessoas tinham muita identificação. Por exemplo, as Vilas Olímpicas não eram assaltadas, pelo menos até dezembro de 2008. Nunca entraram traficantes aqui. Guerra de traficante e eles chegavam aos portões, mas não entravam na Vila. No alemão teve um caso que até tentaram me arrolar nessa história que os traficantes iam para Vila Olímpica no final de semana, aí me ligaram dizendo que tinha gente de fuzil na piscina. Mas, na melhor das intenções, eles estavam lá para tomar banho de piscina junto com a comunidade, sem oprimir, sem fazer nada, e aí eles tinham que levar seu armamento. Aí a gente falou que era proibido, e eles falaram que não podiam tomar banho de piscina sem levar o armamento. Então falamos vocês não podem tomar banho de piscina. É difícil porque são garotos 15 e 17 anos (Ex-secretário de esporte e lazer, entrevista em: 15/10/14).

Um dado importante é que com exceção da Maré, nós não tivemos ato de violência em nenhuma Vila. O limite territorial pertencia a Vila, e nós conseguimos embutir na cabeça das pessoas que pertencia à comunidade e não ao poder público. O poder público estava ali para fazer aquele espaço funcionar e oferecer a eles. Então não tivemos essas quedas de braço com o tráfico, extra a única vez que eles tentaram entrar foi lá na Maré. Mas ali dentro (da vila) era um pertencimento, porque nós não tínhamos degradação dentro do equipamento, não sei hoje em dia como está. Todas elas tinham equipe de limpeza, de segurança, tinha aparelho de ar condicionado em alguns salões, tinha material esportivo, que a gente dava, nós tínhamos tudo. E o prefeito conseguiu fazer um cinturão para evitar exposições políticas dentro dos equipamentos (Ruy Cezar- Secretário de Esporte e Lazer responsável pela implementação das V.O; entrevista realizada em: 27/10/14).

Infelizmente é o que está acontecendo hoje, em algumas Vilas está acontecendo isso, por exemplo, a Vila Olímpica do Caju é uma Vila enorme, mas em virtude dos problemas que a gente acompanha fecharam a piscina. Naquele momento eu achei um absurdo, e hoje em dia eu já acho perfeito, porque se a comunidade não respeita o equipamento, você perde o equipamento, porque eles não vão mais te respeitar. Se a comunidade não respeita, é um profundo motivo para o equipamento não dá certo. Isso aconteceu aqui, e eu cheguei a ficar sábado e domingo até quatro horas da tarde e eles até jogaram pedra em mim, e isso a degradação do equipamento fez com que aconteça, pois a comunidade não respeita. E aqui é um local de respeito, as pessoas têm que pensar, tenho que ir para a Vila Olímpica de sunga, de touca, e eu tenho que ter respeito às regras que existe lá, assim como existe em qualquer lugar (Ex-coordenador técnico geral das Vilas Olímpicas e atual coordenador da VOCN de final de semana- atua no projeto V.O desde 2001; entrevista em: 27/04/14).

Aquilo ali agora é normal, alguém tirou a foto ali e botou na internet. Porque no final de semana nós fomos lá para Vila de Honório para fazer ginástica, os caras chamaram o guarda e perguntaram se estava tendo atividade, aí ele falou que estava tendo atividade, aí ele falou: porque a gente ia entrar para tomar banho, agora já

que tem aula a gente não vai entrar. Isso não acontecia antes. Igual aqui, não acontecia porque quando a gente tem um equipamento bacana onde a população enxerga a importância daquele local eles respeitam, quando a Vila era bonitinha e que era cheia nunca se ouviu falar que entraram para roubar, mais eu sei que ano passado nos fomos assaltados. Invadiram até a creche (Usuária da VOCN E (70 anos); entrevista em: 29/04/15).

Como podemos perceber, inúmeros são os desafios para as políticas públicas de esporte e lazer nos bairros pobres da cidade do Rio de Janeiro, bem como para os profissionais que atuam nesses espaços. O poder público vem privilegiando os equipamentos localizados em áreas estratégicas da cidade, abandonando os existentes nos bairros pobres e mais afastados do centro urbano. Não se observa impactos positivos dos investimentos para realização das Olimpíadas Rio 2016 para as Vilas Olímpicas.

Não acredito que possa ter alguma melhoria, toda verba que a Prefeitura tem utilizado é em nível de turismo e reformas dos estádios que já existem, e para construções de outros. A nossa Vila Olímpica, por exemplo, ela não recebeu nenhum tipo de ajuda ou manutenção. Fazemos relatórios, batemos fotos e enviamos mais não houve nenhum tipo de manutenção (Professor A- atua no projeto V.O desde 2004; entrevista em: 20/05/14).

É questão política, de visibilidade e de boa vontade. Eu acho que até falta um pouco de humanidade das pessoas que estão à frente, porque faz muito pouco por essa população e faz muito pouco dessa população que os elegem, que os colocam lá. Porque se sabe que essa é uma região de onde saíram vários atletas, aqui mesmo bem encostado a Vila Olímpica nós tivemos o Adilson que foi jogar de futebol, nós temos o Robson Caetano que foi morador, dentre outros. Nós sabemos que aqui nessa mesma Vila Olímpica nós temos atletas treinando em clubes hoje na natação, no judô, ganhando medalhas, alunos que se formaram que está aí disputando. Nós sabemos que a nossa proposta não é de alto rendimento, mas a consequência do trabalho da inclusão, da educação, da participação pode ser o alto rendimento. Nós temos até atleta saindo da Vila Olímpica e participando de algumas coisas, de algumas competições e não tem o reconhecimento. Mas não tem o reconhecimento porque não é visto? Ou porque não é dito? Não, é porque não tem interesse mesmo por essa área, por essa região. Porque isso aqui não dá visibilidade, não dá dinheiro, não dá financiamento. Eu não vejo nesse momento nada de positivo com esse evento. Espero do futuro de imediato é a reforma da Vila para que nós possamos pensar além, porque a partir daí a gente pode esperar muita coisa (Funcionária A. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/15).

A partir da reforma a gente pode pensar novos projetos, novas intervenções, novas ações, a partir da reforma da Vila a gente vai conquistar uma fatia maior dessa comunidade, nós vamos aumentar a nossa credibilidade, porque a Vila Olímpica está desacreditada. Seria retomar uma situação de confiança maior dessa comunidade, que hoje eu acredito que se sinta desprivilegiada sim de ter um equipamento como esse dessa forma (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

Nós somos a única Vila nessa situação! (Luiza Helena- Coordenadora geral do projeto VOCN- atua no projeto V.O desde 2005; entrevista em: 25/08/14).

Nós estamos em 2014, e o que a gente faz? Reza para chegar lá. É tudo questão de interesse, de foco (Ex-secretário de esporte e lazer, entrevista em: 15/10/14).

Os profissionais que participaram do estudo explicitaram a relevância da liberação da obra e da revitalização do espaço para que eles possam recuperar a autoestima da população local e vislumbrar novas ações. Segundo os mesmos, o que falta é mais vontade política e respeito aos direitos do cidadão, acima dos interesses particulares. Os profissionais também foram enfáticos em ressaltar a importância da existência da VOCN como uma possibilidade real de lazer para as famílias da região.

A existência desse equipamento na região é importantíssima. A gente está dentro de uma região onde a gente olha para todos os lados e detecta uma carência, uma situação de vulnerabilidade social muito grande. Com certeza a Vila Olímpica é um diferencial. E a Vila estar aqui, ainda que hoje ele esteja passando por situações difíceis, e a gente pode ver isso na questão da precariedade em nível de estrutura, ainda assim eu acredito que ela é um diferencial nesse espaço, nesse lugar (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

Eu acho que com toda dificuldade, mesmo sem a piscina e com o campo de futebol deteriorado a Vila Olímpica continua sendo um local onde as pessoas conseguem, além de praticar esporte, exercer a sua cidadania. Porque de alguma forma o atendimento e o trabalho que é feito é voltado para as pessoas. Eu acho que a gente pode melhorar, pois com a degradação da Vila Olímpica o trabalho caiu muito, porque as pessoas não acreditam que isso aqui funcione, e que continua funcionando plenamente. Podemos fazer muito mais do que fazemos hoje, mas dependemos da reestruturação desse espaço (Funcionária A. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2007; entrevista em: 01/04/15).

De acordo com os trechos das entrevistas acima, a atual situação do referido equipamento desmobilizou a população local, e passou a exigir mais esforços dos profissionais. Quando questionados sobre o que representava atuar na Vila Olímpica Clara Nunes, os profissionais destacaram:

Para mim a atuar nesse espaço é a oportunidade de participar de algo que eu posso e acredito. O nosso produto na educação não é um produto físico, que você constrói e pode tocar nele. O nosso produto é a própria pessoa, a transformação da pessoa. Então quando eu passo e um ex-aluno me chama para falar que fez um concurso ou que está trabalhando, essa é a minha realização. Seja aqui na Vila Olímpica, seja na área da educação, é o que motiva estar aqui ainda, pois o que eu já passei aqui. São vários fatores, no início eu tinha acabado de me formar e você vai criando um vínculo com a comunidade. Eu me sinto aqui como se eu tivesse chegando ao meu bairro, na minha casa, porque são mais de dez anos trabalhando no mesmo local. Você faz amizade e cria vínculos. E quando você vê um aluno que poderia estar no crime, e de repente ele muda, isso me motiva. Estar aqui ainda trabalhando na Vila Olímpica foi o que me atraiu. Porque trabalhar em locais de classe média alta você não tem muito que transformar. Aqui não, aqui você vê o produto, você o vê

caminhando (Professor A- atua no projeto V.O desde 2004; entrevista em: 20/05/14).

O professor aqui da Vila Olímpica Clara Nunes pode trabalhar em qualquer lugar em projeto social, pois se ele consegue desenvolver um grande trabalho aqui sem que ele tenha a infraestrutura correta, ele consegue trabalhar em qualquer equipamento de qualquer área. E posso te dizer que os professores que estão aqui, estão primeiramente porque gostam de lecionar, e segundo sabem que para lecionar não precisam somente de uma infraestrutura, ou uma sala de aula adequada, ele dá uma aula em qualquer lugar, sentado ou no chão. Mas existe verba para que as aulas sejam de boa estrutura, de qualidade. A população paga seus impostos e tem os seus direitos, e acho que se os professores fossem cruzar os braços por conta da infraestrutura eles realmente não deviriam estar aqui. Nós damos aula com falta de infraestrutura sim, não deveríamos, mas já que estamos aqui vai ser deste jeito. Os professores que estão aqui demonstraram a todo o custo que gostam de aula, gostam desse público da Vila Olímpica Clara Nunes e gostam do equipamento. Se for comparar com qualquer outro equipamento a gente perde sim em infraestrutura, mas não perde em força de vontade e qualidade no atendimento. Isso é um desafio para todos nós, a gente fica sempre aguardando a Vila passar por reformas, acho que isso valoriza ainda mais o trabalho que a gente faz aqui, com toda a dificuldade que a gente tem, que não deveria ter pela região que a Vila atende, estamos aqui. Sinceramente a gente tem esperança que as coisas vão melhorar, e a população também tem esperanças, até porque se perdermos a esperança e cruzarmos os braços não vão realizar o nosso trabalho (Coordenador Técnico da VOCN- atua no projeto V.O desde 2004, entrevista em: 07/04/15).

Eu vejo esse local como o único espaço de esporte e lazer em uma área de 10 mil metros quadrados, em um raio de 10 quilômetros, o único local seguro para as pessoas fazerem atividade física. Então as pessoas vêm por isso, é uma área onde pode se desenvolver os serviços, você não vê os serviços acontecerem dentro das comunidades, os serviços acontecem dentro da vila Olímpica, você não vê nada acontecendo lá dentro. O impacto que ela causa é referência esportiva, primeiramente uma referência de atividade para os adultos da terceira idade, uma referência de futebol, uma referência de natação onde nós não temos uma piscina para os alunos desse entorno, acho que são 200 mil na região da Pavuna praticamente hoje. Então assim, o impacto é mais social que esportivo (Coordenador administrativo da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 07/04/15).

Eu acredito que a gente impacte sim de alguma forma através do trabalho. Não temos como mensurar isso, mas no dia a dia eu acho que a gente consegue ver em alguns comportamentos, nos movimentos, em algumas falas e em algumas mudanças concretas o quanto o trabalho tem possibilitado sim uma melhoria e uma qualidade de vida para alguns usuários. Seríamos utópicos em dizer todo mundo está bem, todo mundo está feliz, mas eu acredito que no momento em que famílias, pessoas chegam e passam pelo portão da Vila isso já é um diferencial de saúde. E aqui a gente observa pessoas que chegam de uma forma deprimida, triste, sem amigos, e daqui a pouco ela está se socializando, o semblante muda, e então ela está se interagindo. Isso não é mudança provocada por um trabalho? O fato de eles retornarem todos os dias é isso, você só volta para um lugar onde você se sente acolhido e bem. Pode não estar perfeito, bonito, mas alguma coisa nesse lugar estar fazendo com que eles retornem. A criança quando ela está no colégio ela é obrigada a cumprir todas as normas da escola, ela está dentro de uma instituição onde ela não tem ali o crivo de escolha, na Vila Olímpica ela vem de forma espontânea, é um trabalho de sedução. Então para que ela volte, ela tem que achar alguma coisa

aqui que seja interessante para ela. Então, isso é um diferencial para a gente. Se essa criança volta, se ela continua na aula com seu professor é porque aquilo ali está sendo importante para ela (Funcionária B. da VOCN- atua no projeto V.O desde 2006; entrevista em: 01/04/15).

A partir da discussão ora abordada, é possível inferir que os desafios e as dificuldades lançados aos profissionais da Vila Olímpica Clara Nunes são inúmeros, mas as possibilidades ainda existem. Apesar de tais dificuldades não serem visibilizadas e analisadas pelos gestores e representantes do poder público municipal enquanto uma realidade a se intervir, estas são indubitavelmente percebidas por parte dos profissionais. Desse modo, a totalidade dos sujeitos entrevistados reconhece que o desenvolvimento de um trabalho de qualidade, em um contexto em que os poucos recursos e as condições de trabalho limitam as respostas à ação profissional, configura-se como um grande desafio.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação de mestrado assumiu como objetivo compreender até que ponto o Projeto Vila Olímpica Clara Nunes garante a inserção e o acesso da população ao esporte e lazer como direito social. Para tanto, nossa pesquisa apoiou-se num conjunto de variáveis que contemplaram a análise de elementos como o uso político do esporte, sua relação com o Estado, e sua apropriação enquanto política pública social na cidade do Rio de Janeiro.

Realizou-se em primeiro lugar uma revisão da literatura existente sobre o esporte e o lazer, e sobre o projeto Vila Olímpica. Para resgatar a história do referido projeto, realizamos uma ampla pesquisa documental que serviu de alicerce para nosso estudo. Realizamos também entrevistas individuais com gestores, profissionais e usuários do projeto Vila Olímpica Clara Nunes, localizado em Acari, visando melhor aproveitar o material coletado e os resultados obtidos a partir das análises documentais.

No caso específico da pesquisa documental, tivemos a oportunidade de revisar relevantes documentos como relatórios, atas de reuniões, projetos, dossiês, e documentos referentes à implementação e o funcionamento do projeto Vila Olímpica Clara Nunes. Assim, através dessas fontes, associado à intensa revisão bibliográfica sobre o tema esporte, política pública social e violência urbana, pudemos analisar a importância de se discutir a implementação dos projetos esportivos enquanto elemento de inclusão social para os jovens pobres da cidade do Rio de Janeiro.

Optamos por analisar os elementos que caracterizaram a trajetória das políticas públicas de esporte no Brasil, nos preocupando com a elucidação dos diferentes interesses envolvidos por de trás das ações estabelecidas pelo Estado em torno do esporte. O fenômeno esportivo passou a ser alvo de diversos interesses, tanto enquanto objeto de política pública pelo Estado, quanto dos interesses de mercado a partir de sua adequação como mercadoria para a realização de grandes eventos. Podemos perceber que durante o processo de desenvolvimento da prática esportiva no mundo, o esporte sempre foi permeado pelas transformações e

ingerências relativas aos diferentes contextos socioeconômicos e políticos no qual estava inserido.

O esporte no decorrer da história foi utilizado como meio para atingir diferentes fins: foi instrumento de controle social, de poder, de disciplina, instrumento de “civilidade” para trabalhar comportamentos e objeto de política pública para dirimir conflitos. Nesse sentido, em diversos contextos, o esporte foi inserido como recurso ideológico na condução de diferentes interesses na sociedade.

O Estado na modernidade, a partir de seus interesses, também incorporou o esporte às suas ações para alcançar diversos objetivos. Um exemplo foi às ações do presidente Vargas, que contribuiu para a distorção do verdadeiro sentido esportivo, reduzindo-o a um mero instrumento para alcançar determinados fins, o que comprometeu a sua existência como direito no Brasil.

O esporte foi utilizado como política pública para disciplinar e subordinar as classes, de modo a distraí-la para retirar a atenção de assuntos políticos, prevenindo possíveis conflitos. Esse modelo gerou reflexos e impactos que perpetuam na área esportiva até os dias atuais. Após a década de 60, analisamos algumas modificações na visão e na utilização do esporte, na qual o mesmo passou a ser reconhecido como um importante recurso para obtenção de consenso popular.

A partir do século XX o esporte, juntamente com o lazer, pôde ser considerado e reconhecido como direito do cidadão. Entretanto, o esporte e o lazer ainda não ocupa, na hierarquia das políticas públicas, o mesmo grau de importância dos outros direitos sociais. Ainda há um longo caminho a ser percorrido. Por isso, pensar o esporte como direito social e objeto de política pública pressupõe a compreensão dos elementos históricos relativos ao seu processo de expansão e institucionalização na sociedade moderna, sobretudo em uma sociedade extremamente desigual como a brasileira.

A escolha do esporte como instrumento foi porque o mesmo desempenha um papel importante na sociedade brasileira, pois além de ser uma maneira de aliviar a tensão e contribuir para a saúde de seus praticantes, proporciona disciplina, permite a liberação das emoções e a construção de identidades. A partir dessa perspectiva, no final da década de 1990, diante de uma realidade de grandes



transformações decorrentes da crise econômica do período anterior (tanto no que se refere ao reordenamento urbano, quanto ao agravamento da criminalidade e da violência na cidade do Rio de Janeiro), o esporte passou a ser instrumentalizado nesse contexto como promotor de valores morais para a juventude. Dentro dessa nova configuração, a política de esporte desempenhou um novo papel, com a finalidade de diminuir a violência na cidade. O esporte e o lazer foram utilizados nos discursos governamentais como promotor de “cidadania”, sobretudo, para os jovens de áreas pobres da cidade.

Conforme destacado no presente estudo, durante a década de 1990, a situação dos jovens pobres ganhou mais visibilidade no Rio de Janeiro, e passou a ser objeto de preocupação para o poder público. As questões que envolviam os jovens passaram a estar associadas ao tema das drogas, da criminalidade e da violência urbana. O que motivou uma maior atenção ao público jovem nas políticas públicas. Nessa perspectiva, o jovem foi visto principalmente a partir dos problemas que ameaçavam a ordem social da cidade carioca. E, portanto, o enfrentamento da pobreza e a prevenção da violência exigiram políticas públicas eficazes que visassem à inserção desse segmento.

Nesse sentido, houve a expansão de projetos educacionais voltados para inclusão e transformação social dos jovens pobres em situação de risco e vulnerabilidade social. Tais projetos utilizaram, sobretudo, a prática pedagógica do esporte para combater o problema da violência na cidade. Com o objetivo de resgatar o jovem pobre através do discurso da boa utilização do tempo livre, de modo a afastá-lo do envolvimento com o crime.

A partir dessa visão projetos foram planejados pelo poder público e por organizações não governamentais tendo como alvo o segmento infanto-juvenil, a fim de combater os índices alarmantes de violência urbana na cidade. Nesse contexto operou-se a gestão de política pública voltadas para a juventude, tendo como foco primordial de atuação o esporte como “solução” para violência e como instrumento de recuperação da juventude.

Tais projetos se voltaram de maneira especial para as crianças e os adolescentes moradores dos bairros pobres da cidade, sobretudo os jovens considerados carentes ou em situação de vulnerabilidade social. Vislumbrou-se o

desenvolvimento de ações e iniciativa por parte do governo municipal na área do esporte, entre elas a disseminação das Vilas Olímpicas no cenário carioca, a partir da perspectiva do esporte enquanto “remédio” para amenizar os problemas sociais, um verdadeiro antídoto. O projeto Vila Olímpica se apresentou como uma alternativa do poder público de proporcionar ao jovem e a população dos bairros pobres da cidade o acesso à prática esportiva de forma gratuita, para atenuar alguns conflitos sociais nas áreas violentas por meio de políticas sociais.

A cidadania foi um elemento central no direcionamento desse projeto para a população. O resgate da cidadania foi a retórica utilizada para a elaboração desses programas, para incluir a população jovem de baixa renda, que ficavam ociosos e suscetíveis a cometer práticas “delituosas” na cidade. Com isto, pretendia-se que o projeto mudasse a perspectiva de milhares de jovens que não tinham “referenciais positivos”, de maneira a integrá-los à cidade. Entretanto, independente das boas intenções apresentadas, quase todas as iniciativas empregadas visavam proteger esse público da sedução do crime, e não apenas garantir o direito à prática. Um importante elemento para análise é a compreensão de que a opção por uma determinada política, bem como a maneira como a mesma é praticada, nunca se dá de forma neutra e desinteressada, e o mesmo ocorreu com o esporte.

O discurso do poder público acerca da utilização do esporte foi marcado por uma inversão de seus valores enquanto direito social, atribuindo-o um caráter utilitário ao apresentá-lo para a população como recurso para a resolução de problemas sociais, como a violência e o crime. A solução dos problemas sociais existentes na cidade carioca requer uma ação mais ampla do Estado, na qual somente a implementação de programas esportivos focalizados em áreas de vulnerabilidade social é incapaz de resolver. É necessário ir mais além. A resolução dos problemas que expressam a questão social na cidade do Rio de Janeiro envolvem uma nova postura do poder público frente às demandas da população, no sentido que essa possa se desdobrar em um conjunto de variadas políticas sociais públicas, não só a de esporte. Nesse sentido, ressaltamos a urgente necessidade de propostas de trabalho que se esforcem no sentido de desmistificar o caráter funcionalista e utilitarista empregado aos projetos de esporte e lazer, e priorizem seus reais significados a partir da perspectiva do direito que precisa ser universalizado.

Como destacado no estudo, o esporte e o lazer fazem parte dos direitos sociais legalmente contidos na Constituição Federal de 1988, na qual os mesmos foram assegurados como o direito de cada cidadão, indiferente de sua classe social. Entretanto, a realidade do que consta no referido documento é completamente contrária a que perdura na prática, pois, tais direitos não conseguiram a sua efetivação junto à população. As ações do Estado na área esportiva privilegiam os interesses voltados ao mercado, transformando tais direitos em mercadoria de consumo.

Nesse sentido, podemos afirmar que o esporte no Brasil ainda tem um extenso percurso a percorrer no processo de universalização do acesso. Pois, a partir do momento que o mesmo passou a ser oferecido como um bem ou serviço que pode ser consumível ou como “algo dado” pela benemerência do Estado, este se distanciou cada vez mais da possibilidade de se estabelecer como um direito social.

Em nossa pesquisa, notamos que a discussão em torno da atuação no campo das políticas públicas na área do esporte e lazer na cidade do Rio de Janeiro ainda é pouco analisada. Tais políticas ainda apresentam inúmeros desafios para a sua concretização como direito. Várias são as problemáticas que abarcam o universo dessas políticas, como, por exemplo, a focalização, a escassez de financiamentos e a inexistência de controle dos recursos pela Prefeitura. As políticas públicas de esporte não podem ser analisadas de maneira isolada. É necessário uma interface com as outras políticas existentes e uma profunda reflexão sobre as diferentes maneiras de acesso, considerando que grande parte desses equipamentos foram construídos em territórios controlados por facções criminosas. Os gestores devem pensar na agenda e na implementação dessas políticas a partir de uma visão totalizante que as articulem com outros setores, priorizando a melhoria da condição de vida e de acesso da população.

Os equipamentos não conseguem fazer com que a população frequente tais espaços (como o que acontece na Vila Olímpica de Acari). Como apresentado nesse estudo, a violência na cidade transformou a rotina e a vida dos diferentes sujeitos, interferindo na sociabilidade, e dificultando a mobilidade e o acesso aos serviços. O discurso da redução da violência e do baixo IDH da região de Acari foi e é o elemento que justifica a implementação da Vila Olímpica Clara Nunes. No entanto,

ínfimas são as ações e os investimentos do governo municipal para garantir o funcionamento adequado do equipamento.

Da mesma forma, os conflitos em torno do mercado de drogas formaram “fronteiras” no bairro, impedindo que os moradores circulem livremente. Essa situação gera graves implicações no acesso aos equipamentos públicos como um todo. É necessária a formulação de um urbanismo que saia dos gabinetes, e reconheça o espaço da cidade a partir das demandas dos diferentes sujeitos que nela habitam. Diante disso, considerar os usos que são feitos no território torna-se elemento importante para a análise e formulação das políticas na cidade do Rio de Janeiro. As políticas públicas atuais devem ter a capacidade de identificar as desigualdades, as demandas das populações e as contradições reais existentes nos diferentes territórios para sua efetivação.

Levantamos, no decorrer do trabalho, os seguintes questionamentos: Qual será o próximo interesse que o esporte representará em nosso país? Será que ele de fato se voltará para o interesse do cidadão? A partir das atuais posturas do governo do Estado, podemos concluir que cada vez menos os interesses são voltados para o bem comum da população. A ênfase ao esporte como meio de inclusão ganhou destaque e fazem parte das políticas que envolvem o planejamento da cidade e dos interesses do Estado. A análise feita no decorrer dos capítulos nos permitiu compreender que o esporte não é utilizado de maneira desinteressada. Pelo contrário, observa-se, atualmente, um processo de espetacularização não só do esporte, mas das políticas públicas de esporte e lazer, que prioriza a visibilidade para os grandes eventos, e não o acesso e o interesse da população. As ações do Estado na área do esporte não tem se voltado para os reais interesses dos cidadãos.

Foi possível concluir que a “mercantilização do esporte”, incorporado à agenda para realização dos Megaeventos na cidade, fez com que as ações do poder público desprivilegiassem os espaços públicos destinados à prática do futebol, do vôlei, etc. para a população, tornando-os cada vez mais precários. A carência dessas políticas tem dificultado ainda mais o acesso ao direito ao esporte e a essas atividades.

A todo o momento são apresentados pelos órgãos do Estado, os grandes investimentos em complexos esportivos para a realização dos grandes eventos

como um meio de divulgar a identidade social e a imagem da cidade. O problema da utilização do discurso do esporte não está aí, mas sim em como, a partir desses eventos, é possível torná-lo efetivamente realidade para todos. A Cidade do Rio de Janeiro está sendo palco de diversos projetos para a realização das Olimpíadas de 2016. Entretanto, as ações e os investimentos feitos para a realização desse evento, até o momento, não tem se desdobrado em melhores condições das estruturas existentes para incentivar o acesso ao esporte. Ao contrário, cada vez mais estão sendo transferidos para a população os custos e os ônus para a concretização desses projetos, como é o caso da Vila Olímpica Clara Nunes, que está cada vez mais sucateada e degradada pela falta de manutenção, enquanto determinadas áreas da cidade são adequadamente revitalizadas com equipamentos de alto nível.

Pouco se priorizou aqueles que vivem na cidade. A população não consegue perceber que as possibilidades dos investimentos para esse evento possa se desdobrar em benefícios concretos para a população. Os profissionais e os usuários da Vila Olímpica Clara Nunes, durante as entrevistas, afirmaram que a realização desse evento na cidade não trará benefícios e recursos para a melhoria na área do esporte para a população. Os mesmos não conseguem vislumbrar a realização desses eventos esportivos como um possível aumento de investimentos e melhores infraestruturas para os equipamentos Vilas Olímpicas, que sofrem com o abandono por parte do poder público.

Com base nos resultados apresentados em nosso estudo, podemos concluir que os equipamentos públicos de esporte e lazer da cidade do Rio de Janeiro, voltados à população pobre, passam por inúmeras dificuldades atualmente, como por exemplo, falta de recursos, de materiais esportivos e de verba para a conservação da estrutura e para o melhor atendimento da população.

Umas das tendências apontadas pelo poder público municipal para a relevância dos equipamentos públicos de esporte e lazer é a sua construção como “celeiro de novos talentos”. Através do discurso de que a realização dos grandes eventos influenciará o surgimento de novos talentos e promoverá a ascensão social dos jovens que participam desses programas. No entanto, a partir da realização do presente estudo constatamos que somente a divulgação da prática do esporte, a partir da realização dos megaeventos, não dá conta de propiciar a aparição de talentos. Para a sua concretização, não é necessário somente o oferecimento de

modalidades esportivas, mas sim, uma efetiva reformulação dos programas voltados ao esporte, aliado a uma mudança efetiva na condição de oferecimento dos mesmos a população, para que os jovens, que sonham com um futuro no esporte, não se percam diante da escassez de recursos, da pobreza e da violência.

As políticas de esporte, como as Vilas Olímpicas, interferem no imaginário dos jovens, mas em contrapartida não são oferecidas as condições mínimas necessárias nesses equipamentos para o desenvolvimento da prática do esporte. Esses equipamentos oferecem uma estrutura precária e deficiente devido à escassa manutenção, o que em alguns casos colocam em risco até mesmo a integridade física devido às péssimas condições de uso.

Por isso, as políticas públicas na área do esporte voltadas para o segmento infanto-juvenil dos bairros pobres do Rio de Janeiro não podem ser pensadas e legitimadas pelo simples discurso de ocupar o tempo livre dos jovens ou tirá-los da rua, mas devem ser implementadas de maneira a garantir direitos e ampliar oportunidades de acesso desses jovens às práticas esportivas como um todo.

## Referências bibliográficas

- ABAD, M. **Crítica política das políticas da juventude**. In FREITAS, M. V. e PAPA, F. (Orgs.). Políticas públicas: Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez, 2003.
- ABRAMO, H. W. **Condição juvenil no Brasil contemporâneo**. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto de Cidadania/ Fundação Perseu Abramo, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, nº 5-6. 1997.
- ABRAMOVAY, M. et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília. UNESCO, 2002.
- ADORNO, S. **A experiência precoce da punição**. In: O massacre. 1993.
- ALVITO, M. **As cores de Acari**: uma favela carioca. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- ARAÚJO, V. **Projetos sociais são prejudicados por causa de tiroteios no Complexo do Alemão**. Jornal O Globo, 10 mai. 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/projetos-sociais-sao-prejudicados-por-causa-de-tiroteios-no-complexo-do-alemao-16111335#ixzz3Zr4W2lJm>>. Acesso em: 01 jun. 2015.
- BANGO, J. **Políticas de juventude na américa latina**: identificação de desafios. IN: Políticas públicas: juventude em pauta. FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (Org.). **Ação educativa assessoria, pesquisa e informação**: Fundação Friedrich Ebert. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARROS, D. S. **Os significados da educação profissional para a trajetória profissional dos jovens oriundos do Projovem Urbano**. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.
- BASTO, M. **Migração do tráfico com UPPs aumenta violência na região do 41º BPM e forma nova “Faixa de Gaza” no Rio**. 15 jul. 2012. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/efeito-upp-migracao-de-trafficantes-forma-nova-faixa-de-gaza-no-rio-20990712.html>>. Acesso em: 11 abr. 2015.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 8ª ed.; São Paulo: Cortez, 2011.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOBBIO, N. **A Era dos direitos**. tradução de carlos nelson coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2004.
- BONNENFANT, R. **La modernization des équipements et installations sportifs**. AIRES: Association pour L'Information et la Recherche sur Équipements de Sport et de Loisir. Édition de la Lettre du Cadre Territorial, 2001.
- BORJA, J.; FORN, M. de. **Políticas da europa e dos estados unidos para as cidades**. Espaço & debates. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais Urbanos. 39, 1996.

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. **"Como é possível ser esportivo?"** In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRACHT, V. *Sociologia Crítica do esporte: uma introdução*. 3. ed. Ed Unijuí, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Esporte e poder**. Maringá: UEM, 1989. (Mimeogr.).
- BRASIL, Constituição (1988). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 10 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 out. 2012.
- \_\_\_\_\_. Estatuto da criança e do adolescente: **Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- \_\_\_\_\_. Estatuto da Cidade: **Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. Brasília. Câmara dos Deputados. 1ª Ed., 2001.
- \_\_\_\_\_. Senado Federal. **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.
- BRUM, C. dos S. **Qual o legado do Pan Rio 2007?** RIO MÍDIA, Rio de Janeiro, set. 2007. Disponível em: <[http://www.multirio.rj.gov.br/portal/riomidia/rm\\_materia\\_conteudo.asp?idioma=1&idMenu=3&label=Artigos&v\\_nome\\_area=Artigos&v\\_id\\_conteudo=68976](http://www.multirio.rj.gov.br/portal/riomidia/rm_materia_conteudo.asp?idioma=1&idMenu=3&label=Artigos&v_nome_area=Artigos&v_id_conteudo=68976)>. Acesso em: 03.out.2007.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**. crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CARLOS, A. F. A.. **Espaço-tempo na metrópole**: a fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Contexto, 2001.
- CARNEIRO, C. B. L.; VEIGA, L. **O conceito de inclusão, dimensões e indicadores**. Belo Horizonte: Secretaria Municipal de Coordenação da Política Social, jun. 2004. (Pensar BH – Política Social, 2.)
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil – O longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002; 2006.
- \_\_\_\_\_. **Os bestializados – o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia de Letras, 1991.
- CASTEL, R. **As armadilhas da exclusão**. In: CASTEL, R; WANDERLEY, L.E.; BELFIORI-WANDERLEY, M. **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 2008.
- COELHO, F. D. **História Urbana e Movimentos Sociais**: o movimento de reforma urbana (1950-1990). (Tese de Doutorado). Niterói: UFF, 1996.
- COI, Comité Olímpico Internacional. **Carta Olímpica**. Comité Olímpico Internacional. Instituto Português do Desporto e Juventude. IP, 2011.
- COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**: um discurso sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.
- DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90**: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- DAMATTA, R. **Esporte e políticas públicas na virada do milênio**: o caso de Niterói. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.



\_\_\_\_\_. **Esporte na sociedade**: um ensaio sobre o futebol. In: DAMATTA, R. et al. (Orgs.). *Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1982

DECCACHE-MAIA, E. **Esporte e políticas públicas no Brasil**. Esporte e Sociedade. nº. 3. Rio de Janeiro, 2006.

DICIONÁRIO AURÉLIO ONLINE. Disponível em:  
<[www.dicionariodoaurelio.com](http://www.dicionariodoaurelio.com)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

DIOGENES, G.; SÁ, L. **Juventude e segurança pública**: dissonâncias e ressonâncias. IN: PAPA, F. C e FREITAS, M. V. *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Peirólis, 2011.

DOSSIÊ do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. **Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro**. junho de 2014. Disponível em:  
<[https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014\\_web.pdf](https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf)>. Acesso em: 01 nov. 2014.

DOWDNEY, L. O crescente envolvimento de crianças e jovens no crime organizado na cidade do Rio de Janeiro. IN: RIZZINI, I... (et al). *Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade e violência na America Latina e Caribe: relações indissociáveis?* Rio de Janeiro: Editora 4 mãos/FAPERJ, 2006.

EDUARDÃO. Vistoria à Vila Olímpica Clara Nunes. Disponível em:  
<<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1634860956735322.1073741932.1409393532615400&type=1>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

ELLISON, N. **Rumo a uma nova política social**: cidadania e reflexividade na modernidade tardia. In: *Desigualdade & Diversidade*. Nº. 8, janeiro, 2011.

FOLHA S. PAULO ONLINE. Disponível em:  
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/71625-longe-das-upps-violencia-cresce-no-rio.shtml>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. (Orgs.) MACHADO, R. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, L. de L. **Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS). Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Rio de Janeiro, 2005.

FREITAS, M. V.; PAPA, F. (Orgs.). **Políticas públicas**: Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

G1 Rio. **Mais de 2 mil alunos ficam sem aulas devido a operação no Chapadão, Rio**. 04 set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/09/mais-de-2-mil-alunos-ficam-sem-aulas-devido-operacao-no-chapadao-rio.html>>. Acesso em: 04 set. 2015.

GLOBOESPORTE.COM. **Vila Olímpica de Acari tem objetivos diferentes. Localizada na área mais pobre da cidade, tudo precisa se adequar ao local**. 29 de jan. 2007. Disponível em:  
<<http://globoesporte.globo.com/ESP/Noticia/Arquivo/0,,AA1435337-3853,00.html>>. Acesso em: 01 nov. 2013.

GOMES, A. A. **Política social pública e juventude**: Análise dos processos de continuidade e descontinuidade. (Dissertação de Mestrado). Departamento de Serviço Social. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2010.

GONÇALVES, M. A. R. *A Vila Olímpica da Verde-e-Rosa*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Ed. PUC-Rio. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- HARVEY, D. **Las ciudades fragmentadas**. Buenos Aires, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio**. Espaço & Debates. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais Urbanos. 39, 1996.
- JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martis Fontes, 2011.
- JANCZURA, R. **Risco ou vulnerabilidade social?**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 301 - 308, ago./dez. 2012.
- JORNAL O GLOBO, MAGALHÃES, L. **Ameaça fecha Vila Olímpica**. Rio de Janeiro, 9 de dez. 2003. p. 14.
- KOGA, D. H. U. **Medidas de Cidades: entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LAFER, C. **A reconstrução dos Direitos Humanos**. SP: Cia. Da Letras, 1991, cap. IV e V.
- LAGO, L. C. **Desigualdade e segregação na metrópole: o Rio de Janeiro em tempo de crise**. Rio de Janeiro: Revan. Fase, 2000.
- LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- LEITE, M. P. (2008a), **Para além da metáfora da guerra: Violência, cidadania, religião e ação coletiva no Rio de Janeiro**. São Paulo: Attar Editorial/CNPQ/Pronex Movimentos Religiosos no Mundo contemporâneo.
- LEITE, M. P.; OIVEIRA, P. P. **Violência e insegurança nas favelas cariocas: o ponto de vista dos moradores**. Estudo de Política e Teoria Social. nº 13. UFRJ, 2006.
- LINHALES, M. A. **Jogos da política, jogos do esporte: subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo**. In: Lazer e Esporte: Políticas Públicas. Campinas: Autores Associados, 2001.
- \_\_\_\_\_. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos e setores excluídos**. (Dissertação de mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.
- LINHARES, R. **Seminário “Os Futuros Possíveis das Favelas e das Cidades do Rio de Janeiro”**. Observatório de Favelas, na Universidade Cândido Mendes, 2003. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=seminario\\_o\\_que\\_e\\_a\\_favela\\_afinal.pdf](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/files.do?evento=download&urlArqPlc=seminario_o_que_e_a_favela_afinal.pdf). Acesso em: 02 fev. 2014.
- MACHADO DA SILVA, L. A. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MACHADO, D. e V. **Os projetos sócio-esportivos: uma análise histórica – contextual na cidade do Rio de Janeiro**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires. Año 16. Nº 157, 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/>.
- MACHADO, T. C. J. **O impacto de um projeto sócio esportivo na comunidade da Vila Kennedy**. (Disertación Académica en Ciencia del Movimiento Humano - Maestría). UAA, 2012.
- MANHÃES, E. D. **Política de esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

- MANSUR, A. **“Faixa de Gaza” do Rio é cercada por violência e miséria.** Disponível em: <<http://www.andremansur.com/blog/faixa-de-gaza-do-rio-e-cercada-por-violencia-e-miseria>>. Acesso em: 11 abr. 2015.
- Mapa da Violência 2013. Disponível em: <<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013>>. Acesso em: 13 mai. 2014.
- MARCELLINO, N. C. **Lazer e esporte: Políticas públicas.** Campinas: Autores Associados, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Lazer e educação.** Campinas: Papirus, 1990.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status.** Trad. Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1967.
- MELO, M. P. de. **Esporte e juventude pobre: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré.** Coleção educação física e esportes. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Vila olímpica da Maré e as políticas públicas de esportes em favelas do Rio de Janeiro.** In: NEVES, L. M. W. (Org.). A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Vila olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte em favelas no Rio de Janeiro: novas dinâmicas da relação Estado e sociedade civil em tempos neoliberais.** (Dissertação de Mestrado). UFF/RJ, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Lazer, esporte e cidadania: debatendo a nova moda do momento.** v. 10. n. 2. Porto Alegre: Movimento, 2004.
- MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 29ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Fala, galera: Juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro.** Garamond, 1999.
- \_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 4ª. ed. São Paulo, 1996.
- MISSE, M. **Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro.** v. 8. n. 3. Porto Alegre: Civitas, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro.** ESTUDOS AVANÇADOS 21 (61), 2007.
- \_\_\_\_\_. **Violência o que foi que aconteceu?** Jornal do SINTURF. ano XVII. nº. 529, 2002
- \_\_\_\_\_. **Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas.** Departamento de Ciências sociais do IFCS-UFRJ, 1993.
- NAZZARI, T. e S. **Mercado de trabalho e políticas públicas para os jovens no Brasil.** Cascavel – PR, 2008.
- NEDER, G. **Cidade, identidade e exclusão social.** v. 2, nº. 3. Rio de Janeiro: Tempo, 1997.
- NETTO, J. P. **Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil.** Ano 17. nº. 50. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 1996.
- NOVAES, R. **Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso.** In: Políticas públicas: juventude em pauta. FREITAS, M. V. de.; PAPA, F. de C. (Org.). Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação. Fundação Friedrich Ebert. São Paulo: Cortez, 2003.

NUNES, A. **Chefes do tráfico homenageiam Jogos do Rio com a criação da modalidade não-olímpica Nado Sincronizado Com Fuzil.** Revista Veja, 20 out. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/direto-ao-ponto/chefes-do-trafico-homenageiam-jogos-do-rio-com-a-criacao-da-modalidade-nao-olimpica-nado-sincronizado-com-fuzil/>>. Acesso em: 06 nov. 2014.

O GLOBO. **Vila olímpica e escolas de Acari são fechadas por medida de segurança.** 09 abril 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/vila-olimpica-escolas-de-acari-sao-fechadas-por-medida-de-seguranca15824412#ixzz3Y4wffaww>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

OLIVEIRA, J. S. **A construção da pobreza como objeto de política pública.** Estudos em Saúde Coletiva. nº. 130. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1996.

OLIVEIRA, M. P. de. **O retorno à cidade e novos territórios de restrição à cidadania.** 2ª ed. In: Docentes do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF, 2011.

LYRA, P. **Pesquisadores investigam vilas olímpicas e legados esportivos do Rio 2016,** publicado em 01/02/2013. Disponível em: <http://riononwatch.org.br/?p=4939>; acesso em: 06/05/14.

PERLMAN, J. **O mito da marginalidade:** favelas e políticas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PHEBO L. M. **Violência urbana:** um desafio para o pediatra. J Pediatr (Rio J). S189-S196, 2005.

PINTO, C. R. J. **Movimentos sociais 2011:** estamos frente a uma nova forma de fazer política? .In: Movimentos sociais na era Global. GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. M. (Orgs.). Petrópolis - RJ: Vozes, 2012.

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Disponível em:

<<http://www.rio.rj.gov.br/web/smel/listaconteudo?search-type=vilasolimpicas>>. Acesso em: 03 out. 2012.

PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. **Projeto Jornadas Ecológicas.** Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Projeto Social Vila Olímpica Clara Nunes.** Rio de Janeiro, 2012-2013.

REIS, A. C.; MAST, F. R. S. **Rio 2016 e legados esportivos os legados dos jogos olímpicos para jovens em situação de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro.** Relatório de Pesquisa, 2013.

RIGAUER, B. Sport und Arbeit. **Münster:** Lit Verlag, 1981 (P edição, Suhrkamp, 1969). In: BRACHT, V. **Esporte e Poder.** Maringá: UEM, 1989. (Mimeogr.).

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL. **Dossiê das Vilas Olímpicas da Prefeitura do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: SMEL. 2011.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL. Relatório Político – **Social das Vilas Olímpicas da Prefeitura do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: SMEL. 2011.

\_\_\_\_\_. Instituto Pereira Passos - Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro. Disponível em:

<[www.armazemdedados.rj.gov.br/morei2000](http://www.armazemdedados.rj.gov.br/morei2000)>. **Módulo de recuperação**

**de informações do Censo Demográfico de 2000 do IBGE.** Acesso em: 03 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. (Prefeitura). **Academias da terceira idade (ATIs).** 11 jan. 2010. Disponível em:

<<http://www.rio.rj.gov.br/web/sesqv/exibeconteudo?article-id=126402>>.

Acesso em: 26 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. Vilas Olímpicas. **Projeto oferece atividades esportivas e de lazer a crianças, jovens e adolescentes, em regiões carentes deste tipo de equipamento.** Disponível em:

<<http://www.cidadeolimpica.com.br/projetos/vilas-olimpicas>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL. **Manual das Vilas Olímpicas da Prefeitura do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: SMEL. 2006.

\_\_\_\_\_. (2001b). Prefeitura. **“Resolução n. 025 de 12 de janeiro de 2001. Apresenta as novas diretrizes que fundamentam a atuação da Smel e dá outras providências”.** Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 12 jan., p.10.

\_\_\_\_\_. **Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, 1990.** Disponível em:<[http://www.dhnet.org.br/direitos/municipais/a\\_pdf/lei\\_organica\\_rj\\_rio\\_de\\_janeiro.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/municipais/a_pdf/lei_organica_rj_rio_de_janeiro.pdf)>. Acesso em: 03 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Marco Zero, 1983.**

RIO DE JANEIRO 2016. **Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro para sediar a 2016 Jogos Olímpicos e Paraolímpicos.** v. 1. Rio de Janeiro: Rio 2016, 2009.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** 2ª. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2008.

RUA, M das G. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90.** In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD. 2v. II., 1998.

SANTOS & MOTTA. **O “bota-abaixo” revisitado: o Executivo municipal e as reformas urbanas no Rio de Janeiro (1903-2003).** nº. 10. 5 DOSSIÊ TEMÁTICO. Revista Rio de Janeiro, 2003.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado.** Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e justiça.** Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SCHÜLER DUDEN. Der Sport. Mannheim, Meyers Lexikonverlag, 1987. In: **Relações entre aptidão física, esporte e treinamento esportivo.** BÖHME M. T. S. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIGOLI, M. A., DE ROSE JR., D. **A história do uso político do esporte.** R. bras. Ci e Mov. 2004; 12(2): 111-119

SILVA, L. A. M. **Violência, sociabilidade e ordem pública no Rio de Janeiro: uma tomada de posição.** IN: **Olhares sobre a metrópole do Rio de Janeiro: economia, sociedade e território.** LAGO, L. C. do (Org.). SILVA, É. T. da. et al. Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ. FASE Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010.

- SME. **Vilas Olímpicas**. Revista Escola e Família. Rio de Janeiro, p. 08. 2006.
- SMEL. **Natação garante estudo de atleta da Vila Olímpica Clara Nunes**. Jornal das Vilas, Rio de Janeiro, 2 de set. p. 06, 2013.
- SOARES, L. E. **Juventude e violência no Brasil contemporâneo**. In: **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. VANNUNCHI, P.; NOVAES, R. (Org.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SOARES, R. **Traficantes ostentam fuzis dentro da piscina da vila olímpica de Honório Gurgel**. Jornal Extra, 20 out. 2014. Disponível em: <<http://extra.globo.com/casos-de-policia/traficantes-ostentam-fuzis-dentro-da-piscina-da-vila-olimpica-de-honorio-gurgel-14298499.html>>. Acesso em: 20 out. 2014.
- STAREPRAVO, F. A. **Políticas públicas de esporte e lazer no brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico**. (Tese de Doutorado). Departamento de Educação Física. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2011.
- TEIXEIRA, S. **O esporte para todos: “popularização” do lazer e da recreação**. v. 2. nº 2. Recorde: Revista de História do Esporte Artigo, 2009.
- TELLES, V. S. **Sociedade civil e a construção de novos espaços públicos**. In: Dagnino (ed.) **Anos 90 – política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- TUBINO, M. J. **Dimensões sociais do esporte**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- \_\_\_\_\_. **O que é esporte**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.
- VALENTE, E. **Relação história entre o esporte para todos e o movimento olímpico**. In Conexões: educação, esporte, lazer. nº. 1. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1998.
- VALLADARES, L. D. **A gênese da favela carioca**. A produção anterior às ciências sociais. v. 15. nº. 44. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2000.
- VENTURA, Z. **Cidade partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência II**. Brasília: UNESCO, 2000.
- YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. **Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas**. In: TAVARES, J. (Org.). Resiliência e educação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ZALUAR, A.; ALVITO, M. **Um século de favelas**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Cidadãos não vão ao paraíso Juventude e política social. Campinas**. Ed. da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- ZAMOURA, M. H. **Brasil grave questão da mortalidade de adolescentes e jovens negros e pobres**. IN: RIZZINI, Irene... (et al). **Crianças, adolescentes, pobreza, marginalidade e violência na América Latina e Caribe: relações indissociáveis?** – Rio de Janeiro: editora 4 mãos/FAPERJ, 2006.

## Apêndice 1- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Camila Leite da Silva, estou desenvolvendo uma pesquisa para a minha dissertação de mestrado em Serviço Social, sobre **A Vila Olímpica Clara Nunes e os impasses e possibilidades das Políticas Públicas de Esporte e Lazer em áreas pobres da Cidade do Rio de Janeiro**.

A pesquisa tem como objetivo compreender até que ponto o Projeto Vila Olímpica Clara Nunes garante a inserção e acesso da população ao esporte e lazer como direito social para os moradores da região do Complexo de Favelas de Costa Barros/ Acari. E sua realização é importante porque seus resultados poderão contribuir tanto para a produção de conhecimentos na área em questão quanto para estabelecer interfaces entre os programas e projetos sociais já existentes, bem como para atuação profissional no interior do projeto.

Para a realização da pesquisa serão feitas entrevistas semiestruturadas com as pessoas que frequentam e praticam atividade no equipamento, bem como com os profissionais e gestores envolvidos com o equipamento e com a política de Esporte e lazer.

Convido-o (a) a participar, mas você não é obrigado (a) a isso. Você tem o direito de não participar desta pesquisa. A sua recusa não mudará nada na sua vida pessoal e profissional e, caso consinta em participar, a qualquer momento poderá desistir e se retirar sem problemas. Sua participação é totalmente voluntária e envolve tão somente a concessão de entrevista semiestruturada, com duração de aproximadamente 01 (uma) hora, para a qual não haverá nenhum tipo de remuneração. Você também não terá custos de nenhum tipo com a realização da entrevista, que será marcada em dia e horário que melhor lhe convier e será realizada nas dependências da instituição onde o projeto é realizado. As perguntas da entrevista são relacionadas a questões que envolvem o tema da pesquisa.

Os dados contidos na entrevista serão utilizados unicamente para estudos na pesquisa acima indicada e apenas poderão ter acesso ao material coletado o pesquisador responsável e seu orientador e para fins exclusivos desta pesquisa. Para melhorar a qualidade e a fidelidade dos dados coletados durante a entrevista, nossa conversa poderá ser gravada, se a gravação for previamente autorizada por você.

Você pode desistir de participar a qualquer momento e a entrevista e/ou a gravação será interrompida na hora. Se houver gravação, a mesma será transcrita e o acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas por mim e/ou pelo meu orientador. Ao final do estudo, o material gravado e/ou transcrito será descartado (os arquivos contendo as gravações e transcrições serão apagados e os documentos que porventura sejam impressos serão destruídos em fragmentadora de papéis).

Caso aceite participar da pesquisa, a sua identificação será mantida em sigilo e as referências aos participantes serão feitas sem nenhuma indicação de nomes ou outros dados que possam identificá-lo (a). De nenhuma forma o seu nome será usado na análise dos dados para a

Dissertação, e seus dados serão mantidos em sigilo e você pode se retirar a qualquer momento da entrevista sem que isso cause prejuízos de qualquer natureza para você.

Esta pesquisa não pretende oferecer riscos de qualquer natureza para você. Todos os cuidados éticos foram tomados para isso. Mas como benefício, poderá contribuir para a ampliação do conhecimento na área do esporte e Lazer.

Ao término do estudo comprometo-me a retornar à instituição com os resultados da pesquisa para fazer a sua divulgação, através da entrega de uma cópia impressa da dissertação para o Centro de Estudos da instituição ou seu equivalente. Comprometo-me, ainda, a apresentar oralmente os resultados a todos os participantes do projeto, se for do interesse e vontade do grupo.

Em qualquer etapa do estudo você poderá ter acesso à pesquisadora para esclarecimento de eventuais dúvidas. Como responsável pela coleta de dados, estarei disponível para esclarecer suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, no telefone (21) 99188-6418 e através do e-mail [camilaleite2512@gmail.com](mailto:camilaleite2512@gmail.com).

Você receberá uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

---

Após a leitura e explicação recebida, acredito ter sido suficientemente esclarecido (a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, a respeito do estudo: **A Vila Olímpica Clara Nunes e os impasses e possibilidades das Políticas Públicas de Esporte e Lazer em áreas pobres da Cidade do Rio de Janeiro**. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidades ou prejuízo.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

Assinatura do (a) participante:

---

Assinatura da pesquisadora:

---



## **Apêndice 2 - Roteiro para Entrevista – Profissionais**

1. Quanto tempo você atua na Vila Olímpica Clara Nunes?
2. Qual a sua função no equipamento?
3. Você lembra-se do início da implementação desse equipamento?
4. Você conhece a história/processo para criação desse equipamento no bairro?
5. O que você acha da existência do equipamento Vila Olímpica na região?
6. Qual é o grupo que você recebe?
7. O que representa para você atuar nesse espaço?
8. Em sua opinião fazer esporte interfere na vida do indivíduo?
9. Você acha que esse equipamento produz algum impacto na região?
10. Se há, quais as principais dificuldades para o profissional no equipamento?
11. A Vila preenche um espaço na vida das crianças e adolescentes da região?
12. Você acha que há boas condições de trabalho (local, salários, segurança...)?
13. Como você vê os equipamentos públicos de esporte e lazer hoje, diante de um cenário de megaeventos esportivos na Cidade?
14. Quais são os impactos dos jogos olímpicos para as vilas Olímpicas? Especificamente na Vila Olímpica Clara Nunes?

### Apêndice 3- Roteiro para Entrevista - Gestores

1. O que você conhece/recorda do processo de criação do projeto Vila Olímpica e quais os fatores que motivaram a elaboração desse projeto?
2. Quais os objetivos que se pretendiam alcançar com a elaboração das Vilas Olímpicas?
3. Como se deu a criação e implementação dessa política na cidade do Rio de Janeiro? Quais as articulações políticas realizadas?
4. Houve no período a participação popular para a realização desse projeto?
5. Como foi pensada a gestão das Vilas Olímpicas inicialmente? Como funcionava o orçamento das vilas e qual era o critério de escolha do local e dos gestores?
6. No Rio de Janeiro atualmente, segundo informações da SMEL há um quantitativo de 20 Vilas olímpicas distribuídas em sua maioria em bairros pobres com baixo IDH e alto índice de criminalidade. Na época de sua gestão era realizado algum estudo ou identificação do território para implementação do equipamento?
7. Se houve quais as principais dificuldades encontradas para implementação das Vilas?
8. Em sua opinião de que maneira o esporte, enquanto objeto de política pública, poderia ser um tipo de propiciador da cidadania?
9. Como você vê os equipamentos públicos de esporte e lazer hoje, frutos dessas políticas diante de um cenário de megaeventos esportivos na Cidade?
10. Você acha que a realização dos jogos olímpicos no Rio de Janeiro produzirá algum impacto nas vilas Olímpicas?

#### **Apêndice 4 - Roteiro para Entrevista – Usuários**

1. Quanto tempo você faz atividade na Vila Olímpica Clara Nunes?
2. Qual localidade onde reside?
3. Como ficou sabendo do equipamento?
4. Você lembra-se de alguma política de governo para esporte e/ou de lazer no seu bairro?
5. Você lembra-se do início da implementação desse equipamento?
6. Você conhece a história/processo para criação desse equipamento no bairro? Sabe se houve a participação da população?
7. O que você acha da existência do equipamento Vila Olímpica na região?
8. O que representa para você frequentar esse espaço?
9. Em sua opinião fazer esporte interfere na vida do indivíduo?
10. Você acha que o lazer é um direito? E o esporte?
11. Se há, quais as principais dificuldades de se frequentar o equipamento?
12. Há espaços para esporte e lazer no seu Bairro? Se sim, Como você classifica as áreas de esporte e lazer existentes?
13. Vê-se que os espaços de esporte e lazer apresentam problemas de infraestrutura. Qual o comportamento quando percebem tais problemas?

Você acha que a realização dos jogos olímpicos no Rio de Janeiro produzirá algum impacto no bairro ou na vila Olímpica Clara Nunes?



### Apêndice 5- Questionário para os usuários da VOCN

1. Sexo:
  - ☐ Masculino
  - ☐ Feminino
2. Idade: \_\_\_\_\_ Anos completos.
3. Estado Civil:
  - ☐ Solteiro(a)
  - ☐ Casado(a)
  - ☐ Separado(a) / Divorciado(a)
  - ☐ Viúvo(a)
4. Em relação à cor da pele, você se considera:
  - ☐ Branco
  - ☐ Pardo
  - ☐ Negro
  - ☐ indígena
5. Em que localidade da cidade seu domicílio se encontra
  - ☐ Bairro na periferia da cidade
  - ☐ Bairro na região central da cidade
  - ☐ Condomínio residencial fechado
  - ☐ Conjunto habitacional (CDHU, COHAB, Cingapura, BNH, etc.)
  - ☐ Favela / Cortiço
  - ☐ Outro: \_\_\_\_\_
6. Com quem você mora? (múltipla escolha)
  - ☐ Pais
  - ☐ Companheiro (a)
  - ☐ Filhos
  - ☐ Sogros
  - ☐ Parentes
  - ☐ Amigos
  - ☐ Outros
  - ☐ (ou) Sozinho (a)
7. Atualmente você:
  - ☐ Apenas estuda
  - ☐ Trabalha e estuda
  - ☐ Apenas trabalha
  - ☐ Está desempregado (a)
  - ☐ Está de licença ou incapacitado de estudar / trabalhar
  - ☐ Está aposentado (a)
  - ☐ Não trabalha nem estuda
9. No seu trabalho principal, você é:
  - ☐ Empregado assalariado
  - ☐ Empregado doméstico mensalista ou diarista
  - ☐ Estagiário remunerado
  - ☐ Trabalha por conta própria, é autônomo
  - ☐ Trabalha em negócio familiar sem remuneração
  - ☐ Não trabalho.
8. Qual é o seu trabalho ou ocupação principal? \_\_\_\_\_
10. Qual é a sua renda familiar mensal?
  - ☐ Menos de 1 salário mínimo (até R\$678)
  - ☐ De um a dois salários mínimos
  - ☐ De dois a cinco salários mínimos
  - ☐ De cinco a dez salários mínimos
11. Qual a sua participação na vida econômica do grupo familiar?
  - ☐ Não trabalho e sou sustentado por minha família ou outras pessoas
  - ☐ Trabalho e sou sustentado parcialmente por minha família ou outras pessoas
  - ☐ Trabalho e sou responsável apenas por meu próprio sustento
  - ☐ Trabalho, sou responsável por meu próprio sustento e ainda contribuo parcialmente para o sustento da família
  - ☐ Trabalho e sou o principal responsável pelo sustento da família
  - ☐ Outra situação
12. Quantas pessoas (contando com você) contribuem para a renda da sua família?
  - ☐ Uma
  - ☐ Duas
  - ☐ Três
  - ☐ Quatro
  - ☐ Mais. Quantas? \_\_\_\_\_
13. Quantas pessoas (contando com você) vivem da renda da sua família?
  - ☐ Uma
  - ☐ Duas
  - ☐ Três
  - ☐ Quatro
  - ☐ Mais. Quantas? \_\_\_\_\_



14. Qual o seu grau máximo de escolaridade?

- ( ) Ensino fundamental incompleto  
( ) Ensino fundamental completo  
( ) Ensino médio incompleto  
( ) Ensino médio completo  
( ) Ensino superior incompleto  
( ) Ensino superior completo

15. Você participa de alguma destas atividades?

- ( ) Capoeira, judô ou outras lutas  
( ) Futebol, vôlei, basquete, natação ou outros esportes  
( ) Atividades artísticas ou culturais (artes cênicas, dança, artes musicais, literatura, artesanato, artes visuais, etc.)  
( ) Outra atividade recreativa.  
( ) Não participo.

16. Você participa de alguma entidade ou associação? (múltipla escolha)

- ( ) Associação de bairro ou de moradores  
( ) Associação pastoral ou eclesial  
( ) Associação de pais e mestres  
( ) Sindicato de trabalhadores ou patronal  
( ) Partido ou associação política  
( ) Organização não governamental  
( ) Time de futebol ou clube esportivo  
( ) Escola de samba  
( ) Atividades de (assinalar):  
( ) Igrejas católicas  
( ) Igrejas evangélicas  
( ) Cultos afro-brasileiros (umbanda, candomblé)  
( ) Centros espíritas kardecistas  
( ) Outro grupo religioso. Qual? \_\_\_\_\_  
( ) Outros tipos de associações ou entidades. Quais? \_\_\_\_\_  
( ) Não participo.

17. Com que frequência você tem acesso a estes meios de informação?

	Diariamente	Quase diariamente	Às vezes	Raramente	Nunca
Jornais	( )	( )	( )	( )	( )
Revistas	( )	( )	( )	( )	( )
Televisão	( )	( )	( )	( )	( )
Internet	( )	( )	( )	( )	( )
Livros	( )	( )	( )	( )	( )
Rádio	( )	( )	( )	( )	( )

18. Desfruta de algum tipo de lazer

	Sim	Não			
Cinema	( )	( )	Vai ao parque	( )	( )
Teatro	( )	( )	Praia	( )	( )
Passeios locais	( )	( )	Pratica esporte	( )	( )
Clubes	( )	( )	Vai a bares	( )	( )
Shopping	( )	( )	Outros	( )	( )

19. Como você classifica as áreas de esporte e lazer presente no seu bairro?

- ( ) Regular  
( ) Boa  
( ) Ruim/ ( ) Péssima

20. Você acha que o esporte e o lazer é um direito?

- ( ) Sim  
( ) Não



21. Você utiliza os espaços de esporte e de lazer de seu bairro?

- ☐ Sim  
☐ Não

22. A quantidade de áreas de esporte e lazer presente no bairro é adequada?

- ☐ Sim  
☐ Não

23. Como você classifica o equipamento Vila Olímpica Clara Nunes?

- ☐ Regular  
☐ Boa  
☐ Ruim  
☐ péssima

24. Como você classifica o atendimento na Vila Olímpica Clara Nunes?

- ☐ Regular  
☐ Boa  
☐ Ruim  
☐ péssima

25. Como você classifica as atividades oferecidas na Vila Olímpica Clara Nunes?

- ☐ Regular  
☐ Boa  
☐ Ruim  
☐ péssima

26. Como você classifica a localização do equipamento Vila Olímpica Clara Nunes?

- ☐ Regular  
☐ Boa  
☐ Ruim  
☐ péssima

27. Se há, quais as principais dificuldades de se frequentar o equipamento?

---

28. Em sua opinião o que poderia melhorar na Vila Olímpica Clara Nunes?

---

29. Você lembra alguma política de governo para esporte e/ou de lazer na comunidade?

- ☐ Sim  
☐ Não

Se lembra, quais \_\_\_\_\_

30. Qual esporte é mais frequente na região? \_\_\_\_\_

31. Na a sua opinião de quem é a responsabilidade de promover espaços de esporte e lazer?

---

32. Você conhece a história de onde você mora?

- ☐ Sim  
☐ Não

34. Em sua opinião os moradores gostam de viver aqui?

- ☐ Sim  
☐ Não

33. Você gosta do lugar onde mora?

- ☐ Sim  
☐ Não

Se não quais os motivos de insatisfação?

---

35. Quais as principais dificuldades de se morar na região?

# SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Publicado no D.O.M. nº 207 de 12.01. 12003.

Pág. 82 e 83

Assunto: Resolução SMEL nº 25

Resolução SMEL nº 025/2001 de 10 de janeiro de 2001  
O Secretário Municipal de Esportes e Lazer, no uso das suas atribuições legais e,

Considerando que cabe à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer planejar, promover, coordenar e executar a política de esportes e de lazer do Município do Rio de Janeiro.

Considerando que a política da atual administração para o desporto e o lazer terá as suas ações voltadas, em especial, para a formação do cidadão; a convivência solidária a serviço de uma sociedade justa, fraterna e livre; e a reabilitação física dos deficientes, consoantes o que dispõem os incisos II, IV e V do art. 382 da Lei Orgânica do Município.

Considerando, por último, que esta Secretaria priorizará entre suas ações, a prática regular ao desporto, na rede pública municipal, como atividade básica para a formação do homem e da cidadania, destinando para tal, os recursos públicos necessários, sem esquecer todavia, da formulação de uma nova política municipal de desporto e lazer em áreas de uso comum do povo.

## RESOLVE:

Art 1º - As políticas públicas referentes aos projetos a serem implementados pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer são as constantes no anexo que acompanha a presente resolução.

Art 2º - Para execução de tais políticas, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, por seus órgãos subordinados, interará com as Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Desenvolvimento Social, das Culturas, Habitação, Especial para Terceira Idade, Especial de Prevenção à Dependência Química, Especial de Promoção e Defesa dos Animais e Empresa Municipal de Multimeios-MULTIRIO.

Art 3º - Caberá à Fundação Rio-Esportes a execução dos projetos aprovados no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

## ANEXO À RESOLUÇÃO SMEL Nº 025/2001

### POLÍTICAS PÚBLICAS - DIRETRIZES

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer tem como diretriz de suas ações uma política de inclusão social, através da prática saudável de atividades físicas e de lazer, visando a proporcionar à população da Cidade do Rio de Janeiro melhor qualidade de vida, de forma a promover avanços nos aspectos bio-psico-sociais da população.

Assim, são definidas as políticas públicas, através dos seguintes vetores:

⇒ Intervenção social alternativa à marginalidade infanto-juvenil;

⇒ Inclusão social das pessoas portadoras de deficiência;

⇒ Promoção social dos cidadãos da terceira idade;

⇒ Realização de eventos capazes de traduzir e divulgar a identidade social da Cidade.

### INTERVENÇÃO SOCIAL ALTERNATIVA À MARGINALIDADE INFANTO-JUVENIL

Embora seja muito comum o discurso do combate aos desvios sociais através da prática esportiva, entendemos tal raciocínio como incompleto ou até mesmo ingênuo. Se o simples contato com o esporte nos desse essa certeza, o Rio de Janeiro não teria hoje, como um dos mais significativos exemplos de delinqüência juvenil, as gangues de jogadores ameaçando o lazer sadio e a tranquilidade da população, mesmo sendo estes, em sua maioria, de classes sociais favorecidas e extremamente aplicados em seus treinamentos.

A atividade física, por características de dinamismo e ludicidade, é extremamente importante como canal para que educadores e educandos possam trabalhar na mesma frequência, mas não garante que as consequências sejam sempre positivas.

Nossas ações estão voltadas para projetos que, objetivamente, possam a médio prazo interferir em indicadores sociais, tais como a repetência, a evasão escolar, o envolvimento de jovens em atos infracionais, a prostituição, o trabalho infantil e o consumo de drogas. Este programa de ação será desenvolvido em conjunto com as Universidades, Ongs, Fundações e outras instituições de apoio, visando à prevenção e o devido tratamento de tais questões.

### INCLUSÃO SOCIAL DAS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Considerando os milhares de jovens cariocas portadores de algum tipo de deficiência e que isso não altera a energia da juventude, não poderíamos deixar de definir esta frente de trabalho como prioritária. Sendo assim, firmamos o compromisso de estender todas as ações desta Secretaria à esta parcela da população. Desta forma, ficará assegurado aos portadores de deficiência o seu direito como cidadão de uma cidade cuja Prefeitura, representada pela Secretaria de Esportes e Lazer, deve fazer valer os mais modernos conceitos de inclusão que hoje já orientam as sociedades urbanas mais avançadas do planeta.

### PROMOÇÃO SOCIAL DOS CIDADÃOS DA TERCEIRA IDADE

É filosofia da Secretaria oferecer ao cidadão, cuja a faixa etária se aproxime ou já tenha alcançado a classificação como idoso, condições cotidianas para a prática de esportes e atividades físicas em geral, devidamente acompanhados por professores de educação física e profissionais de saúde, bem como a prática de atividades de lazer, tais como o estímulo, a frequência de shows, bailes e dos espetáculos exibidos na rede de teatros mantidos pela Prefeitura. São fatores facilitadores deste objetivo algumas iniciativas que já estão sendo implementadas e ainda, ao contrário do que o lamentável preconceito existente em nossa sociedade preconiza, a disposição destes cidadãos para a prática das atividades quando lhes é cedido o devido espaço. Os cuidados com a fronteira que existe entre o prazer e o risco, exigem uma elaboração cuidadosa e criteriosa das estratégias a serem adotadas nos núcleos de atividades, garantindo assim resultados significantes na evolução da qualidade de vida dos participantes.

### REALIZAÇÃO DE EVENTOS CAPAZES DE TRADUZIR E DIVULGAR A IDENTIDADE SOCIAL DA CIDADE

A vocação turística do Rio de Janeiro obriga-nos a guardar um lugar de destaque para os eventos. A relação direta com o samba, o futebol e a natureza indicam algumas direções para o que faz ou deveria fazer parte do calendário da Cidade. Em conjunto com a Secretaria de Turismo, traçamos diretrizes sólidas neste sentido, vendendo cada vez melhor o excelente produto que o Rio representa, por já ter se consagrado como sede tradicional de etapas nacionais e internacionais de eventos esportivos realizados em ginásios, praias e autódromos, entre outros espaços públicos. Além disso, os eventos para consumo interno tendem a potencializar nossas praças, parques e outros espaços públicos pelo bem do morador que vive o dia-a-dia de seu bairro e de sua comunidade, havendo, entretanto, a obrigatoriedade da realização em todas as Regiões Administrativas, como forma de contraprestação ao usual conceito das realizações quase exclusivas na zona sul da cidade.



O GLOBO

Terça-feira, 9 de dezembro de 200

RIO

# Ameaça fecha vila olímpica

Prefeitura suspende atividades na Maré porque tráfico teria tentado extorquir dinheiro

Luiz Ernesto Magalhães

Por motivo de segurança, a prefeitura decidiu suspender a partir de hoje e por tempo indeterminado todas as atividades na Vila Olímpica da Maré, segundo o secretário municipal de Esporte e Lazer, Ruy César. Como informou Ancelmo Gois no sábado em sua coluna no GLOBO, os traficantes da região ameaçaram invadir e ocupar o complexo esportivo, um dos maiores em áreas carentes do Rio, onde 12 mil crianças e adolescentes praticam diariamente 22 modalidades. De acordo com fontes da prefeitura, a ação seria uma represália aos administradores do complexo. Na semana passada, ainda segundo a prefeitura, eles se recusaram a pagar R\$ 30 mil mensais à facção criminosa que controla a comunidade. A quadrilha, chefiada por Nei da Conceição Cruz, exigiu dinheiro em troca de "proteção".

Na sexta-feira, quatro dias depois de os traficantes pedirem o dinheiro, o presidente da ONG União Esportiva Vila Olímpica da Maré (Uevom), Amaro Domingos, de 71 anos, pediu demissão do cargo. O líder comunitário, responsável por administrar uma verba de cerca de R\$ 120 mil mensais, nega ter recebido qualquer ameaça. Amaro argumentou que seu afastamento se deu por motivo de saúde já que sofre de hipertensão e problemas circulatorios.

Ruy César não quis comentar a cobrança de proteção pelo tráfico. Mas confirmou que decidiu antecipar o recesso de fim de ano na Maré por motivos de segurança após receber denúncias de que traficantes ameaçaram invadir o local. As outras nove vilas e o Complexo Esportivo Miécimo da Silva (Campo Grande) só param na próxima segunda-feira. E retornarão as atividades apenas no dia 5 de janeiro.

— No caso da Vila da Maré, a volta à rotina vai depender de termos condições de segurança para trabalhar — disse o secretário.

## ONG terá que eleger novo presidente

Ruy acrescentou que a reabertura do complexo dependerá ainda da nomeação de um novo presidente para a Uevom, ONG que mantém convênio com a prefeitura para administrar a área. Ele explica que, pelo acordo, apenas o presidente pode autorizar pagamentos de professores e serventes e outros gastos para a manutenção do complexo. O nome a ser escolhido terá que ter a concordância da prefeitura, dos Correios e da Petrobras, que dividem os custos para manter a vila.

— Não vou indicar ninguém pois creio que isto cabe ao município e aos patrocinadores. Moro na Maré há décadas e creio que já dei minha contribuição para melhorar as condições de vida da comunidade —



A VILA OLÍMPICA da Maré fechada: a suspensão de 22 modalidades esportivas prejudica 12 mil crianças e adolescentes. Traficantes ameaçam invadir e ocupar a área

## O ESPORTE COMO ALTERNATIVA CONTRA A EXPLOÇÃO DA VIOLÊNCIA

• A Vila Olímpica da Maré foi inaugurada em 2000 num terreno de 80 mil metros quadrados, numa tentativa das autoridades de, através do esporte, tentar conter a explosão de violência no complexo formado por 17 comunidades. A localização do complexo, onde moram mais de 130 mil pessoas, é considerada estratégica pelo crime organizado, pois tem saída para os principais corredores de tráfico, como as linhas Amarela, Vermelha e a Avenida Brasil. O complexo, onde tiroteios são constantes, fica na área conhecida como a "Faixa de Gaza" carioca, região da Zona Norte e da Leopoldina tomada pela violência.

Em junho deste ano, o governo do Estado transferiu para a favela o 22º BPM, que até então funcionava em Benfica, em mais uma iniciativa pra enfrentar o crime organizado. O quartel tem particularidades em relação aos outros da cidade:

as paredes externas, por exemplo, foram projetadas para evitar que as balas atravessem o concreto. Mas os conflitos prosseguiram. Em novembro deste ano, o estudante universitário Alan Lage Matos, 26 anos, morreu ao ser atingido por uma bala perdida na Avenida Brasil durante confronto entre PMs e bandidos, que causou uma segunda morte e deixou mais duas pessoas feridas.

A favelização da Maré começou na década de 40 do século passado. O Rio, então capital do país, recebia um número grande de migrantes nordestinos, atraídos pela oferta de empregos, já que a cidade vivia uma fase de crescimento industrial. Sem ter onde morar, os migrantes ocuparam o entorno da Baía de Guanabara, em terrenos onde hoje ficam a Baixa do Sapateiro, Parque da Maré e o Morro do Timbau. Na época, quase todas as casas eram palafitas, que con-

tinuaram a ser o principal tipo de construção da área até o início da década de 80, quando a região começou a ser urbanizada. Há pouco mais de 20 anos, surgiram também os problemas com o tráfico.

A prefeitura acredita que a inauguração da Vila Olímpica da Maré ajudou a afastar menores do tráfico. Muitos adolescentes que começaram nos cursos estão sendo aproveitados pelas divisões de base de clubes de futebol do Rio. Marcos Paulo Ferreira, 9 anos, também conhecido como "Guguinha" é considerado uma das promessas do tênis do Rio de Janeiro, pois apesar da pouca idade, tem uma técnica apurada. Em 1997, quando a vila ainda estava em construção, recebeu a visita do então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, e da sua mulher, Hillary Clinton, hoje senadora. Ela se mostrou surpresa com as propostas sociais do empreendimento.

## Cesar Maia diz que vilas ajudam jovens

• Em meio à crise no Complexo da Maré, o prefeito Cesar Maia disse ontem em um seminário do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington (EUA), que as vilas olímpicas estão entre os principais instrumentos de política pública do Rio para frear a violência entre os mais jovens. Segundo números apresentados pelo prefeito, as vilas da prefeitura atendem hoje a cerca de 90 mil crianças e adolescentes. "O programa se articula com a escola e as comunidades" disse o prefeito, em discurso reproduzido no Diário Oficial da prefeitura. O seminário "Prevenção da Violência em Nível Local" reuniu prefeitos de cidades da América Latina e do Caribe para trocar experiências sobre formas de se conter a violência.

No encontro, o prefeito disse que o crime organizado assumiu o controle das favelas no Rio no início dos anos 80, devido a estratégias equivocadas de Segurança Pública.

## Onde fica o complexo esportivo

Cercado por três das principais vias expressas da cidade (a Avenida Brasil e as linhas Amarela e Vermelha), o Complexo da Maré é formado

Nova Holanda

Baldião

Editoria de Arte



facção criminosa que controla a comunidade. A quadrilha, chefiada por Nei da Conceição Cruz, exigiu dinheiro em troca de "proteção".

Na sexta-feira, quatro dias depois de os traficantes pedirem o dinheiro, o presidente da ONG União Esportiva Vila Olímpica da Maré (Uevom), Amaro Domingos, de 71 anos, pediu demissão do cargo. O líder comunitário, responsável por administrar uma verba de cerca de R\$ 120 mil mensais, nega ter recebido qualquer ameaça. Amaro argumentou que seu afastamento se deu por motivo de saúde já que sofre de hipertensão e problemas circulatorios.

Ruy César não quis comentar a cobrança de proteção pelo tráfico. Mas confirmou que decidiu antecipar o recesso de fim de ano na Maré por motivos de segurança após receber denúncias de que traficantes ameaçaram invadir o local. As outras nove vilas e o Complexo Esportivo Miécimo da Silva (Campo Grande) só param na próxima segunda-feira. E retornarão às atividades apenas no dia 5 de janeiro.

— No caso da Vila da Maré, a volta à rotina vai depender de termos condições de segurança para trabalhar — disse o secretário.

## ONG terá que eleger novo presidente

• Ruy acrescentou que a reabertura do complexo dependerá ainda da nomeação de um novo presidente para a Uevom, ONG que mantém convênio com a prefeitura para administrar a área. Ele explica que, pelo acordo, apenas o presidente pode autorizar pagamentos de professores e servidores e outros gastos para a manutenção do complexo. O nome a ser escolhido terá que ter a concordância da prefeitura, dos Correios e da Petrobras, que dividem os custos para manter a vila.

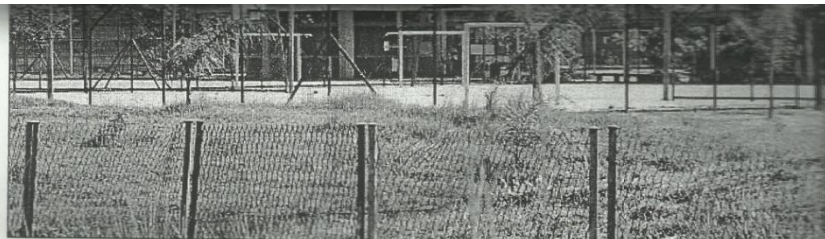
— Não vou indicar ninguém pois creio que isto cabe ao município e aos patrocinadores. Moro na Maré há décadas e creio que já dei minha contribuição para melhorar as condições de vida da comunidade — disse Amaro, que antes de dirigir a ONG foi presidente da Associação de Moradores da Nova Holanda.

A decisão da prefeitura de antecipar o recesso recebeu críticas da artista plástica e educadora Yvone Biezerra de Mello, que há oito anos tem uma ONG na comunidade. A sede do projeto Uerê, de Yvone, é vizinha à Vila Olímpica da Maré.

— Fechar por causa de ameaças é reconhecer a existência de um estado paralelo. Esta decisão é absurda e não existe uma explicação plausível para isto. Não entendo que isto aconteça com a prefeitura e jamais tenha havido qualquer incidente com as outras ONGs que mantêm projetos sociais na Maré — disse.

## PM diz que pode garantir segurança

• O comandante do 22º BPM (Maré), coronel Alvaro Garcia, foi ontem à tarde na Vila Olímpica, que é próxima ao batalhão, para conversar com os funcionários. Garcia diz que os servidores negaram ter recebido qualquer ameaça, ao contrário do que confirmou o secretário Ruy César. O comandante disse ter se convencido de que a decisão de anteci-



A VILA OLÍMPICA da Maré fechada: a suspensão de 22 modalidades esportivas prejudica 12 mil crianças e adolescentes. Traficantes ameaçam invadir e ocupar a área.

## O ESPORTE COMO ALTERNATIVA CONTRA A EXPLOÇÃO DA VIOLÊNCIA

• A Vila Olímpica da Maré foi inaugurada em 2000 num terreno de 80 mil metros quadrados, numa tentativa das autoridades de, através do esporte, tentar conter a explosão de violência no complexo formado por 17 comunidades. A localização do complexo, onde moram mais de 130 mil pessoas, é considerada estratégica pelo crime organizado, pois tem saída para os principais corredores de tráfico, como as linhas Amarela, Vermelha e a Avenida Brasil. O complexo, onde tiroteios são constantes, fica na área conhecida como a "Faixa de Gaza" carioca, região da Zona Norte e da Leopoldina tomada pela violência.

Em junho deste ano, o governo do Estado transferiu para a favela o 22º BPM, que até então funcionava em Benfica, em mais uma iniciativa pra enfrentar o crime organizado. O quartel tem particularidades em relação aos outros da cidade:

as paredes externas, por exemplo, foram projetadas para evitar que as balas atravessassem o concreto. Mas os conflitos prosseguiram. Em novembro deste ano, o estudante universitário Alan Lage Matos, 26 anos, morreu ao ser atingido por uma bala perdida na Avenida Brasil durante confronto entre PMs e bandidos, que causou uma segunda morte e deixou mais duas pessoas feridas.

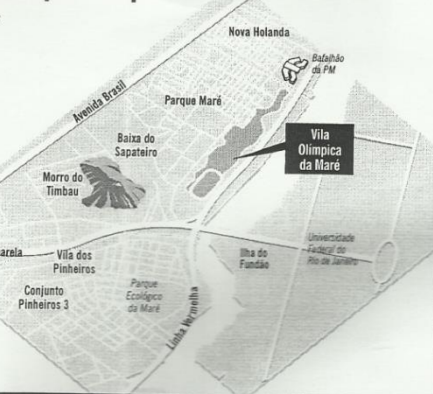
A favelização da Maré começou na década de 40 do século passado. O Rio, então capital do país, recebia um número grande de migrantes nordestinos, atraídos pela oferta de empregos, já que a cidade vivia uma fase de crescimento industrial. Sem ter onde morar, os migrantes ocuparam o entorno da Bala de Guanabara, em terrenos onde hoje ficam a Baixa do Sapateiro, Parque da Maré e o Morro do Timbau. Na época, quase todas as casas eram palafitas, que con-

tinuaram a ser o principal tipo de construção da área até o início da década de 80, quando a região começou a ser urbanizada. Há pouco mais de 20 anos, surgiram também os problemas com o tráfico.

A prefeitura acredita que a inauguração da Vila Olímpica da Maré ajudou a afastar menores do tráfico. Muitos adolescentes que começaram nos cursos estão sendo aproveitados pelas divisões de base de clubes de futebol do Rio. Marcos Paulo Ferreira, 9 anos, também conhecido como "Guguinha" é considerado uma das promessas do tênis do Rio de Janeiro, pois apesar da pouca idade, tem uma técnica apurada. Em 1997, quando a vila ainda estava em construção, recebeu a visita do então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, e da sua mulher, Hillary Clinton, hoje senadora. Ela se mostrou surpresa com as propostas sociais do empreendimento.

## Onde fica o complexo esportivo

Cercado por três das principais vias expressas da cidade (a Avenida Brasil e as linhas Amarela e Vermelha), o Complexo da Maré é formado por 17 comunidades, que se estendem do Caju até Ramos. Ali vivem 132 mil pessoas sob o domínio de três facções criminosas. A maior parte da região é controlada pelo traficante Paulo César dos Santos, o Linho. Mas é a quadrilha de Nei da Conceição Cruz, inimigo de Linho, que quer assumir o controle da vila olímpica, inaugurada pela prefeitura em 2000.



par o início do recesso se deu em razão de a ONG estar sem presidente. — A Vila Olímpica tem segurança própria. Além disso, o local é bem patrulhado pela PM, já que é passagem obrigatória para as viaturas que chegam ao batalhão e saem de lá. De qualquer forma, se os funcionários precisarem da Polícia Militar para garantir o funcionamento, nós vamos assegurar — disse.

Todas as demais vilas esportivas

da prefeitura ficam em áreas carentes. Mas em nenhuma outra os bandidos tentaram cobrar "proteção". Há instalações, por exemplo, nos complexos do Alemão (Carlos Castilho) e de Acari (Clara Nunes) e na Vila Vintém (Mestre André). Os instrutores e alunos, porém, nem sempre estão livres da violência. Alguns complexos esportivos já foram obrigados a interromper suas atividades durante guerras entre

quadrilhas ou incursões policiais. Além das instalações já existentes, a prefeitura está construindo mais cinco vilas, todas em áreas carentes ou vizinhas a favelas: Vila Isabel (próximo ao Morro dos Macaços), Caju, Gamboa (ao lado do Morro da Providência), Vila Kennedy e Mato Alto (Jacarepaguá).

A manutenção das vilas em áreas carentes para incentivar a prática esportiva pela população é um dos

## Cesar Maia diz que vilas ajudam jovens

• Em meio à crise no Complexo da Maré, o prefeito Cesar Maia disse ontem em um seminário do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Washington (EUA), que as vilas olímpicas estão entre os principais instrumentos de política pública do Rio para frear a violência entre os mais jovens. Segundo números apresentados pelo prefeito, as vilas da prefeitura atendem hoje a cerca de 30 mil crianças e adolescentes. "O programa se articula com a escola e as comunidades", disse o prefeito, em discurso reproduzido no Diário Oficial da prefeitura. O seminário "Prevenção da Violência em Nível Local" reuniu prefeitos de cidades da América Latina e do Caribe para trocar experiências sobre formas de se conter a violência.

No encontro, o prefeito disse que o crime organizado assumiu o controle das favelas no Rio no início dos anos 80, devido a estratégias equivocadas de Segurança Pública. "O processo de democratização no Brasil veio acompanhado de uma abrupta transferência do comando geral da Segurança Pública para os estados (...). No caso do Rio, o narcovarejo ocupou as favelas porque a presença policial ali passou a ser considerada como criminalização dos pobres e atentado aos direitos humanos", discursou Cesar Maia.

O prefeito destacou ainda a pouca idade dos traficantes, que se reflete nas estatísticas de homicídios. Lembrou que em 1980, a taxa de mortes violentas na faixa de 15 a 24 anos no Rio era de 58,7 por 100 mil. Em 2000, já tinha pulado para 113,6 por cem mil.

argumentos que a prefeitura costuma apresentar em eventos internacionais para demonstrar o interesse da cidade pelos Jogos Pan-Americanos de 2007. E também são citadas na campanha do Rio para sediar as Olimpíadas de 2012. O Comitê Olímpico Brasileiro (COB) preferiu não se manifestar ontem se o fechamento da Vila Olímpica da Maré influenciaria negativamente na campanha da Rio 2012. ■



## Imagens da Vila Olímpica Clara Nunes após a enchente de 2013



Fonte: Arquivo VOCN, 2013.



Fonte: Arquivo VOCN, 2013.



Fonte: Arquivo VOCN, 2013.